

★

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1958.

★

JORGE TIBIRIÇÁ
e sua época



1.º VOLUME



Jorge Tibiriçá, foto tirada em 1927, quando presidente do Tribunal de Contas de S. Paulo.

Série 5.^o ★ BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRÁSILEIRA
B R A S I L I A N A ★ Vol. 304

RODRIGO SOARES JÚNIOR

Jorge Tibiriçá

é sua época

1.^o VOLUME

edição ilustrada

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Bv. 9:18.1

B 823

V. 304

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO



Exemplar N.º . 1435

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
BIBLIOTECA	
Nº	DATA
26.634	10.11.80

1958

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

C.

ÍNDICE

PÁGS.

CAPÍTULO I

- Intróito — Origens bandeirantes da família Tibiriçá — Viagem de João Tibiriçá à Europa — A vida em Paris — A revolução de 1848 — Panorama europeu — Formação profissional de João Tibiriçá. 1

CAPÍTULO II

- Regressa da Europa João Tibiriçá em 1859 — Sua chegada ao Brasil com a família e partida para Itú. 39

CAPÍTULO III

- Vida de João Tibiriçá e família no engenho de Itaici, em Itú. 71

CAPÍTULO IV

--

- Educação de Jorge Tibiriçá em S. Paulo — A Província no período da guerra do Paraguai — Ambiente social da Paulicéia — A Guarda Nacional — Situação econômica e financeira da Província — A era ferroviária e a presidência Saldanha Marinho. 103

CAPÍTULO V

- Jorge Tibiriçá segue para a Europa em 1870 — A guerra franco-alemã; episódios assistidos pelo jovem brasileiro; morte de sua progenitora em Paris — A

estada de Jorge na Suíça — Jorge, estudante de agronomia em Hohenheim, na Alemanha, e doutor em filosofia pela Universidade de Zurique. 139

CAPÍTULO VI

regresso de Jorge Tibiriçá em 1879 — O Brasil depois da guerra do Paraguai — *Lei do Ventre Livre* — A Convenção de Itú e a ação de João Tibiriçá Piratininga — Desenvolvimento econômico da Província de S. Paulo. — A Paulicéia em 1879 — Os últimos dezanove anos do Império — Reflexo das idéias positivistas em S. Paulo — S. Paulo e a República — Jorge Tibiriçá constituiu família. 174

CAPÍTULO VII

Morte de João Tibiriçá em 1888 — São Paulo no advento da República — Ecos de 15 de Novembro — Carta de Aristides Lobo — S. Paulo e os estrangeiros — Estruturação da república federal e reforma nos planos social e financeiro — Prudente de Moraes e Jorge Tibiriçá, os dois primeiros governadores de S. Paulo. 214

CAPÍTULO VIII

A ação de Deodoro no Governo Provisório da República e na sua presidência — O golpe de Estado e o contra-golpe de Floriano — Derrubadas de Floriano e o governo de Cerqueira César em S. Paulo — O governo de Bernardino de Campos — Jorge Tibiriçá, secretário da Agricultura do governo Bernardino. 267

PREFÁCIO

À constante e generosa amizade de Gontijo de Carvalho e à benevolente e confiante amizade do dr. Jorge Tibiriçá Filho devemos os estímulos com que tentamos empreender um trabalho de modesta mas sincera contribuição para o IV Centenário de São Paulo.

A figura de Jorge Tibiriçá, ligada às mais genuínas origens do paulistanismo, pareceu-nos particularmente indicada para um ensaio histórico, em virtude dessas raízes familiares que remontam à Capitania de São Vicente e ao ciclo das bandeiras e da participação relevante que êle e o pai tiveram na preparação e na consolidação da República. João Tibiriçá Piratininga, abastado lavrador do período imperial, atuou como propagandista eficiente do novo regime e apareceu em lugar de destaque na memorável Convenção de Itu. Jorge, após a sua formatura na Europa, prosseguindo nessa carreira de grande senhor rural, por sua vez interveio ativamente nas lutas provinciais em favor da república federativa. Pelo prestígio do nome e a coerência da conduta, mereceu ser nomeado pelo Marechal Deodoro segundo governador de São Paulo. Mais tarde foi afastado do cargo por motivo de uma rizeza de caráter e de princípios que logo o assinalou como um dos vultos mais inteiriços da primeira república brasileira. Homem de poucas palavras e propenso à ação no melhor sentido construtivo, assumiu o govêrno de São Paulo em 1904,

num momento de crise dramática para a velha sociedade agrária e não hesitou em afrontar uma infinidade de obstáculos, de ordem interna e internacional, para executar a Valorização do Café. Esse ato, intensamente discutido em política e doutrina e alvo de veementes polêmicas, constituiu inegavelmente empresa de alto sentido cívico e resultou na salvação da máxima riqueza paulista então ameaçada de inglório naufrágio.

Dentro do país e no exterior ondas de hostilidade e de controvérsias teóricas sobre liberalismo e intervenção do Estado na economia, serviram para realçar a audácia inovadora da Valorização e a personalidade do presidente Tibiriçá. Ao lado desse gesto de viril decisão e quase de heroísmo, praticado com rara maestria e sangue frio, efetivou-se um programa de extraordinária amplitude e que valeu, em todos os domínios sociais e econômicos em que se aplicou, por uma autêntica revolução de natureza política e administrativa. Obra que hoje impressiona o observador imparcial e revela o des-cortino do estadista capaz, neste país onde a política afrouxa as vontades mais fortes e dissolve os melhores ímpetos de patriotismo, de levar a termo em quatro anos uma série de mudanças transcendentais, tais como nova lei eleitoral em defesa das minorias, criação da polícia de carreira, transição da monocultura cafeeira para a policultura e a indústria pecuária racionalizada, contrato da missão militar francesa, sem falar de outras medidas no campo financeiro e judiciário e no aperfeiçoamento técnico da administração pública.

Pelos antecedentes de sua formação cultural e por vocação — interrompida pelas circunstâncias — Jorge Tibiriçá estaria talvez destinado a ganhar notoriedade, como cientista, pesquisador ou professor catedrático. Os

diplomas universitários que conquistou e a tese que redigiu autorizam esta conjectura.

O senso de ação e o ideal republicano e democrático o encaminharam, porém, para a vida política. Grande vantagem para São Paulo e maior prejuízo para quem sacrificou nessas lides, não só a saúde como importante patrimônio.

A história da família apresenta-se cheia de movimento e de interesse e envolve uma ponta de aventura e de mistério. Jorge nasceu em Paris, estudou na Suíça e na Alemanha. Ele e o pai foram testemunhas de grandes eventos na Europa, em 1848 e 1870. Com semelhante material ofereciam-se, a um escritor imaginoso, perspectivas propícias à biografia romanceada.

Permanecemos rigorosamente no terreno da prosaica realidade. Algumas páginas que parecem à margem do tema central e versam assuntos de história estrangeira, como o breve apanhado da revolução de 1848, cujo centenário foi recentemente celebrado, devem-se ao fato dèsses eventos, de reflexos profundos na evolução subsequente do mundo ocidental, haverem sido presenciados pessoalmente por João Tibiriçá. Daí passarem essas lições para o lastro cultural e a vasta bagagem de experiências da família.

Quanto aos tópicos acêrca da viagem de João Tibiriçá em 1855, de sua vinda para o Brasil com a mãe de Jorge, trata-se de casos estritamente colhidos no arquivo oral e escrito da família e longos anos conservados em correspondências íntimas. Relíquias que os descendentes em certas ocasiões preferiram destruir, embora preservassem por tradição a substância do acontecido. Isentos de quaisquer narrações indiscretas, os fatos foram relatados com pleno conhecimento e aprovação do dr. Jorge Tibiriçá Filho.

A confiante amizade que S. s. nos dispensou permitiu-nos consultar demoradamente os arquivos paternos, ler minuciosamente as cartas trocadas com políticos da época e apreender certos aspectos pouco divulgados da política paulista, mormente no tocante a episódios e aos bastidores da Valorização do Café.

Parte da época em que Jorge Tibiriçá militou em planos de relêvo coincide com o chamado período da hegemonia paulista na República. Período precedido de lutas e choques que reputamos útil recordar, sobretudo através de ligeiro retrospecto da revolução de 1893, ensanguentada pela campanha federalista no sul e a revolta da Marinha. Ensinamentos do passado até hoje bem instrutivos para interpretar muitos fenômenos brasileiros.

Acerca dessa quadra de agitações, pudemos consultar detidamente a magnífica série de artigos de Aristides Lôbo nas coleções do Diário Popular. Documentação quotidiana transmitida com preocupação de inteira objetividade jornalística apesar da paixão republicana do autor.

A êsses tumultos sucederam felizmente alguns anos de normalização constitucional. E por isso grande êrro é tachar de hegemonia paulista a êsse incomparável espírito público e senso de responsabilidades que assinalaram os benéficos quadriênios de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Era de pacificação, restauração financeira e imponentes realizações materiais. Muito lucrou o Brasil com essa fase paulista da República, caracterizada pela hegemonia do bom senso e da probidade.

Não podiam deixar de ser lembradas essas administrações fecundas, nem que fôsse em resumo e com o

cuidado especial de apenas ressaltar os fatos mais significativos.

Nos capítulos referentes ao govêrno de Tibiriçá em São Paulo e em outros assuntos, poderíamos ter acumulado estatísticas e material informativo. Mas optamos deliberadamente pela síntese, uma vez que o volume de dados em nada concorreria para esclarecer a filosofia dos acontecimentos.

Escrito parceladamente, mês a mês, para atender aos apelos do Digesto Econômico, o nosso ensaio ressentese naturalmente de deficiências de método e de factura que nem tentamos emendar.

É um subsídio — modestíssimo, repetimos — para que outros, mais habilitados¹ e com mais vagar, possam analisar e expor frutuosamente os factos de uma época que marcou decisivamente o papel de São Paulo na impulsão do progresso e da grandeza nacionais.

CAPÍTULO I

EM agôsto de 1911 o Comitê France-Amérique, oferecendo em Paris uma recepção em homenagem a várias individualidades da América Latina, convocou ao almoço organizado para êsse fim figuras de relêvo na política, nas letras, nas artes, nas ciências e no magistério francês.

A essa reunião, onde compareceram ministros, diplomatas, banqueiros, economistas e administradores das grandes emprêsas comerciais e industriais, os convidados de honra representando o Brasil foram o dr. Jorge Tibiriçá, antigo presidente do Estado de S. Paulo, e o senador Azeredo, influente prócer da política federal, ombreando quase em prestígio parlamentar com o seu colega Pinheiro Machado.

Em semelhantes festas trocam-se brindes e alocações. O famoso economista Anatole Leroy Beaulieu, membro do Instituto de França e diretor da Escola de Ciências Políticas, saudou os hóspedes da América Latina, salientando, como era de praxe, as afinidades de civilização e cultura entre a França e as grandes repúblicas sul-americanas. O sr. Jorge Tibiriçá, no mais puro francês, respondeu às boas-vindas do ilustre Mestre e exprimiu os sentimentos de simpatia que nutria pela França e a obra do Comitê France-Amérique, a que desejava emprestar sua colaboração no Estado de S. Paulo. Mostrou a seguir, em palavras aplaudidas calorosamente, as

razões que deviam aproximar países de cultura comum e tão aparentados nos domínios intelectual e econômico.

Muitas das pessoas participantes da recepção certamente se haviam revelado contrárias às medidas tomadas pelo govêrno Tibiriçá em defesa do café. Mas poucas se negariam agora a subscrever os comentários expendidos pela revista *France-Amérique*:

“O sr. Tibiriçá, último presidente do Estado-Império do Brasil, Estado de S. Paulo, foi com efeito um dos promotores, senão o principal, dessa medida arrojada e paradoxal, muito combatida, muito discutida e que ameaçou comprometer, por uns tempos, as relações financeiras daquele Estado com a Europa, mas finalmente salvou da ruína os plantadores de café; êle desenvolveu e completou os planos dos caminhos de ferro de S. Paulo, nos quais a França possui grandes interêsses. Educado no nosso país, falando admiravelmente nossa língua, merece nosso reconhecimento. Foi êle, de fato, quem contratou, a despeito de certas oposições encontradas no Rio, a nossa missão militar de *gendarmérie* em S. Paulo, e renovou por êstes dias o contrato por mais um ano, defendendo-a contra espíritos injustos e triunfando.

Foi também um dos que compreenderam a importância de uma colaboração íntima do Brasil e da França no progresso econômico do país; apreciou as vantagens do nosso ensino técnico e notadamente entregou a um professor, requerido ao nosso Ministro da Agricultura, o cargo de diretor do Instituto Agrônômico do Estado de S. Paulo, ocupado desde a fundação por especialistas vindos da Alemanha”.

Tais conceitos, de fonte estrangeira, resumindo perfeitamente alguns dos serviços prestados pelo nosso emi-

nente conterrâneo, já apontavam quanto o antigo presidente paulista tivera de lutar em prol da defesa da lavoura. Luta que pusera em perigo as boas relações de S. Paulo com poderosos meios financeiros do velho mundo. Com tenacidade, porém, Tibiriçá vencera. E vale a pena reproduzir a opinião externada sobre a grande empresa de valorização do café por um economista então muito em voga, o professor Charles Gide, catedrático no Colégio de França e autoridade tão acatada como Leroy Beaulieu:

“Esta gigantesca operação, dita *valorização do café*, para a qual o governo teve de adiantar 450 milhões de francos, foi vivamente criticada como antieconômica. Contudo, parece haver deixado resultados para estabilizar e mesmo levantar o preço do café. É verdade que, ao sustentar as cotações, a operação tinha que estimular o plantio, já excessivo e aumentar a superprodução. Mas o governo tomou as precauções necessárias contra esse risco ao regulamentar o plantio”.

O principal a consignar a respeito de tais comentários é que, apesar dos ataques dirigidos contra S. Paulo e a valorização, o nome do nosso Estado foi pôsto seguidamente em foco em toda a imprensa européia. Tanto economistas quanto comerciantes e banqueiros, bem como jornais diários, e revistas especializadas se ocuparam longamente do caso, chamando a atenção pública sobre a questão brasileira. Foi uma enorme propaganda da qual resultou um fato inegável, a saber, que um Estado brasileiro se atrevera a enfrentar as mais abalizadas correntes da doutrina econômica e todas as oposições dos círculos de financistas habituados a exercer irresistíveis pressões sobre os países sul-americanos, tidos como carentes de energia e dóceis solicitantes de empréstimos à

Europa. Um empreendimento da natureza da valorização, levado a efeito com tanta afoiteza, vinha seguramente consagrar novas diretrizes econômicas e, sobretudo, colocar em merecido realce o homem que arcara com tamanha responsabilidade.

* * *

A revista *France-Amérique* aproveitou o ensejo da presença do dr. Tibiriçá em Paris para solicitar-lhe uma entrevista sôbre assunto tão controvertido, pois a operação ainda continuava a ser alvo, por parte dos seus adversários da primeira hora, de um recrudescimento de hostilidades, a ponto de um jornal de Londres reclamar uma intervenção diplomática para obrigar o Brasil a desistir do plano de valorização.

“Não me apoquentam semelhantes ataques — declarou o sr. Tibiriçá. Costumo mesmo ignorar completamente o que podem escrever os adversários da valorização. Quanto ao jornal financeiro britânico de que se trata, é notório que sua acrimônia pelo govêrno do nosso país, em geral, se prende a razões particulares a êsse jornal.

A operação da valorização é devida a causas que conheceis. Para recordar as condições em que ela nasceu, basta-me recordar-vos o livro tão exato, tão documentado do sr. Pierre Denis.

A base mesma do sistema é esta verdade, que ressaí do estudo dos fatos, que a média da produção é inferior ao consumo. Por outro lado, resultava das informações colhidas por ocasião de se elaborar o plano, que nos outros Estados cafeeiros não havia possibilidade de aumentar a produção. Aliás, no último ano que pre-

cedeu a realização do nosso programa, o aumento da produção era especial a S. Paulo. E nesse Estado punham-lhe forçosamente um paradeiro os impostos sôbre as novas plantações. Esse impôsto, com efeito, não era inferior a 800 mil-réis por hectare.

Tôdas as pessoas ao corrente da cultura do café bem sabem que os anos de fortes colheitas são excepcionais. As três únicas a que assisti na minha carreira de agricultor são as de 1888, 1901 e 1906.

Cabia, portanto, simplesmente retirar do mercado o excedente de 1906 para escoá-lo nos anos seguintes e cobrir assim a insuficiência das próximas colheitas.

Quanto aos efeitos da operação, pode-se dizer que os produtores não foram os únicos beneficiados, mas também os consumidores, porque — notai bem — que teria sucedido a S. Paulo sem a valorização? A maior parte das culturas cafeeiras teria sido abandonada e os cafés estariam hoje na Europa a preços despropositados.

De resto, a operação é menos aleatória do que se pretende. Depois das vendas dêste ano — 1911 — sobram apenas 6.300.000 sacas. O govêrno, se o quisesse, encontraria comprador imediato. Em todo o caso, tudo será liquidado dentro de três anos. O comércio não foi lesado. Únicamente, repito, sofreram os especuladores a têrmo”.

A uma última pergunta, respondeu o sr. Tibiriçá: “Não desconheço as vantagens da policultura, mas já existe entre nós. Já produzimos, em quantidade suficiente para o nosso consumo, arroz, milho, feijão, mandioca, frutas, mas são artigos que não interessam à nossa exportação; e não poderíamos obrigar nossos cafeicultores a abandonarem suas culturas, como se a economia de um país se transformasse do dia para a noite!”.

Aí estavam, com franqueza e amplo conhecimento de causa, as linhas esquemáticas da valorização do café, contra a qual, dentro e fora do país, se haviam levantado furiosas oposições e verdadeiras conjuras da política e do financismo internacional. O homem público que aceitara travar uma batalha desse porte fôra, por vários anos, submetido a uma série de ameaças e a uma interminável catadupa de maus presságios. Era necessário possuir um ânimo de rara tẽmpera para aguentar, sem vacilações, os projéteis do ódio, da calúnia, do despeito e deixar resvalar sôbre uma couraça de paciência e de impassibilidade os golpes desferidos até por antigos amigos obnubilados pela paixão política.

Como vimos, Tibiriçá declarou na entrevista concedida aos jornalistas franceses que jamais se importara com os ataques dos adversários da valorização. Mas, na verdade, êsses ataques, tantas vêzes injustos e furibundos, lhe haviam causado muita mágoa e muitas desilusões. Ao findar o seu govêrno em 1908, o corajoso paladino da defesa cafeeira recomendou instantemente aos filhos que nunca fizessem política. E justificava êsse pedido, asseverando que “aquêles quatro anos de govêrno e a questão da valorização lhe haviam custado mais de dez anos de vida”.

Tal era o balanço dos esforços despendidos em prol de uma cruzada para salvar a máxima riqueza paulista. E, diante daquela confissão feita aos filhos, talvez se compreendam melhor hoje as palavras proferidas em junho de 1952 pelo sr. Getúlio Vargas, ao lançar em Minas Gerais a pedra fundamental de uma usina siderúrgica:

“Quando, pela primeira vez, assumi o govêrno, já trazia no pensamento o desejo de incentivar a criação da grande indústria siderúrgica no país. A 23 de feve-

reiro de 1931, visitando Belo Horizonte, eu anunciava ao povo o início dessa campanha, depois de mostrar que o problema máximo de nossa economia era o siderúrgico. Preconizei a necessidade de explorar quanto antes as imensas jazidas de ferro de Minas Gerais. Mais de vinte anos se passaram e hoje verifico ter sido obra integral do meu governo, através de lutas que só Deus e eu sabemos quanto me custaram, o extraordinário surto das indústrias do aço no Brasil”.

Café, siderurgia... E o petróleo?

* * *

JORGE TIBIRIÇÁ PIRATININGA — Esse paulista, portador de dois sobrenomes tipicamente indígenas, o primeiro de um cacique célebre e o segundo de território natal, nascera em Paris, em 1855, filho de pai brasileiro e de mãe francesa e fizera quase toda a educação na Europa, diplomando-se engenheiro-agrônomo na Alemanha e doutor em filosofia na Suíça.

Origem

Não obstante essa modelação intelectual quase totalmente européia, pertencia êle por tôdas as fibras a um dos mais velhos troncos paulistas, daqueles que se fazem remontar à Capitania de S. Vicente e à segunda expedição de Martim Afonso de Souza. Essa velha estirpe costumava, à maneira dos fidalgos do reino, cultivar a tradição de família e acompanhar a ramificação da árvore genealógica. Uns tantos linhagistas de fan-

tasia, à cata de antepassados, procuram descobrir para a antiga gente da terra ascendências nobres que se perdem na noite dos tempos. Cuidam de subir à Casa d'Avis, aos capetianos, aos merovíngios e talvez aos rebentos bíblicos. São fantasias perfeitamente inúteis. Basta tomar por ponto de partida os primeiros povoaamentos da Terra de Santa Cruz para firmar brasões que valem mais do que tôdas as heráldicas, pois nos primórdios da colonização brasileira apontam-se elementos lusitanos ou a serviço de Portugal, em que se depa-ram qualidades de energia e virtude que honrariam qual-quer raça. Não necessitam êles de glórias imaginárias, de ficções e de narrativas exageradas para merecer a consagração que a história lhes tributa com tôda a justiça. Basta notar que os portugueses, quando ainda senhores do Brasil, inúmeras vêzes mencionaram, seja pela pala-vra de altos funcionários da coroa, seja pelas referên-cias de observadores e viajantes, as qualidades excep-cionais dos paulistas, o destemor e a inteireza dos habi-tantes da Capitania que o capitão-geral Bernardo José de Lorena, ao mandar determinar exatamente a latitude da cidade de S. Paulo, citava como "a mais antiga e por isso a mais respeitável de tôda a América portu-guêsa". Além da circunstância de antiguidade que a tornava célula-máter do Brasil, dita Capitania fôra po-voada por elementos de escol da metrópole, entre os quais se reviam os predicados de vigor físico e moral de que deram tantas provas os portugueses no decurso de sua epopéia de descobrimento e colonização. Acresce que o condicionalismo topográfico da terra bandeirante ge-rou características que podemos considerar como únicas em todo o continente americano. A direção da Serra do Mar, separada do litoral por estreita faixa de solo, dificultou imensamente o acesso ao planalto e ao mesmo

tempo constituiu obstáculo ao ritmo normal do intercâmbio e das comunicações com o resto do mundo. É um fenômeno que já distingue, de maneira destacada, as particularidades de formação e crescimento de S. Paulo, imprimindo-lhes peculiaridades bem acentuadas e profundamente originais. Em lugar de se fixarem na faixa costeira, os paulistas executaram uma obra de penetração e pioneirismo que figura, sem dúvida, entre as mais arrojadas que se conhecem na história.

Entretanto, e sem nenhuma pretensão de consignar novidades, é curioso assinalar que, dentre as terras pertencentes à coroa portuguesa, S. Paulo, apesar das famigeradas incursões sertanistas, permaneceu até a independência e mesmo até o primeiro terço do século passado, uma das zonas mais pobres do Brasil. É fácil comprovar a inexistência de edifícios coloniais dignos de registro, dado que os habitantes, levados pelo espírito de aventura, se tornaram os principais construtores da riqueza material de Minas Gerais, enquanto a sua terra guardou a fisionomia de um acampamento paupérrimo, onde vilas e povoações mal passavam de simples marcos geográficos. Donde é lícito concluir que o bandeirismo com todo o seu cortejo lendário de bravura e barbárie, em busca do ouro e índios, resultou para a gente do planalto num fator de debilitação e empobrecimento. O ouro deixou atrás de si lavras que consistiam em montes de cascalho e terras abandonadas, atestando somente que reservas descomunais de energia serviram primordialmente para enriquecer Portugal e beneficiar terras vizinhas. Explica-se então como, por mais de um século, a terra paulista ficou, a bem dizer, reduzida a pequenos núcleos sem valor econômico e de simples sub-

sistência. Gastas pròdigamente as fôrças em proveito alheio, só restava a S. Paulo, no início do século XIX, um potencial de energias humanas à espera de novos surtos de atividade.

O século dezenove é que vai movimentar essas fôrças e obrigar o paulista empobrecido a constituir um patrimônio verdadeiramente estável. O homem errante, cansado de peregrinações estéreis e depois de um período em que vëgetou em situação mesquinha, sentirá de novo o despertar de sua fôrça interior, desta vez para lavar a terra e obter o ouro em troca de um labor intenso e bem dirigido. Do passado ficará a lembrança de altos feitos, o colorido de glória e orgulho ligado aos esforços para colhêr um ouro que se evaporou todo e, depois de parar um pouco nas arcas lusitanas, foi recheiar os cofres do Vaticano. Os descendentes dos bandeirantes, conforme se verifica pelos inventários publicados, não tinham riquezas monetárias a transmitir aos filhos, pois o ouro que não passara para Roma estava transformado em libras esterlinas. O capital disponível consistia numa pequena agricultura de cereais e de açúcar e numa limitada indústria pastoril de processos muito empíricos. Os mais opulentos possuíam sítios em que ocupavam algumas dezenas de escravos, único instrumento para proceder ao amanho de glebas cansadas.

Tornado o Brasil independente e com a participação ativa de ilustres paulistas, chegara a hora de o arcabouço social, formado pelas antigas famílias bandeirantes, operar a obra de fixação à terra e reabilitar-se de sua decadência patrimonial.

S. Paulo era uma província pobre, mas de ânimo fortíssimo, pronta a operar rapidamente milagres de

dinamismo e eficiência. No século XIX renascerá um pioneirismo que atuará em profundidade, em vez de se perder em peripécias dispersivas.

Ora, o núcleo paulista que indubitavelmente reunira os mais fortes elementos da época colonial não havia de sucumbir, envolto no sudário de suas gloriosas aventuras. Varões de apelidos ilustres, afeitos à luta e cheios de nervo e combatividade, voltariam em breve os seus esforços para um filão bem superior ao do metal amarelo, o filão de uma terra realmente dadivosa e fecunda, domínio de fertilidade ímpar no Brasil e que logo restabeleceria a preponderância do povo de Piratininga.

É entre essa gente que vamos encontrar, no vale do Tietê, a família de onde deriva Jorge Tibiriçá Piratininga.

Seu pai, João Tibiriçá Piratininga de Almeida Prado, era membro de um desses troncos bandeirantes que se incorporaram aos fundadores da famosa cidade, da qual se pode dizer que era "superpaulista", como superalemã era Nurembergue na opinião dos nacionalistas germânicos.

Itu

E realmente não é possível desvincular a história de S. Paulo do nome de Itu, desdobramento do reduto bandeirante de Parnaíba, fundada em 1654, undécimo ano do reinado de D. João IV, 8.º Duque de Bragança, por Domingos Fernandes e seu genro Cristóvão Dinis. Elevada a cabeça de comarca em 1811, a terceira da Capitania, recebeu Itu, a 17 de março de 1817, o título de fidelíssima. Finalmente foi erigida a cidade pela

lei provincial de 5 de fevereiro de 1842. Aí estão as promoções administrativas. Mas não é pelo que lhe deram que Itu se impôs à comunidade paulista. É pelo que ela deu, bastando citar entre tantos brasileiros que tiveram por berço a bela cidade: Senador Francisco de Paula Souza e Melo; Conselheiro dr. Antônio de Paula Souza; naturalista João Tibiriçá Piratininga; o músico Miguel Arcanjo da Silva Dutra; os artistas Elias Lôbo e José Mariano; o pintor José Ferraz de Almeida Júnior. E não esqueçamos o grande Feijó, regente do Império, revoltoso liberal em 1842, padre de idéias avançadas e, pelos serviços que prestou à pátria, um dos estadistas que salvaram e cimentaram a unidade nacional.

Ganharam justo renome os ituanos como espíritos independentes, imbuídos de idéias liberais, ao mesmo tempo que tenazes trabalhadores e cheios de iniciativa. Como alguns centros puritanos da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, Itu se tornou célula germinativa de outros núcleos paulistas impelidos no caminho do progresso material e mental por descendentes de famílias ituanas. Mercê da vivacidade de seus habitantes e da inteligência e capacidade de sua elite, Itu, impregnada de fortes sentimentos localistas, contou com beneméritos filhos que se devotaram a muitas obras pias e de filantropia. Orgulhavam-se com razão os ituanos de suas igrejas, conventos e seminários, hospícios e Santa Casa de Misericórdia. Em 1806 o padre Antônio Pacheco e Silva fundou um hospital de lázaros a que consagrou a sua fortuna e tôdas as suas fôrças. Por iniciativa exclusivamente local fundaram-se também escolas e colégios em época em que a instrução era bem pouco divulgada no Brasil e o analfabetismo quase ge-

neralizado entre as mulheres, mesmo as da sociedade dominante.

Citemos, em abono de Itu e de seus foros de liberalismo, a corajosa atitude tomada pela sua Câmara Municipal, ao apresentar emendas à Constituição oferecida ao país por D. Pedro I, após a dissolução da Constituinte.

A edilidade ituana, frisando os direitos imprescritíveis do povo brasileiro, exarou reflexões muito judiciosas para a garantia da representação nacional, a composição do Senado, as eleições distritais, os rendimentos para votar e ser eleitor, a dissolução da Câmara, o direito da imprensa, etc.

Tais reflexões, marcando a independência com que Itu se portou em face da quase unanimidade com que fôra aprovado o texto do projeto da Constituição Imperial, foram assinaladas por João Paulo Xavier, José Galvão de Barros França, Diogo Antônio Feijó, José Rodrigues do Amaral e Melo, Cândido José da Mota, Fernando Dias Pais Leme, Manuel Ferraz de Camargo, Francisco Leite Ribeiro, Antônio Pacheco Fonseca e João de Almeida Prado, pai de João Tibiriçá Piratininga e avô de Jorge Tibiriçá.

Não admira que de um centro tão cioso dos princípios que devem reger a nação partisse mais tarde, depois de 1870, o toque de reunir dos republicanos da província, na memorável Convenção em que se formularam os postulados do regime destinado a substituir a monarquia. Dê certo, nem todos os ituanos acompanharam o manifesto convencional. Muitos continuaram fiéis ao Império. Por qualquer forma a cidadela “superpaulista” bem merece, à vista dos símbolos componentes de suas armas, ser considerada “superbrasileira”. Brasão muito significativo, pois figura uma cota de ar-

mas sôbre um escudo encimado por ameias e ladeado por bandeiras nacionais, repousando o conjunto sôbre uma faixa ondeante, com esta legenda patriótica: “Amplior e liberior per me Brasilia”.

Viagem à Europa

Por volta de 1848, provávelmente quando a província estava sob a presidência de Vicente Pires da Mota, João Tibiriçá, pai, decidiu que o filho fôsse estudar na Europa. Fazia questão de uma educação aprimorada para o jovem João, requisito que difficilmente se encontraria no S. Paulo contemporâneo, muito falto de estabelecimentos de ensino.

Com efeito, a basear-nos na informação prestada no relatório de 1848 pelo presidente Domiciano Leite Ribeiro, além dos 116 estudantes matriculados na Academia Jurídica, existiam ainda: “Aulas de zoologia, moral e dogmática; Escola Normal; Gabinete Topográfico; Seminários de Itu, masculino e feminino; Seminário de Santana; Seminário de Educandas; Aulas de Gramática Latina e Francesa”. A instrução primária era ministrada por 150 escolas e estavam criados dois liceus, os de Curitiba e Taubaté. Em matéria de órgãos educativos e culturais, era uma organização bem magra e deficiente.

João Tibiriçá, pai, nascido ainda sob o domínio luso no Brasil, fôra estudar em Coimbra como ocorria com muitos filhos de famílias de escol. Na vetusta universidade, que representava em Portugal o correspondente da famosa Salamanca de Espanha, formou-se em leis, concluindo o curso consoante os programas e a nova

orientação seguida depois da reforma pombalina. Advogado hábil e bem versado no direito civil, disciplina ensinada com proficiência por Coelho da Rocha, alcançou êxito em diversas demandas relacionadas com vários bens e terras, recebidos por seu casamento com a rica viúva Camargo Ribeiro. Logrou deslindar e resolver antigos litígios pendentes há muitos anos, e assim consolidar vultoso patrimônio que abrangia fazendas, terras e imóveis no município de Itu.

Não obstante essa formação portuguesa, optava agora pela França para os estudos do filho, visto que depois da independência e dos ressentimentos criados pelas desavenças entre partidários de D. Pedro e recolonizadores, baixara muito o prestígio da antiga metrópole. Os brasileiros, como em geral os outros sul-americanos, iam agora buscar as fontes intelectuais da França e de outros países europeus e passavam por cima da península ibérica para demandar diretamente Paris, a Bélgica e a Suíça, como se o saber, as escolas e a civilização moderna comesçassem depois da fronteira dos Pireneus.

Se a situação em S. Paulo, no que se refere ao ensino e às possibilidades de cultura intelectual e científica era muito precária, não se dava o mesmo com a situação econômica. Consignava um dos administradores precedentes que os capitais encontravam emprego fácil e independente de quaisquer sacrifícios. Apagados os ressentimentos da revolta de 1842, reinava uma atmosfera de conagração e de união, em virtude da anistia concedida em 1843.

Na capital até então exclusivamente iluminada a lampiões de azeite, planeavam-se várias obras e entre elas um monumento no Ipiranga para comemorar o maior feito da história pátria. Previa-se como notável me-

lhoramento a iluminação a gás mediante contrato assinado com o concessionário Afonso Milliet. Pena que o progresso em luzes não fôsse acompanhado pelo do serviço de águas, como se verificara no Piques, praticamente arrasado pela enxurrada depois de um período de chuvas violentas. Temia-se até que o arrombamento do açude Reiúno viesse a varrer tôdas as casas do vale Anhangabaú!

O último relatório presidencial expunha também com pormenores o assunto das estradas, por ser o mais relevante para os interesses da provincia. Sem comunicações, estancar-se-iam tôdas as atividades agrícolas e era urgente facilitar a circulação dos gêneros essenciaes de que dependia a receita paulista.

Quando João Tibiriçá, filho, rumou para Santos, a fim de ali embarcar num veleiro com destino à Europa, encontrou o aterrado do Cubatão muito danificado pelas chuvas e a ponte do Casqueiro desmantelada e quase em ruínas, deixando a custo passar as tropas.

Aos vinte e um anos de idade João Tibiriçá, filho, tomou contacto com a Europa, desembarcando em Bordéus, pôrto de escala da fragata inglêsa que tomara em Santos. A Inglaterra detinha a maior parte do comércio com a América do Sul e já organizara importantes companhias de navegação para os Estados Unidos, com os quais sustentava carreiras regulares de vapores. Em Hamburgo também se fundara a *Hamburg Amerika* em 1847. Quanto às linhas francesas, a primeira seria a *Messageries Maritimes* que remonta a 1851. Para passageiros, afora essas poucas companhias, os transportes se efetuavam em embarcações pertencentes a armadores, que longo tempo ainda disputaram os fretes às emprêsas importantes, subvencionadas por diversos Estados europeus.

Em matéria de caminhos de ferro o país mais bem servido do velho mundo era a Inglaterra, tendo em vista que ali se desenvolveram em primeira mão as indústrias movidas a vapor e circulou o primeiro comboio puxado por locomotiva. Em França, a primeira estrada a tração mecânica foi a de Lião a Saint-Etienne, com alguns ramais menores, tanto assim que em 1841 a França só dispunha de 500 quilômetros de vias férreas. Do ano seguinte em diante é que esse meio de transporte se expandiu com o auxílio do Estado e garantia de juros. Em 1848 já se exploravam 2.000 quilômetros e, em 1852, a rede atingiu a 3.500. Nessa data principiou a intervenção mais ativa do poder público para garantir as concessões e financiamentos necessários.

Praticamente, as comunicações em França, dada a pequena extensão de trilhos em 1848, não diferiam muito das conhecidas no Brasil. As grandes estradas eram mal pavimentadas e existiam poucos caminhos vicinais. As malas postais, que eram os veículos mais rápidos, faziam sete quilômetros por hora, mas só podiam aceitar quatro passageiros. As diligências, no mesmo tempo, faziam a metade do trajeto e conduziam os viajantes em cinco dias de Paris a Bordéus.

Cabe lembrar nesta altura que o espírito progressista dos paulistas de há muito se empenhara pela realização das ferrovias na província. A 31 de outubro de 1835, o Regente Feijó, ituano e conterrâneo de João de Almeida Prado promulgara a lei n.º 100, estabelecendo as condições para as concessões de estradas de ferro. E não é possível omitir os esforços despendidos por Frederico Fomm, sócio gerente da firma Viúva Aguiar, Filhos & Cia. para desenvolver as relações marítimas com a Europa e fazer a ligação ferroviária de Santos com o planalto.

Quando só havia para o Brasil navegação a vela, Frederico Fomm dirigiu-se a Londres em 1830, procurando os banqueiros Rothschild e conferenciou com Sir George Mills, engenheiro da *Royal Mail Steam Packet*, cujos vapores trafegavam entre Southampton e as Antilhas. Para transplantar a estrada de ferro para o nosso país, Fomm contratou o engenheiro inglês Mor-nay e obteve da Assembléia Provincial a concessão para a firma da Viúva Aguiar construir os planos inclinados, projeto que foi submetido à análise de George Stephenson e por êle aprovado. Frederico Fomm procurou os capitais para tal empreendimento e confiou os documentos e papéis ao Marquês de Montalegre que os entregou a Mauá e que serviram de base aos estudos da Santos-Jundiaí, sendo vendidos à *Inglêsa* por quarenta mil libras esterlinas.

Numa certa medida os paulistas demonstravam estar mais dispostos do que os franceses a aceitar a inovação ferroviária. Quando em França se ventilou a questão e se estudou, entre os primeiros traçados, a linha Paris-Bordéus, o ministro Thiers, que mais tarde seria o primeiro presidente da terceira República, mofou da idéia e a considerou esdrúxula, alegando que seria positivamente absurdo empatar tamanho capital para o transporte de insignificante número de viajantes. Fazia Thiers o cálculo, baseando-se no número de pessoas que transitavam entre as duas cidades, não levando em conta que melhores condições e oportunidades forçosamente aumentariam o movimento de passageiros. Estas considerações não escapavam aos paulistas, ao pensarem na construção de uma estrada destinada a galgar o planalto, pois bem sabiam êles que o progresso nos transportes viria incrementar a produção da província e despertar o estímulo dos agricultores.

O certo é que João Tibiriçá não encontrou muito maiores facilidades no trânsito para Paris do que no itinerário São Paulo-Itu. De certo, as estalagens eram um pouco melhores que os pousos e ranchos do nosso interior e as refeições mais variadas e regadas de vinhos agradáveis. Mas, quanto à rapidez da viagem, as etapas não acusavam melhor andadura nos cavalos das diligências que nas mulas brasileiras. Com o correr dos séculos, não haviam mudado as possibilidades dos semoventes, de sorte que os europeus não se locomoviam melhor do que nos tempos do Império romano ou no Brasil do carro de bois.

Ao chegar a Paris, a estação em que apeou assemelhava-se a um grande pátio repleto de carruagens que, após dias e dias de percurso a cinco quilômetros por hora, despejavam viajantes exaustos e moídos pelo sacolejar desses veículos. Grande, porém, foi a alegria do jovem brasileiro ao ser logo abraçado por dois conterrâneos que já residiam há alguns anos na capital francesa. Eram os ituanos Rafael Pais de Barros, mais tarde Barão de Piracicaba, e João de Paula Souza, pai do educador Rui de Paula Souza e médico formado na Bélgica. Ambos receberam o seu patricio com as efusões naturais de amigos também ligados por laços de parentesco indireto. A esse grupo veio alguns dias mais tarde juntar-se outro ituano, da família Pacheco e Silva, a quem fôra dado presenciar nos anos anteriores os empolgantes eventos que mudaram a face política da Europa.

Esse círculo de paulistas e ituanos, todos de famílias ilustres e abastadas, vivia em Paris com fartas mesadas, pois as famílias não regateavam recursos aos jovens que

estudavam na Europa. Ansiosa por impulsionar o progresso de sua terra, a velha gente de Piratininga sabia o valor da preparação da mocidade no estrangeiro e esperava que ela se habilitasse ao mesmo tempo para o exercício de profissões liberais e para assumir a direção de importantes estabelecimentos agrícolas, e, se possível, de manufaturas de que muito carecia a província, obrigada a importar quase todos os artefatos e utilidades de uso caseiro ou de serventia nas lavouras. Essa esperança seria plenamente satisfeita dentro de poucos anos, porque a ituanos é que caberá a honra de montar indústrias têxteis de grande porte, como as dos Pais de Barros, na capital, e da Companhia Anhaia & Mendes, em Itu. Essas iniciativas, muito anteriores ao surto manufatureiro coincidente com o crescimento da imigração, são o índice da previsão e eficiência da antiga gente bandeirante, pioneiros em todos os ramos de atividade e não apenas senhores agrícolas.

A vida em Paris

Em Paris, como em outros centros da Europa, êsses paulistas cuidavam de sua preparação técnica e intelectual, mas não há negar que se despendiam grandes quantias com os atrativos da vida parisiense. A brilhante capital, sem possuir a monumentalidade de aspectos que ostentará depois de vasta reforma começada sob o segundo Império e prolongada até 1870, exhibe, contudo, aos estrangeiros, um conjunto de prazeres e curiosidades sem igual em outras cidades. O comércio aumentava em notáveis proporções e oferecia a uma rica clientela tôda sorte de artigos tentadores e novidades fabricados

por uma indústria que ensaiava os primeiros passos da produção competitiva e em grande massa. Os brasileiros apreciavam muito os passeios de ônibus na "imperial", isto é, nos assentos sobre a cobertura de onde se divisa bem o movimento das ruas. Deliciavam-se com as excursões de carro nos arredores e não lhes faltava escolha para as casas de diversões e teatros já existentes em grande número. Entre o Palais Royal e a Madeleine deparavam-se as lojas de modas mais afamadas e armazéns ornados de vitrinas com objetos de luxo. Modistas e costureiras pululavam e algumas, que lançavam as modas, já cobravam verdadeiras fortunas para o vestuário feminino. Note-se que na Paris de 1845 a 1850 os homens de recursos trajavam com apuro de elegância e capricho e gastavam quase tanto como as mulheres para figurar como "dandies". Nos interiores, embora o conforto não fôsse muito superior ao do século XVIII, usavam-se móveis mais adaptados ao repouso e bem-estar do que destinados somente ao prazer estético dos olhos. As famílias dêsse período gostam da rua, mas apreciam um ambiente em que podem dormir em boas camas, estirar-se em sofás bem macios e gozar o descanso em amplas e bem estofadas poltronas.

Nos primeiros tempos de sua estada em Paris, João Tibiriçá familiarizou-se logo com os encantamentos que entusiasman os estrangeiros. A célebre cidade já contava de sobra com elementos para contentar todos os paladares. Aos estudiosos e amantes da arte e da tradição mostrava a série infinita de seus palácios, antigos e modernos, desde os de procedência medieval ou mesmo mais remota, até as mais recentes construções no estilo "restauração", sem grande originalidade, mas providas de

requisites de decoração neo-clássica. Aos amigos dos prazeres Paris sem dúvida já se afigurava como a grande feira de vaidades e sensações. Mundanas, artistas e tôda uma categoria de semimundanas, cativantes de beleza e de espírito, alimentavam as crônicas da imprensa e os rumores dos bulevares. Inspiravam às vêzes os poetas. Reservavam provavelmente as melhores seduções aos milionários e magnatas, espécie de gente que principiava a proliferar nesses dias em que a literatura era romântica e os costumes da sociedade, bem prosaicos, porque fundados nas preocupações de uma burguesia comodista e extremamente apegada ao dinheiro. Burguesia que Balzac descreveu muito bem e cuja índole quadra com as mudanças na técnica, no comércio e na transformação fabril.

Paris era o foco mais vibrante e atraente nessa Europa dos meados do século XIX. Para êle confluíam espíritos de escol do mundo inteiro e homens de energia e imaginação, animados pelo propósito de realizar operações lucrativas.

Os dois banqueiros, irmãos James e Salomon Rothschild, encarnam a alta finança que se impõe a todos os governos da Europa e até faz adiantamentos para as guerras ou mudanças políticas. Outro banqueiro, Lafitte, custeara sabidamente a revolução de julho de 1830 para derrubar o rei Carlos X. Os irmãos Pereire, israelitas dê origem portugueza, personificam o tipo de homens de negócios que mobilizam e investem capitais, fundam emprêsas de envergadura como companhias de navegação e estradas de ferro. Essa gente, como diz o poeta Heine, opõe à velha nobreza de sangue o Versalhes da superioridade do dinheiro, e, afinal, nada mais faz do

que seguir o lema da burguesia lançado por Guizot: "Enriquecei-vos!" É o mesmo conselho que o presidente Hoover dará aos americanos nas vésperas da terrificante crise de 1929.

Os últimos dias do reino de Luís Filipe marcam o fim de uma Paris onde subsistem vestígios dos séculos passados, predominantes ainda na fisionomia geral da cidade. Em 1848, os bairros centrais e as zonas de maior movimento comercial oferecem aos parisienses as mesmas ruas e inúmeras edificações dos tempos da revolução e dos reinados anteriores. Na ilha de Cité, a meio do Sena, perpetua-se uma zona de cunho francamente medieval, um horrível amontoado de vielas escuras e sem ar, incubadoras de vícios e misérias, apenas interessantes para saudosistas e amadores de amostras históricas e arqueológicas. Os que desejavam preservar essas reminiscências tumulares tinham antes que torná-las museus e não habitações de seres humanos.

Um sem-número de mostrengos e atentados contra a higiene continua a desadornar a cidade, pôsto que nas velhas galerias do Palais Royal e nos bulevares se alinhem lojas suntuosas e montras sortidas de artigos tentadores, entre teatros e cafés frequentados por uma sociedade que não olha a despesas e pretende fruir a vida num século que os poetas descrevem como de aborrecimento e de tédio.

Mas a Paris de 1848 não possuía as perspectivas que surgirão com as reformas de Hausmann. Dentro de poucos anos é que se tornará bem mais faceira e engalanada de prédios imponentes. Ganhará de vez o direito de usar o título de *cidade-luz*, foco de atração e fulgor para os estrangeiros de carteira bem recheada. Será a Paris de Eça de Queiroz, de Eduardo Prado, do *french*

can can, que agora está renascendo em cabarés existencialistas, como fator de *sex-appeal*. A Paris cercada de uma aura de internacionalismo artístico, literário e científico e que exercerá fascínio incomum sobre os sul-americanos, considerados como *rastas*, como indivíduos exóticos, de costeletas nas faces e brilhantes nos dedos, sempre de moral equívoca e gastando um dinheiro de procedência escusa.

A Paris que João de Almeida Prado e seus amigos ituanos conheceram de 1846 a 1850, já possui uma imprensa em franco desenvolvimento, graças aos métodos comerciais adotados com a ajuda de financistas que descobrem a vantagem de amparar negócios mediante o chamariz de uma hábil publicidade.

Esboça-se, outrossim, a formação de agrupamentos de comerciantes e industriais rapidamente aquinhoados com vultosas fortunas e cuja influência se projeta nos meios políticos. Em face dessa minoria de argentários, a burguesia, respeitadora dos privilégios do dinheiro, cuida de amealhar pecúlios e aumentar os lucros à custa do jôgo de bolsa e da poupança. O que ela quer é desfrutar seus bens em paz, numa atmosfera de segurança, em que a vida possa decorrer isenta de acontecimentos turbulentos e propícia à estabilidade patrimonial. Essa burguesia, pacata e egoísta, perfeitamente situada no "meio termo" das idéias e da repartição econômica, é o baluarte da monarquia constitucional que ela defende, quando necessário de armas na mão, já que a guarda nacional é o guarda-costas do regime.

Há um reverso nesse quadro de tranquilidade e bem-estar. Em baixo da escala social o povo, pèssimamente alojado em bairros completamente destituídos de higiene, passa a existência em cortiços alugados a preços de ex-

torsão. Mal alimentado e sem fogo no inverno, o povo moureja à média de quinze horas por dia, recebendo salários irrisórios e necessitando ainda do labor auxiliar das mulheres e crianças. Segundo referem os documentos desse período, os operários, sujeitos a tarefas estafantes nas fábricas e oficinas, esmagados de sacrifícios e privações, deixavam antever o ambiente no qual havia de se originar, em breve, um surto de violentas reivindicações.

Pará atenuar êsses males o poder público não intervinha em questões de salários e desemprego, de sorte que restava o corretivo da caridade, ministrada por particulares e de forma muito insuficiente.

Um dos respiradouros dessa sociedade, tão radicalmente dividida em classes sem comunicação recíproca, era a imprensa, através de cujos artigos e caricaturas os escritores e artistas favoráveis à defesa do povo criticavam com sarcasmos e representavam em traços ridículos o govêrno e a própria casa real. Êsse jornalismo, cuja circulação pôde aumentar por meio da divulgação de órgãos baratos e servidos por profissionais talentosos e de espírito mordaz, propagou planos de reforma e trouxe a lume muitas das utopias preconizadas para descobrir a felicidade humana. Espalharam-se, destarte, as idéias de Saint-Simon, de Fourier, de Proudhon, juntamente com os primeiros ensaios da doutrinação comunista, esta por via de hábil infiltração nos meios operários e sem dúvida de acôrdo com as táticas das associações secretas.

Nesse conjunto de apostolados nem faltaram as propagandas em prol dos direitos femininos e naturalmente o calor das prédicas estudantis, já que a mocidade se empolga por um mundo melhor.

A Revolução de 1848

Foi sob a influência desses fatores que se elaborou a revolução de 1848 e com a preparação dos espíritos auxiliada pelas más colheitas, pelos abusos da agiotagem e por uma série de escândalos político-sociais.

Esses fatos despertaram uma epidemia de banquetes, meio a que recorriam os reformistas para concretizar os protestos e facultar os desabafos verbais em ambiente próprio a inspirar oradores de comício e arrancar aplausos aos convivas. Seguiram-se em poucos dias banquetes de associações fraternais de operários, banquetes de mulheres socialistas, banquetes igualitários que lembravam os da grande revolução nos dias do Terror.

O rei Luís Filipe tentou negociar, despachar o ministério de Guizot. Mas as próprias tropas incumbidas de manter o serviço de ordem nas ruas deram azo a que se trocassem provocações que deflagraram a centelha inicial. Estabeleceu-se a luta devido a choques que causaram mortos e feridos. Habitado aos combates de barricadas e experimentado pelas revoltas anteriores o povo trancou as ruas, ergueu trincheiras de paralelepípedos e carroças e travou cerrada fuzilaria com a força legal. Rápida e deram-se defecções em favor dos insurgentes, de modo que a tropa, desanimada, entrou a recuar e ceder as melhores posições aos grupos de assalto, cujas balas vieram varar as próprias janelas do palácio real. Luís Filipe, em derradeiro esforço para salvar a dinastia, abdicou em favor de seu neto, o Conde de Paris, mas quando a Regente procurou tomar posse no parlamento foi escoraçada pelos contingentes revolucionários que invadiram o recinto.

Foi o instante de notoriedade do grande poeta Lamartine que, após horas seguidas de orações vazadas no mais puro estilo do romantismo, logrou conter os elementos mais exaltados e formar um governo republicano, muito heterogêneo, mas do qual, pela primeira vez na história, fizeram parte um radical e um autêntico operário. Era o prólogo, muito bem tramado, do comunismo nascente.

A esse governo republicano, por influência de Lamartine, coube repelir o pendão vermelho e escolher de novo a bandeira tricolor, velho emblema que, no dizer do ilustre poeta e estadista, “tinha dado volta ao mundo com o nome, a glória e a liberdade da pátria”.

A revolução de fevereiro acarretava a liberdade política e o sufrágio universal. Mas, para enfrentar as aperturas da crise econômica lançou mão o governo dos “ateliers nacionais”, processo que foi reputado ingênuo, quando na verdade precedia de quase um século as teorias modernas relativas à execução de trabalhos públicos para atalhar as crises de desemprego. Em 1848, a revolução valeu-se de métodos que o sr. Roosevelt vai utilizar no *New Deal* para tentar pôr termo a uma convulsão econômica cuja amplitude desafiou a sabedoria de bateladas de homens de estado, de homens de negócio e de economistas.

Reproduzamos o preâmbulo da proclamação da Assembléia Nacional, a fim de lembrar o caráter idealístico dessa república, inspirada em parte nos postulados de 1789, pôsto que temperada por considerações atinentes à supremacia da burguesia e à necessidade de fazer concessões mais amplas às classes trabalhadoras. A Constituição de 1848 é um estatuto eminentemente concilia-

dor que se esforça por permanecer no terreno da ordem e afastar os extremismos sociais em pleha fermentação.

Eis os artigos iniciais dessa Constituição que a Assembléia Nacional proclamou em nome de Deus em presença do povo francês :

I

A França constituiu-se em República: Ao adotar esta forma definitiva de govêrno, propôs-se por alvo marchar mais livremente na rota do progresso e da civilização, a fim de assegurar uma repartição cada vez mais equitativa dos encargos e das vantagens da sociedade, de aumentar o bem-estar de cada um pela redução graduada das despesas públicas e dos impostos, e de fazer chegar todos os cidadãos, sem nova comoção, pela ação sucessiva e constante das instituições e das leis, a um grau sempre mais elevado de moralidade, de luzes e de bem estar.

II

A República Francesa é democrática, una e indivisível.

III

Ela reconhece direitos e deveres anteriores e superiores às leis positivas.

IV

Ela tem por princípio: a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. Ela tem por base: a família, o trabalho, a propriedade e a ordem pública.

V

Ela respeita as nacionalidades estrangeiras como entende fazer respeitar a sua; não empreende nenhuma guerra com propósito de conquistas, e não emprega nunca as suas forças contra a liberdade de nenhum povo.

VI

Deveres recíprocos obrigam os cidadãos para com a República e a República para com os cidadãos.

VII

Os cidadãos devem amar a Pátria, servir a República, defendê-la à custa da vida, participar nos encargos do Estado na proporção de sua fortuna; devem assegurar-se, pelo trabalho, meios de existência, e, pela previdência, recursos para o porvir; devem concorrer para o bem-estar comum.

.....

Ressai de leve leitura a feição cautelosa dessa República, moralista e sentenciosa, pregadora da fraternidade e inclinada à poupança e à previdência, por forma a garantir a propriedade e a ordem pública contra as revoluções de fundo socialista.

República que procurou combinar a generosidade de pensamentos bem intencionados com o senso prático de burgueses ciosos de resguardar a fortuna e de não serem gravados com impostos excessivos.

Uma inovação na Constituição republicana que talvez não agradasse a todos os brasileiros da classe agrária era a que determinava a abolição da escravatura dos pretos nas colônias francesas, ao mesmo tempo que filósofos, publicistas e clérigos aconselhavam a extinguir preconceitos de raças e a proclamar a igualdade política e civil para os homens de tôdas as côres. O respeito à justiça mandava aceitar a tese sem discussão e repelir o execrável legado da barbárie antiga que ainda enodoava e poluía a civilização. Desgraçadamente interesses enormes ainda impediam que muitos lavradores, mesmo os mais obedientes ao culto católico, pudessem declarar, como o Barão de Sousa Queirós, que "os seus lábios se queimavam ao pronunciar a palavra escravo". Sem o motor humano a lavoura brasileira pereceria sem apêlo, pois a economia nacional não dispunha de outra fonte de trabalho.

Passada a revolução, não findou a fase revolucionária. Se a burguesia e os homens de negócios desejavam ardentemente a paz e queriam consolidar a república e assentar o regime em benefício das classes dominantes, as massas populares não partilhavam êsse ponto de vista e aspiravam a satisfazer muitas reivindicações. Manifestavam públicamente seu descontentamento e, no mês de maio, tomaram por pretexto a causa da Polônia para

apresentar diretamente à Assembléia uma petição em favor desse infornado país tiranizado pela autocracia russa.

O sistema dos *ateliers nacionais*, mal dirigido e conduzido como simples expediente para ganhar tempo e mitigar um pouco a fome do povo, não deu resultado. Tentando o govêrno encaminhar os desempregados para o alistamento militar e ocupá-los em obras no interior da França, os operários desceram à rua a gritar que queriam *pão ou chumbo* e *chumbo ou trabalho*. A 23 de junho um orador popular lançou a senha: *Liberdade ou Morte*, e como a coluna de manifestantes abalasse para o centro da cidade, a fôrça de linha foi ao encontro dela, travando-se o primeiro choque, que logo degenerou numa sangrentíssima batalha de ruas, durante a qual dias seguidos rugiu a fuzilaria por todos os recantos da velha Paris. Com vantagens ora para a tropa repressora, ora para os insurretos, desenrolaram-se combates de suma violência, notadamente nos dédalos de vielas dos bairros antigos, onde se verificaram encarniçados choques corpo a corpo. Em mal sucedida tentativa para conciliar os adversários caiu mortalmente ferido o arcebispo de Paris. Milhares de soldados e populares perderam a vida nesses furiosos recontros, cujo epílogo se verificou com a tomada de assalto de dezenas de barricadas pelos regimentos dos generais Lamoricière e Cavaignac. Depois de uma vitória conseguida com efusões de sangue, a legalidade vencedora julgou-se com o direito de proceder a represálias terríveis, declarando que tinha por dever abafar a anarquia. A república se convertia aos olhos do povo em ditadura da burguesia, e de uma burguesia assustada e agora prestes a voltar-se para um regime de fôrça.

Esse regime de força se estabelecerá, primeira com a instituição da república presidencial em França e, depois, com a eleição para chefe do governo do príncipe Luís Napoleão.

Esse personagem singular e contraditório, após jurar a Constituição e assegurar que transmitiria o poder ao seu sucessor, deixando a liberdade intacta, preparou com requintes de cinismo e perfídia um golpe de Estado ao qual sucedeu a ditadura como preparação para o segundo império.

O perjuro, que não trepidou em violar os mais sagrados compromissos, tornou-se Napoleão III. Destruiu a democracia na França substituindo-a por um sistema confiscador de tôdas as liberdades, de imprensa, reunião e pensamento e procurou ocultar a tirania com reformas suntuárias, impulsos de prosperidade econômica e leis paternalistas para o operariado. Foi a estréia de uma espécie de regime *fascista*, firmado nos mesmos erros e processos do sistema que tantas façanhas cometerá, no século seguinte, depois da primeira guerra mundial.

Panorama europeu

O brasileiro culto que acompanhava o estado da Europa por êsses tempos agitados, tinha de concluir que as nossas lutas cívicas, tanto no norte como no sul, tanto a revolução praieira como a sublevação no Rio Grande ou o levante de São Paulo e Minas em 1842, não constituíam sintomas do nosso atraso ou de propensões para a desordem. Em 1848, a Europa foi percorrida por um verdadeiro abalo revolucionário, por um rastilho que atravessou as fronteiras e ecoou por tôda

parte com os mesmos apelos liberais. A Itália já vinha sendo agitada desde 1846 por contínuos reclamos em favor de reformas e da concessão de liberdades constitucionais. Na Alemanha e na Hungria deram-se perturbações com o fim de obter a abolição das regalias feudais. Reinava por todo o continente, como o demonstraram acontecimentos posteriores, uma estranha confusão de liberalismo e nacionalismo, de modo que os povos procuravam ao mesmo tempo uma fórmula unitária e instituições escoimadas do absolutismo. Criava-se simultaneamente um novo equilíbrio europeu e erguiam-se estruturas políticas cujo crescimento em breve daria ensejo a novas guerras. Tôda a obra de conservantismo executada pelo Congresso de Viena ia dar lugar a um novo sistema de forças, ora agitadas por tendências de emancipação social, ora pelas ambições decorrentes do princípio das nacionalidades, germe de futuros imperialismos e de agressões cujas consequências se refletirão até os nossos dias.

Quanto ao caráter das instituições britânicas, sempre apontadas como modelares, temos que vê-las à luz da realidade histórica proveniente da revolução industrial, sem fechar os olhos às lacunas sociais que elas encobriam. Depois das guerras napoleônicas, a Inglaterra atravessou uma crise de bancarrotas e desemprego. E o ponto nevrálgico da Irlanda mostrava penosas chagas e quadros de miséria e exploração feudal.

Sem dúvida a Inglaterra levava vantagem ao resto da Europa pelo seu governo constitucional e parlamentar, mas o regime eleitoral dependia predominantemente do voto dos senhores rurais. Só gradualmente, no correr do século, é que essa primazia aristocrática, de par com os privilégios do anglicanismo e da nobreza rural, vai evoluir, sem subversões nem revoltas, para uma adap-

tação democrática bem acordada com os sentimentos tradicionalistas. As poucas violências que se registraram não determinaram vagas de reação como no continente e até contribuíram para incentivar o reformismo, tanto eleitoral como social, ajustando a política aos tempos novos, *pari passu* com a concessão dos direitos de coligação e de greve ao operariado.

Abriram assim o caminho para as idéias cooperativas e para a melhoria do ambiente na produção maquinofatureira. Mercê do sistema inglês que aconselha a ceder ante as pressões para evitar explosões, a Grã-Bretanha se habilitou, não obstante muitos abusos dessa era industrial, a tomar a dianteira técnica na Europa, tornando-se a primeira aplicante do livre-câmbio com grande proveito para o desenvolvimento do seu capitalismo e a elevação do nível de vida das camadas proletárias. Esse progresso, alimentado pelo aparelhamento bancário e uma extraordinária expansão creditória, firmou as bases da era vitoriana e do imperialismo financeiro e colonial da Grã-Bretanha.

O que os brasileiros, testemunhas dêsses acontecimentos, podiam depreender do estado da Europa é que, no terreno propriamente político, não tinha ele grandes lições a dar ao Brasil. O nosso país estava plenamente unificado, ao passo que futuras grandes potências europeias não passavam de um aglomerado de Estados de vária grandeza, população e capacidade militar e procuravam o caminho da solução unitária, coagidos a vencer obstáculos opostos por governos reacionários e absolutistas às aspirações populares. O Brasil, vasto Império, regido por instituições liberais e desfrutando inteira liberdade de pensamento, podia ser denominado uma democracia coroada. Existia, é verdade, o instituto da es-

cravidão. Mas êste também vigorava em todos os estados sulistas da União Americana.

Cabe lembrar, além disso, que em várias regiões da Europa os camponeses ainda estavam sujeitos a condições medievais e que os obreiros na França e na Inglaterra vegetavam em baixos níveis de vida, cuja pintura comovedora se depara na obra de Dickens e documenta cenas verdadeiramente degradantes para a civilização.

Formação profissional

Abalançamo-nos a esta digressão sôbre a Europa, porque o quadro rapidamente exposto certamente concorreu para a formação das idéias de um brasileiro, chamado mais tarde a desempenhar papel de relêvo na história paulista.

No decênio que passou na Europa aproximadamente, João Tibiriçá, que levava por objetivo estudar, não seguiu nenhum curso universitário nem as lições de uma disciplina especializada. Alcançar uma formatura pela simples ambição de trazer um diploma, era programa que não o interessava. Espírito prático, altamente curioso das inovações da ciência e das aplicações a que dava ensejo, volveu-se de preferência para o setor que lhe proporcionaria conhecimentos relacionados com os negócios da família, a saber, a indústria açucareira. Êsse ramo de atividade em franco progresso na Europa permitira melhorar bastante a qualidade do açúcar, artigo cujo consumo aumentava consideravelmente em razão do maior poder aquisitivo do povo e do hábito de incorporar à alimentação quotidiana doses cada vez maiores dêsse hidrato de carbono. Na Europa e na França particularmen-

te, ganhava muito incremento a cultura da beterraba, da qual se extraía um açúcar satisfatório, embora para diversas fabricações, como a do chocolate e doces, por exemplo, se reconhecesse a superioridade da cana. Prosseguiam os ensaios a respeito da preparação da beterraba com o fim de aumentar os rendimentos e melhorar o açúcar, tanto no aspecto como no sabor.

Tibiriçá visitou as mais importantes usinas do norte e manteve-se em contato com os comerciantes importadores do açúcar dos Estados Unidos, das Antilhas e do Brasil e não se descuidava de fornecer aos seus correspondentes os dados necessários para certas alterações agronômicas nas fazendas paternas, inclusive a remessa de mudas e sementes de espécies cultivadas nas colônias francesas e que se reputavam as mais imunes às pragas que atacavam frequentemente os canaviais paulistas. Importantes transformações no aparelhamento mecânico das usinas francesas sugeriram melhoramentos a serem adotados no engenho de Itu, a fim de substituir os processos coloniais ainda empregados.

Não se alheava o jovem brasileiro das funções técnicas e administrativas que lhe tocariam na sua terra, se quisesse sustentar uma fortuna sujeita aos acasos e contingências que sempre afetam a agricultura. Filho de senhor de engenho e destinado, por vocação e tradição de família, a continuar nas atividades agrícolas, permanecia em constante troca de idéias e alvites com seu pai e os consignatários de Santos aos quais se remetia a produção das fazendas ituanas. Já por esse tempo não desconheciam os lavradores paulistas o perigo que ameaçava os que perdiam contato direto com seus bens e não fiscalizavam devidamente os procuradores a quem confiavam o encargo de gerir grandes propriedades. Não era raro serem os donos, por motivo de ausências pro-

longadas, despojados pelos descuidos ou pela infidelidade dos que ficavam à testa dos seus negócios. Receber proventos de longe não é boa política. E como diz o brocardo: “O olhar do dono engorda o cavalo”. Nem sempre é possível contar com aquela honradez de que fala Euclides da Cunha a propósito dos vaqueanos do norte, guardiões durante anos de rebanhos que entregavam com tôdas as crias a ricos e indolentes senhores gozando a vida no litoral ou na Europa. Muitos fazendeiros paulistas pagaram bem caro os efeitos de um relaxamento administrativo um pouco prolongado. Por isso, conquanto levando vida folgada na Europa e fruindo os prazeres de Paris, da Suíça, das estações de água como Baden ou das praias como o Lido, João Tibiriçá não se isolava da pátria e acompanhava atentamente as transações paternas, bem como as notícias referentes às benfeitorias introduzidas nas plantações. Era a condição necessária para contar com a abundante remessa de fundos que cobriam o custeio de viagens caríssimas, numa cidade em que passava com razão por “riche brésilien”.

Não se tendo encaminhado para um curso sistematizado, Tibiriçá dedicou-se assiduamente aos estudos que mais atraíam suas propensões intelectuais — história natural, física, química e geologia. O mais autorizado representante da química na escola francesa era o sábio Gay Lussac, que enunciou a lei de combinação dos gases. Mas ao lado dêle outros cientistas enriqueciam a ciência gaulesa, comentando e criticando as teorias em debate, algumas das quais se revelaram extremamente frutuosas, como o *atomismo*, principalmente desenvolvido por Dalton e Berzelius e que dará mais tarde assombrosos resultados.

Inclinado para as ciências e para as idéias agitadas nesse domínio, não se consagrou Tibiriçá aos estudos literários e às especulações de caráter artístico. Encontrou, porém, na política e nas correntes que atuavam na vida social matéria para muitas observações e ensinamentos. A Europa se apresentava como um campo de lutas armadas e ao mesmo tempo o terreno em que se registrou a mais intensa floração de idéias e planos reformistas. O socialismo reclamava uma legislação do trabalho, enquanto não chegava a subversão final para acabar com a propriedade. E os moderados pregavam o cooperativismo e as doutrinas conducentes ao movimento sindical, artifício para temperar a violência dos radicais.

CAPÍTULO II

Em 1854, João Tibiriçá, ao contrário de seus amigos italianos que esperavam voltar a São Paulo para contrair núpcias, em respeito a compromissos de juventude com famílias aparentadas, decidiu tomar estado de casado na Europa. Tomou essa deliberação depois de conhecer a senhorita Pauline Eberlé, graciosa parisiense de uma família originária da Alsácia, em quem o moço brasileiro encontrou, juntamente com os enlevos e o encanto da mulher francesa, prendas de espírito e educação que muito o cativaram.

Pauline Eberlé, francesa apaixonada por sua pátria, tinha vários irmãos militares, guapos oficiais, de porte marcial, conforme apareciam em fotografias da época, com as fardas e aquêles semblantes típicos do exército imperial que bem exprimiam a decidida bravura dos soldados das guerras da Criméia e da Itália.

Um ano depois da união nasceu o filho a quem foi dado o nome de Jorge Tibiriçá. Um expressivo retrato da criança no colo da ama e ao lado da jovem mãe, ficou nos arquivos daquele que seria presidente de São Paulo. Relíquia que o dr. Tibiriçá contemplava com ternura, pois revia os traços finos e espirituais da querida progenitora, trajada com vestido escuro que, segundo a moda do império, modelava a cintura para armar-se em feitio de crinolina. A senhora Pauline, cabelos repartidos em bandós, penteado no estilo do usado por

George Sand, reflete uma tal e qual melancolia no olhar que parece perdido no vago. Mas os traços bem desenhados e harmônicos, a meiguice que emana da fisionomia, transmitem bem a irradiação de bondade e a luz interior daquela mãe, cuja memória sempre foi venerada pelo dr. Tibiriçá.

Entre a data de nascimento do filho e a da partida para o Brasil, em 1859, correram quatro anos durante os quais João Tibiriçá, além das ocupações de natureza comercial, prosseguiu nos estudos científicos. Nesse ínterim, avisado do falecimento do pai, tratou dos preparativos para o regresso à terra natal, terminando os negócios entabulados para a encomenda de importante e moderno equipamento destinado às usinas de açúcar. Tratava-se de material e maquinaria estudados conforme os planos de reputado engenheiro, para proceder à fabricação de açúcar de cana com maior aproveitamento de sacarose e obtenção de um produto acabado de melhor qualidade. Em face da crise que ameaçava atingir o açúcar e deslocava as culturas canavieiras em favor do café, impunha-se aprimorar os processos de fabricação, sob pena de os escassos proventos agora proporcionados pelos métodos rotineiros do passado virem a prejudicar a rentabilidade do produto.

O agricultor via-se impellido a progredir e o fazia com o espírito de empreendimento peculiar aos velhos paulistas. O falecimento do pai não trazia empecilhos a essa decisão reformadora, porque, poucos dias antes de morrer, o digno varão ituano, sentindo-se ameaçado, providenciou com rapidez e lúcida energia a regularização de todos os seus negócios, de modo a legar bens inteiramente desembaraçados e entregar ao filho uma fortuna isenta de quaisquer dúvidas e aborrecimentos de inventários.

Voltou, portanto, João Tibiriçá a São Paulo, levando nos porões do vapor em que embarcava um aparelhamento custoso, munido dos últimos aperfeiçoamentos adotados nas usinas de açúcar de cana. Para a montagem e experiência dessa maquinaria contratou os serviços de um engenheiro francês especializado, conhecedor das melhores técnicas usadas no continente e nas colônias e que seguiu viagem no mesmo navio.

* * *

Partiram de Southampton, a mais importante estação postal para todos os serviços marítimos das Antilhas e da América do Sul.

O magnífico pôrto inglês, abrigado por vasto semicírculo de terras baixas e tendo por horizonte um fundo de pequenas colinas, dispõe de uma das enseadas mais seguras da Mancha, ante a qual se acha postada, como escudo e anteparo, uma ilha que o protege contra as tormentas e serve de vigia contra o inimigo.

Em belo dia de fim de verão, milhares de pontos brilhantes tremeluziam sobre o lençol das águas e no céu vagueavam tiras de imponderáveis nuvens brancas. Caminhando lentamente no estuário onde se avistava a orla amarela das praias, o vapor largou para o mar alto, escoltado por revoados de gaivotas chocarreiras.

Mais de vinte e cinco dias entre céu e mar, com escalas em Lisboa e São Vicente, para uma travessia que hoje, em moderno transatlântico, leva no máximo dez ou doze.

Chefe de família, com a responsabilidade de importante patrimônio deixado pelo pai e que agora lhe cumpria gerir, João Tibiriçá entreteve-se, no transcurso da

viagem, com as distrações usuais de bordo. Mostrou à companheira os primeiros indícios do cruzeiro a despontarem no horizonte, baliza celeste para marcar as latitudes dos mares austrais. O pequeno Jorge, como tôdas as crianças, já se afizera à vida marítima, como se o vapor fôsse uma residência normal, onde os petizes encontram os mesmos folguedos que na terra firme.

Ao avizinhar-se o vapor do Rio, os passageiros com destino à Côrte e nomeadamente os brasileiros, se apresentaram para as emoções da chegada, pois até os que cruzavam os mares do sul pela primeira vez já estavam informados do espetáculo que os esperava. Ao crepúsculo, após a contemplação da faixa rochosa que esculpe nos horizontes da Guanabara gigantescos perfis e o mais aparatoso cenário do mundo, passaram entre as fortalezas de São João e Santa Cruz, frente ao enorme bloco do Pão de Açúcar. Tingidas de tonalidades policrômicas, como os fundos de uma aquarela de caprichosa fatura, as montanhas se abraçavam com as nuvens, ao passo que nas águas da baía lucilavam os reflexos das luzes citadinas e a multidão de navios, ancorados entre os cais Pharoux e a praia de Santa Luzia, acendia os fanais. Foi um deslumbramento e os brasileiros sentiram palpitar o orgulho da pátria. Em livros da época encontram-se descrições dêsse Rio de Janeiro, esplêndidamente cercado pelas decorações da natureza, enquanto a parte comercial oferecia uma das mais tristes amostras de sujeira e insalubridade de que há notícia. Custa a crer que a capital de um grande império e pôrto de avultado movimento e transações tão rendosas para milhares de negociantes nacionais e estrangeiros ofendesse de tal forma as leis do asseio e do bom gôsto. No entanto, quantos contrastes nesse velho Rio, foco de epidemias mortíferas e

“habitat” periódico da temerosa febre amarela. Numerosas vivendas de luxo, engastadas em jardins de pomposo arvoredo, indicavam os fartos lucros de fazendeiros ricos ou de comerciantes vindos de quase todos os países da Europa, mas ainda com a predominância dos portugueses, donos das melhores lojas, das maiores firmas atacadistas e monopolizadores recentes do tráfico de pretos arrebanhados na costa d’África. Os detentores dos mercados e dos navios negreiros haviam sido poderosas forças financeiras. Contra êles se dirigiram violentos anátemas, sem embargo de disporem de amigos e patronos em todos os círculos sociais e mesmo na política. Eram, pela importância que desfrutavam, como pelo receio que inspiravam, comparáveis a certos tipos de “gangsters” norte-americanos ao tempo da lei sêca, quer dizer, fornecedores de mercadoria de ampla e contínua procura. Enriqueciam colossalmente, como na atualidade tantos aproveitadores do mercado negro ou de organizações clandestinas do jôgo. O certo é que, odiados e apontados como infratores de todos os princípios cristãos, serviam a uma abundante e rica clientela necessitada do artigo essencial para cuidar das lavouras — o braço humano.

Havendo riqueza, mesmo com muitas moléstias no Rio, o risco de contrai-las e perder a vida não impedia a permanência de milhares de estrangeiros, por intermédio dos quais se importavam artigos de luxo que atulhavam as lojas elegantes da rua Ouvidor, galeria pela qual desfilavam mulheres bonitas, ricamente vestidas com as últimas modas de Paris e ornadas de jóias de alto preço. No ano de 1859, conforme se colhe na narrativa de uma firma inglesa, M. Wright & Cia, narrativa reproduzida no livro de Nabuco *Um Estadista do Império*, a cunhagem de ouro e a malfadada lembrança dos bancos de

emissão estimularam a cobiça comercial e acarretaram a corrupção natural aos processos inflacionistas. O custo da vida elevou-se a níveis incríveis. As *teléias* da rua Ouvidor exibiam vestidos suntuosos, pagos a mais de conto e quinhentos mil-réis. Aumentara consideravelmente o meio circulante e, como em tôdas as épocas de especulação e fortuna fácil, muitos negociastas queriam dinheiro à farta e crédito abundante, numa palavra, a regurgitação de papel-moeda, para “a agiotagem que começara com o jôgo de ações de bancos e companhias fundados depois da cessação do tráfico, e que tomara grande impulso com a criação do Banco do Brasil em 1853”.

Nos dois ou três dias passados na capital brasileira, a senhora Eberlé pôde observar devidamente êsses aspectos tão diversos da sede do Império, a multiplicidade dos tipos humanos, a pronunciada feição de características exóticas entremeadas de expressões de cosmopolitismo; uma cidade, afinal, de extremos desnorteantes, onde choças de negros andrajosos vizinhavam com mansões opulentas e uma horrenda escravatura se cruzava nas ruas com “dandies” tão impertigados como os que frequentavam os cafés dos bulevares parisienses.

Ao levantar ferro o vapor para a escala de Santos permaneceram os passageiros no tombadilho. João de Almeida Prado e a espôsa ficaram longamente absortos na contemplação da fascinante moldura natural composta de montanhas, rochas enormes, ilhas e penedos, reunidos ali com tanta grandiosidade. De longe, a cidade fazia esquecer a mesquinhez das ruas e a feiúra de tantos locais que mais se assemelhavam a um montão de pardieiros que a vias públicas de uma Capital. Os bairros de Botafogo e da Glória, encastoados no meio da verdadeira, os vetustos edifícios de pesado formato português,

entrevistos atrás dos inúmeros navios fundeados no pôrto, davam a ilusão de um empório ativo, ocultando manifestações de estética urbanística e de riqueza. Mas era de longe. Enquanto o vapor se afastava e tomava o rumo sudeste, iam desaparecendo os morros com os últimos vestígios de moradias e, ao contornar a cinta de rochedos que comprime a Guanabara, ficaram ainda à vista por longo tempo, como sentinelas enormes, os picos do Corcovado e da Gávea. Agora, o vapor costeava o litoral fluminense, para trinta e seis horas mais tarde surgir ao largo de Santos.

* * *

Em Santos ia a senhora estrangeira deparar novos painéis da nossa decantada natureza. E, para aguardar a chegada à terra de seu marido, estava ela logo de madrugada no convés, curiosa por descobrir os primeiros sinais do torrão paulista. João Tibiriçá estava ansioso por rever a sua amada província. Alguns anos de ausência, o regresso com mulher e filho, a preocupação com os interesses que deixara lhe causavam, não emoção, fenômeno pouco experimentado por seu temperamento forte e controlado, mas alguma impaciência. Ao lado de Madame Pauline, que carregava o pequeno Jorge no colo, ficaram ambos de olhos fitos sôbre a linha de montes que se recortava no horizonte e anunciava as cumiadas da Serra de Paranapiacaba. Caminhava o vapor em mar sereno, levemente ondulado pelas refrações prateadas da luz matinal. Algumas listas de neblina pairavam nos planos de fundo, sôbre os quais se divisam extensas manchas escuras, reveladoras da mataria serrana. Já se discerniam a ilha da Moela e a ponta de Munduba e o

navio mudava agora de rumo sul para noroeste, a fim de demandar o estuário que leva à baía interior entre as Ilhas de São Vicente e Santo Amaro. Na grande curva orlada de praias que ligava a ponta de Itaipu à entrada da barra só se viam raras e pobres choças de pescadores. Era uma banda de areia atrás da qual se espalhavam mangues recobertos parcialmente de matagais. Menos teatral e impréssiva que a paisagem da Guanabara, a de Santos denotava também a majestade das montanhas de tom verde-escuro, entre as quais, como se via ao avançar o navio no canal, se alongavam pântanos e braços de mar em inextricável labirinto.

A sensação dos estrangeiros de primeira viagem foi um misto de surpresas e decepções. A senhora achava muito “jolie” a planura formada pelos charcos e águas baixas da ilha de Santo Amaro. Não se cansava de mirar o imenso anel de montanhas convergentes de várias direções e cujos flancos denunciavam rudes declives. Mais selvagem que no Rio, o ambiente de Santos regalia os olhos com os mesmos efeitos de luz tropical e os mesmos horizontes, franjados de névoa, ornamento do céu a servir de pália e cortina às florestas virgens.

E que dizer de Santos, pôrto com o qual ainda competiam Ubatuba e São Sebastião?

A julgar por uma descrição da lavra do engenheiro Garcia Redondo, escrita em 1885, Santos, por volta de 1850 e pico, era uma cidade “pequena, mal ventilada, lamacenta e insalubre”. Grande parte do espaço hoje ocupado pelo centro era um denso matagal, salpicado aqui e acolá de capinzais e de charcos e o local da rua Braz Cubas era conhecido por Poço Verde, devido a um lago enorme que havia ali de águas estagnadas. “A cidade ocupava, pois, a faixa de terra compreendida entre

o litoral e a rua Rosário e a de São Leopoldo (prolongamento daquela), sendo limitada a oeste pelo Valongo e a leste pela rua Josefina”.

Tôda a cidade, inclusive os arrabaldes, media uma área de 750.000 metros quadrados, ao passo que em 1885 já cobria uma superfície de 2.250.000.

A respeito de largos, havia o da Cadeia Nova (Praça dos Andradas), o do Carmo, o da Matriz e o da Coroação. Mas o primeiro não passava de um banhado onde se matavam narcejas a tiro a qualquer hora do dia e o da Coroação não passava de um monturo infecto e nojento, onde os tropeiros, que então conduziam o açúcar do interior da província para Santos, às costas dos burros, arremessavam o capim que lhes servia para forrar os jacás onde traziam os sacos de açúcar.

As únicas ruas calçadas a pedra eram as de Santo Antônio, do Sal e Direita e nos dias de chuva a lama era tal que se tornava preciso estender tábuas ao través das ruas mais frequentadas para o transeunte as atravessar sem risco de ficar atolado.

No que respeita à população, eis o que informa o autor citado: “Predominavam dez ou doze famílias paulistas muito aparentadas entre si, a colônia portuguesa, alguns alemães e raros indivíduos de outras nacionalidades. O resto era a arraia miúda”. Para transporte a cadeirinha florescia e era “um traste de luxo exclusivo de certas famílias privilegiadas”. Todos andavam a pé ou então a cavalo, mas ainda assim por ostentação e os passeios para a praia da Barra ou Vila de São Vicente faziam-se a cavalo ou em carroça puxada a burros. Nas noites de lua a cidade era iluminada pelo luar, e nas outras, quem saía de casa, tinha que se munir de lanterna ou archote. Contudo, havia uma certa sociabili-

dade entre as famílias; os rapazes organizados em sociedade dramática davam espetáculos concorridos.

Pelo que se refere ao comércio, o açúcar era o principal gênero de exportação e o café só começava a exportar-se em pequena escala. “Nos dias de sol as ruas da cidade cobriam-se de couros sôbre os quais os negociantes mandavam estender o açúcar para secar”.

O clima era muito diferente do de 1885; chovia muito, quase constantemente e quando chovia o calor era intensíssimo. O estado sanitário era péssimo, sobretudo devido às febres palustres endêmicas que custavam anualmente muitas vidas e atacavam traiçoeiramente o estrangeiro recém-chegado.

As viagens se faziam para o interior a cavalo ou no clássico “banguê”, liteira rasa com teto e cortinado de couro, conduzida sôbre varais por duas bêstas, uma adiante e outra atrás. “O Cubatão era um lugar de florescente comércio, porque era o caminho obrigado das tropas e dos viajantes que do interior demandavam Santos. No dia em que silvou além da Serra do Mar a primeira locomotiva, o Cubatão morreu porque a via férrea acabava de matar a de rodagem”.

Como todo estrangeiro que visitava o Brasil, tão mal conhecido em 1859, como o é ainda hoje, 1952, a senhora Eberlé esperava admirar as matas virgens e a luxuriante natureza, infelizmente prejudicada pelos ataques insidiosos da febre amarela.

De qualquer maneira, como primeiro espetáculo da paisagem tropical, teve ante os olhos o cenário da Serra do Mar e a subida da velha estrada.

De Santos a comitiva passou pelo Cubatão, movimentado como uma feira, porque ali se misturava o bulício das tropas com a gritaria dos quitandeiros e a al-

gazarra de um povilêu muito variegado, chamando a atenção pelo contraste dos tipos. Ao lado de comerciantes e lavradores, de altas botas de montaria, chapêu de palha desabado sôbre o rosto, rebenque na mão, passava a turba dos escravos, pés descalços, formando alguns em fila para o trabalho de carga e descarga dos muares.

A proporção que se entrava no velho caminho, descortinavam-se aspectos que provocavam exclamações e comentários dos viajantes. Sentiam-se, porém, obrigados a tomar tento na estrada çoleante entre os flancos da montanha, sinuosa e apoiada em aterros junto aos quais labutavam constantemente trabalhadores ocupados em reparos, pois repetiam-se amiúde os trechos de acentuadas declividades. Intensa evaporação saturava a cá-lida atmosfera e a caminhada prosseguia ao longo de íngremes escarpas, veladas de quando em quando pelos flo-cos de leve cerração. Densas matas revestiam as vertentes e formavam a cobertura verde-escuro de grotões profundos como precipícios. A passo lento, atrás do guia que bradava de momento a momento os avisos para contornar as passagens mais perigosas em que se ladeavam paredões a pique e despenhadeiros, chegou-se, ao cabo de cêrca de uma hora, ao pouso de Paranapiacaba, cumiada da Serra, ponto-chave pela importância do tráfego e pórtico do planalto paulista. Dali se abrangia o soberbo conjunto montanhoso que, tirante o do Rio de Janeiro, assinala o panorama de mais proeminente majestade no grande baluarte de granito do nosso litoral.

Não podiam os estrangeiros deixar de extasiar-se ante as maravilhas de arquitetura e a imperiosa magnificência da natureza brasileira.

Duas palavras agora a respeito dessa estrada que os viajantes acabavam de galgar. Desde a independência

do Brasil vinha ela dando trabalho a tôdas as administrações.

Em 1835, o engenheiro Daniel Pedro Muller dirigiu importantes serviços de reforma, recorrendo a operários contratados na Suíça e nas Canárias para os consertos, em vista de os particulares não quererem alugar seus escravos e ser muito difícil achar jornaleiros para obras públicas. Em 1838 o govêrno Gavião Peixoto mandou limpar a trilha por onde subira a artilharia de Iguatemi. Em 1839 chegaram alemães contratados na Europa pelo major Bloem, que recebiam 135 réis por dia para reparar a ponte do Cubatão. No ano seguinte êsses alemães se sublevaram e sobressaltaram a população, embora o govêrno se queixasse de fazer com êles enormes despesas. Em 1840 o presidente Rafael Tobias de Aguiar declarava ser inadiável a construção de uma estrada de carro na Serra do Cubatão e foi examinar pessoalmente o terreno em companhia do major Bloem. Em 1842 o presidente Miguel de Souza Mello e Alvim comunicava à Assembléia: “Grandes e admiráveis são os esforços que a província tem feito para ter uma boa estrada entre esta cidade e Santos; mas, a natureza, como que querendo pôr à prova a constância e o espírito empreendedor dos paulistas, opôs uma barreira que até há pouco tinha baldado tôdas as tentativas”. Só à custa de esforços extraordinários é que passavam pela estrada do Cubatão os volumes que não podiam ser transportados pelas bêstas, o que obrigava a parar as indústrias que dependessem de máquinas importadas de certo pêso, como exemplificavam as dificuldades para transportar as máquinas para a fabrica de ferro de Ipanema. Mas o mesmo presidente Souza Mello e Alvim anunciou que em breve se remediaria a situação com a Estrada da

Maioridade. Contudo, em 1843, vários trechos ainda não haviam sido alargados por falta de pólvora para arrebentar as pedreiras e, dois anos mais tarde, faziam-se alterações no traçado em consequência dos estragos produzidos pelas chuvas. Em 1851 dizia o presidente José Tomaz Nabuco de Araújo, pai do grande Joaquim Nabuco, que a estrada de S. Paulo ao Alto da Serra, incrivelmente sinuosa, tinha que ser alterada ou substituída e avisava que a Maioridade, do cume da Serra até ao Cubatão, era extraordinariamente perigosa para os viajantes e susceptível de ser interceptada ou completamente obstruída pelos desmoronamentos que se verificavam todos os dias. Encarregara, por isso, Carlos Rath de uma exploração no Cubatão a fim de averiguar se pelo rio Utinga era possível uma estrada de carro que substituísse a da Maioridade. Em 1854, sob a presidência de Josino do Nascimento Silva, contratou-se com Aquiles Martin d'Estadens uma ponte de ferro sobre o rio Casqueiro, primeira obra desse gênero que se fazia na província. A 26 de abril de 1856 foi autorizada por decreto n. 1.759 a incorporação da companhia que construíse a estrada de ferro entre Santos e Jundiá, enquanto a de rodagem ocupava 350 operários estrangeiros, e em 1857 o presidente Joaquim Fernandes Tórres encarregou o engenheiro W. Elliote da direção dos reparos. Em 1859 o mesmo presidente dizia que a parte da renda provinciana destinada às estradas era diminutíssima e com as quantias concedidas só era possível fazerem-se concertos provisórios.

Não obstante tantos embaraços para a subida das cargas pesadas, os petrechos e máquinas comprados na Europa para o engenho de açúcar de João Tibiriçá foram transportados serra acima, como haviam sido muitos anos antes a artilharia de Iguatemi e as máquinas para

a fábrica de ferro de Ipanema. Caldeiras, fornalhas, tubulagens, cubas metálicas, eixos, cilindros de ferro, rodas e engrenagens pesadíssimos e de grande volume seguiram para Itu.

Vencidas as dificuldades da serra a todos dominava o desejo de chegar o mais cedo possível a S. Paulo.

Para melhor ajuizar das impressões que a jovem senhora francesa, mãe de Jorge Tibiriçá, recebeu em S. Paulo, pedimos vênha para reproduzir as que nos foram comunicadas em 1927 por d. Eugênia de Macedo, irmã de José Maria Lisboa, fundador do *Diário Popular*. Colhemos êsse depoimento para um inquérito que fazíamos para o jornal juntamente com o saudoso Benjamim Motta, sôbre os cem mais antigos habitantes de S. Paulo. D. Eugênia chegara a S. Paulo em 1856, com dezesseis anos de idade, vindo de Lisboa, sua cidade natal. Eis a narrativa que dela ouvimos:

“São Paulo antigo, como está longe!... 1856. Foi o ano do nosso embarque. Período da minha existência dolorido pela saudade de abandonar a terra. Pense que era bem mocinha e vivia em Lisboa, onde nos prendiam tantos afetos. Morávamos na rua São Mamede, nas proximidades da Travessa Pombal e do Departamento de Imprensa. Boas recordações levava de minha terra e dos episódios que mais me calaram no espírito. Assisti à aclamação de D. Pedro V. Foi um esplendor. A cerimônia durou três dias dentre oito consagrados a festas suntuosas, com revistas de soldadescas, fogos de artifício, regozijos populares. Foi um não mais acabar de folganças e recreios. Lisboa deliciava-se com bons espetáculos. Lembra-me

bem da representação da *Profecia e Queda de Jerusalém*, a durar dias sem conta, com belo luxo de encenação. Que garbo de vestuário e que riqueza decorativa. Deu que falar isso! Demais, Lisboa nos falava por tôdas as pedras do coração. Um dos meus tios lidava com coisas de imprensa e editava dois jornais: "O Anunciador", órgão de avisos e reclames e o "Jardim da Infância". Custou-nos a deixar os encantos da cidade e os carinhos dos nossos.

Embarcamos num veleiro, bem entendido, ou como então diziam, numa galera. Chamava-se Jovem Carlota, nome da filha do armador a que pertencia, dono de quatro navios, a um outro dos quais, Jovem Nicolau, dera o nome do filho.

Ficamos três dias no Tejo, à espera de um bom vento para fazer ao largo. Dançávamos a bordo e nos divertíamos, olhos postos sôbre Lisboa. Conhecidos e rapaziada vinham em botes, à roda do navio, a trazer-nos suas despedidas com braçadas de flores. Por fim, em véspera da partida, fizeram afastar tôda a gente. Dissemos adêus à Pátria com grande mágoa, pois até corria lá que no Brasil não se comia pão e que se passava a farinha.

Favoreceu-nos uma boa travessia. A Jovem Carlota, com tempo manso, deslizava sôbre um verdadeiro mar de rosas. Trazia muita carga e como passageiros sômente a nossa família e mais um tio e sobrinha que se destinavam ao Rio, onde o velho tinha negócios. Ajeitamo-nos nos beliches com todo o confôrto possível, 38 dias de mar, até que entramos na barra do Rio de Janeiro por uma

bela noite enluarada e avistamos a iluminação da capital brasileira. Não foi de todo má a nossa impressão. Fomos ter com uns amigos que residiam nas bandas da Ponte do Caju. A recepção foi amistosa e cordial e saboreamos umas belas laranjas seletas. O trecho comercial da cidade é que não era lindo nem cheiroso. Havia bastante movimento; muita pretalhada, muita. E pelo meio das ruas acanhadas e tortuosas, de edificações mesquinhas e pouco asseio, corriam grandes córregos de lama e águas pútridas.

Ao têrmo de quinze dias passados na Côrte, embarcamos para Santos e dali é que subimos a serra para alcançar S. Paulo. Nem se pensava ainda em caminho de ferro.

Galgamos o morro pela antiga estrada e lá fomos a cavalo e no lombo de burros sacudidos no costado das montarias, em fila um atrás do outro, ao passo vagaroso dos animais. À testa cavalgava o guia, indicando o caminho, e que caminho, nem se imagina. Um atalho de rampas íngremes, cortando por extensos pedaços de mataria quase fechada, ondulando no dorso da serra e beirando despenhadeiros e precipícios.

Estávamos sacolejados sôbre os animais, enquanto que os que vinham nas liteiras ou banguês, espécie de diligência empoleirada sôbre dois animais, um à frente e outro à retaguarda, também sofriam boléus de tôda a marca. Ouvíamos que os viajantes iam cruzar tropas no caminho. Tropas, para nós portugueses, eram soldados. Aqui tropas se diziam de animais em bando carregados, arreados.

Demos com S. Paulo após longas horas de penosa viagem, estafados de cansaço e o corpo mortificado pela andadura dos animais. Não me contive de exclamar, ao perceber a aproximação da capital da Província: “Mas meu Deus, isto é uma cidade?”

Quer saber o que isto era? Uma povoação mais do que modesta, cercada de campos ermos e mato, tão pequena que mal se andava na rua, topava-se logo com a esquina de outra.

Distâncias de aldeia e que pelo que respeita a prédios, era só de ver o aspecto das ruas de maior fama: casinholas térreas de gelosias fechadas e rótulas, calçamento escassíssimo ou nenhum, e de longe em longe, a merecer reparo na pobreza da edificação-ambiente, um sobrado um pouco mais vistoso, como o da Marquesa de Santos, situado no lugar da atual Secretaria da Justiça. A atividade da Paulicéia era, a bem dizer, insignificante. Os misteres humildes e tôda a labuta doméstica eram exercidos pelos escravos. Nada havia que se parecesse com as oficinas de hoje e o comércio pouco excedia às dimensões de pequenas lojas e quitandas. O estabelecimento do Paiva, um sobrado modesto, era cousa de fazer figura. Ah! Tudo era bem simples, pessoas e cousas. Os habitantes não conheciam o bem-estar e prazeres de hoje em dia. A comunicabilidade entre famílias circunscrescia-se às relações de vizinhança e ainda muito cautelosas, porque não era comum o uso de visitas e cada qual preferia o retiro da vida familiar. A vida não era alegre. O dia passado era sempre muito parecido com o seguinte e o tempo corria

com singular monotonia e desânimo, numa atmosfera de sonolência, entre pouco mais ruído que o canto de um galo nos quintais e o badalar dos sinos aos domingos. As diversões limitavam-se a um teatrinho mais que modesto ali na rua da Fundação, com, de tempos em tempos, um programa paupérrimo. Alguma gente aparecia nas festas da Igreja do Colégio, e nas procissões, principalmente a do Senhor dos Passos.

Aos domingos palmilhávamos as ruas poeirentas ou arriscávamos um passeio pelas cercanias, enveredando por estradas desertas, marginadas de mato. Qual ponto de reunião, qual nada! Isto de luxo é coisa bem recente. Veio aos poucos, com a chegada dos estrangeiros, a mudança de famílias mais abastadas, a imigração. Vestuários e toilettes nada tinham de catitas. As senhoras trajavam de escuro com saias bem compridas e nunca saíam desacompanhadas. As maduraças e as velhas usavam mantilhas pretas que as moças dispensavam, mas tôdas andavam pelas ruas de cabelos enrodilhados, calçadas de chinelos ou às vêzes de sapatilhas com laços trançados no peito do pé.

Eram pouquíssimas as famílias de recursos. A nossa população compunha-se mais de caipiras, de posses diminutas e hábitos da roça. Quando me lembro que nem havia onde consertar os sapatos... Não se toque em conforto nem em higiene, que eram cousas precárias. A água potável e de uso geral era trazida dos chafarizes pelos escravos, em grandes barris. Sôbre os ombros dos pretos também pesavam os barris de remoção de lixo e detritos, despejados no rio do alto de uma ponte.

Como influía a escravidão em todos os costumes! O prêto fazia todos os serviços rudes e grosseiros, mas vivia do lado da família em contacto íntimo com os filhos da casa, chamando os senhores de Nhonhô, Sinhô, Nhôzinho. Faziam-nos rir muito êsses apelidos. As pretas mucamas era confiada a vigilância da petizada; boas amas que embalavam o sono das criancinhas e dispensavam os primeiros carinhos e cuidados aos filhos do senhor. Muitas cousas nos causavam espécie ao princípio. A alimentação, por exemplo; não se usava sôpa, à moda de Portugal. O prato comum era o picadinho com couve verde e arroz e apreciava-se muito um certo feijão “capitão”, preparado com farinha que se espremia na bôca com os dedos.

Pelo dinheiro de circulação normal, podem avaliar-se certas necessidades daquela gente simples. A moeda corrente eram patações, patacas e meias patacas, dinheiro adequado à barateza da vida. Bastava percorrer a Paulicéia e olhar para o raro público que lhe transitava nas ruas, para se ajuizar de sua extrema modéstia. Raro público — digo bem — e só de dia, porque todos se recolham muito cedo e à noite os que saíam andavam sempre precedidos de pretos, que alumiavam o caminho com candieiros. Verdade é que não havia perigo de ladrões e não se aferrolhavam as portas, apenas encostadas ou fechadas com tramelas.

Sim, a Paulicéia de 1856 não deixava prever o admirável surto de progresso que nos enche de orgulho”.

* * *

Dois ou três dias apenas se demorou Tiribiçá na capital da província. Na sua terra, não lhe aprazia a vida urbana. No solo pátrio êle se sentia cento por cento agricultor, empolgado pelas paisagens que se haviam gravado nas visões da infância e da adolescência. Agora era nas suas fazendas de Itu que êle vinha empregar a energia de seu sangue bandeirante.

* * *

De 1859 a 1870 transcorre uma fase da vida de João Tiribiçá praticamente consagrada à lavoura e, nos momentos de lazeres, aos estudos de sua predileção, intercalados de atividades políticas locais e junto à classe agrícola de São Paulo.

Dedicado em extremo ao filho único, Jorge, transferirá êle sôbre êsse menino as mais puras afeições paternas e tudo envidará para que o herdeiro de seu nome adquira o mais cedo possível uma educação em condições de abrir-lhe o caminho de um curso secundário apurado e de estudos superiores nos melhores centros universitários da Europa. Pensava em mandar primeiramente Jorge para São Paulo, assim que alcançasse a idade colegial, como prefácio para uma formação profissional no velho mundo ou nos Estados Unidos, a exemplo de diversos moços paulistas de antigas e ilustres famílias.

João Tibiriçá experimentava em relação ao filho as mesmas esperanças que o pai havia demonstrado para com êle. Mas agora, fazia questão que o rebento conquistasse um diploma, não a título de simples ornamento intelectual ou social, mas com o fito de um dia regressar ao Brasil, senhor de cultura geral e aptidões em concor-

dância com as necessidades do ambiente laborioso e progressista da província paulista.

Desde a partida da Europa estavam esses pensamentos enraizados no seu espírito. Faziam parte de seus planos de recuperação patrimonial e dos projetos que mais acariciava para o futuro. Viriam completar a primeira parte da obra que tinha em mente, ao reerguer o engenho de Itu e ao imprimir novo impulso às propriedades agrícolas de Itaici e Tranqueiras.

Por isso, após rápida passagem na capital, os dias estritamente necessários a algumas visitas de cortesia a amigos, parentes e correligionários políticos, João Tibiriçá preparou a ida para Itu.

Era uma verdadeira caravana a seguir viagem, integrada por dezenas de camaradas e empregados e para a qual fôra mister mobilizar numerosa tropa de muares, além de carros, cavalos e carretas de boi. Tratava-se de conduzir a família que trazia da Europa considerável bagagem particular e, sobretudo, de providenciar a remessa para Itu do volumoso e pesadíssimo material destinado ao engenho de açúcar.

Para organizar e realizar devidamente esse transporte fôra contratado o serviço de conhecido empreiteiro, habituado a executar tarefas idênticas.

Marcado o dia da partida, aos primeiros raios do sol nascente, ainda velados pela névoa matinal, a caravana transpôs as divisas da capital, atravessando os campos de Pinheiros em direção a Carapicuíba.

Vários eram os caminhos utilizados para Itu. Mas alguns, por falta de conservação, já se haviam tornado trilhas quase imperceptíveis, invadidas pelas ervas. Alguns anos antes, em 1851, o presidente da Província, José Tomás Nabuco de Araújo, impressionado com o

desleixo e abandono das vias de comunicação, baixara o regulamento de 4 de outubro, com o fim de fazer cessar a desorganização das obras públicas e fiscalizá-las convenientemente, separando a parte administrativa da parte científica e fiscalizadora. Denunciava êle, com efeito, que “as obras e estradas se projetavam, se executavam, se acabavam, se consideravam perfeitas sem estudos gráficos, sem trabalhos preparatórios, sem plano, sem orçamento e sem inspeção e fiscalização de um agente do govêrno, sem intervenção e juízo dos homens da arte...”

Podem-se aquilatar os óbices de uma viagem através de itinerários tão pouco convidativos. Sem embargo, a pequena expedição decidiu-se a tomar o caminho mais frequentado e que recebia os cuidados mais atentos por parte do govêrno provincial. João Tibiriçá, a cavalo com um séquito de amigos e agregados e ao lado do engenheiro francês, sentia-se rapidamente empolgado pelos eflúvios da terra natal. Longe estavam de sua mente nesse instante as imagens de Paris, as elegantes casacas e gravatas usadas nos bulevares. Em traje de fazendeiro ou sertanista, talvez, rabo de tatu pendente na cintura, corrente de prata na sela, chapéu largo e poncho, dava uns ares dos avoengos que perlustravam aquêles recantos à cata de ouro e aventuras.

O engenheiro francês, familiarizado com os costumes das colônias, conhecedor de Cuba e outras ilhas das Antilhas, não manifestava estranheza nem pelos meios de condução, nem pelas indumentárias, coisas que reproduziam aproximadamente o que vira em outras regiões tropicais. A senhora Pauline, como irmã de militares, apreciadora, portanto, da arte da equitação, praticada com perfeição pelos oficiais franceses, mal escondia a

impressão de que os cavaleiros brasileiros lhe pareciam seguramente bem desajeitados ao lado dos "hussards" e "chasseurs d'Afrique" franceses. Não notava nos patricios do seu marido aquela firmeza de porte que um europeu sustenta, quando montado. O relaxamento muscular, a falta de aprumo do pessoal da fazenda e também a pequenez e feiúra dos cavalos formavam um quadro muito contrastante com a disciplina e as atitudes inerentes à arte de cavalgar. De seu lado, não aceitara de modo algum permanecer sentada num carro. Seguira também a cavalo, montada em silhão, segundo todos os preceitos de escola, com um longo vestido dobrado sôbre as botas, mão firme na rédea e exibindo faceiro chapéu, encimado de uma pluma de avestruz que se agitava em ritmo alegre. Preferira acompanhar o grupo dos cavaleiros a sofrer os solavancos de uma carruagem, ainda mais arrasada sôbre uma faixa poeirenta, sulcada de rodeiras fundas e até de valetas. O pequeno Jorge também pouco permanecia no carro e reclamava ser carregado, ora pela mãe ou pelo pai, ora por alguns dos empregados.

A estrada de Itu, dado o seu trânsito, bastante intenso, e por cortar uma zona pertencente a famílias ricas e influentes, não caíra no abandono de outras vias da província. E, de fato, de tempos a tempos, cruzavam-se turmas de escravos e trabalhadores livres contratados pelos arrematantes e empreiteiros para consertos indispensáveis, principalmente nos pontilhões ordinariamente destruídos na época das águas.

O que muito distraía os estrangeiros era o espetáculo da tropa de muares, tôda em linha, obediente ao passo do guia e da madrinha, fazendo soar os cincerros e transmitindo de grupo a grupo o toque cristalino dos pequenos chocalhos de bronze.

A senhora Pauline, pianista, lembrava-se bem de uma pequena música que tocara quando adolescente e que alcançara certa voga nos salões em que se apresentavam moçoilas casamenteiras: *Les Petites Mules brésiliennes*, graciosa peça que se caracterizava por suave melodia onde voltava, à guisa de moto, a nota imitativa das pequenas campainhas balouçadas nos pescoços das mulas.

Não imaginava ela que um dia viesse a ouvir êsses timbres sentimentais em plena paisagem brasileira.

No entanto, estava agora a fazer um confronto mental entre os campos de feição tão monótona que principiara a percorrer e a extrema variedade de côres alegres e matizes das campanhas francesas, notadamente da terra alsaciana. Acudiam-lhe à memória as lindas colinas dos Vosges, ataviadas de esbeltos pinheiros dos quais se desprendia a fragrância das agulhas e o aroma das resinas. Estranhava, sobretudo, o insistente colorido avermelhado do solo, que só se encontra nas argilas européias.

À medida que as horas passavam foi apertando o calor. A princípio, por efeito das mudanças de direção causadas pelas voltas da estrada, os viajantes, ofuscados pelo sol matinal, procuravam garantir-se contra as faíscas rubras que emergiam do horizonte. Mais tarde, dissipada a neblina, um sol flamejante fatigava os olhos já perturbados pelas nuvens de pó levantadas sob o pisar das tropas. Os estrangeiros pensavam logo ver matas virgens, daquelas cujas descrições de viajantes e naturalistas tanto os impressionavam ao lerem que árvores de tronco enorme e altura gigantesca semelhavam tôrres coroadas de ramagens. Segundo ouviam dizer, essas matas haviam existido em outros tempos e ainda se encontravam a grandes distâncias. As culturas, porém, tinham determinado as queimadas de que mostravam recentes

vestígios muitos trechos calcinados nas montanhas, de sorte que o mais comum era passarem diante de capões de mato raquítico ou moitas de vegetação rasteira.

A estrada desenrolava-se em rodeios consecutivos, volteando os morrões até quase fechar o círculo e subindo e descendo rampas por vêzes tão íngremes que o passo dos muares acusava o esforço para não deslizar na terra solta ou nas camadas de areia. Em meio dos pastos que bordejavam os trilhos, surgiam à flor do solo enormes pedras acinzentadas, lembrando paquidermes deitados sobre a relva. Manchas extensas do mesmo tom de cinza apareciam como cicatrizes nos flancos de montanhas desnudas.

Após atingirem Carapicuíba, antigo aldeamento de índios, seguiram para Barueri, ponto de encontro de tropas, onde fizeram alto para breve descanso. Os tropeiros ajeitavam as correias nos animais, mastigavam um pouco de farofa, batiam o isqueiro de chifre para tirar o lume e acender cigarrinhos de fumo de corda. Formavam rodas para tagarelar sobre os incidentes da caminhada e trocar impressões sobre o tempo e a rotina dos serviços. Na sua palestra com inflexões do linguajar caipira comunicavam anedotas chistosas e os últimos boatos correntes. Estavam todos informados da vinda de Nhô Tibiriçá, e de há muito se espalhara que êle ia voltar para Itu, com uma senhora estrangeira e filho. Sabiam mais que trazia consigo um engenho inteiramente novo, provido de máquinas que tinham custado um dinheirão e dariam que falar.

Historietas picantes, uns tragos de aguardente e o gesto cheio de jactância, peroravam os tropeiros acerca de todos os assuntos, da política aos negócios. Faca e

garrucha na cintura, fanfarronavam e blasonavam valentia. Cada um dêles poderia repetir, tomando o dito por sua conta, os conceitos tão exatos e tão bem versificados por M. A. Duarte de Azevedo sôbre o tropeiro:

*Também sou rei; se tanjo as minhas tropas
Tremem tôdas a um só dos gritos meus;
Na terra não respeito mais que as chuvas,
Não dou contas de mim senão a Deus.*

*Se me cortejam, bem; também lhes tiro
Meu chapêu de aba larga à senhoria;
Quando não, vou seguindo repimpado,
É meu burro que faça a cortesia.*

.....

*Não sofro lérias; quem quiser que passe,
Mas que não venha me contar façanhas...
Ai dêle pelas tripas do machinho
Que lhe faço no ventre umas aranhas.*

.....

*Sou rei, amo sômente as minhas tropas
O dinheiro, o facão, o azul dos céus
Não temo tentação de excomungados
Não dou contas de mim senão a Deus.*

Quando a comitiva tornou a pôr-se em marcha, enveredou pelo caminho mais indicado, o que acompanhava o vale do Tietê, margeando o famoso rio paulista, como o haviam feito os avós de Tibiriçá em demanda de terras mais férteis e fundando a povoação de Parnaíba, núcleo de homens rudes e audaciosos.

Ao longo dêsse trajeto, até Sant'Ana do Parnaíba, surgiam umas poucas ermidas e capelas tôscas sôbre cujos altares ardiam tocos de vela ou lamparinas ante pequenas imagens de santos. Cruzes de madeira plantadas nos barrancos e taludes, diante das quais se persignavam

tropeiros e viandantes, eram olhadas com respeito, porque lembravam mortes ou episódios trágicos.

Desenvolvendo-se em contínuo serpentear e sobranceira ao rio, a estrada descortinava trechos muito pitorescos.

As curvas do rio, de configuração harmoniosa e ba-tidas de reflexos, enfeixavam como que lagos de águas mansas estendidos entre ribas cobertas de arvoredos. E a moldura de galhos e folhagem debruçada sôbre o espe-lho líquido nêle projetava um jôgo de sombras verdejan-tes.

Os cavaleiros da dianteira paravam a observar as perspectivas e as mutações da caminhada, ao passo que os tropeiros apontavam de passagem os lugares em que se localizavam sítios e plantações de conhecidos e com-padres, denunciados pelas porteiras e os moirões de cêrcas.

Familiar e banal para essa gente, a paisagem e os seus corolários humanos atraíam sobremodo a atenção dos estrangeiros. De certo, os camponeses na Europa não constituíam uma classe totalmente feliz e imune de certos jugos sociais, mas nem de longe se poderiam com-parar as suas habitações às taperas de pau a pique e co-bertas de sapé que apareciam amiúde à beira do caminhó, e cujos moradores ofereciam tão espetacular diferença com os condutores da tropa, alegres e desempenados, ágeis nos movimentos e cheios de expediente. Em con-fronto com os tropeiros e mesmo com espertos boia-deiros que tocavam manadas de gado e carreiros que aguilhoavam os bois e manejavam com rara desteridade as carretas, tomando de soslaio os barrancos, vadeando córregos e escalando os outeiros, apareciam à porta dos casebres homens e mulheres de impressionante tristeza e alquebramento físico.

Surgiam como vultos quase imobilizados à porta de choças de terra batida, tão ou mais miseráveis que os felás do Egito, ocupantes de casas de lama ressequida. Essa gente, de falar tardo e gestos lentos, a anemia estampada na tez pálida, dava a sensação de um elemento humano possuído de morbo incurável ou remanescente de algum cataclismo, de um surto epidêmico ou de uma fome prolongada.

Explicavam os brasileiros que se tratava dos “cabclos”, resíduo de antigas tribos indígenas extraviadas entre os dominadores do país ou, quem sabe, de descendentes dos mamelucos cujo sangue corria nas veias de ilustres famílias paulistas. Todavia, era difícil aos europeus conceber que êsses entes doentios e tímidos, de barbicha rala e cabelos negros e lisos fôsem da mesma cepa que os mestiços de portugueses que tanto terror haviam inspirado aos jesuítas e aos castelhanos. Assim pensavam ao observar mulheres timoratas, envoltas em panos imundos e crianças assustadiças e de barriga inchada que se refugiavam entre as saias maternas, espiando de longe e a mêdo os estranhos, ao lado de cachorros magros que latiam furiosamente.

No meio de tanta têrra, causava espécie notar que tais famílias não gozassem prosperidade e se limitassêm a plantar mesquinhas roças de milho e feijão e tivessem por única riqueza, em roda de taperas bem piôres que malocas de índios, um cavalicoque magricela, uns pares de galinhas e uns porcos de pêlo negro a grunhirem ao pé das cêrcas.

Com tanto terreno por conta de camponeses europeus, que não faziam êles — pensavam os estrangeiros — se tiravam penosamente a subsistência de alguns palmos de chão, carinhosamente tratados e transmitidos de

pai a filhos, ainda por cima à custa de seculares esforços para se liberarem das imposições feudais? Aqui, para plantar alguns pés de milho e criar alguns porcos, caboclos e sitiantes, como atestavam as encostas enegrecidas de muitos morros, desfalcavam o país de riquezas preciosas, rapidamente volatilizadas em fumaça. Ganhavam inteira procedência as observações de Spix e Martius a respeito do culposo desleixo e da imprevidência com que os brasileiros desbaratavam as opulências de sua natureza. Um livro recentemente editado em França acêrca do Império do Brasil consignava, com surprêsa e pesar, as devastações cometidas pelos fazendeiros da província do Rio, ao esterelizarem o solo com a cultura cafeeira e causarem tão cedo decadências talvez irreparáveis.

No entanto, como os habitantes do país acreditassem na inesgotabilidade de seus recursos, iam empregando o mesmo método adiante e largavam atrás das plantações abandonadas tratos de terra em que passavam a crescer ervas daninhas e vegetais inferiores.

Ao se aproximarem de Sant'Ana do Parnaíba, os viajantes divisaram no pico de uma colina a antiga povoação, assinalada pela tórre da igreja-matriz. Foram galgando a vertente de forte declive e alcançaram a praça central, circundada de vendas junto das quais estacionavam dezenas de cargueiros e se formavam círculos em animada palestra. A vila se caracterizava pelo interessante aspecto dos prédios principais, cujas janelas de rótulas e amplos beirais denunciavam o estilo colonial e a relativa abastança dos antigos moradores, donos de grandes sítios de açúcar, cereais e criação e de muitos escravos. Ainda permaneciam, nos arredores, propriedades de certo valor em que labutavam centenas

de cativos. E falavam também de minas de ouro, de ferro e de pedra calcária, cuja exploração seria bem rendosa.

Em Parnaíba, célula geradora de tantas outras vilas do interior paulista e sede outrora de famílias vicentinas de grande influência, João Tibiriçá pernoitou com os seus na vivenda de um fazendeiro amigo.

Bem cedo no dia imediato a pequena expedição se pôs novamente a caminho, e após curta parada no arraial de Pirapora, onde a mãe de Jorge fez uma oração na capela do Bom Jesus, rumaram para Cabreúva, modesta povoação pertencente ao município de Itu.

Mudaram-se nessa altura os aspectos da paisagem. Foram primeiramente perlustrando uma zona mais selvática, na qual subsistiam capoeiras cerradas e até algumas matas virgens, ainda suspensas sôbre os cimos dos outeiros e que exibiam as copas de um arvoredado denso e de maior porte.

Quando o caminho largou as proximidades do Tietê, subiu serras de cuja cumiada se descobriam intermináveis ondulações, do mesmo verde triste, prolongadas até as fímbrias arroxeadas do horizonte. Esta visão ruda e agreste mais realçava para a senhora Eberlé o contraste com as evocações da natureza da França, agora presente ao seu espírito com todos os embelezamentos acrescentados pela saudade.

O trecho atravessado entre as serras do Japi e Guaxatuba impressionava pelos grandes espaços de solidão, de uma tristeza reforçada pelo colorido sombrio das florestas. Passada esta zona, que se diria quase despovoada até as cercanias de Cabreúva, onde se estendiam grandes lavouras de cana e alguns cafêzais, a estrada tornava a acompanhar as margens do Tietê, agora num cenário

inteiramente modificado pelo novo ajustamento do rio no vale em que corre. Estreitado entre gargantas e serpeando em meio de encostas pedregosas e revestidas de frondosa mataria, o Tietê apresentava um leito quase completamente tomado por rochas e penedos, ora em feitiço de imensos cetáceos pousados sobre as águas, ora colocados como lajes a pavimentar a estrada fluvial. Ilhas cobertas de arvoredos lembram embarcações fundeadas no rio e blocos enormes de rochas semeadas ao pé das ribanceiras ali jazem como se houvessem sido precipitados do alto por gigantes empenhados em obstruir o rio e transformá-lo numa série de corredeiras. A impraticabilidade de navegar naqueles filetes de água bem revela como os bandeirantes tiveram que afrontar os empecilhos da natureza para demandar os sertões. Aos olhos de Pauline Eberlé aquela parte do vale, em que beiravam perigosos barrancos, lhe recordava em ponto pequeno alguns recantos do Reno. Fixando as encostas do rio brasileiro, ela sobrepunha trechos de imagens renanas ao quadro agora contemplado. Em lugar dos castelos medievais, ninhos de águias pendurados sobre os penhascos e redutos de cavaleiros salteadores, cujas ruínas se erguem acima dos intermináveis terraceamentos dos vinhedos, vislumbravam-se as casas da fazenda e renques de cafeeiros distribuídos pelas vertentes, entre os quais se moviam algumas silhuetas de escravos.

Vencida esta passagem, a mais difícil para as montarias, desembocaram numa vasta planura, na qual soprava um vento quase frio, comparado à temperatura da serra. Ao declínio da tarde avistaram-se os perfis das igrejas, seminários e conventos da cidade. E antes que João Tibiriçá se pudesse comover diante do espectáculo do torrão hospitaleiro e querido, de onde há dez

anos saíra para a Europa, vieram-lhe ao encontro inúmeros amigos que formaram a escolta triunfal de sua chegada.

A terra ituana brotava da chapada como um *bouquet* de flores e saudava os viajantes, ao têrmo da jornada, com o perfume e o calor de um acolhimento maternal.

Plantada geogràficamente à entrada das ubérrimas planícies por onde em breve se espraíariam as ondas de cafêzais em direção de Indaiatuba e de Campinas, Itu também seria, por intermédio de muitos de seus filhos, a pioneira de uma nova arrancada nos sertões da província.

* * *

CAPÍTULO III

A CASA de residência de João Tibiriçá na fazenda Itaici filiava-se ao tipo das velhas moradias senhoriais do nosso primeiro período agrícola, anterior ao grande surto cafeeiro. Os olhos de um europeu naturalmente nada poderiam descobrir em tais mansões que sugerisse o esplendor dos palácios e dos castelos do velho mundo. Nem mesmo dos solares fidalgos de Portugal, nos quais se refletiam adaptações dos estilos construtivos francês e italiano, com muitos ornatos externos e valiosas e ricas decorações interiores. Das vivendas caracteristicamente portuguesas as casas de fazenda guardavam apenas a simplicidade das linhas, reduzidas a um arcabouço maciço, em feitiço de quadrilátero; fachadas nuas, rasgadas de amplas janelas com rótulas e guarnecidas, por única saliência, de um beiral ultrapassando o plano dos muros totalmente vazios de enfeitos e floreios.

Nada ressaltava como índice de preocupação artística, mas emanava do conjunto uma certa imponência, talvez decorrente dessa própria sobriedade de formas e linhas, comparável ao volume austero de um convento. Isenta de atrativos ornamentais, a *Casa Grande* de Itaici, como tantas de suas congêneres, infundia somente a impressão estética derivada dos efeitos da luz solar sobre a grande massa caiada de branco, destacando-se majestosa das construções menores espalhadas em redor e que abrangiam diversas dependências ligadas à parte produ-

tiva, como as casas de máquinas, as senzalas, as habitações de administradores etc.

A fachada reconhecível pela grande porta de entrada virava-se para o nascente. E uma escadaria lateral, aplicada contra a face norte, dava acesso ao pavimento superior, por intermédio de uma varanda onde habitualmente se esticavam rêdes e se alinhavam cadeiras. Era um pôsto privilegiado para a sesta e a observação de trechos da fazenda próximos da estrada. Tais melhoramentos haviam sido introduzidos aos poucos, de acôrdo com reformas destinadas a trazer mais confôrto ao vetusto prédio de taipa, primitivamente erguido pelos escravos e ao qual se ajuntaram, com o correr dos anos, benfeitorias sucessivas de ordem prática. O embelezamento era requisito secundário, não que faltassem artifices habilitados entre os ituanos, mas tais artesãos eram contratados exclusivamente para obras de caráter religioso.

Nas grandes casas das fazendas e dos engenhos, o luxo era atributo supérfluo. A família contava, isto sim, com cômodos espaçosos, mobiliados ao gôsto da época, consoante as necessidades inerentes à vida do interior, onde o gôzo e as ostentações da existência dispensavam refinamentos de pura essência artística.

Nas fazendas de Itaici e Tranqueiras, a primeira das quais media mais de 1.500 alqueires, o pai de João Tibiriçá havia iniciado no primeiro quartel do século a cultura da cana e respectiva moagem, atividade em franco progresso até as alturas de 1850, bem entendido, ao lado do corolário usual de cereais, criação de gado e porcos. De quando em quando se explorava o algodão, sob o estímulo de uma alta de preços consequente à procura dos compradores britânicos.

Mas a indústria agrícola do açúcar e da aguardente formou durante muitos lustros a ocupação mais lucrativa da província e marcou a origem de grandes fortunas paulistas, num período em que a maior riqueza do país residia no norte. Pernambuco, Bahia, a província fluminense registravam exportações bem maiores que o sul e concorriam em proporções muito superiores para as rendas gerais. Contudo, enquanto o café se insinuava ainda taceante e vagarosamente por São Paulo, a produção do açúcar e de aguardente sustentava a economia regional e encabeçava os gêneros sobre os quais recaíam os mais pesados impostos e taxas.

Em interessante notícia histórica sobre Campinas, escrita por F. Quirino dos Santos em 1871, deparamos as informações seguintes, que bem elucidam os primórdios do avanço cafeeiro em São Paulo, antes de disputar a primazia à cana :

“Em 1819 alargava-se consideravelmente o plantio da cana-de-açúcar. Multiplicavam-se incessantemente as fazendas, quanto era possível, ao pé dos sistemas rotineiros que então regiam por toda a parte. O café, que veio muito depois, nesse tempo era considerado como remédio, para me servir da expressiva linguagem vulgar. É assim que meu avô, B. Simões Vieira, escrevia a meu pai, enviando-lhe uma libra da preciosa fruta, mais ou menos nestes termos: “é preciso que poupes o café que te mando pois isso anda escasso por cá, etc.” Que diferença! agora a exportação deste município, só dêle, orça por quase um milhão e trezentas mil arrôbas!”

João Tibiriçá, à testa de seu feudo agro-industrial, encetou então a reforma que, durante muitos anos, lhe garantiria altos proventos e a possibilidade de manter

um padrão de vida em consonância com as despesas a que se habituara graças à herança paterna.

Até há pouco percebera fartos rendimentos no correr de viagens e estadas de luxo na Europa. Prosseguir nessa vida, certamente muito agradável, seria correr o risco de sacar imprudentemente sobre o futuro e levar a existência de um aristocrata *blasé*, viciado pela facilidade de auferir lucros sem esforço. Por êsses tempos, ainda era uma atitude bastante comum entre os lordes e senhores rurais inglêses, aos quais os rendeiros, bem explorados, remetiam os aluguéis de terras imensas entregues a intendentés e cobradores gananciosos. No Brasil, o ofício de desfrutador da terra se afigurava sumamente inconveniente e contra-indicado, em virtude da instabilidade da nossa agricultura, sob a estreita dependência dos preços internacionais. Como bem disse Roberto Simonsen num trabalho sobre *As consequências econômicas da Abolição*: “um dos grandes males defluentes do trabalho servil foi o afastamento do proprietário do verdadeiro conhecimento dos problemas agrícolas e do valor de suas próprias terras. O trabalho servil alimentava, dessa forma, a ignorância da classe produtora, com tôdas as penosas consequências, agravadas pela concorrência internacional”.

Ora, não desconhecia João Tibiriçá quanto o ofício de lavrador exige de constância e sacrifício. Estava bem ciente das contínuas oscilações nos preços dos gêneros entre nós e da rapidez com que, de um dia para o outro, conforme as circunstâncias de origem climática, dificuldades de transportes ou inesperadas acumulações de um artigo no mercado, variavam de modo desanimador as cotações. Grandes importâncias se perdiam ou deixavam de ser ganhas por motivos às vêzes

difícilmente explicáveis. Nos últimos anos o Império sofrera uma série de transtornos econômicos. Muitos plantadores de cana haviam sofrido prejuízos e os jornais, editados na Côrte traziam, a propósito dos debates no parlamento, os ecos insistentes relativos à carestia, da vida, à falta de crédito para a lavoura, à escassez de braços consecutiva ao rigor com que as autoridades perseguiram o tráfico de escravos. Pairavam graves ameaças sôbre a indústria açucareira e não poucos lavradores pensavam em adquirir novas terras para ensaiar o café, promessa de fortuna que ia seduzindo os paulistas.

Assim que João Tibiriçá se pôs a dirigir os engenhos de Itaici e Tranqueiras, atuou de fato como administrador e técnico. O lavrador empírico cedeu o passo ao gestor de empresa, voltado para os ensinamentos científicos e disposto a efetuar experiências para corroborar teorias agrônômicas. Acompanhando e anotando tanto os fenômenos climatéricos de sua zona como os da província em geral, estudou igualmente as qualidades das terras adequadas aos diferentes tipos de plantações. Quando São Paulo não dispunha de institutos agrícolas ou de especialistas para orientar os lavradores, não trepidou êle em levar à prática muitas sugestões tendentes a verificar a natureza e preparo do solo, a escolha e seleção de variedades de cana e algodão, o emprêgo de adubos e fertilizantes, além das probabilidades referentes à utilização de máquinas agrícolas. Mais tarde, veremos como em seus escritos êle deixou a marca de um espírito curioso e arguto, aberto às idéias novas e de um tino realístico sempre inclinado às diretrizes de caráter prático. Não planou na atmosfera da ciência livresca nem se entusiasmou por simples inovações lançadas sem o contrapêso das provas. Um fato digno de registro evi-

dencia como êle interpretava a intervenção da experiência científica nos trabalhos agrícolas. Mandara êle instalar num dos barracões pegados ao engenho um laboratório completo, aparelhado com todos os petrechos e instrumentos necessários para análises químicas e provas físicas. Alinhavam-se sôbre as prateleiras vidros de formatos diversos, garrafões bojudos, balões de ensaio, provetas, uma série de frascos contendo pós coloridos e líquidos. Sôbre uma grande mesa enfileiravam-se outros aparelhos que os criados autorizados a entrar na sala estranhavam muito e achavam misteriosos: termômetros, sacarímetros, polarímetros, microscópios, ao lado de livros e cadernos cobertos de cifras e apontamentos. Correu até em Itu o boato de que Nhô Tibiriçá se fechava num quarto para fazer cozimentos de ervas e fervuras de terras, coisa que se ligava naturalmente a práticas muito suspeitas, tanto mais que era muito comentado o ateísmo de um homem que renegara sua religião e voltara das Europas contagiado por idéias contrárias aos padres e à igreja. O laboratório de João Tibiriçá, conforme sussurravam certas comadres e devotas muito faladeiras de Itu, era algo de condenável e de profano que certamente tinha parte com o diabo...

É sòmente de lamentar que um cidadão tão inteligente e culto nos tivesse legado apenas o fruto de pesquisas de amador, pois com mais acurada e sistematizada preparação, talvez houvesse deixado um nome de maior projeção nos anais da ciência brasileira.

Em 1859, ainda em pleno período escravocrático, embora a introdução de africanos houvesse cessado um decênio antes por violenta intervenção da Inglaterra, não havia como pensar em ascender na escala do progresso industrial. As experiências prematuras tentadas por

Mauá e um ou outro espírito mais dinâmico mal podiam repercutir num ambiente de economia a bem dizer exclusivamente colonial. Enquanto os gêneros primários pagassem as importações, as manufaturas, privadas de braços habilitados, não passariam de tentames fadados a prosperidade muito efêmera. Para tanto, fazia-se mister atrair a mão-de-obra estrangeira. E esta, bem diferente da que procuravam os Estados-Unidos a jatos contínuos, só entrava no Brasil em quantidades muito dosadas e ainda sob o único estimulante da iniciativa particular, como o demonstram os exemplos muito honrosos do senador Nicolau Vergueiro, ao lado de alguns membros das famílias Pais de Barros, Souza Queiroz, Souza Amarel e outros paulistas ativos, animadores de empresas quase que inteiramente à margem dos auxílios oficiais.

É que esta terra contava apenas, para dirigi-la, com o elemento humano legado pela colônia, limitado às famílias dominantes de sangue português mais puro. O resto era o produto das mesclas com indígenas e a copiosa massa de africanos reservada para o cativo. Diferíamos dos Estados Unidos, tão admirados e citados pelos brasileiros da elite, onde a população britânica, orçada por ocasião da independência em cerca de 90% do total, foi crescendo até os meados do século à custa de elementos das mesmas proveniências, com adjunções germânicas e escandinavas, em maioria dotadas de forte saúde, amantes da liberdade e da educação e prontas a estruturar uma nova sociedade de bases amplamente democráticas. Esses imigrantes traziam um potencial de energia realizadora e de capacidade técnica e inventiva que daria à República americana as possibilidades de rivalizar com os europeus e situar-se no mesmo plano de adiantamento tecnológico que a própria Inglaterra.

Até cêrca de 1830, dadas as condições gerais do progresso científico, o mundo inteiro estava no mesmo ponto, aproximadamente, de possibilidades de realizações no domínio manufatureiro e nos transportes. Como é claro, a tração animal e a fôrça propulsora do vento nos navios de vela não podiam variar de época a época e de país a país. Foi a revolução tecnológica que, no século XIX, no espaço de alguns decênios, estabeleceu as altas barreiras políticas e econômicas entre as nações somente produtoras de matérias-primas e, por conseguinte, atrasadas, e as nações aptas a desenvolver a indústria graças ao espírito mecânico e ao emprêgo intensivo de máquinas. Essas se tornaram as nações capitalistas, adiantadas e rapidamente enriquecidas pelas operações especulativas do capital, alentado por um manejo em grande escala das operações bancárias, do crédito e dos empréstimos.

Pelo que toca à parte social, estávamos ainda, como acima dissemos, em pleno período escravocrático. Reinava a servidão perfeitamente homologada pelas leis e costumes, transmitida com a própria soberania do país ao ser proclamada a independência.

No comêço do XIX século, quando o Brasil ainda jazia atrás da cortina de ferro colonial, mas estava próximo da emancipação, um dos últimos capitães-gerais de São Paulo, Antônio José de França e Horta, indivíduo arbitrário e tirânico, tomara como principal iniciativa no campo econômico a fundação de uma associação para embarcar anualmente de Angola e Benguela escravos novos até o pôrto de Santos, devendo ser subscrito para êsse efeito um fundo social de 80 ações de 400\$ (quatrocentos mil-réis) cada uma. E acrescentava dito capitão que

aguardava na lista de assinatura o nome dos homens mais distintos e abonados da Capitania.

Tal documento comprova certamente que o tráfico era um negócio rendoso e também elucida a terrível fome de braços que tolhia o progresso e manietava as forças produtoras do país.

Em regime que consagrava a escravidão e economicamente se baseava na grande propriedade, digamos latifúndio, o Brasil, sob o aspecto social, estava perfeitamente vivendo na época da Roma agrária. Vários autores dados a estudar o Brasil imperial assinalam esta interessante analogia, principalmente entre a *gens* romana e a paulista, no respeitante à posse das terras e às relações entre o senhor rural e os escravos, dependentes e agregados diversos incorporados à entidade econômica da fazenda ou do engenho. Pensamos que a comparação com o sistema romano é mais exata que o cotejo com o feudalismo. Quanto às analogias de ordem econômica, é certo que tanto no latifúndio romano como no feudo as explorações agrícolas tinham que bastar-se a si próprias, alimentar o seu pessoal todo e constituir o que chamamos hoje uma autarquia, no que concerne aos gêneros de primeira necessidade e a muitos produtos fabricados.

A seu modo, a fazenda brasileira foi também auto-suficiente, uma vez que englobava uma porção de atividades pertencentes mais à orbita do artífice e do operário que à do trabalhador agrícola. Na agro-indústria cafeeira ou açucareira contavam-se múltiplas ocupações complementares da cultura básica, de forma que nos vários setores da produção, da transformação e beneficiamento da matéria-prima e dos transportes, abrangendo ainda serviços de limpeza, reparos e até fabricação de

muitos artefatos e utilidades caseiros, se constituía uma cadeia de atividades numerosas e entrelaçadas como os órgãos de uma verdadeira comunidade autônoma.

Quanto às características políticas, não resta dúvida que entre as clientelas romanas e os agregados paulistas há semelhanças de procedimento e subordinação voluntária, porque obtidos à custa de favores e vantagens, inclusive pecuniários. No feudo medieval, prevaleciam certos princípios de hierarquia e de cunho moral, como a fidelidade, e os homens de arma que lutavam com o senhor eram guerreiros e não qualquer gentilha arrebanhada a sôldo. É bem de ver, todavia, que o senhor agrário paulista exercia nos seus domínios alto grau de autoridade. Uma pequena população composta de jornaleiros, camaradas, arrieiros, ferreiros, pequenos artífices, roceiros e sitiantes ou dependia diretamente dos rendimentos da fazenda, ou vivia à sombra do fazendeiro local. Grande parte desse pessoal, tal qual as clientelas romanas, sem dispor do direito de voto, acompanhava irrestritamente as pretensões políticas do chefe mandão. Formava os grupos que o seguiam às vilas nos períodos de eleições, inúmeras vezes agitados sob o Império, porque, malgrado as disposições legais, as lutas entre liberais e conservadores assumiam a feição de ásperas contendas à volta das urnas. Chocavam-se os grupos adversos em rixas sangrentas, obrigando os poderes da província a tomar enérgicas providências policiais.

João Tibiriçá fazia política, mas não podia deixar-se absorver por atividades dispersivas e sobremaneira onerosas. Em terras de uma área de mais de 5 mil hectares, não havia lugar para a ociosidade de um *country gentleman*, dado a colhêr réditos de meeiros e a reservar campinas e matas para as distrações venatórias. Até as ve-

lhas sesmarias exigiam que as glebas outorgadas fôsem cultivadas, quanto mais um vasto patrimônio, da superfície de um principado e cuja população não consistia em camponeses livres e sim em escravos e agregados diretamente dependentes do senhor rural.

A posse de tais fazendas exigia a dedicação e a vigilância de um lavrador ativo e militante, dotado de capacidade comercial e de senso de administração.

Estava finalmente atingida a fase de reerguimento do patrimônio agrícola de João Tibiriçá, reerguimento concomitante com a revolução tecnológica na indústria açucareira e com o início da hegemonia cafeeira em São Paulo. Se nos louvarmos nas informações contidas no relatório do presidente da província em 1851-52, Tomás Nabuco de Araújo, o número de "fábricas agrícolas" na província era o seguinte: açúcar, 466; chá, 32; café 395; arroz, 130; mate, 79; total 1.102. É uma estatística bem curiosa, bem ilustrada pela explicação de que "a cultura do café prosperava cada vez mais e prometia a esta província um grande futuro. A mudança da cultura do açúcar para a do café e chá, era uma tendência que os fazendeiros manifestavam e ia se operando insensivelmente". A razão da mudança devia-se ao péssimo estado das vias de comunicação, que causava grandes avarias ao açúcar.

Em vista desta explicação, torna-se patente que um produtor de açúcar não podia continuar a utilizar os processos primitivos.

Em Itu, antes desta renovação técnica, não se conheciam senão as moendas antigas, conforme figura reproduzida nos azulejos do museu republicano, sob a orientação do historiador Taunay. Moendas de eixo vertical, prêsas a uma roda de larga circunferência e girando sob

efeito da tração de bois e muares. O movimento circular transmitia-se por intermédio de engrenagens de madeira aos cilindros compressores da cana, geralmente de cabreúva, extraindo o caldo que descia por canaletas até às grandes cubas de fermentação e dali aos tachos de cobre para a fervura e a escumação e restantes operações, com que se obtinha um açúcar bastante grosseiro e de cor escura.

Com essa aparelhagem muito simples e lenta, e o emprêgo de mão-de-obra bastante numerosa e de baixa produtividade, tornava-se difícil resistir à concorrência da indústria açucareira cubana e de outras regiões da América, prontas a acudir aos reclamos do consumo europeu em contínuo crescimento, apesar da competição das usinas de açúcar de beterraba.

Fazia-se mister abandonar quanto antes o ranço e a rotina colonial e optar francamente pelos processos que nós diríamos hoje de racionalização, palavra nova para indicar um método que dimanou naturalmente do sistema capitalista e do seu principal instrumento de produção material — a máquina, substituto do braço humano em escala considerável e pela qual a matéria-prima foi aproveitada ao máximo e convertidos em lucros os antigos desperdícios.

Para a serventia interna da fazenda podiam ainda funcionar as rodas de água, os monjolos e as moendas. Insistir, porém, na produção comerciável com o sistema dos pequenos engenhos banguês seria afrontar prejuízos irreparáveis.

Ao largar de vez os aparelhamentos obsoletos e ao proceder à instalação de uma usina planejada para atender, quantitativa e qualitativamente, às exigências de um novo ciclo de produção, João Tibiriçá passava da eco-

nomia colonial para a capitalista e se abalanchava, mediante importante inversão de fundos, a montar uma empresa comparável às mais adiantadas do norte da França e da Bélgica.

Estudadas devidamente as plantas e projetos que comportavam novas edificações para abrigar os maquinismos adquiridos na França, deu-se início à execução da reforma, sob a supervisão do engenheiro especialmente contratado para êsse fim. Foram dois ou três meses de intensa atividade construtiva, tarefas que se achavam entregues a mestres-de-obras, pedreiros e carpinteiros vindos de Itu, nativos ou mineiros, cuja fama era de serem operários diligentes e destros. Como de norma, os trabalhos foram bem coadjuvados pela mão-de-obra servil da própria fazenda e pelos escravos e artífices alugados de agricultores vizinhos, pessoal de certa prática e habituado a lidar nas olarias e serrarias existentes em algumas grandes propriedades. Portanto, tijolos de fabricação local e madeiras das matas próximas, nomeadamente toros de imbuia, cabreúva e peroba, forneceram material relativamente barato, dadas as possibilidades de manuseio e transporte.

Os barracões e abrigos destinados às máquinas foram pavimentados de grandes lajes destinadas a suportar o pêso dos apetrechos de ferro fundido ou cobre, principalmente a máquina a vapor, que se apresentava como peça volumosíssima.

Dias a fio, um largo trecho situado nas cercanias da Casa Grande foi ocupado por dezenas de obreiros em febricitante labor, martelando peças, abrindo valetas, escavando o solo para firmar fundações, assentando tijolos e preparando as grandes massas de rebôco. Zuniavam as serras ao cortar os troncos e tábuas, e os ruídos

das pancadas se ajuntavam ao ranger dos carros de bois em constante descarga.

Itaici e Tranqueiras foram sede, nesses dias, de um movimento e bulício de oficina, até que se concluiu a estrutura dos edifícios e se deu por acabada a montagem, definitivamente aprovada pelo técnico francês, muito satisfeito com a presteza e o andamento dos trabalhos.

Finda a montagem, realizaram-se as primeiras experiências, que vieram perfeitamente corroborar as esperanças depositadas na eficiência e rendimento das máquinas modernas.

A postos todos os serventes, debaixo da supervisão do engenheiro francês, foram introduzidas nas moendas agora movidas a vapor copiosas braçadas de cana. Reboavam pela vasta sala os ruídos provenientes dos cilindros e das transmissões e o resfolegar do grande motor, que era a alma de tôdas essas rotações e combinações mecânicas, obedientes a um comando único. Os trabalhadores acostumados ao rodar lento do velho engenho e ao ranger das grossas peças de madeira olhavam com surprêsa e quase espanto a velocidade com que se efetivavam operações, outrora dependentes do braço humano. Agora, enquanto o pistão do motor ritmava os seus golpes à guisa de flexões de um braço de ferro, as canas esmagadas e tragadas pelas fauces dos cilindros convertiam-se instantâneamente em garapa que logo escorria para um grande reservatório metálico. Dali era levada em canos para uma série de caldeiras, em que se formava o caldo, purificado com leite de cal para ser depois escumado e passar pelas caldeiras, chamadas de evaporação. Estas se compunham de uma bateria de bacias hemisféricas, em que o xarope se elabo-

rava por cozimento até alcançar o ponto necessário de limpidez e coloração.

Como termo dessas operações, o líquido se assentava em amplos cochos para esfriar e cristalizar, formando espessas chapas de açúcar.

Bem sucedido o funcionamento inaugural, a que assistiam muitas pessoas gradas de Itu e municípios vizinhos, festejou-se o acontecimento com champanha francês, não faltando ao ato os brindes e discursos para salientar o amor ao progresso e a São Paulo demonstrado pelo benemérito cidadão. Muitos agricultores e autoridades ituanas consagravam desta forma um tributo de admiração ao conterrâneo, de vontade firme e esclarecida, que acabava de elevar o nome da província e incentivar a indústria açucareira ameaçada de decadência, e para cujo reerguimento tanto concorria com a emprêsa que ora iniciava a produção.

E, certamente, em vista dos engenhos então existentes na província, não restava dúvida que o de João Tibiriçá representava um empreendimento de vulto.

No amplo recinto em que tinha sido instalado o equipamento, dividido em seções bem delimitadas, sobressaíam as principais unidades do maquinismo. As pujantes moendas, o alinhamento das caldeiras sôbre as armações, o aspecto geral do edifício davam idéia de um vasto estabelecimento fabril e bem justificavam os cálculos relativos aos rendimentos esperados.

Naquelas fazendas e na agro-indústria do interior é que residia a capacidade produtora de São Paulo. Apesar de incriminada por tantos descontentes, era essa lavoura que realmente trabalhava no país e sustentava a administração pública. Os gêneros que ela produzia pagavam as importações e os empréstimos contraídos

pelo govêrno imperial. Os cidadãos que dirigiam fazendas e engenhos correspondiam aos "entrepreneurs" de hoje, aos homens de emprêsa, que movimentam a produção e o crédito e se tornam os principais propulsores e distribuidores do dinheiro e, portanto, do poder aquisitivo, fonte das despesas que alimentam o circuito das atividades sociais.

Ora, mesmo a vida agrícola inicial do Brasil acusa constantes irregularidades e mudanças nos programas dos lavradores. O que mais individualiza a nossa evolução nesse particular é a descontinuidade de culturas e de propósitos. Desde os tempos coloniais, lavouras a princípio tidas como rendosas, são abandonadas após um período geralmente muito breve de prosperidade. Reina nas coisas como nos homens um princípio de mobilidade, determinando alternâncias de entusiasmo e desânimo e gerando fases sucessivas de altos proventos e, repentinamente, de prejuízos que obrigam os homens dotados de maior iniciativa a mudar de rumo. Quando hoje se fala em triticultura, em assomos de inspiração e se apontam as nossas possibilidades para suprir-nos dêsse precioso cereal, custa a crer que já fôsse êle plantado com apreciáveis vantagens na capitania de São Vicente e dois séculos mais tarde na província de São Paulo. O relatório do presidente Joaquim Fernandes Tôrres, em 1859, consigna que "o govêrno mandara entregar ao cidadão Urias Emygdio Nogueira de Barros o prêmio concedido por lei provincial ao fazendeiro que colhesse mais de 100 alqueires de trigo produzido na província, visto haver sido por êle preenchida esta condição. O govêrno fôra também informado que o cidadão Pinto de Castilho e Melo colhera igual, senão maior porção de trigo".

O mesmo ocorrera com a viticultura e com o chá. Sob o influxo de propagandas e dos ímpetos de novidade que se apoderam dos paulistas, várias vezes ensaiaram êles e com certo êxito tôdas as culturas hoje apontadas como fruto de iniciativas recentes. Há mais de um século a província produziu uvas e vinho de qualidade aceitável. Quanto ao chá, chegou a constituir um comêço de cultura regular, tendo vindo até trabalhadores chineses para ensinar os segredos do plantio e do preparo. Alcançou preços animadores e, por volta de 1864, a cultura definhou sensivelmente, reduzindo-se a menos de um têrço do que fôra poucos anos antes. Vinhedos e chazeiros foram depois cortados ou abandonados para dar lugar ao café. Decênios mais tarde, porém, os imigrantes italianos reabilitaram a viticultura e os japoneses foram considerados os cultivadores aptos a levar a cabo, com felizes resultados, tentames rematados em malogros para os nacionais.

A permanência do café constituiu exceção notável, dados os precedentes da nossa história econômica, tão bem ilustrada por emprêsas reveladoras da energia e da decisão dos paulistas, e terminadas por insucessos fragorosos. Nem sempre os reveses foram índice da conhecida volubilidade brasileira. Casos houve, e não poucos, em que fatôres alheios à vontade humana operaram como elementos de desânimo e destruição. Pra-gas contra as quais não havia remédio conhecido e concorrências estrangeiras, bem como a pobreza do mercado interno, atuaram como agentes depressivos de muitos impulsos criadores.

Quando não se implantara ainda a indústria ou que esta mal e mal balbuciava no Brasil em alguns tímidos ensaios, a grande classe agrícola, hoje tão injustamente

alvejada, constituía efetivamente a base econômica do país e, como procedia quase tôda de famílias antigas e abonadas dava o tom marcante dos costumes e, por via da supremacia, supremacia financeira, capitaneava a política.

Embora todos os erros de que a possam acusar, contribuiu a dirigi-la com certas noções de austeridade. E não se vê em que os elementos puramente urbanos daquela época superaram em dignidade ou tino político a classe agrária dominante. Nas grandes cidades do litoral, o comércio, em maioria na mão de estrangeiros, dependia essencialmente da capacidade de consumo e das encomendas provindas do interior, remetente, como dissemos, dos gêneros exportáveis que pagam as nossas importações, até hoje saldadas pelo superavit agrícola. Nos núcleos mais importantes da casta agrícola é que ainda viviam diversas categorias de profissionais: engenheiros, para obras e montagens de máquinas; agrimensores, para as divisões e demarcações de terras; advogados, para as demandas e litígios em tórno de posses e inventários; enfim os tropeiros, nome que pode englobar todos os empreiteiros de transporte no período que antecede a construção das primeiras ferrovias.

Quem alimentava o Brasil e lhe imprimia o impulso necessário ao progresso futuro?

Evidentemente, o Brasil produtivo era êsse Brasil agrário, onde enérgicos proprietários rurais desenvolviam algumas culturas lucrativas, de boa e seguida aceitação no mercado internacional. Os que cedo se refugiaram nas cidades, descurando a participação direta nos misteres agrícolas, ou empobreceram ou vieram, ao contrário, a formar os primeiros capitalistas cidadãos. De qualquer forma, em São Paulo pelo menos, foi do

seio dessa camada que saíram os homens mais empreendedores e de espírito mais receptivo ao progresso moderno. Deram o exemplo até na largueza de vistas e na tolerância, talvez excessiva, com que promoveram a imigração, a princípio a expensas próprias, olhos postos nos antecedentes norte-americanos.

Essa classe agrícola paulista é a mais enérgica e a de mais senso prático no país inteiro. Ela se arroja a cometimentos audaciosos, tanto na esfera econômica como no campo educacional. O paulista, sempre apegado à lembrança dos valorosos bandeirantes, é ambicioso e progressista. Confia na riqueza do solo como confia no seu ânimo de lutador e na eficiência da iniciativa particular, abafada em excesso pelo centralismo.

Com muita razão F. Rangel Pestana poderá dizer em 1871: "Para a província de São Paulo, onde o brasileiro se fortalece pelo toque da liberdade e do trabalho, parece que convergem as fôrças quase exaustas de um povo em lutas inglórias e estéreis".

João Tibiriçá pertencia à falange dos que justificavam as palavras acima e concorriam realmente para a grandeza e prosperidade da província.

De 1859, data da chegada da Europa, como vimos, até 1870, Jorge Tibiriçá, que aos doze anos será levado para o colégio em São Paulo, passará a maior parte dessa quadra da vida na fazenda paterna de Itaiçi, ali presenciando, como filho de rico senhor de engenho, as cenas usuais de uma Casa Grande paulista.

A fazenda Itaiçi, emoldurada de árvores magníficas e flanqueada por espessa capoeira, ocupa de fato situação privilegiada, pois assenta sôbre uma esplanada sobranceira ao rio Jundiá e a uma vasta zona, relativamente pouco acidentada e que se estende entre Indaiatuba

e Itu. O local, extremamente pitoresco, desenrola ante o observador uma paisagem soberba, que incute a mais aprazível das sensações. Por êsse tempo alternavam-se na região as culturas de cana; café, fumo, arrôz, cereais diversos, que marcavam aquêlo trecho de São Paulo como um dos mais ricos e promissores.

Na fazenda decorriam os dias entre os labores agro-industriais e os recreios que a existência do interior podia comportar numa época de comunicações difficilimas, tanto para as viagens e transportes como para a correspondência. Concluída a montagem das usinas açucareiras de Itaici e Tranqueiras voltara para a França o técnico incumbido de ajustar os novos processos de fabricação. Mas curiosamente se encontrou competente substituto para fazer as vêzes de engenheiro e superintender os serviços. Tratava-se de um mulato, filho de escrava alforriada e que João Tibiriçá distinguia particularmente entre os demais empregados. Êsse personagem, em virtude de ser dotado de um nariz algo ciranescos, embora não descomedido ou defeituoso, fôra cognominado o *Coati*, como alusão ao roedor de focinho cumprido.

Ativo e lépido, sempre pronto para tôdas as tarefas e chamado para deslindar muitos casos, quer na esfera do pessoal, quer na parte mecânica do engenho, gozava de tôda a confiança do senhor e em muitas questões emitia parecer judicioso e digno de acatamento. O pequeno Jorge via *Coati* em frequentes conversas com o pai, na atitude de quem discutia matérias de seu perfeito conhecimento. Examinava as canas que chegavam na usina, intervinha constantemente junto dos serventes das máquinas e das caldeiras. Na hora de um reparo urgente *Coati* saltava com agilidade sôbre a

plataforma montada junto aos rolos das moendas e, debruçado sôbre as engrenagens, apertava um parafuso, lubrificava uma peça ou providenciava para uma regulação urgente.

Com a mesma presteza assinalava qualquer embaraço inopinadamente surgido no preparo do xarope ou no ponto de cristalização do açúcar. Obreiro para tôdas as ocasiões e de extraordinária perícia e intuição mecânica, enfronhara-se com tal habilidade nos múltiplos e complexos detalhes do aparelhamento do engenho que ganhara merecidamente um cargo de verdadeiro diretor técnico, de acôrdo, aliás, com a indicação do especialista francês que dizia do inteligente mulato: “Este homem vale por um engenheiro”.

Fora das horas consagradas às plantações e à usina, João Tibiriçá se interessava sobremaneira pelos adiantamentos da ciência, pelos grandes eventos internacionais e a marcha da vida política brasileira. Uma vez por semana chegava o correio da Capital, trazendo as cartas e jornais da província, da Côrte e da Europa. Forneciam assunto para discutir à noite, na sala que lhe servia de biblioteca e de escritório, local de repouso e meditações, onde sé entregava, ora à leitura, ora aos apontamentos sôbre os trabalhos que pretendia escrever acêrca das condições climatéricas de São Paulo e de várias questões relativas às culturas agrícolas.

Nas estantes coalhadas de livros um curioso poderia encontrar obras de ciência, notadamente matemática, física e química e os mais conhecidos tratados de matérias concernentes à agricultura e à industria do açúcar. Ao lado dêsses volumes, muitas obras de astronomia, geologia, história natural, geografia, bem como os livros que até os meados do século XIX eram conside-

rados os mais expressivos do pensamento científico ou social. Naquela bibliografia se projetavam as tendências de um espírito voltado para o materialismo e crente na primazia da técnica sobre o futuro e progresso da civilização. Cuvier, Saint-Hilaire, Gay-Lussac e Auguste Comte eram autores familiares a um homem que acompanhava a evolução intelectual do século e acreditava nos próximos efeitos da grande revolução industrial sobre as condições sócio-econômicas do Brasil.

Filho de uma terra de conhecida religiosidade, João Tibiriçá, que recebera ensinamentos católicos, proclamava-se francamente ateu e materialista. Via o mundo regido totalmente pelas leis que governam a substância e se traduzem em fenômenos físicos palpáveis e mensuráveis. Rejeitava, porém, de forma terminante, tôdas as crenças baseadas na aceitação de um princípio divino e tôdas as doutrinas místicas ou relacionadas com poderes sobrenaturais. Esse materialismo, firmado numa intransigente convicção filosófica, projetava-se nos seus raciocínios de caráter científico ou especulativo, mas não revestia as feições de uma hostilidade declarada e agressiva à religião e aos seus adeptos, tão numerosos no meio brasileiro. O seu materialismo dispensava violências desnecessárias e quaisquer tendências de fanatismo anti-religioso. Estava contrabalançado pelo respeito às crenças alheias, desde que não tentassem forçar esse baluarte de idéias, segundo as quais êle acreditava no aperfeiçoamento da civilização pelo progresso da ciência, totalmente estranho às influências da religião e à interferência das igrejas e do clero.

Dos estudos e comentários de João Tibiriçá acêrca do clima de São Paulo e dos seus efeitos sobre as nossas condições agrícolas daremos algumas amostras. Em-

bora escritos ou dados a lume muito mais tarde, foram naturalmente o produto de observações prolongadas e de muitos anos de atentas reflexões.

Voltemos um instante à Casa Grande de Itaiçi, ligeiramente descrita num capítulo anterior, para mostrar o sítio em que Jorge Tibiriçá passou a infância e o começo da adolescência, pois veremos depois que êle voltou à Europa com a idade de quinze anos. O tempo, porém, que viveu na fazenda e no colégio em São Paulo, marcou funda e decisivamente a formação do homem que será um dia o presidente do Estado.

Foi no grande casarão e nas terras circunjacentes, no meio daquele cenário familiar e social, que o pequeno Jorge experimentou os prazeres e as jubilosas expansões da meninice. Foi naquele prédio maciço de taípa e de contornos coloniais que êle testemunhou os incidentes comuns de um lar e sentiu todo o poder do filho único na vida conjugal dos pais. Nesses dias tão agradáveis de infância, quantas impressões não lhe calaram no espírito e quantos espetáculos animados e interessantes não se fotografaram na sua retina mental. Pontos de luz cristalizando as mais puras saudades, ao recordar a ternura materna. Ecos de bondade protetora, imprimindo um ritmo de energia e virilidade de sentimentos, ao lembrar o perfil do pai, varão de aparência um tanto rígida à primeira vista, mas ocultando sob essa capa de rudeza o mais estremeado coração paterno. Visões de um ambiente genuinamente brasileiro, arquivando fatos e costumes que marcaram um dos períodos mais originais da nossa história.

O filho de um ilustre senhor agrário, da pura estirpe bandeirante, passou, portanto, a fase mais expressiva da infância no grande engenho. Dias em que se fi-

xam, através das primeiras imagens colhidas na experiência da vida, influências duradouras ou indeléveis que se prolongam pela existência afora e contribuem para elaborar a personalidade. Imagens ou associação de fatos que se evocam pelo colorido afetivo ou o tom emocional que revestem. São êsses eventos, formados de alegrias, surpresas e às vêzes ressaibos de lágrimas e dor que formam o conteúdo da consciência infantil e preparam os quadros morais e sentimentais do adulto e o campo da vida subjetiva, com as suas ambições, desejos e sonhos e as múltiplas complexidades que o futuro converterá em fôrças construtivas de ação ou em materiais parasitários ensombrando e obstruindo a corrente vital.

A mãe de Jorge, com o máximo desvêlo, foi a sua primeira mestra nos rudimentos de instrução primária, ministrados com êsses fluidos de vigor afetivo que se gravam de modo permanente na alma de um filho.

Educadora e instrutora envolveu o pequeno Jorge num círculo de atenções e de lúcida pedagogia, inteiramente imune às interferências de amas, mucamas e outros aconchegos femininos muito comuns então na vida brasileira e que são frequentemente denunciados como veículos de impressões em que o homem feito vai mergulhar as raízes de muitas credices erradas e até de superstições perniciosas.

Estrangeira, colocou-se ela com todo o tato nesse plano de comportamento e de ação igualmente afastado das rudezas escravocráticas e de certas propensões brasileiras para cair no exagêro de favores e demonstrações de familiaridade aos servos prediletos, caminho conducente a um gênero de nivelamento racial geralmente em antinômia com a índole dos europeus não ibéricos. Dada

a sua personalidade bem marcada, fêz o possível para se adaptar às condições dessa vida, em que lhe cumpria guardar a autoridade e o prestígio de uma senhora da classe dominante, sem por isso perder ou sacrificar as concepções que recebera na sua pátria no tocante à educação dos filhos e à intervenção da mulher no lar. Eminentemente bondosa e apegada aos princípios do catolicismo, haurindo na religião tôdas as fôrças de firmeza e renúncia, encontrava ela também na sua herança espiritual certas intransigências íntimas que a diferenciavam profundamente de muitas senhoras do país.

Em companhia dos pais ou de serviçais de confiança Jorge percorria quase que diàriamente as principais dependências do engenho. Apreciava os canaviais interminosos, amplos tapêtes de tonalidade verde-claro que, de longe, se afiguravam trigais a ondular suavemente ao sôpro da brisa. Seu pai acariciava com os olhos a vasta plantação e não se cansava de louvar-lhe a beleza. Comparava os extensos campos bem lavrados a uma jóia de fina lapidação. Os matizes da cana conforme as estações, o odor que se evolava das planícies serviam de pretexto para exclamações de verdadeira volúpia estética. Mas, ao lado dessas reações de sensibilidade de um agricultor amante da terra, passava êle a encarar mais prosaicamente a riqueza que fornecia a matéria-prima do engenho. À ternura sucedia o senso prático e êle observava o comprimento das hastes, as nodosidades, os pormenores que escapam a um olhar de leigo e solicitam a atenção do profissional para as qualidades que se transformam em rendimento. A natureza era então o agente de ação físico-química que determina as percentagens de sacarose e preside às combinações de que resultará um açúcar bem cotado.

A família costumava fazer demorados passeios que davam ensejo a conhecer muitos recantos pitorescos. A pé ou a cavalo seguiam as trilhas e picadas abertas nas matas e capoeiras. Era a ocasião para Jorge se entregar à colheita de frutas silvestres e folgar prazerosamente junto das pequenas cascatas ou à beira dos córregos que recortavam a fazenda.

Um dos passeios mais férteis em surpresas e sensações era a visita periódica ao Salto de Itu. A maravilhosa cachoeira, quando no auge da fôrça, constituía espetáculo fascinante, ante o qual todos se detinham, subjugados pelos efeitos da imponente massa de água precipitada entre os paredões de granito.

Através de grossos blocos de rocha, sobrepostos em feição de muralhas, a corrente do Tietê irrompia com impetuosidade, arremessava-se contra os patamares formados pelos penhascos e rolava em turbilhões cujos rugidos se ouviam a enorme distância.

Era sempre novidade fitar longamente aquêles férvidos cachões. O abismo das águas em fúria atraía irresistivelmente pela beleza empolgante da eterna luta entre as ondas e a pedra, batalha que o sol sublimava pela irização dos vapores e o jôgo de luzes refrangidas pelo cristal da torrente e a neve das espumas.

A êsses painéis da natureza física se associavam, no lastro das recordações da infância, os da experiência humana. Pela mãe praticante do catolicismo Jorge era iniciado nas doutrinas cristãs e, de tempos em tempos, ia assistir às festividades religiosas em Itu, cidade onde se cultuavam com pompa as grandes datas da Igreja.

Na terra de sacerdotes de grande virtude e ilustração, como Miguel Correia Pacheco e de apóstolos caritativos e humanitários, como Antônio Pacheco e Silva,

a Semana Santa, principalmente, era celebrada com vistosas consagrações. Saía então a cidade da sonôlência habitual à vida do interior e se animava extraordinariamente devido ao afluxo de famílias que acudiam de todos os pontos do município e até de rincões vizinhos ou mais longínquos.

As noites de Santo Antônio e, sobretudo, São João, com seus foguetórios e regozijos, herdados de Portugal, festejavam-se na fazenda com todo o rito e colorido e davam margem a uma das demonstrações mais democráticas do nosso ambiente agrário. Divertiam-se até altas horas senhores, camaradas e escravos, com fogueiras, danças e batuques africanos.

Tela pitoresca e vivaz que muitos brasileiros daquela geração catalogavam entre as mais agradáveis lembranças e que inspirou a Martins Fontes no seu trabalho sôbre a "Dança" uma página de extraordinário enlêvo e poder evocativo.

Quando partir para a Europa, Jorge Tibiriçá levará as impressões típicas e profundamente brasileiras dêsse ambiente. Rememorarâ no estrangeiro a doce visão de Itaici, casa de família tantas vêzes contemplada, ora alvejante sob as reverberações solares, ora esfumada pelas brumas nos dias invernosos. Casa em cujos salões mobiliados de velhos e pesados moveis portuguezes, brincara ao lado da mãe. Não esquecerá nunca a figura da bondosa progenitora, perpassando entre aquêles aposentos, arrumando as estantes, florindo os vasos ou sentada ao piano para tocar valsas e gavotas ou cantar algumas doces canções da França.

Da sala de jantar, diâriamente frequentada por hóspedes da família ou pessoas de passagem que vinham a negócios, recordará a grande mesa central cercada de cadeiras de espalдар esculpido. Mesa que ficava isola-

da como uma ilha no meio de um lago. Da cozinha, nos fundos, as servas traziam as bandejas repletas de pratos que se depositavam fumegantes sôbre a toalha, exalando os aromas dos temperos e dos quitutes caprichados.

À noite os amplos dormitórios, de altos forros, em que se destacava o madeirame pesado dos soalhos e das portas, o volume das vigas, as paredes de uma espessura de fortaleza, onde se haviam socado muitas toneladas de terra.

Sequência de quadros em que se urdiram as sensações primárias da vida e se associaram as percepções que vão constituir o substrato psicológico do adulto.

Não é possível deixar de lado as recordações ligadas ao paladar, o sabor tão peculiar de certos pratos e guloseimas bem brasileiros, a doçura de frutas silvestres em cujo sumo se transubstanciam as carícias solares. Essas sensações gustativas poetizam a existência na infância. Contribuem para dar uma noção sensível da pátria, e longe de serem vulgares, interferem com imagens e emoções de alto sentido espiritual.

Um episódio que teve por essa época bastante repercussão, até fora dos limites do município, nasceu de simples brincadeira e depois tomou um rumo de violência e por pouco não findou em tragédia. Muito tempo o caso foi comentado, censurado ou aplaudido, conforme as rodas em que vinha à baila.

Um primo de João Tibiriçá, que chamavam Nhô Bento, rapaz alegre e dado de quando em quando a libações inofensivas, aproveitou-se da passagem de um circo ambulante em Itu para entrar no recinto, por baixo do pano. Moço rico, conhecido na cidade, bem sabiam todos que tal gesto, de pura galhofa, não implicava no intento de se furtar ao pagamento da entrada. Mas no

picadeiro, um palhaço serviu-se do sucesso para inspiração de pilhérias e maior gáudio dos espectadores. Foi um número extra no programa, já que o truão, pegando na viola, pôs-se a improvisar versos chistosos que despertaram as gargalhadas do público. Nhô Bento, ridicularizado e apupado pelas chufas dos espectadores, saiu do circo meio aturdido e um tanto humilhado.

No dia seguinte corria mundo que êle fôra desfeito e objeto de motejos insultuosos que recaíam sôbre uma família de poderosas ramificações locais e onde não era de uso aturar desaforos de qualquer espécie sem revide.

Quando a ocorrência chegou aos ouvidos de João Tibiriçá, acordaram de chôfre e impetuosamente tôdas as fibras do orgulho familiar. Enrubescido de cólera, sentiu ferver no sangue os impulsos da velha gente paulista, para quem o menor agravo a um membro da família atingia a coletividade inteira e reclamava pronto desfôrço da parte dos ofendidos, à guisa das antigas *vendettas* bandeirantes.

Furioso, João Tibiriçá decidiu corrigir o atrevido palhaço e fazer-lhe engulir as chacotas que soltara inconsideradamente sôbre o primo.

Para a represália preparou-se verdadeira expedição punitiva. Dois dias depois, seguido de numerosos serviçais da fazenda e de um bando de escravos munidos de foices, chibatas, azorragues e até armas de fogo, o senhor paulista mandava cercar o circo e agarrar o autor das trovas humorísticas. Apanhado o infeliz palhaço, diante do pessoal do circo assustado e atônito pelo imprevisto da agressão, foi êle violentamente açoitado e quase linchado. Após a façanha, o circo em bloco, com todo o seu elenco de atores, acrobatas e funâmbulos, viu-se coagido a levantar acampamento e fugir às pressas da

zona, agora debaixo das vaías e assobios do mesmo povoléu que na véspera rira das graças do palhaço.

Bem entendido, a autoridade não interveio e até fêz vistas grossas, pois o gesto de desafronta merecera a aprovação de muitos ituanos.

Esse procedimento mostrou uma outra facêta do temperamento de João Tibiriçá, aquela que revelava, no seio da família como de outros troncos paulistas, traços de violência e impulsividade e, consoante êles próprios apregoavam, uma certa “falta de respeito humano”.

Não podemos omitir o fundo melancólico dêsse panorama, já que diz respeito ao instituto da escravidão. Os fundamentos dêsse odioso legado serão demoradamente discutidos em 1871, por ocasião da proposta de libertação dos nascituros apresentada pelo ministério Riô Branco. Mas até essa data, a propaganda abolicionista era mais considerada manifestação de demagogia do que expressão de idealismo humanitário, e os que a ela se entregavam eram olhados como uma espécie de comunistas, visto que atentavam contra o direito de propriedade sancionado pela igreja e aventavam uma reforma positivamente arruinadora para a agricultura nacional.

João Tibiriçá, não obstante a sua compreensão do aspecto social do caso, pendia, entretanto, para a manutenção da escravatura até que fôsse possível extingui-la gradualmente, sem abalos profundos na estrutura agrária e na economia do país. Por isso, à falta de outros braços, utilizava duas ou três centenas de escravos nas suas fazendas. Bem que o regime a que os submetesse fôsse relativamente brando e que êle facilitasse estímulos, recompensas e alforrias, a vida dos cativos obedecia nas suas terras aos usos comumente adotados em São Paulo.

A propósito da influência perniciosa do escravo, o dr. Rafael Aguiar de Barros escreveu em 1883, na *Provincia de São Paulo*: “Em geral, o fazendeiro é muito ríspido no trato para com seus empregados. Rispidez esta que vem do hábito de só dirigir escravos. Habi-tuado a ter diante de si um homem-máquina, o fazendei-ro quer na fazenda levar tudo aos gritos e com rispidez.”

Declarava falar em conhecimento de causa, por ser êle próprio fazendeiro, e ajuntava: “Os modos ásperos que se notam, mesmo em nossas melhores sociedades, vêm do contacto com escravos. A cada passo vê-se um homem de boa sociedade responder a um amigo de mo-do áspero e mesmo grosseiro. Qual será o motivo? Ser-rá defeito de educação? Não; é o hábito de falar ao escravo sempre com império”. Por isso, trabalhadores e colonos deixavam constantemente as fazendas, apesar dos lucros. Mas o tempo teria que fazer perder esta asperidade...

Foram por si bastante perniciosos os efeitos da es-cravatura sôbre os nossos costumes para que se não pro-cure agravá-los com narrativas e interpretações exage-radas e unilaterais.

E' de moda, para descrever a face escravocrática da sociedade brasileira, recorrer a teses em que se carregam as tintas pessimistas e se acentuam as influências da *libido*, como chave decifradora de todos os abusos desse período. Por semelhantes versões a sociedade anterior à abolição, dominada pelas heranças ibero-árabes da nos-sa etnia, dava à mulher, nesses ambientes patriarcais, uma posição inteiramente subalterna, comparável à dos gineceus da Grécia ou dos serralhos do Oriente. Por outro lado, os homens, assediados pelas facilidades da tentação carnal, se entregariam sem freio a tôdas as li-

consiosidades, concorrendo assim para o fabrico de mulattos e a mestiçagem da família.

No que toca à *gens* paulista, sob tantos aspectos comparável à romana, é mister reconhecer, apesar dos erros e deslizes inevitáveis, que ela se preservou em grande maioria de tais estigmas e degenerescências. Além de as antigas células paulistas haverem resguardado, não tanto por motivo de preconceitos e ódios, como por instinto de defesa biológica, a pureza do sangue português, sustentaram sempre um padrão moral dos mais elevados.

Muito prezavam os velhos paulistas as qualidades de honra, retidão e decôro, de que deram tantos exemplos, para que se deixassem vencer pelas perversões das senzalas. Na imagem que formavam de si próprios, nos sentimentos que externavam em relação à família, nas recomendações que figuram em seus testamentos, destacam-se virtudes e traços de nobreza incómpatíveis com certos rebaixamentos e degradações. E quanto às mulheres paulistas, matronas de forte caráter e de comprovada ascendência na direção das famílias, mostraram-se em muitas instâncias administradoras de capacidade, a quem se deve a salvação de importantes patrimônios que a inconsistência e a fraqueza de maridos e filhos teriam muitas vêzes dilapidado.

Mais exato será dizer que a escravidão atuou no sentido de instigar certas tendências para a violência e o arbítrio, que deixaram sua marca na esfera política do país.

CAPÍTULO IV

ASSIM que chegou à idade de seguir o curso secundário, Jorge Tibiriçá, deixando a fazenda paterna, veio residir na Capital da província. Para uma instrução satisfatória já não bastavam os professôres particulares nem os mestres que podia contratar em Itu. Tampouco depararia fãcilmente bons colégios em São Paulo. Eram clamorosas as deficiências da instrução pública, falha tanto mais deplorável quanto, numa sociedade constituída pelos extremos da riqueza e da influência social, de um lado, e do outro por grande massa ignorante em condições apenas superiores às da escravatura, a falta de um aparelhamento educacional vinha prolongar perigoso e funesto divisionismo material e intelectual na coletividade brasileira. Os estudos modernos acêrca das condições de formação da sociedade latino-americana mostram como se operou, desde os tempos coloniais, uma estratificação ou hierarquia de classes de certa maneira semelhante, pôsto que menos rívida que o sistema das castas na Índia. Na América Latina, sob o regime governativo das metrópoles, portuguesa e castelhana, os poucos elementos europeus imigrados logo se separaram dos indígenas e dos africanos importados por fundas barreiras morais e econômicas. Tanto se verificou o fenômeno no Brasil como nas Antilhas ou nas outras dependências espanholas. De sorte que uma aristocracia agrária, de sangue europeu mais ou menos preservado, fêz contras-

te com a massa dos mestiços de todos os graus e firmou dois pólos de povoadores, sem a necessária classe intermediária capaz de fornecer os elementos de uma opinião pública relativamente independente e esclarecida. Esse conteúdo da vida colonial, mais tarde modificado pelas imigrações européias, perdurou muitos lustros e deixou vestígios bem acentuados até hoje, principalmente no norte do Brasil. Mas nos tempos do Império uma boa instrução primária teria contribuído para elevar o nível dessas massas, entre as quais figuravam muitos brancos empobrecidos e proletarizados por força da decadência patrimonial. Tal lacuna educativa prejudicou bastante a evolução da sociedade brasileira e retardou a constituição de uma classe intermediária, apta a adquirir possibilidades de desenvolvimento econômico, como pequenos comerciantes, membros das carreiras liberais ou pequenos agricultores. Um povolêu quase totalmente analfabeto tinha que cair forçosamente nos postos mais baixos da sociedade e pretender somente empregos mesquinhos e mal remunerados nas classes armadas, nas polícias, nos últimos escalões do funcionalismo público ou nos mais humildes misteres domésticos e nos serviços de jornaleiros agrícolas. Essa diferença com os povos anglo-saxões no que respeita aos objetivos da instrução primária e secundária, atuou poderosamente no sentido de afastar os brasileiros das classes produtoras e entregar o comércio em caráter quase exclusivo aos imigrantes. Outros fatores concorrerão ulteriormente para modificar esses quadros sociais e corrigir em parte tão nocivo desequilíbrio. Mas sem dúvida a despreparação das massas brasileiras criou sérios entraves à nossa capacidade assimilativa e prolongou demais a fase de mentalidade colonial, com graves inconvenientes da nossa adaptação aos progressos políticos e econômicos.

Confessaram diversos governantes da província que o preparo dos professôres era muito fraco e a vida dêles muito mesquinha e precária por causa da insuficiente retribuição. Numa província “de vida notòriamente cara”, percebiam nas cidades 850 mil-réis anuais, 750 mil-réis nas vilas e 600 mil-réis nos bairros e freguesias. Explica-se perfeitamente porque “a mocidade não obtinha a conveniente cultura de inteligência e de coração”. Junte-se à falta de preparação dos mestres a ausência de processos de ensino adaptados aos fins da instrução primária e se evidenciará o triste abandono a que ficaram lançadas as massas populares brasileiras, acusadas depois de se tornarem infensas ao trabalho e persistentes na indolência e na inércia.

Como poderia o poder público, em condições tão críticas, dar instrução primária e gratuita? Sob a presidência de João da Silva Carrão, de agosto de 1865 a março de 1866, existiam na província 369 estabelecimentos de ensino, dos quais 254 escolas públicas primárias. Quanto aos estabelecimentos particulares de instrução secundária, eram os seguintes: aulas de latim, 10; de francês, 12; de inglês, 5; de aritmética e geometria, 4; de retórica e poética, 3; de filosofia, 3; de geografia, 3. Numa nação carecida de estímulo para atividades e conhecimentos práticos, tamanha estagnação intelectual dava causa a que os adversários do Império e os republicanos censurassem com justiça a negligência de um govêrno que parecia tomado de total desinterêsse pelo futuro do povo. Na verdade, os administradores da monarquia não encobriram a lamentável situação do ensino e denunciaram essa chaga do regime até as vésperas da República.

Para receber uma instrução secundária menos superficial e incompleta os jovens eram matriculados em escolas particulares, algumas das quais se salientaram pelo cuidado com que tratavam de constituir cursos e aplicar programas capazes de se equiparar aos dos estabelecimentos europeus. Professôres e professôras alemães e americanos, nomeadamente, montaram alguns colégios que marcaram época e acolheram alunos provindos das mais distintas famílias de São Paulo. Também alguns brasileiros se animaram ao meritório empreendimento de melhorar a educação do nosso meio social. Mas é inegável que certas iniciativas estrangeiras nesse campo prestaram os melhores serviços. A colônia alemã, onde quer que vissem alguns de seus membros, providenciava logo para a constituição de uma escola, de bibliotecas, de uma banda de música, de sociedades recreativas em que sempre os divertimentos se associavam a finalidades de ordem educativa. Dançavam, emprestavam livros e montavam aulas em que muitos brasileiros tinham o ensejo de se aperfeiçoar em várias matérias, literárias e científicas, e até na língua portuguesa.

Eis o que justifica porque Jorge Tibiriça foi mandado para o colégio alemão de Barth, sito à Avenida Rangel Pestana, em local considerado distantíssimo arrabalde, ao qual se chegava depois de longo trânsito e de atravessar o aterrado do Brás, estreita língua de terra que fazia comunicar a cidade com aquêlê bairro, passando através de várzeas que eram verdadeiros lagos.

O colégio Barth, instalado em velho prédio relativamente bem adaptado para servir de internato, inseria nos seus programas diversas disciplinas que eram pouco e mal ensinadas na maioria dos cursos congêneres. Consagrava várias horas por semana às aulas de aritmética,

geometria, álgebra, física, química, história natural, desenho, além da parte humanística, que abrangia latim, literatura e retórica. O importante a sublinhar é que os diretores e professores não se tingiam aos métodos que transformam o ensino num simples armazenamento de matérias sem utilidade prática. Ao contrário, faziam questão que seus discípulos brasileiros se interessassem o mais possível pelas matemáticas e pelas ciências, pois alvitravam criteriosamente que um país jovem e futuro não se haveria de desenvolver com a poética e os palavreados escolásticos. O Brasil e em particular a província de São Paulo careciam de inteligências ativas, de administradores capazes de gerir fábricas agrícolas e industriais, de construtores de estradas, de comerciantes argutos e de agrônomos competentes. Precisávamos mais de engenheiros que de poetas e oradores e de cultura verbal. Muitos jovens brasileiros, da classe estudantil, sobretudo os que cursavam a Academia de Direito, apreciavam em demasia os aplausos recebidos pelos declamadores de sonetos, pelos autores de artigos sonoros editados nos jornais da mocidade e pelos oradores que debatiam em estilo empolado problemas filosóficos da Grécia e polêmicas do romantismo francês. Os professores estrangeiros não apreciavam muito êsses ramos. Preferiam concitar os moços a pensar nos grandes problemas relacionados com o progresso econômico e social do país. Os alemães haviam auxiliado consideravelmente a nossa cultura e os nossos aparelhos de produção industrial. Nomes de grande projeção estavam ligados a empreendimentos como a siderurgia de Ipanema, o gabinete topográfico, os primeiros departamentos estatísticos e a abertura e planificação de estradas.

O colégio Barth, sem possuir as credenciais de estabelecimento especializado, procurava incutir nos alunos o gôsto pela ciência e pelos assuntos que entendiam com o progresso material e intelectual do Brasil.

No intervalo das aulas os alunos podiam espaiarecer no vasto jardim, correr nas relvas, respirar os ares de uma chácara bem arborizada e entregar-se aos jogos que incitam aos melhores exercícos físicos.

Aos domingos os internos passavam o dia em casa das famílias. Jorge Tibiriçá ia então para a casa da senhora Rita Bourroul, avó do ilustre facultativo paulista dr. Celestino Bourroul. Encontrava na residência da distinta senhora todo o acolhimento de um lar e os mesmos cuidados que receberia dos pais. A família Bourroul, ligada por vínculos da mais sólida amizade à família Tibiriçá, descendia de franceses e granjeara o melhor conceito e as mais fundas simpatias junto à sociedade paulistana, à qual logo se incorporou por alianças de parentesco e pela maneira como se identificou com a sua nova pátria.

Jorge Tibiriçá, jovem sadio e de cativante educação, era muito estimado por todos os seus colegas. Temperamento bem equilibrado, amigo do estudo e alegre sem exagêro, cedo revelava os atributos de uma personalidade em que predominava uma harmoniosa combinação das tendências morais de sua origem franco-brasileira.

Jorge se comprazia muito no colégio Barth, onde o ambiente pedagógico e social era satisfatório para um moço de sua formação e caráter. Mas era com extrema impaciência que êle esperava as férias, gozadas na fazenda de Itaiçi. Revia com intenso prazer os domínios paternos, os canaviais, as mœndas, a usina, a Casa

Grande bafejada pela afeição dos pais. E como jovem de sentimentos apurados e propenso a observar e compreender os fenômenos sociais, compungia-se muito com tôdas as cenas da escravidão e sentia vibrar em si fibras abolicionistas.

São Paulo no período da guerra do Paraguai

Em seu aspecto geral o São Paulo do decênio de 1860 a 1870 não dista muito da cidade visitada e descrita em 1830 por Saint-Hilaire. Com os minguados orçamentos municipais nem era possível apressar um progresso material que principiará verdadeiramente a acentuar-se no comêço do século XX.

Algumas informações vão nos permitir ajuizar das condições do ambiente urbano.

De acôrdo com as estatísticas mais ou menos fidedignas às quais se pode recorrer, a província em 1862 contava com cêrca de 600 mil almas, entre homens livres e escravos, e a população da capital não ultrapassava 25 mil. O corpo de Polícia Permanente compunha-se de umas sessenta praças para a cidade e o total para a província nem bastava para um mínimo de segurança, mormente para vigiar o interior, onde se registravam anualmente numerosos homicídios e delitos de tôda a sorte, provàvelmente aumentados pela insuficiência repressiva e preventiva. Também por essa época um incêndio de certas proporções, o da livraria de José Fernandes, fêz levantar a idéia de organizar um corpo de bombeiros.

Um único teatro, o Teatro São José, representava espetáculos dramáticos e recebia a subvenção anual de 3 contos. Esse prédio, de dimensões regulares, funcionou longos meses com a falta de parte do telhado e das paredes, devido à especulação de um empreiteiro que procrastinava a conclusão das obras.

Edifícios de imponente ou linha estética primavam pela ausência. O primitivo palácio do govêrno, mal e mal instalado num casarão contíguo à tradicional igreja do Colégio, carecia de reformas periódicas para não se tornar inabitável, como se deu sob a presidência de Vicente Pires da Mota, que achou um despropósito gastar trinta contos em consertos, em face das irrisórias possibilidades financeiras do Tesouro.

Em quase tôdas as ruas, estreitas e ladeadas de casas velhas, as perspectivas eram muito reduzidas. No Piques, em volta do Obelisco da Memória é que a cidade se alargava um pouco e mostrava um conjunto mais compacto de habitações. Junto ao largo do Palácio uma rua, ou antes, um íngreme caminho de terra batida descia para a planície do Brás, à qual se ia ter um pouco mais adiante pela antiquíssima Ladeira do Carmo, em cujo tôpo se erguia o Convento, arrimado a um paredão maciço. Nesses trechos a vista se alongava por extensos lençóis de águas paradas que circundavam a cidade de pântanos e lagunas, apontados como focos de "miasmas" deletérios.

Produziam as populares garoas, cujos efeitos deram azo a tantos comentários poéticos e foram até citadas por Castro Alves como das poucas originalidades paulistanas dignas de tocar a sensibilidade de um amante das musas.

Nos pontos em que as ruas não vinham terminar em terrenos úmidos e baixos, desembocavam à beira de campos cobertos de matagais.

Principiavam então os ermos que durante longos anos envolveram São Paulo numa faixa recentemente denominada *anel de solidão* pelo escritor português Barros Ferreira.

No corpo da capital — e isso explicava a área relativamente considerável em relação à população — permaneciam grandes espaços vazios ou parcialmente revestidos de restos de matas e capoeiras, que formavam chácaras comparáveis a verdadeiras propriedades rurais. Indicavam quanto os moradores mais ricos, a maioria possuidora de sítios ou fazendas no interior, prezavam a vida agrária e teimavam em continuá-la mesmo dentro dos confins urbanos. À falta de serem cultivados para satisfazer suprimentos alimentícios com finalidade comercial, ofereciam agradáveis recantos de beleza silvestre e frescor, entremeados de jardins, hortas, vergéis e às vêzes pequenos pastos com umas cabeças de gado e cavalos. Essas chácaras, algumas das quais de grande dimensão, deram trabalho às edilidades para a abertura de novas ruas e assinalaram os primeiros loteamentos, de início liquidados a preços muito baixos, pois só quando a cidade acusou realmente os impulsos de uma inesperada expansão demográfica é que os negócios de terrenos passaram a constituir fontes de bons lucros e especulações vantajosas. Muitos anos, porém, o negócio não foi rendoso e não poucos proprietários se desfizeram de casas e quadras de terras a preço ínfimo e ficaram desapontados e tardiamente arrependidos de sua venda, ao saberem a espantosa valorização operada nesses imóveis.

Desde a parte central se deparavam as chácaras por onde as principais artérias paulistanas teriam que se prolongar, malgrado a resistência oposta a êsse avanço por alguns proprietários, infensos a recortar e desmembrar os pequenos "latifúndios" encravados no meio do velho casario. Tiveram alguns que ceder ante as desapropriações. Outros, mais conformados ou prevendo os lucros futuros, aceitaram os novos arruamentos. Entretanto, por longos anos subsistiram em pleno São Paulo êsses sítios mais ou menos ajardinados, por vêzes guardados de um belo e umbroso arvoredo, em meio dos quais se erigiam vivendas tradicionais, circundadas de pequenas casas para empregados e escravos. Até os primeiros anos do século atual, em muitas ruas hoje quase inteiramente tomadas pelas construções comerciais e os arranha-céus, se levantavam sólidas mansões, de arquitetura já um tanto modernizada e junto das quais ainda vicejavam árvores majestosas, reminiscência e vestígio de florestas antigas absorvidas pela civilização urbana.

Quem aprecia hoje o vale do Anhangabaú e descortina, de lado e outro do novo Viaduto do Chá, as pomposas avenidas por onde se escoam um tráfego imenso de autos, entre fachadas suntuosas e edifícios fabricados por série e parecidos com enormes colmeias de cimento armado, não se imagina o aspecto da colina central, separada da rua Barão de Itapetininga por uma depressão rodeada de barrocas, sobre as quais se agarravam dorsos de casas e muros de pequenos quintais. No centro passava o estreito córrego entre margens onde crescia o agrião e à noite coaxavam os sapos.

Problema agudíssimo que reaparece nos relatórios dos administradores da província, como tema de quei-

xas e sugestões para corrigir um dos incômodos que mais afligiam os paulistanos foi o fornecimento de água.

Grande parte da população servia-se das águas do Tamanduateí, impuras e poluídas em longos trechos de seu curso. À noite, os escravos despejavam naquele rio as imundícies, os “cabungos” com as matérias fecais. E nas proximidades dos locais em que esvaziavam êsses recipientes, iam mulheres e crianças colhêr o líquido para encher baldes e moringas reservados à higiene e à alimentação!

Muitas casas particulares serviam-se de poços. Fossas sanitárias não havia e se substituíam por buracos nos quintais, de onde se exalava tremenda fedentina. As famílias pobres e os criados e escravos faziam fila diante de bicas e chafarizes, que secavam com frequência. Daí se originavam constantes reclamações e apelos para que o governo providenciasse a construção de reservatórios, bem como a captação dos mananciais da Cantareira e do Caguaçu.

A essas lacunas sensíveis correspondia o deficiente estado sanitário, cujos efeitos avultavam principalmente por ocasião das epidemias que arrebatavam quase anualmente, ora de varíola, ora de tifo, de par com casos esporádicos de peste e cólera-morbo. Para atender a êsses flagelos eram bem escassos os recursos hospitalares e de higiene preventiva. A Santa Casa, os hospitais de lázaros e outras casas de caridade, geralmente superlotados, pouco ofereciam em matéria de assistência médica e terapêutica.

Do Hospício de Alienados dirá o presidente Cândido Borges que “o estabelecimento tal como se achava era mais propício a produzir alienação mental do que a curá-la”. Palavras de um administrador que também

era médico e que se podiam aplicar a outros estabelecimentos, nos quais os doentes pareciam entrar para falecer mais depressa. Na Cadeia Pública, por exemplo, encarceravam às vèzes morféticos em promiscuidade com prisioneiros atacados de outras enfermidades. Os coeficientes de morbidade e mortalidade eram elevadíssimos e as mais simples medidas de limpeza e desinfecção se efetuavam de modo muito rudimentar, por falta de pessoal e mesmo de conhecimentos científicos adequados. Dêsse mal, aliás, não sofria apenas o Brasil. Até que Pasteur, o genial apóstolo da ciência e de preceitos humanitários, lograsse convencer os seus contemporâneos da existência e dos perigos dos micróbios, sofreu campanhas incríveis de ódio e descrédito, pois as suas luzes intelectuais e a sua doutrina sócio-científica tinham que matar ou apagar primeiramente os micróbios do ciúme, os vírus terríficos da inveja profissional que levaram à morte e à loucura outros homens de valor, como o facultativo inglês que abriu a luta contra a febre puerperal.

Não é de estranhar, portanto, que o povo paulista não se mostrasse um tanto rebelde às vacinas e outros cuidados profiláticos. Em 1865, não se podia exigir a existência da mentalidade da sulfa e da penicilina.

Não obstante os problemas angustiosos que pesavam sôbre a população no setor sanitário, causa admiração a defesa que o clima opôs ao assalto da febre amarela. O temeroso morbo, que castigava impiedosamente as grandes cidades do litoral e as transformou num espantalho que afugentava os estrangeiros do Rio e de Santos, escalava o planalto e irrompia com violência pelo interior. Curiosamente, entretanto, a febre amarela se detinha ante o município da capital e como que o con-

tornava para atacar com redobrada violência localidades mais remotas, como Campinas, cujo progresso será tolhido por epidemias tão agudas que obrigarão, dois decênios mais tarde, a parte mais ativa da população a deslocar-se para a capital ou para outras regiões da província. Não se explicaram até hoje as razões por que a nossa capital foi poupada pelo estegômia e logrou obter tão singular imunidade às investidas do pernicioso mosquito. Não será uma questão topográfica nem a ausência de condições favoráveis à proliferação dos transmissores de febre amarela, pois abundavam por todos os lados e cantos águas paradas, lagoas e várzeas, córregos e valetas, que podiam alimentar notavelmente os focos de contágio.

O ambiente social da Paulicéia

Pouquíssimas diversões para um moço se deparavam na então capital da Província. Aos próprios estudantes de Direito, tirante algumas sociedades recreativas e o convívio mais ou menos alegre de suas repúblicas, não sobejavam muitas oportunidades para distrações noturnas. Na escuridão das ruas, mal alumadas por escassos lampiões de querosene, não havia campo para passeatas de boêmios e já estavam rareando as serenatas, cuja voga perdurou com certa continuidade até os meados do século.

De dia mesmo, a cidade oferecia quando muito o aspecto que hoje nos apresentam as mais sossegadas vilas do interior. Nas melhores ruas residenciais, onde a maioria das casas não passava do andar térreo, as janelas se abriam como a mêdo e deixavam entremostrear

um ou outro vulto espiando pelas frestas e pelas rótulas. A população, nas classes mais abastadas, não primava por grande sociabilidade aparente e os hábitos, ainda bem estampilhados pelos vestígios da formação jesuítica e de uma velha educação portuguesa, denotavam bastante rigor no tocante às relações entre a juventude dos dois sexos.

Aos domingos, nas horas de missas, é que as famílias saíam mais ataviadas, os pais precedidos geralmente das filhas, uns e outras a passo solene, dosando as trocas de cumprimentos com amigos e conhecidos. Não se acabara o uso das mantilhas que cobriam a cabeça das mulheres, o que emprestava às filhas de família uma gravidade religiosa que só podia ser atenuada pela fagulha do olhar, rapidamente cintilando no encontro de outros olhos apreciados. Como era de uso afetar maior rigor nas exterioridades que na própria essência dos sentimentos, pairava no ambiente um ar de reserva, talvez um tanto parecido com o das pequenas cidades puritanas da Nova Inglaterra. Porém, uma Nova Inglaterra de gênese ibérica, em que os envoltivos católicos sempre eram mais macios que a rígida couraça do protestantismo calvinista. É bom lembrar que o nosso rigorismo jesuítico demonstra nos próprios floreios e no alambicamento do estilo rococó, uma doçura e uma leveza que transmitem naturalmente maior indulgência para as fraquezas humanas. As intransigências no domínio das praes morais e do comportamento social não podiam ser comparáveis aos estatutos frios e inflexíveis dos códigos puritanos. No nosso meio social as dificuldades opostas aos pendores sentimentais dos moços eram contornadas por artifícios e convenções pelos quais as atrações se confessavam e se externavam de longe, antes de

a questão ser abordada em termos de prenúncios matrimoniais.

No círculo das famílias mais ricas, as reuniões e bailes, embora não muito frequentes, se realizavam com demonstrações de certo luxo, permitido sobretudo entre os elementos da velha classe agrária, alguns dos quais beneficiários dos títulos da nobreza imperial. Mas tais expressões de luxo e gosto se acentuarão principalmente depois do término da guerra do Paraguai, com a chegada de maior número de estrangeiros e o incentivo das viagens para a Europa, de onde algumas senhoras da boa linhagem paulistana voltarão mais afeitas às modas de Paris e ao contato com os ambientes internacionais e as suas exibições mundanas. Esta emancipação se produzirá um pouco mais tarde em São Paulo que na Corte, sede do governo, do Paço e do corpo diplomático e onde a velha aristocracia fluminense, mais inclinada às festas e recepções, formara uma vida de tipo parcialmente imitado da Europa. As famílias mais abonadas de São Paulo tinham, entretanto, recursos para ombrear com as do Rio na qualidade e no aspecto material das habitações, na posse de jóias e objetos preciosos.

O que demorará mais alguns anos para se implantar em São Paulo é o mesmo grau de sociabilidade, pois o temperamento mais fechado do paulista, o recato de muitas famílias e o isolamento que timbravam em manter dentro de seus círculos de parentes faziam considerar êsses hábitos como expressões de orgulho ou então, na frase crítica de gente de outras províncias, como provas de caipirismo e de acanhamento. Tais ironias mostravam o início de uma rivalidade que se desenhava principalmente entre o Rio e São Paulo. A sociedade da Corte se reputava de superior refinamento, mas pressen-

tia que São Paulo logo se elevaria, por sua atividade, riqueza e amplas relações com o estrangeiro, a um nível de grande predomínio econômico, aspiração constante de uma elite sob todos os pontos de vista culta e prestigiosa. Depois de 1870, em concomitância com o extraordinário desenvolvimento da cultura cafeeira e os lucros que viria proporcionar, começará a capital bandeirante a perder os seus contornos caipiras e a adquirir algumas características de brilho mundano. De regresso da Europa, famílias de projeção social cuidarão de aclimar em nossos costumes práticas de elegância aprendidas no velho mundo. As crônicas e os rumores da época falavam de alguns núcleos, predecessores dos grã-finos da atualidade e que se jactavam de haver frequentado salões de altas personalidades estrangeiras e participado de festas em palácios de soberanos e chefes de Estado.

Com todos os seus defeitos e o seu indubitável acahamento provincial, São Paulo era um aglomerado promissor. Dentro de sua feição de aldeia esparramada em volta de uma colina, revelava surtos de crescimento, patenteados na ânsia com que desbordava da periferia propriamente urbana e prolongava tentáculos por arrabaldes distantes. Prenúncio da famigerada metrópole, insaciável de espaço, pôsto que muito tímida no seu traçado interno, visto que nenhuma verança ousou atacar-se ao mal originário das vias estreitas e de um centro positivamente comprimido e abafado num pequeno altiplano.

Um dos acontecimentos de maior relevância para a vida econômica da província, no período compreendido entre 1860 e 1870, foi a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Vinha trazer uma impressão de pro-

gresso e desafôgo comercial à coletividade paulista e pôr um têrmo aos obstáculos quase irremovíveis causados pela péssima estrada de rodagem que dava a única passagem de viajantes e mercadorias para o litoral. Diante da inércia oficial para manter em dia os reparos dessa vereda de tropas, vários negociantes e firmas de Santos e São Paulo se haviam prontificado a mandar proceder às obras indispensáveis de conservação.

Têcnicamente, por haver realizado uma das primeiras aplicações de planos inclinados e tração por cabos de aço, a Santos-Jundiá representou um empreendimento notável. Contudo, não se deve esquecer que tal estrada, oriunda de iniciativas e de esforços nacionais, foi desnecessariamente cair em mãos estrangeiras, às quais proporcionou, além de grandes vantagens pecuniárias, a faculdade de interferir por vêzes arbitrariamente na nossa vida econômica. Em diversas ocasiões foi mister reclamar contra os abusos da Inglêsa, propensa a manter altas tarifas que prejudicavam a produção paulista e a negar melhoramentos imprescindíveis para dar rápido escoamento à exportação da província e do Estado.

São Paulo e a Guerra do Paraguai

O fato capital que sobressaltou profundamente a sociedade brasileira no período em aprêço e para o qual temos que voltar agora as vistas foi a guerra do Paraguai. O grande evento, de norte a sul, repercutiu em tôdas as classes, movimentou atividades e acarretou reflexos sensíveis no espírito público. Despertou o patriotismo da mocidade e serviu para provar a unidade moral da Nação.

Entretanto, foi uma guerra por todos os títulos lamentável, imposta pela ambição de um caudilho viciado pelo domínio autocrático sôbre um povo a quem não sobrava nenhum direito de expressão ou de liberdade cívica.

A população paraguaia, produto de feliz cruzamento de castelhano e guarani, possuía qualidades para formar uma nação industrial, ativa e capaz de assimilar o progresso europeu. Infortunadamente, o povo carregava o fardo de sucessivas tiranias, desde a que fôra exercida pelas missões jesuíticas e prosseguira com os governos posteriores à independência. O país que tivera a hombridade de resistir a Manoel Rosas e repelir o jugo do grande vizinho platino, tornara-se prêsa de homens vesanos e maníacos da autoridade e que só concebiam o poder como prerrogativa discricionária, e a nação como agrupamento humano reduzido ao último grau de maleabilidade e de cega obediência.

É impossível criar verdadeiro progresso e erguer uma civilização com o povo privado do direito de protestar e criticar. Com semelhante material humano, por mais inteligente que seja, só se obtêm semi-servos. A nação paraguaia, ainda sob o efeito do alquebramento moral deixado pelas missões teocráticas e apesar de em 1848 haver conferido aos índios o direito de cidadania, caiu debaixo da terrível ditadura de Francia, indivíduo obcecado pela sêde de mando e que estendeu sôbre o país um sistema de administração fechado, sem o menor respiráculo e que encarcerava positivamente o povo dentro das fronteiras nacionais e o isolava do resto do mundo, como ocorrera outrora com o Japão e até recentemente com a Mauritània muçulmana.

Separado dos próprios vizinhos americanos, o Paraguai só se correspondia com o mundo exterior através de uns poucos agentes diplomáticos e de alguns estrangeiros a quem o govêrno permitia o ingresso no país ou contratava para objetivos técnicos ou educacionais. Assim, o consulado de José Gaspar de Francia queria fazer constar além das fronteiras que o país se desenvolvia segundo as lições dos povos livres e cultos. Procedimento clássico das tiranias que se volvem para o incentivo de certos progressos e reformas materiais, a fim de compensar a asfixia moral e a humilhação a que reduzem os governados.

Com a morte de Francia, o ditador ideal para a teoria de Auguste Comte, sucedeu-lhe com as mesmas regalias de sátrapa absoluto Carlos A. Lopes. Êste, por seu turno, indicou seu sucessor, conforme lhe facultava a constituição promulgada em 1862, carta magna no estilo da do Estado Novo Brasileiro, onde figura idêntico dispositivo. O indigitado sucessor à governança do Paraguai foi então o brigadeiro Solano Lopes, vulto que soube esconder, sob uma capa de certo brilho e representação, a alma de caudilho que mostrará no poder e, na hora da adversidade, explodirá em requintes de insânia e perversão.

Ao proclamar-se o estado de guerra o Paraguai, longamente preparado para servir de instrumento aos atentados de um tirano agressor, contava com cerca de 80.000 homens bem instruídos por oficiais estrangeiros, bem armados e escudados numa organização incipiente de indústria bélica. Diante das possibilidades militares da América Latina, tratava-se de uma fôrça respeitável, que se poderia comparar à do reino da Prússia no XVIII século, depois da guerra dos Sete Anos, quando

um pequeno Estado germânico passou de súbito a constituir uma potência ameaçadora. T tamanha concentração armada no seio da América do Sul, de mais a mais dirigida por um caudilho de ambição desenfreada, podia gerar sérios problemas e instigar a formação de uma República inspirada nos mais condenáveis exemplos de imperialismo e desrespeito aos direitos dos povos. Em compensação o Brasil, afora a tropa estacionada nas fronteiras sulinas, para aonde seguira em 1863-64 com a missão de amparar os interesses brasileiros ofendidos pelas guerrilhas do Uruguai, dispunha apenas de uns dez mil homens, distribuídos em guarnições sem eficácia, desprovidos de recursos e praticamente sem disciplina e capacidade combativa imediata. Pode-se dizer que o Brasil estava muito menos armado e protegido que ao tempo da Regência de D. João VI ou do imperador Pedro I, durante a guerra da Cisplatina. A marinha apresentava melhores condições, tanto assim que o arsenal do Rio de Janeiro estava aparelhado para construir monitores e canhoneiras, cujos tipos mereceram louvores dos mais abalizados técnicos navais europeus e norte-americanos. A competência dos quadros da armada e a boa qualidade do nosso material flutuante permitiram efetuar rápidos transportes de tropas para o Rio da Prata e dominar o curso dos rios fronteiriços, de forma a neutralizar e sobrepujar os redutos montados pelo inimigo para tolher as comunicações aliadas.

O valor do nosso corpo de oficiais ajudou a salvar a situação, mas se o inimigo tivesse sido mais expedito e clarividente, o grande Império brasileiro poderia ter sofrido as piores surpresas.

A defesa brasileira procedeu da improvisação. Em abril de 1865 constituíram-se os batalhões de Volun-

tários da Pátria, em número de 57, quase todos organizados no norte. Três se formaram em São Paulo. Quanto à cavalaria, foi quase tôda gaúcha. Perto de 100 mil brasileiros chegaram a ser incorporados e o esforço da luta coube ao Império numa proporção esmagadora, enquanto os nossos aliados, fracos de efetivos, se apropriaram das melhores vantagens econômicas da guerra, abastecendo as intendências brasileiras com gêneros pagos em ouro. Os sacrifícios financeiros do país constituíram ótimos elementos de enriquecimento das nações platinas.

Certos pormenores da nossa mobilização são bem interessantes. Nos elementos sociais de escol e na parte livre da população um pouco mais esclarecida, foi relativamente fácil obter voluntários e operar o recrutamento. Mas nas camadas mais pobres e onde grassava tremenda ignorância, a polícia usou de extraordinário rigor para coagir muitos cidadãos a servirem como "voluntários". Em face de caboclos e caipiras avessos a vestir farda, as escoltas lançaram mão de processos violentos e pegaram positivamente a laço os candidatos a desertores e refratários. Contudo, ante a inominável agressão estrangeira o apêlo do govêrno para o desagravo da honra nacional ecoou rapidamente através do país inteiro.

Nas menores localidades verificaram-se manifestações e nos mais longínquos municípios do país, a população em geral, dos elementos mais representativos aos próprios escravos, ouviu falar do Paraguai como inimigo e do tirano Solano Lopes como agressor traiçoeiro e atrevido, que insultara o Imperador e a bandeira nacional e invadira o solo pátrio.

Semelhantes rumores correm fulminantemente e provocam uma onda de clamores, discursos e expansões de patriotismo muito úteis para aquecer os ímpetus bélicos e aproveitar o calor das paixões para convertê-lo em espírito combativo nas forças regulares. Colaboraram com as autoridades milhares de pessoas, de tôdas as profissões e categorias, e citam-se exemplos, de norte a sul, de ricos fazendeiros que arrebanharam logo centenas de alistandos para as fileiras do Exército, além dos escravos alforriados para êsse fim. Outro exemplo de sincero patriotismo proveio dos funcionários, que concorreram espontâneamente com seus vencimentos para as despesas da guerra.

Sem nenhuma pretensão de historiar mesmo de leve os principais episódios da campanha, limitemo-nos a alguns dados relativos à contribuição paulista, a fim de termos uma idéia dos esforços e da eficiência com que a terra bandeirante respondeu ao chamado para a defesa da pátria comum.

A insignificante guarnição da força de linha não ultrapassava algumas centenas de praças, sediadas na capital. Tropa mal armada, destituída de preparo e disciplina, os seus componentes entregavam-se a frequentes conflitos com a milícia da província — Corpo de Permanentes — privada também de qualquer valor militar e pèssimamente alojada no convento do Carmo, cedido por favor pelos priores da ordem. Por ruins que fôsem essas tropas, representavam os únicos núcleos com certas características regulares para formar os primeiros quadros da instrução de voluntários. Êstes vinham sendo instantaneamente convocados e, segundo se infere dos depoimentos contemporâneos, a mobilização se processou às carreiras em vista de a guerra exigir

reforços imediatos. Alguns fatos revelam a desorganização reinante naqueles dias. Em 1865, um corpo municipal remetido para Mato Grosso sofreu tais deserções que ficou inutilizado para o serviço de guerra. O melhor contingente foi o 7.º de Voluntários Paulistas, fruto do puro patriotismo bandeirante e que não mereceu de nenhum outro corpo do Império. Durante o ano de 1865 a província fêz seguir para o teatro da luta 2.808 homens; isentaram-se 168 paisanos, que recolheram ao tesouro nacional 100:800\$000, ou seja 600\$000 por pessoa. E a propósito de isenções citemos as palavras do paulista Francisco Inácio Marcondes de Melo que, na presidência do Rio Grande do Sul se mostrou, ao lado de Osório, um dos organizadores da vitória: “A lei incumbiu a todos os cidadãos a defesa do país, e me parece que quando um inimigo atacar a casa de um brasileiro êste não há de deixar-se matar dizendo: Não me defendo porque sou casado ou solteiro”. Consignemos, como preciosa informação a respeito do exército que então defendeu a integridade nacional, o relato que o dr. Joaquim de Paula Souza, ituano e amigo da família Tibiriçá, nos deixou acêrca dos elementos que compuseram as nossas fôrças: “Havia de tudo naquelas massas; desde a escória do Brasil até o que há de melhor. Juntamente com miseráveis, havia moços ricos, distintos, das principais famílias, que foram arriscar a vida, arruinar a saúde, sujeitar-se a misérias de tôda sorte, para mostrar seu amor pelo Brasil”.

“O mais nobre móvel do coração humano é que levou ao Paraguai tanta gente boa. Riquíssimos mais que todos os generais, passaram misérias de Job; sadios, perderam a saúde; bem educados e ilustrados, sujeitaram-se aos caprichos dos comandantes de linha às vêzes des-

póticos e ignorantes que queriam fazê-los sofrer o que tinham sofrido no começo de sua carreira". Ajuntava ainda o Dr. Paula Souza: "Tôdas as províncias procuraram servir. Quando outro benefício não houvesse, esta guerra serviu para ligar entre si êste vasto Brasil, para o sul e o norte aproximarem-se, estimarem-se e unirem-se pela comunidade de sofrimentos". No mesmo escrito refere o ilustre ituano que na batalha de 24 de maio em Tuiuti, os paulistas, apesar dos sofrimentos físicos e morais de tôda sorte, após o grito "Viva o 7.º", investiram contra fôrças desmesuradamente superiores, fazendo recuar um inimigo valoroso e fanatizado e contribuindo decisivamente para uma vitória em que se immortalizou também o nome do general Osório.

O Barão Homem de Melo narra que Osório muito admirava a constância do soldado brasileiro e dissera: "O cearense é bravo e rápido em disciplinar-se; igualmente o pernambucano e o baiano. O paulista é mais tardo em receber o manejo das armas, mas é bravo, obediente e concentrado. Está sempre em seu acampamento".

A Guarda Nacional

Para completar o nosso breve exame das possibilidades defensivas do país e principalmente de São Paulo e compreender quais eram os sentimentos e as reações psicológicas no tocante ao nosso grau de militarização e de inclinação para as armas, vejamos o que se passou no setor da Guarda Nacional, organização cujos efetivos no papel orçavam por centenas de milhares de homens e que se dividia em comandos das três armas, infantaria,

ria, cavalaria e artilharia, com todos os requisitos teóricos de uma reserva do exército.

Alguns desses corpos, de simples fantasmas existentes apenas para registros administrativos, passaram a constituir unidades que se bateram com a mesma eficiência e bravura que as forças regulares e os voluntários.

A Guarda Nacional nascera com a finalidade de constituir, no espírito dos seus criadores, um corpo de tendências conservadoras, apto a atender rapidamente ao apêlo do governo para manter a ordem e, sobretudo, muito pouco oneroso aos cofres públicos. Era uma instituição que, própria a auxiliar as forças armadas em períodos de guerra estrangeira ou intestina, serviria também como esteio da monarquia e do arcabouço liberal em que ela se apoiava.

Segundo os hábitos brasileiros, as coisas sempre se tomam a sério nos primeiros tempos, na fase áurea das novas idéias ou nos ardores iniciais de entidades ou instituições. Depois, tudo declina, os entusiasmos se desvanecem e as coisas subsistem como lembrança explorada por uma minoria de incorrigíveis pessoas de boa vontade ou mais comumente de aproveitadores.

Num país ingênitamente adverso às questões militares e onde ser soldado adquirira sentido pejorativo, a Guarda Nacional não levou muito tempo para transformar-se num simples quadro de milícias honorárias, nas quais existiam comandos e postos de alta hierarquia, mas pouquíssimos soldados, e êstes mesmos arrolados mais para servir aos oficiais que para cumprir os deveres de soldados-cidadãos. Como mesmo num país de pouca belicosidade os fatores de prestígio e vaidade atuam para suscitar as imitações e as exterioridades do

espírito guerreiro, a Guarda Nacional exerceu um papel de certa valia política e, através do lado decorativo da farda, contribuiu para atrair muita gente das classes mais abastadas, satisfeita no íntimo por gozar um título ou patente que dava direitos a honras e regalias de verdadeiros postos militares.

No período imperial, as figuras de destaque da Guarda pertenciam às famílias dominantes. E o nosso patriciado agrário não desdenhava de ser designado pelos títulos de coronel, major, capitão, tenente e mesmo alferes. Acontecia às vezes que o prazer de usar as fardas correspondentes a esses cargos infundia nos graduados um certo senso de aprumo. E não faltava quem levasse a sério a missão de praticar certos deveres inerentes a uma corporação militar. Cada cidade possuía geralmente uma sede ou quartel-general, onde de tempos a outros se efetuavam reuniões e se convocavam os elementos indigitados como soldados rasos. Para comemorar as grandes datas nacionais, notava-se o interesse em preparar rapidamente batalhões ou contingentes, aos quais se ministrava uma breve e improvisada instrução para contar ao menos com alguns pelotões em condições de marchar em cadência e levar o fuzil ao ombro. Para tais solenidades, a gente grada que constituía os comandos agremiava seu pessoal, providenciava para o comparecimento dos figurantes e envergava, caprichosamente, fardas vistosas, de botões luzentes e dourados, botas, túnicas bem ajustadas, dragonas de franjas escarlates, quês-pis encimados de penachos, cinturões de que pendiam espadas marcialmente desembainhadas. E os chefes que compareciam a cavalo, vinham montando animais bem arreados e faziam retinir as esporas com orgulho.

Pois a Guarda Nacional, com a sua burocracia, os seus galões, os seus esquadrões de cavalaria sem cavalos, a sua artilharia sem canhões, os seus regimentos restritos só a comandos, esforçava-se por comparecer às paradas e formaturas, com certo aspecto de tropa organizada. Bem ou mal, nos dias festivos congregava os músicos de suas bandas e juntava à porta do quartel-general as praças devidamente uniformizadas, para percorrer algumas ruas atrás da bandeira e das fanfarras. Os coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães, à testa das respectivas companhias e pelotões, davam as ordens, com voz imperativa. Compenetrados de sua missão faziam desfilar os batalhões pelas principais vias públicas do centro, entre as alas de populares aglomerados para ver passar sucessivamente a fôrça de linha, o Corpo Permanente Policial e, por fim, a Guarda Nacional, em cujas fileiras todo o mundo revia pessoas conhecidas que deixavam nesse dia seus escritórios e balcões para marchar com todo garbo possível, de espada em punho. Geralmente, após a concentração na pequena praça da Sé, os batalhões faziam um itinerário circular, e os comandantes, apontando com a espada o caminho a seguir, gritavam à tropa: “Pela Rua da Imperatriz!” e depois “Pela Rua do Rosário!” até que finalmente, entre palmas e vivas a tropa vinha fazer alto no largo do Palácio, e tomar posição de sentido, à espera do presidente da província, acolhido com o Hino Nacional.

A situação econômica e financeira

Para uma família de lavradores como a família Tibiricá, bem como para a classe agrícola de São Paulo em

geral, as diretrizes financeiras e monetárias do governo central podiam importar em novas oportunidades de lucros e progresso ou, ao contrário, de retratamentos e prejuízos. João Tibiriçá, que investira importante capital na indústria açucareira, sofreu alguns contratemplos nessa atividade, em vista de o teor de sacarose não ter correspondido à florescência das canas. Para remediar a situação e aproveitar o surto algodoeiro provocado pelos pedidos da Europa, dedicou incontinentemente centenas de alqueires à nova cultura e com êxito compensador.

Aos lavradores paulistas nunca faltava coragem para se adaptarem às contingências do comércio internacional. Plantavam, produziam, concorriam para o país obter os saldos com que sustentava o câmbio e pagava as dispendiosas importações à custa das quais enriquecia um comércio em sua maioria estrangeiro. Para as grandes firmas importadoras do Rio os bancos concediam créditos sob a forma de adiantamentos e descontos, mas a lavoura dificilmente obtinha dos comissários os recursos para o custeio das plantações e se via, salvo os interregnos de extrema demanda e de preços excepcionais, em constantes aperturas. O governo central, bem que dependente da grande classe agrária, subordinava-se muito à influência exercida pelas associações comerciais. E as grandes firmas, melhor providas de crédito, se abalançavam a transações arriscadas, ao mesmo passo que os bancos habituados a tomar posições em jogatinas cambiais. Assim que a praça denotava indícios de nervosismo e de interrupção de negócios, principiava o trabalho político para reclamar o socorro do governo. Campanhas de imprensa e mensagens de bancos e associações insistiam em solicitar com urgência a eterna bóia de salvação dos especuladores — mais papel-moeda.

Depreciava-se a moeda, cujas cotações baixavam instantaneamente. O ouro fugia do país e a inconvertibilidade, irmã gêmea da inflação, acentuava a falsa prosperidade dos mercadores em detrimento do país, que trabalhava com afinco, sem jamais conseguir a estabilidade que consolida os lucros e permite a poupança e a formação de capitais.

Saída das guerras de intervenção no sul, levadas a efeito para amparar bens e vidas de brasileiros ameaçados pelo caudilhismo da Banda Oriental e as lutas e intrigas de brancos e colorados, a nação viu-se a braços no ano de 1864 com uma das crises mais retumbantes de sua vida econômica e financeira. Como consequência da guerra de Secessão nos Estados Unidos, os Estados sulistas, entravados pelo bloqueio e conturbados pela derrota, tiveram que suspender suas remessas de algodão, o que gerou uma fome extraordinária daquela matéria-prima nos mercados europeus. Poderosas indústrias súbitamente ameaçadas de fechar as portas e criar séria crise de desemprego se viram compelidas a procurar novos abastecedores. O crescimento da demanda e os altos preços oferecidos incentivaram grandes plantações em várias regiões do globo. De 1861 a 1870 o norte do país aproveitou as cotações favoráveis do algodão e do açúcar e recebeu uma injeção passageira de numerário numa economia que se anunciava perigosamente combatida.

Em São Paulo o cultivo do algodão acusou rapidíssimo surto, em concorrência momentânea com o café. O espírito de improvisação dos paulistas fêz logo multiplicar os algodoais, conforme mostram as cifras seguintes: de 87 arrôbas em 1862-63, passou a exportação a 866 arrôbas em 1863-64; a 1.107 em 1864-65, ficando cal-

culada em 150 mil arrôbas para 1866 e cêrca de 300 mil para 1867. Estas subidas bruscas e surpreendentes exprimem bem a instantaneidade com que os paulistas se adaptam às oscilações econômicas. Êsses acréscimos tão demonstrativos do empenho da nossa lavoura em prosperar e aproveitar condições favoráveis foram infelizmente prejudicados pela referida crise de 1864, “tempestade que desabou sôbre tôdas as praças do império”; como declarou um ministro e diagnosticada como expansão excessiva do crédito determinada pelo aumento das emissões. O sinal do famoso “craque” partiu da retumbante falência da casa Souto, após a qual se sucederam desastres, concordatas, e liquidações de centenas de firmas, com a perda de dezenas de milhares de contos. Chamado a tomar providências salvadoras não encontrou o govêrno melhor remédio senão propinar novas doses de papel-moeda para corrigir uma crise gerada pelo próprio excesso de crédito.

Debalde em 1860 o govêrno tentara coibir com a lei 1.083 os abusos do emissionismo e pôr um paradeiro aos “booms” intermitentes que provocavam no país febres de jogatina, de enriquecimento rápido e de especulação cambial. Em 1863, fôra concedido ao Banco do Brasil emitir o triplo sôbre o fundo disponível e suspender a conversibilidade de suas notas. Quando estourou a guerra montava a circulação a 100 mil contos, mas no ano seguinte o Banco do Brasil excedeu abusivamente o triplo previsto do emissionismo, de sorte que em 1866 o papel dêle passava a 83 mil contos, o que levou outro ministro a dizer que aquêle estabelecimento se tornara uma “fábrica de papel-moeda”. Consumado o abuso, veio tarde o arrependimento e o govêrno ficou autorizado a inovar o acôrdo celebrado com o Banco do Bra-

sil em 1853. Perdia o Banco o direito de emitir, mas em abril de 1866 a circulação de notas já se elevava a 113 mil contos. Compreende-se porque, embora as receitas fôsem boas e o país trabalhasse com pertinácia, se verificaram sensíveis quedas de câmbio. Tendo voltado ao Tesouro o direito de emitir, foram lançados mais 50 mil contos de notas em 1867 e mais 40 mil contos em 1868. Em quatro anos as taxas cambiais caíram da casa de 26¼ à de 14 d.

Ao terminar a guerra em 1870 o país se achava mais perturbado e prejudicado pela desorganização monetária do que pelos sacrificios financeiros da guerra, que lograra cobrir com o produto de seu trabalho e com o recurso quase exclusivo ao crédito interno. As demonstrações de coragem e vitalidade do Brasil se viam como sempre estorvadas pelas inconsequências e as desorientações da política.

A era ferroviária e a presidência Saldanha Marinho

Apesar de todos os empecilhos criados pela guerra e da falta de trabalhadores, a província trabalhou e prosperou no correr dos cinco anos que medeiam entre a declaração de guerra e a morte de Solano Lopez. As receitas gerais do país cresceram razoavelmente e deram para compensar os prejuízos acarretados pelas despesas anormais da campanha. Com melhor administração financeira o Império teria não somente atendido o custeio do conflito, como aumentado consideravelmente a produção agrícola e mesmo industrial, pois não faltaram índices da capacidade para iniciar a criação de uma indústria firmada no consumo de matéria-prima local.

Na província de São Paulo o funcionamento da estrada de ferro Santos-Jundiaí ativou extraordinariamente a cultura cafeeira e imprimiu notável impulso ao município de Campinas, onde se centralizaram as mais ricas fazendas do país. A moléstia que atacou passageiramente os cafèzais desviou muitas iniciativas para o plantio do algodão. E o fornecimento dessa matéria-prima induziu alguns espíritos empreendedores a aumentar o equipamento de varias fábricas têxteis. A de Itu movimentava 24 teares, cada um dos quais produzia 6 varas de tecido por hora, de algodão grosso da terra. Tais emprêsas, tanto agrícolas como industriais, não adquiriram maior amplitude em virtude da falta de crédito para operações realmente produtivas. Enquanto a lavoura paulista multiplicava os esforços para elevar o nível de exportação, os bancos forneciam crédito quase exclusivo às praças comerciais, beneficiando de preferência o comércio importador, que especulava com o preço das mercadorias devido à inflação causada pela guerra.

Prova bem expressiva de que a província de São Paulo atraía sobremaneira as atenções do estrangeiro foi dada pelos primeiros ensaios de imigração americana. Gaston, o general Wood e o agrônomo Norris, delegados de muitas famílias sulistas desgostosas com o desenlace da guerra de Secessão visitaram o interior de São Paulo para estudar as possibilidades de localizar contêrrâneos seus no litoral, principalmente na zona de Iguape. O conde polonês Jasiensky também estudou alguns projetos de formação de colônias européias. São Paulo já denunciava a fôrça atrativa com que em poucos anos estabelecerá uma das mais pujantes correntes imigratórias do mundo, apenas excedida pelas cifras dos povoamentos americano e argentino.

Nesse terreno do progresso e das iniciativas não devemos omitir a administração de Saldanha Marinho, vulto digno de ser cultuado e reverenciado pela gratidão paulista, dados os serviços que prestou à terra bandeirante e pelos quais se aquilata a capacidade e o valor moral de um estadista que foi também um verdadeiro professor de otimismo e de coragem.

Em plena guerra do Paraguai, apesar dos sacrifícios que ela custava à província em homens e dinheiro, pois faltavam braços e a moeda se depreciava, aconselhou êle a enfrentar a conjuntura com decisão e a realizar melhoramentos materiais inadiáveis, lembrando que até então “o egoísmo dos indivíduos tem suplantado os esforços coletivos”.

Foi dos primeiros governantes a analisar com imparcialidade e inteira independência e execução do contrato assinado para a construção da estrada Santos-Jundiáí com os empreiteiros Roberto Sharpe e Filhos, refutando os pedidos, que achava injustificados, de certos prêmios a serem concedidos pelo adiantamento das obras. Esmiuçou no relatório apresentado à Assembléia Provincial os trabalhos executados e inventariou todo o ativo da linha férrea, incluindo a parte imóvel e o material rodante, e estudou o funcionamento administrativo da companhia, bem como a sua parte comercial e tarifas. Censurou as demoras no prolongamento da linha, que causavam sérios desfalques aos nossos agricultores e concitou-os a tomarem a iniciativa de cuidar dos transportes da província. “E a quem — dizia êle — se não aos agricultores, capitalistas e negociantes da província cabe a iniciativa disso?” A lavoura precisava de transportes, mas ajuntava: “Contar com capitais estrangeiros na situação do país e quando uma cruzada horrí-

vel se combina em hostilidade à moeda brasileira, quando o câmbio, por isso, há tocado a uma baixa miserável, mantendo-se para tal fim estudada desconfiança e dificultando-se tôdas as transações com as praças estrangeiras seria rematada imbecilidade. Além disso vimos que a promessa de garantia da província era desdenhada pela própria companhia inglêsa”.

Com efeito, declarara a companhia explicitamente que com tal garantia nem entraria em discussão. Esta insolência de uma entidade estrangeira casualmente beneficiada com o domínio de uma estrada ideada, planeada e iniciada graças a esforços de brasileiros, impeliu Saldanha Marinho a conclamar os paulistas a executarem por sua conta o indispensável prolongamento da via férrea. Para êsse efeito reuniu-se em Campinas uma assembléia de cidadãos grados e capitalistas, que lançaram a subscrição da nova estrada, aberta com o nome do Barão de Itapetininga, tomador de 1.000 ações e seguido de representantes das mais ilustres famílias paulistas, que cobriram a chamada de 18.000, ações representando um valor de mais de 3.700 contos.

“Está pois formada — escreveu Saldanha Marinho — uma Companhia Paulista que só depende da legalização de sua existência e disto trato eu com esmêro”. E aduzia: “É o primeiro exemplo desta ordem no país. É a primeira companhia brasileira que em ponto tão elevado abstrai de capitais estranhos e se liberta do jugo comercial estrangeiro. É fato de alcance enorme para o futuro”. E por fim o presidente exclamava: “Honra ao povo de São Paulo. Honra àqueles que souberam distinguir tão nobremente a sua província!”

A um ilustre brasileiro, filho de Pernambuco, deve São Paulo a glória de haver possuído um patrimônio do

valor econômico e da significação moral da Companhia Paulista. O que prova que não precisávamos, em outras iniciativas, de ficar amarrados ao dinheiro estranho que por vêzes tanto nos mortificou e humilhou.

Com respeito aos melhoramentos urbanos Saldanha Marinho propugnava um novo contrato para aproveitamento das águas da Cantareira, desta vez com estipulações exequíveis, tanto da parte do govêrno como dos empreiteiros. Aliás, para evitar liberalidades, uma lei promulgada em 1866 dispunha que, embora urgentes as obras para abastecimento de água potável, não deveria a província conceder subvenções para êsse fim nem garantias de juros.

O negócio do Teatro São José também se afigurou ao digno presidente um negócio um tanto “embrulhado”, que êle se esforçou por deslindar com “sumo esforço” e explanou com tôda a clareza para entregar a solução do caso à Assembléia. Relatava que, em 1854, se firmara um contrato de 56 contos para a construção, dos quais a província pagaria a metade, ou seja, 28 contos. Posteriormente, em consequência de acréscimos reclamados para cobrir as despesas, os gastos se elevaram a 100 contos. E, ao mesmo passo que as obras se protelavam, ficava cada vez mais ultrapassada a importância combinada no contrato inicial. A título de conclusão, Saldanha Marinho, cujo escrúpulo de administrador não se conformava com prestações de contas deficientes ou obscuras, comunicava ao legislativo a “história da malfadada obra, cuja moralização deixo inteiramente ao vosso critério”. Ao cabo de alguns anos de contas mal ajustadas, gastara a província cêrca de 171 contos com o empreiteiro capitão Quartim, que se suspeitara haver si-

do demasiadamente favorecido. Portanto, impunha-se “acabar com o simulacro do contrato”.

Expostos êsses fatos, torna-se claro que ao terminar a guerra do Paraguai São Paulo estava se desvencilhando vagarosamente de sua fisionomia colonial. Aos poucos é que irá adquirindo irresistível aceleração a caminho de impressionantes alterações materiais. Os trilhos da Santos-Jundiaí são um dos fatores mais poderosos dessa mudança, que acarretará em breve profundas transformações de hábitos e costumes e se projetará no curso das idéias e dos debates políticos.

Findo um ciclo econômico, abre-se com a extensão das vias férreas o período da supremacia de São Paulo. A província se prepara a gerar o Estado que passará a ser a principal locomotiva do Brasil.

* * *

CAPÍTULO V

FINDA a guerra do Paraguai, no correr da qual João Tibiriçá prestou ao país o concurso de um patriotismo sempre eficiente e desinteressado, resolveu êle que o filho fôsse concluir os estudos na Europa.

Durante os dias mais difíceis da mobilização não hesitou o nobre ituano em suportar grandes prejuízos financeiros, devido à generosidade com que remeteu gratuitamente gêneros alimentícios, inclusive cereais e açúcar, para abastecer as nossas fôrças. Era de praxe ainda, entre brasileiros dêsse estôfo, trabalhar pela pátria e não aproveitar as guerras para lucros extraordinários e ilícitos.

Com o embarque de Jorge para a Europa realizava-se o projeto largamente acariciado por seu pai. Acompanhava-o nessa viagem a sua mãe, a fim de aproveitar a oportunidade para rever a família e a querida França.

Que diferença com a viagem da partida para a Europa de João Tibiriçá e mesmo com a chegada ao Brasil dez anos antes!

Desta feita, com relativa comodidade, a família chegava em três horas a Santos pela estrada de ferro Santos-Jundiaí, quando levara cêrca de dezoito em 1859 para fazer o mesmo trajeto a lombo de burro. A pequena estação que se localizava no bairro da Luz era como o símbolo mais eloquente do progresso paulistano e concretizava a grande vitória do vapor em terras bra-

sileiras. Embarcava-se com a emoção do passageiro que entra hoje na cabina de um avião a jato. Os dois ou três trens diários que circulavam entre a capital e o litoral eram causa de estupefação para os viajantes notivos. As carruagens, de madeira, montadas sobre rodas de grande raio e molas enormes corriam com mais barulho que os vagões modernos, e as locomotivas espiavam o vapor em fortes e ruidosos jatos, ao mesmo tempo que soltavam das chaminés densos penachos de fumaça. Todo esse primeiro material ferroviário parecia mostrar nas formas restos da configuração das diligências, da mesma maneira que os primeiros automóveis davam a idéia de carros a correr atrás dos cavalos ausentes. Como expressão de engenharia, a Santos-Jundiaí apresentava na época um dos padrões mais admirados e bem concebidos de estrada em plano inclinado. O jovem Tibiriçá se interessou muito pelo mecanismo da descida da serra, observando atentamente o jôgo de equilíbrio dos comboios, a tração dos cabos de aço deslizando sobre as roldanas colocadas entre os trilhos. A paisagem da Serra do Mar, reajustada pelas obras de arte, era constante motivo de belos golpes de vista, principalmente nos trechos em que arrojados viadutos transpunham os abismos e o trem passava sobre os grandes tabuleiros de ferro, fazendo estremecer as estruturas suspensas sobre as cerrações da montanha.

O embarque em Santos é que não oferecia progresso à altura do movimento portuário. Grande número de navios ancorados em frente do Valongo indicava a atividade crescente da nossa exportação e as delongas da alfândega, já burocratizada e complicada em excesso, e que provocava os protestos dos comerciantes e comissários. Queixavam-se com razão da indiferença do go-

vêrno central em relação a uma província onde a arrecadação consignava os mais promissores algarismos.

A família Tibiriçá, com a sua bagagem transportada num escalor, foi levada até ao costado de um paquete inglês. Como não se estava em período de epidemia de febre amarela os navios estrangeiros entravam no canal, o que não sucedia nas quadras perigosas, quando ficavam ao largo, pelas alturas da Ilha das Palmas, o que obrigava a penosos transbordamentos de mercadorias e passageiros. A sinistra febre amarela, praga trazida pela navegação transatlântica, de tal arte se naturalizara brasileira que constituía um dos entraves do nosso progresso e constante pretexto para se moverem campanhas contra a salubridade do Brasil e dêle afastarem os imigrantes em proveito dos países platinos.

À bordo do vapor que agora conduzia para a Europa a senhora Pauline Eberlé e o seu filho Jorge, uma novidade os aguardava. Souberam que se repatriava no mesmo navio a famosa Madame Lynch, a irlandesa, companheira do ditador Solano Lopez, recentemente morto pelas forças brasileiras nas margens do Aquidabã. Muito se falara dessa mulher e do papel que lhe atribuíam como conselheira política de um homem de ambições delirantes, mas ao qual faltara o talento para secundar os planos de conquista que lhe empolgaram o espírito. Aquela que se entusiasmara pelo caudilho paraguaio e talvez imaginara tornar-se soberana de uma grande nação, voltava agora solitária e silenciosa a curtir o fim de sua ilusão. Essa Madame Lynch, impulsiva e aventureira, pertencia naturalmente à categoria de certas mulheres que julgam haver descoberto um herói predestinado. Na fase em que Hitler tramava os seus assaltos contra a Europa e ocupava a Tchecoslováquia, apareceu também uma jovem inglesa, súbitamente enlevada pelo messias nazista. Mas,

não coube a essa ingênua tornar-se inspiradora e conselheira do atrabiliário *fuehrer*, como se deu com a Madame Lynch em relação a Lopez e com outras sereias do mesmo naipe.

Jorge Tibiriçá e a guerra franco-alemã de 1870

Na França, que Jorge Tibiriçá e a mãe reviam com extremo prazer, o ambiente e os boatos, bem como os comentários da imprensa traduziam a inquietude causada pela situação internacional, em face da inopinada oferta do Trono da Espanha a um príncipe alemão. Em consequência de questões dinásticas do país vizinho a França já suportara a terrível guerra da Sucessão da Espanha, sob o reinado de Luís XIV. Mais de um século após êsse inútil e sangrento conflito, repetia-se uma trama que vinha envenenar as relações franco-germânicas, última-mente bastante tensas em razão da ascendência que a Prússia adquirira na Europa depois da vitória sôbre a Áustria. Bismarck, o astuto prussiano, tecia hábil manobra para alcançar a unificação da Alemanha e precisava para isso de uma comoção capaz de fazer prevalecer o sentimento de união sôbre os particularismos e os regionalismos que ainda se opunham à formação do sonhado Império. Por seu lado, Napoleão III, espírito enigmático e sonhador, cheio de evasivas políticas e de planos, engenhava combinações que lhe atraíam a desconfiança da Europa. Êsse monarca ajudara a unificação italiana, combatera a Rússia na Criméia como aliado da Inglaterra, instigava o princípio das nacionalidades e premeditara constituir um Império no México. Cabeça inquieta, dúplice e às vezes nebulosa, cuidava de converter às idéias

imperiais as massas operárias. Antigo conspirador e autor de livros meio utópicos, havia escrito outrora uma obra acêrca da “extinção do pauperismo”, trabalho onde se misturavam idéias dos carbonários italianos, dos socialistas de Saint-Simon e talvez um pouco dos discípulos do comunista Baboeuf. Elevado ao poder por um golpe de estado, digno de figurar na história como lição de felonía e cinismo, firmou um govêrno tirânico e policial, apoiado sobretudo nas massas camponesas mais interessadas no preço dos cereais que nas liberdades cívicas. Os progressos materiais, a remodelação urbanística de Paris, o incremento das manufaturas, a plethora de ouro contentavam as classes produtoras, satisfeitas com os lucros que auferiam. E apenas uma minoria de intelectuais e adeptos da democracia é que lamentava a perda dos direitos de imprensa e do pensamento livre. Para sopitar os sentimentos revolucionários que haviam assustado a burguesia em 1848, Napoleão III procurava granjear as simpatias dos obreiros, por meio de uma política de concessões e assistência. A seu modo, queria tornar-se um “pai dos pobres”, a fim de fortalecer as bases do regime com a adesão das classes trabalhadoras. Talvez vingasse o intento não fôsem as ramificações lançadas no meio do proletariado pelos agentes da Internacional Comunista. Esse trabalho de sapa preparou organizações bem encobertas e enganou o imperador e os seus beaguins.

No litigio súbitamente surgido com a Prússia travaram-se negociações em que o Imperador, mau diplomata, se transviou em sutilezas e intrigas hábilmente barradas pela sagacidade de Bismarck. Este, findriamente, foi deixando as coisas agravarem-se e os sentimentos de susceptibilidade exasperarem-se nos dois povos, de ma-

neira a encaminhar a disputa para a guerra desejada. A opinião francesa, enganada pelas falsas informações referentes à preparação bélica do país e melindrada pelos manejos de Bismarck, caiu no êrro de aceitar o conflito, tanto mais que o imperador e seus áulicos julgavam a ocasião azada para consolidar a casa reinante, conforme desejava a Imperatriz, antiga condessa de Montijo, espanhola muito exaltada e empenhada em legar a seu filho a sucessão do trono de França.

Êsses acontecimentos se precipitaram rapidamente e surpreenderam a família Tibiriçá que, saída do Brasil, onde mal findara a guerra do Paraguai, vinha assistir a outra guerra de grandes proporções na Europa.

Em julho de 1870 proclamou-se oficialmente o estado de guerra. O povo de Paris, ou melhor, bandos de manifestantes aliciados para fazer de povo percorriam as ruas aos gritos de “A Berlim!” e urravam para dar a impressão que a guerra satisfazia plenamente os sentimentos nacionais.

Poucos dias depois de declarada a guerra e quando o estado de espírito da população parisiense ainda era de pleno otimismo, poderíamos dizer mesmo de ingênuo otimismo, Jorge Tibiriçá obteve de sua mãe licença para ir até a Alsácia, de onde deveria seguir para a Suíça, a fim de providenciar a matrícula num colégio de Zurich. Na região atravessada pela linha férrea e no próprio território alsaciano o povo se mostrava convicto da vitória francesa e poucas pessoas ousavam formular a hipótese de um desfecho que não fôsse a glória dos exércitos imperiais. Todavia, o jovem brasileiro se deteve em Estrasburgo, pois já se tornara patente, apesar das notícias oficiais de caráter eufórico, que a situação se complicava inesperadamente e apresentava índices alarmantes

de desorganização e de verdadeira desordem do lado francês. Sentia-se a hesitação dos comandos. Na região fronteiriça as divisões destacadas para ir ao encontro do inimigo estacionavam inertes ou não se coordenavam devidamente com os corpos designados para constituir as forças de cobertura. Corriam os trens de um lado para outro, levando tropas sem destino certo. Ao cabo de poucos dias e assim que se travaram as primeiras batalhas, era mister fechar de todo os olhos à realidade para não perceber que os acontecimentos tomavam um rumo perigoso. Efetivamente, nos começos de agosto a cidade de Estrasburgo, situada em plena zona de batalhã, se via totalmente cercada pelas tropas germânicas. Influenciado pela insistência com que o público francês teimava em não acreditar num perigo irremediável, Jorge Tibiriçá permaneceu em Estrasburgo, e na hora em que foi anunciado o cêrco que interceptava tôdas as comunicações com o resto do país, teve que aceitar a sorte da população sitiada. Nos primeiros dias, o estrondo dos combates não era ainda de molde a assustar a população civil. Estrasburgo era considerada praça forte de primeira classe, e conquanto as fortificações não constituíssem a proteção eficaz que-se esperava, o campo entrincheirado, que se estendia por vários quilômetros fora do perímetro pròpriamente urbano, possuía elementos para uma defesa regular. Além do Reno, cujos meandros envolvem os arredores da cidade, por onde passa outro rio menor, o Ill, o inimigo dispunha as forças de ataque compostas principalmente de contingentes de Landwehr. Do lado gaulês, alguns batalhões de infantaria e de zuaivos e os canhoneiros da guarnição sustentavam esplêndida defesa. O general defensor da praça tentou com os infantas duas sortidas, no curso das quais os valentes sol-

dados escolhidos para romper o cêrco se sacrificaram em cargas épicas a baioneta. Mas a bravura dos defensores não bastou para repelir o inimigo, fortemente abrigado atrás de suas trincheiras e provido de elementos superiores de organização. Rechaçadas as investidas para quebrar o cordão de ferro dos sitiantes, a guarnição francesa, compelida ao papel de simples defensiva, não logrou impedir que o adversário se aproximasse da cidade em condições de ameaçar diretamente, com as suas bôcas de fogo, os núcleos mais densamente habitados. Principiou então uma tragédia que o jovem brasileiro presenciou durante quase um mês e em que testemunhou os lances de uma das defesas mais heróicas da história, juntamente com um dos mais bárbaros atentados à civilização que se podia imaginar. Enquanto a fuzilaria e os tiros de peças atingiam somente a zona fortificada, o povo, bem humorado e animoso, comentava com gracejo os episódios da luta. Sem que a coragem dos cidadãos afrouxasse, mudou o estado de alma desde que começaram a aparecer as primeiras vítimas de um bombardeio inútilmente dirigido sôbre a parte não militar de Estrasburgo. Iniciou-se então um violento vomitar de canhões de sítio contra todos os bairros, indistintamente. De dia ouvia-se o ecoar dos estampidos na faixa ocupada pelos bastiões e os taludes da cinta fortificada. Porém, ao cair da noite, choviam as granadas sôbre as ruas e as habitações e as explosões estrugiam nos telhados, nos muros e nos pátios das casas, provocando incêndios nas ruas estreitas do setor comercial e danificando ao mesmo tempo casas particulares e edificios públicos. Sucediã-se as labaredas e os clarões dos incêndios, ao passo que bombeiros, soldados e voluntários acudiam sem descanso famílias atingidas pelas rajadas de metralha. Obuses de todos os ca-

libres estilhaçavam-se sôbre as cumeeiras dos prédios ou caíam de mergulho nos logradouros públicos, abalando quarteirões inteiros e aumentando diàriamente o número de mortos e feridos graves que atulhavam os hospitais e ambulâncias improvisadas. Espetáculo grandioso e horrível que o comando alemão interpretou como necessidade de sua ação bélica e manteve de forma inexorável, surdo a tôdas as invocações humanitárias. O general prussiano Von Werder, a quem parlamentares enviados pelo bispo de Estrasburgo vieram pedir que deixasse ao menos partir da cidade as mulheres e crianças, respondeu: "O que faz a vossa fraqueza faz a minha fôrça", e recusou terminantemente deixar evacuar a população inerme. A dureza do atacante exacerbou a população e estimulou a resistência, a ponto de os alemães redobrarem de rigor no castigo infligido à cidade. Recrudescceu o bombardeio de tal forma que magníficos monumentos, de inestimável valor histórico, foram estúpida-mente sacrificados à sanha da destruição guerreira. Orgulhavam-se muito os estrasburgueses de sua incomparável catedral gótica, maravilha de pedra, cujas cinzeladuras representavam o labor de milhares de artistas durante séculos. A soberba igreja, venerada pelos admiradores da arte medieval, era citada por sua fachada, em que se enquadravam três pórticos encimados de minuciosos floreios e figuras. A grande tôrre, rematada por uma flecha de arrojada elegância, atingia 142 metros de altura, e no interior do templo funcionava uma das maiores preciosidades de mecânica da Idade Média: um relógio que, ao soar das horas, movimentava dezenas de figuras e autômatos em combinações variadas e ritmadas pelo toque de pequenos carrilhões de diversos timbres. Êsses produtos do engenho humano foram tragados pelas chamas e

reduzidos a cacos e a cinzas, juntamente com a biblioteca, riquíssimo tesouro de manuscritos raros e documentos insubstituíveis, o teatro e, por último, o que suscitou geral indignação, hospitais assinalados pelo emblema da cruz vermelha. O bombardeio de Estrasburgo comoveu profundamente a Europa, e o relato dessas truculências fêz a causa da Alemanha perder muitas das simpatias de que gozava no continente.

Jorge Tibiriçá reteriu muitas vêzes aos filhos os fatos que aqui narramos sucintamente. Contou como assistira às cenas desoladoras que encheram de luto a cidade-mártir, e como se impressionara com a capitulação a que foram coagidos os valentes defensores, depois de avisados que se completariam tantos vandalismos com o arrasamento de Estrasburgo, contra a qual ficaram apontadas cerca de 96 baterias!

Como estrangeiro pôde Jorge obter passaporte para entrar na Suíça, de onde, à custa de muitas dificuldades, conseguiu voltar a Paris para se encontrar com a progenitora.

Os dias que se seguiram às explosões de entusiasmo trouxeram, como se vê, o mais cruel desmentido às esperanças dos patriotas iludidos. A França dispunha de soldados valorosos e heróicos, como sempre, mas o comando, a organização e as concepções estratégicas estavam longe de corresponder à qualidade do elemento humano. Logo na mobilização e na distribuição das forças de cobertura, cometeram-se erros irreperáveis, dos quais se aproveitou muito bem o Estado-Maior alemão, inspirado nas melhores idéias da escola napoleônica, partidária da rapidez de movimentos e de ofensiva constante. A França, ao contrário, renegando as próprias lições de seus antigos mestres, pendia para uma concepção es-

tática da guerra, para uma estranha noção de defensiva, que mandava ocupar posições bem guarnecidas para esperar o inimigo! Poderíamos dizer que existia um tipo de mentalidade comparável à que, na segunda guerra mundial, se pôs a confiar em excesso no poder da linha “Maginot”, ao passo que os alemães recorriam aos últimos ensinamentos das batalhas motorizadas. O fato é que, ante a Europa estarrecida pela violência e o ímpeto dos avanços germânicos, os exércitos franceses, sucessivamente repelidos ou acuados a combates desastrosos, foram sendo desbaratados, até que as melhores tropas capitularam com o próprio Imperador, em Sedan, e com o Marechal Bazaine, em Metz. Prisioneiro o Imperador e destruídos os melhores exércitos, tal era o balanço de um dos maiores, senão do maior desastre da história da França.

As fulminantes vitórias alemãs constituíram uma verdadeira “blitzkrieg” e impressionaram grandemente tôdas as chancelarias européias. Inúmeras famílias parisienses, receosas de que a capital viesse a ser ameaçada pelo invasor, como ocorrera em 1815, prepararam-se para abandonar seus lares e refugiar-se nas províncias. Jorge Tibiriçá, como outros estrangeiros de passagem ou residentes em Paris, decidiu partir para a Suíça, valendo-se das comunicações ferroviárias ainda permitidas para aquelas bandas. A sra. Pauline, conquanto aquiescendo na partida do filho, recusou terminantemente sair da capital. Não houve demovê-la dêsse propósito. Francesa, com os seus irmãos e outros parentes a servirem no exército, não considerava de modo algum perdida a guerra. Como inúmeros de seus compatriotas, entendia que estava apenas vencido o Império, desleixado e desorganizado, mas que a França, a exemplo do que fizera na

Grande revolução de 1789, se levantaria em massa e expulsaria o inimigo para além do Reno. Essa crença estava enraizada em muitos espíritos e proibia que se conformassem com a realidade. Era o fruto de um sentimento patriótico inabalável e que levava a forjar uma nova mística. À falta de outra Joana d'Arc a França rechaçaria novamente os intrusos, mediante a mobilização total dos homens válidos, tal qual como fizera com os voluntários de Valmy e os *sans culottes* dos exércitos republicanos.

A República, proclamada a 4 de setembro de 1870, constituiu um governo provisório, chefiado por Gambetta, que tomou por programa a defesa nacional. Sustentou notável resistência, mas não pôde evitar que os alemães ampliassem a área de ocupação do país e afinal cercassem Paris e submetessem a capital a um sítio rigoroso, acompanhado de inútil e desumano bombardeio, mais destinado a desmoralizar a população que a efeitos militares.

A situação criada para a família Tibiriça foi das mais angustiantes e embaraçosas. Jorge, a instância e quase que forçado pela mãe, se retirara para a Suíça e a sra. Pauline Eberlé permanecera em Paris, num apartamento da rue Tronchet. Até a última hora, mesmo diante das exortações e das súplicas do filho, teimara em ficar em França. Assegurava que não correria perigo e que jamais os alemães tornariam a violar a capital de sua pátria. Que Jorge partisse descansado, pois em breve a França se ergueria como uma só pessoa para a libertação do território.

Da Suíça, foi possível a princípio a Jorge Tibiriça corresponder-se com a sra. Pauline. Mas, à medida que se interrompiam as comunicações ferroviárias e postais em face da ampliação da zona de guerra, tornou-se difícil

enviar e receber cartas. A boa vontade e a mediação dos serviços suíços não puderam reatar correspondências vigiadas e censuradas pelos alemães. Piorou muito a situação durante o cerco da capital francesa, pois então apenas os serviços de guerra trocavam informações por meio de pombos ou de aeróstatos, como aquêle em que Gambetta saiu de Paris. As notícias acêrca do bombardeio afligiam imensamente o jovem brasileiro. Reinava mesmo a êsse respeito grande indignação entre os países neutros, em vista de os alemães, sempre propensos a infringir as leis da guerra e os preceitos humanos, assentarem baterias pesadas unicamente para fazer vítimas inocentes entre a população civil e causar estragos em edifícios sem objetivos militares. Assinado em fins de janeiro o armistício que pôs têrmo à luta, sobrevieram novos obstáculos que estorvaram a viagem até Paris. Assim que a autorização foi concedida a Jorge Tibiriçá para demandar a capital francesa, turvou-se novamente a atmosfera, desta vez com a guerra civil, armada dentro do recinto de Paris por uma coligação de elementos revoltados pela perda da guerra e pela promulgação de leis que vinham injustamente ferir o operariado e as classes populares. Leis egoísticas, que não levavam em conta os sacrifícios padecidos pela população e a precariedade pecuniária em que se achava grande parte do povo, que vivia de salários e vencimentos.

Êsse movimento insurrecional tomou por nome a *Comuna* e congregou provisoriamente na mesma causa gente de todos os matizes e ideologias políticas, porém com acentuada predominância socialista, de par com descontentes e revoltados sem qualquer diretriz doutrinária.

Muito mais tarde se apurou quanto os agentes comunistas da Primeira Internacional haviam colaborado para

urdir e provocar um movimento que devia estender-se a outros focos da Europa. Karl Marx, em pessoa, não foi estranho à explosão da comuna e encorajou, como regedor oculto, os chefes bem identificados com as idéias expostas no *Capital*.

Denunciada a revolta pelo seu caráter social, o governo francês deixou a cidade e foi para Versalhes, enquanto Paris ficava entregue a um poder revolucionário, amparado em algumas dezenas de milhares de combatentes bem armados e municidados.

A luta, encetada com violência e paixão, prosseguiu por quase três meses e terminou numa horrível batalha de vários dias, em que os ódios, levados ao paroxismo, se entregaram a todos os abusos imagináveis, inclusive incêndios e destruições a torto e a direito e fuzilamentos a rôdo de reféns, principalmente das mais altas categorias sociais.

— As últimas horas de combate requintaram em ferocidade e excederam os piores momentos da revolução de 1848. Ao clarão dos incêndios, as forças legais caminhavam pela cidade, tomando de assalto trincheira por trincheira e logo fuzilando no local os prisioneiros. Perto de vinte mil insurretos caídos nas mãos do governo, foram conduzidos ao cemitério do Père Lachaise e metralhados aos pelotões junto do famoso Muro dos Federados. Contam que aquêle que foi mais tarde o general de Gallifet mandava avançar os presos aos magotes e ordenava um passo à frente aos homens de mais de 40 anos. Esses eram imediatamente fuzilados, porque a presunção é que se tratava de revolucionários incorrigíveis, que já haviam tomado parte nas sangrentas jornadas de 1848.

Relata-se que, depois da repressão, mulheres de sociedade, no histerismo do ódio, divertiam-se a picar os olhos dos fuzilados com a ponta dos guarda-chuvas.

Até hoje, em Paris, todos os 1.º de Maio, imensa manifestação, precedida de bandeira vermelha, vai saudar a memória dos *communards* trucidados junto ao Muro dos Federados.

Quando Jorge Tibiriçá pôde entrar em Paris, correu imediatamente ao apartamento da rue Tronchet, onde lhe foi informado que a sra. Pauline se havia mudado para a Avenue de Clichy. Nesse segundo enderêço, logo se lhe alvoroçou o coração, ao saber que a senhora, enfêrma, tinha sido transportada para o hospital. Prosseguindo no inquérito foi ter ao lugar indicado e pelas informações ali prestadas e corroboradas pelo posterior depoimento de alguns vizinhos, ficou inteirado de uma horrível verdade, que o abalou de forma confrangedora. A sua mãe havia falecido, de fato, no hospital. Nos dias mais agudos do sítio, durante um dos invernos mais inclementes que castigaram a França juntamente com as torturas físicas e morais da guerra, nesse ano designado como “o ano terrível”, inúmeras pessoas não resistiram às privações alimentares, agravadas pela falta de aquecimento nas casas, quando o termômetro caía a 15 graus abaixo de zero! Para obter um pouco de caldo, alguns gramas de pão e uns nacos de carne, o público fazia fila horas e horas debaixo da neve e com um frio de rachar. Muitos organismos não puderam resistir a tantas provações, pois milhares de parisienses, para não morrer de fome, tiveram que comer carne de rato, vendida caro e como bom petisco.

Em tal situação pouco adiantavam os recursos pecuniários, que nunca fizeram falta à sra. Pauline. Falceram-lhe, porém, as fôrças físicas e uma noite sentiu-

se tomada de forte acesso de febre, provavelmente de pneumonia. Acudida pelos vizinhos, verificaram êstes que o estado da enfêrma piorara à míngua de alimentação substancial, o que determinou, aliás a grande custo, o seu transporte para o hospital. Acamada numa sala coletiva, ao lado de dezenas de doentes e feridos, o tratamento, naturalmente muito precário, que lhe foi dispensado, não provocou melhoras. A olhos vistos tornava-se mais melindroso o estado da desditosa senhora, uma vez que médicos, enfermeiros e irmãs de caridade tinham que atender a inúmeros casos ao mesmo tempo e com trágica escassez de recursos, quer de bôca, quer de medicamentos. Ao cabo de alguns dias, embora a boa vontade com que ainda tentaram assisti-la e apesar dos esforços de uma freira que se compadecera muito dela, faleceu a sra. Pauline Eberlé.

Numa manhã gelada, levado o corpo de carroça para o cemitério do Père Lachaise, com o acompanhamento único da religiosa que a tratara com desvêlo e bondade, foi a mãe de Jorge Tibiriçá inumada na vala comum da grande necrópole.

Quando o filho, derrocado pela dor, foi colhêr informações no cemitério para descobrir a campa, ouviu mais a triste notícia de que os despojos haviam sido retirados do local por ordem das fôrças de ocupação alemãs, necessitadas do terreno para enterrar alguns soldados. Semanas depois, foram os insurretos da comuna que abriram valetas para dar descanso a algumas vítimas da revolução. O mais que a administração do cemitério pôde fazer foi mostrar o local em que haviam jazido por uns dias os restos mortais de Pauline Eberlé. Coberto de flores, êsse pedaço de terra foi regado pelas lágrimas de um filho mortificado.

Assim se despediu Jorge da querida mãe, que fôra a sua primeira educadora e a principal modeladora do seu caráter honesto e viril.

Essas novas infaustas, quando chegaram ao conhecimento de João Tibiriçá, tocaram de forma pungentíssima o coração do digno paulista. Não quis êle deixar transparecer quanto o acabrunhava o golpe, mas a saudade da companheira perdida em tão trágicas circunstâncias fê-lo redobrar de ternura pelo filho, a quem ordenou que continuasse os estudos na Europa. Para êsse fim êle jamais mediu sacrifícios, e Jorge Tibiriçá, se não fôsse um temperamento naturalmente morigerado e propenso ao estudo, ter-se-ia transformado num perdulário filho de família, dadas as facilidades financeiras e a largueza com que o pai lhe custeou a estada no Velho Mundo.

A estada de Jorge Tibiriçá na Suíça

Conquanto sèriamente combalido pelos acontecimentos que relatamos e atingido no âmago do amor filial pela perda de sua mãe em condições tão dramáticas, Jorge Tibiriçá, obediente às instruções paternas, permaneceu na Europa e foi matricular-se no colégio Riffel, em Staffa, no lago de Zurich.

Situado em posição privilegiada, o estabelecimento contava entre os alunos rapazes de várias nacionalidades, geralmente de famílias abastadas. Entre os colegas do jovem brasileiro figuravam diversos sul-americanos, russos, egípcios, persas, hindus e mesmo uns poucos representantes de nações vizinhas. Pelo que se referia ao ensino, pautavam-se os programas pelas normas usuais nos cursos secundários europeus, em que as matérias relativas

à parte humanística se combinam com exigências rigorosas no tocante às matemáticas, física, química e história natural. Semelhantes colégios, em que reina perfeita disciplina, não são indústrias de diplomas nem hospedarias para moços ricos e amadores de instrução superficial. Trata-se, ao contrário, de instituições destinadas a formar candidaños aos cursos superiores e dirigidas por corpos docentes de inatacável zêlo e consciência profissional e administrativa.

Perfeito conhecedor das línguas francesa e alemã, que aprendera quando menino em companhia dos pais e mais tarde no colégio em São Paulo, Jorge pôde acompanhar o curso sem os tropeços que dificultam em geral os primeiros passos dos estrangeiros. Amante do estudo e de temperamento ppropenso a respeitar as obrigações do estudante, familiarizou-se logo com os círculos de condiscípulos, mestres e repetidores com quem lhe era dado conviver. Por outro lado, a estada na Suíça, por espaço de vários anos, serviu extraordinariamente para o bem-estar moral e a saúde de um jovem dotado de ótima constituição física.

Todos quantos foram educados na Europa Central sabem como constitui fator tonificante para a saúde o excelente clima temperado, cujos efeitos se exercem sobre o organismo através do ritmo das estações e das consequentes mudanças nos aspectos da natureza. Os quadros se renovam em beleza e poesia. As neves dos frígidos invernos, os estios em que se opera a maturação dos frutos, marcam extremos entre os quais atuam como transição as primaveras e os outonos. Nas primeiras florescem os brotos e como que se transfundem nos seres fluidos vigorizantes, que robustecem os nervos e enchem os espíritos de esperanças. Sente-se o eterno

recomeçar da vida e um retôrno periódico de juventude, comparável às novas vestiduras de folhagem nos arvo-redos. Tais passagens diferem bastante dos vivos con-trastes dos trópicos, onde do princípio ao fim do ano se visualizam as mesmas côres e os verões se mostram úmidos, abafados e deprimentes.

Ora, na Suíça, ponto nodal da geografia européia e fortaleza sita bem no centro do maciço dos Alpes, os efeitos climatéricos são dos mais ativos e propícios ao equilíbrio orgânico e espiritual.

Magnífica coletânea de panoramas, a Suíça deixa a todos os visitantes a estampa de suas paisagens privile-giadas de montes, rios, lagos e nascentes. Ali se repre-sam as águas de quatro rios importantes, que se ramifi-cam por tôda a Europa Central.

Os turistas se empolgam por uma série de locais em que, nos meses de veraneio, as relvas verde-claro desen-roladas nas vertentes, que cercam vários lagos, se aliãm ao brilho prateado dos cumes nevados e aos matizes por vêzes vivamente azulados das superfícies das águas. São composições da natureza que se prestam para sugestivos cartões postais coloridos. Há realmente panoramas tu-rísticos fabricados por série e nos quais se reuniram ini-gualáveis condições para a indústria hoteleira e de sana-tórios.

Nos invernos secos e de frio vivíssimo, quando a coluna de mercúrio desce a temperaturas polares, os es-portistas deslizam sôbre as encostas de neve ou patinam em mares de gêlo. E no correr do ano inteiro os en-fermos de pulmões fracos vão gozar os ultravioletas das altitudes e mitigar as agonias com as esperanças da cura.

Mas, se bandos de ricos cuidam de saborear os enlevos das cristas nevadas ou o luxo dos hotéis, outros estrangeiros vão ruminar seu tédio, olhos postos sôbre

os Alpes ou então aguardar inspirações poéticas e ideológicas. Forasteiros opulentos praticam proezas alpinísticas, mas um Romain Roland, enojado com os ódios de uma horrenda carnificina, principalmente favorável aos especuladores e aos novos ricos, dá um balanço na consciência europeia e escreve corajosamente o livro *Au dessus de la Mêlée*, a fim de pairar acima das paixões e do emaranhado tumultuário dos conflitos. Ao lado do idealista que sonhava com a paz, revolucionários intransigentes e sectários amadureceram na Suíça a planificação da sociedade e tramaram em seu espírito a revolução nascida no cérebro de Karl Marx. Lenine, de papel e lápis na mão, perambulou ao longo dos lagos em que poetas foram buscar rimas e a cuja beira Einstein delineou a teoria que rasgou novas concepções do universo.

Além de tantas magnificências provenientes da sua majestade natural, de suas montanhas altaneiras, dos seus campos de neve e gêlo, da configuração de seus lagos atravessados por grandes rios, do deslumbramento de tantos espetáculos concentrados numa área relativamente tão pequena, a Suíça exprime, sob o ponto de vista humano, uma das mais surpreendentes sínteses do mundo, pois congregou raças, línguas e cultos diferentes e os vinculou na mesma unidade política.

População ao mesmo tempo agrícola, pastoril e industrial, os povos que a circundam reconhecem todos a maravilhosa operosidade da coletividade helvética, cujos campos, vales e florestas exprimem obras-primas de labor, de riqueza e de formosura. O homem se mostrou à altura das grandezas da terra e criou instituições que se mencionam como as mais próximas da democracia ideal, regida pelo pronunciamento do povo soberano.

Se a agricultura e a pecuária florescem devido ao labor de camponeses versados nas práticas mais aperfeiçoadas na arte de plantar e criar, as indústrias, favorecidas pela imensa reserva de força motriz hidráulica, elevam-se ao plano das emprêsas que preparam mecanismos da máxima precisão, como relógios e os melhores instrumentos de física e matemática.

Colorida e decorativa no cenário físico, a Suíça, no campo político marcou um ponto neutro e um refúgio de paz no meio das convulsões bélicas que têm ensanguentado o mundo. Todos a respeitaram por necessidade de salvaguardar um último oásis de tranquilidade e de razão, um centro para acolher foragidos, permutar prisioneiros, distribuir correspondência aos beligerantes e dar hospitalidade ao pensamento livre. A bandeira da Confederação, uma cruz branca, é bem o símbolo caritativo correspondente à cruz vermelha da Convenção de Genebra. E naquele solo funcionou por alguns anos a Liga das Nações, projeto do idealista Wilson, que se ampliou, depois da segunda guerra mundial, no grande instituto da O.N.U.

É certo que o filho de um grande republicano brasileiro havia de admirar, como o fazem todos os amigos da democracia, as instituições da República federal, que associou vinte e dois cantões ciosos da mais ampla autonomia e logrou fazer funcionar a primor um sistema de seleção e vigilância popular, de tal modo eficiente que foi copiado nos Estados Unidos para corrigir graves defeitos dos costumes políticos norte-americanos. Em virtude do instituto do *referendum*, as leis não vigoram, mesmo com a sanção legislativa, se não são aprovadas pelo voto popular. É o melhor meio para evitar que os mandatários do povo se prevaleçam de uma eleição

vitoriosa para abusar de regalias temporárias e venham a decretar medidas de utilidade duvidosa ou francamente lesivas aos interesses da comunidade. Na estrutura confederativa da Suíça e no alto grau de moralidade de sua vida pública muito há que aprender. Os países de organização federal podem verificar a boa coordenação e fiscalização recíproca dos três poderes fundamentais de uma República democrática, ainda por cima sujeitos, em última análise, ao pronunciamento do corpo eleitoral, expressão legítima da soberania popular.

De 1870 em diante a Suíça constituiu-se realmente em escola e padrão da democracia, ao adotar a forma mais adiantada de sufrágio universal e um maquinismo governamental cujos freios e contrapesos muito se diferenciavam das tendências antiliberais e até autoritárias teimosamente conservadas em várias monarquias européias.

Jorge Tibiriçá, estudante de agronomia em Hohenheim

Findo o curso secundário e de conformidade com as instruções paternas, Jorge Tibiriçá se transferiu para a Alemanha com o objetivo de procurar as mais reputadas escolas de agricultura.

Lá se foi para Hohenheim, pequena cidade conhecida em toda a Europa por sua escola agrônômica, considerada um dos melhores institutos no gênero e centro de afamados estudos e pesquisas, notadamente sobre viticultura.

Situada a cerca de 10 quilômetros de Stuttgart, Hohenheim, apesar da proximidade da capital do Württemberg, tida já como importante aglomeração industrial, mantinha um certo isolamento devido às características de

sua atmosfera de estudos e de tradições. Depois da guerra de 1870 o Império Germânico, avassalado por um impulso irresistível de progresso, se convertia vertiginosamente numa das mais impressionantes oficinas técnicas do globo, pronta a disputar o primeiro lugar à Inglaterra e aos Estados Unidos. De país agrícola, envolto num certo espírito de placidez sonhadora e de reflexão filosófica, a Alemanha, unificada pela guerra e consciente de sua força, trilhava a passos gigantescos o caminho da metamorfose manufactureira. Os filósofos especulativos e autores de teorias um tanto nebulosas e metafísicas, cediam lugar aos engenheiros, aos cultores da ciência aplicada, aos pacientes investigadores de laboratórios, uns e outros empenhados em destrinçar problemas de física e química industrial, a fim de fazer do país um campeão nas realizações da siderurgia, da ótica e dos produtos sintéticos. A Alemanha de Kant e de Goethe se convertia na de Krupp, de Simens, da Bayer e da Zeiss. E a velha Alemanha Hanseática, das Repúblicas livres e dos empórios comerciais da Idade Média e do Santo Império Romano-Germânico, lidava com hercúleos esforços para rivalizar nos mares com a orgulhosa Albion e constituir uma frota mercantil e uma esquadra de guerra em condições de sulcar todos os mares como propagandista e defensora de artigos *made in Germany*.

No Wurtemberg, por onde o moço viajava durante as férias, apreciou uma região de aspectos variados e pitorescos, repleta de encantos turísticos, principalmente no inverno e na zona montanhosa. Para um estudante de agronomia e de espírito observador poucas terras européias oferecem tantos motivos de estudo no que respeita à diversidade das culturas e ao acuro com que são tratadas pelos campônios, laboriosos e de espírito acessi-

vel às inovações práticas. Um jovem disposto a ilustrar os estudos com o exame de uma agricultura próspera e produtiva muito encontrava para visitar e anotar. Florestas, campos de cereais, horticultura caprichada, vinhedos, criação de cavalos e dos famosos carneiros merinos, sem falar no uso de instrumentos aratórios bastante divulgados, embora estivesse ainda na fase experimental a mecanização agrícola em maior escala. Sem dúvida o Wurtemberg apresentava um dos exemplos mais interessantes da civilização européia, pois conciliava, dentro de um equilíbrio satisfatório de produção e bem-estar, a agricultura, que permitia sustentar fartamente a população, com a indústria local, em franca prosperidade. Esta, como de resto em quase todo o Império Alemão, se expandia de forma extraordinária e abarcava todos os gêneros de manufaturas, desde a indústria pesada, compreendendo a siderurgia e importantes fundições, até as fábricas de artigos de alta precisão.

No que se refere à organização política, um brasileiro de formação ou de tendências republicanas, dado o exemplo expressivo de João Tibiriçá, depararia mais objetos de admiração nos costumes populares do que propriamente nas instituições. No seio da Confederação Germânica, cada um dos países componentes guardava ciumentamente antigas peculiaridades de sua constituição histórica. Tratava-se de um conjunto de reinos, principados, ducados e grão-ducados, quase todos monarquias constitucionais e hereditárias, porém com características locais bem acentuadas e que perpetuavam cargos e órgãos governativos de velhíssima procedência. A política alemã se unificava pelo Reichstag, parlamento do Império, eleito ao sufrágio universal e para o qual se encaminhavam correntes de avançado pensamento democrático.

Mas, na vida interna de vários países germânicos continuavam a ser preservados títulos e tradições legados desde os tempos do Santo Império. No Wurtemberg, o poder Legislativo local era exercido por duas câmaras: uma Câmara dos Senhores e uma dos Deputados. A primeira, de cunho todo aristocrático, como o indica o nome, compunha-se de nobres, príncipes ou cavaleiros e de prelados. E mesmo para obter o título de eleitor da Câmara dos Deputados, simples representante da burguesia e do povo, estatuíam-se requisitos de posses e fortunas que faziam depender da escolha dos proprietários e do voto censitário dois terços dos eleitos. Vê-se claramente o espírito de casta e o sistema que perduravam, bem arraigados nos países germânicos, sujeitos ainda em larga escala à influência de uma série de condes e barões de toda a ordem. Com efeito, até o começo do século passado, tanto a Alemanha como a Inglaterra e outros Estados europeus, cultivavam ainda solidamente aristocracias eivadas de preconceitos e muitas vezes obstinadamente contrárias às conquistas liberais, como ocorreu com a Câmara dos Lordes, na Grã Bretanha, cujos privilégios exagerados só vieram a ser definitivamente cassados pela reação liberal que levou ao poder Lloyd George e estabeleceu a preponderância absoluta da Câmara dos Comuns. É mister ter sempre em mente que o Brasil imperial, de 1870 até a proclamação da República, não obstante o instituto servil, oferecia aos homens livres exemplos muito mais frisantes de democracia do que os povos que nos comprazemos em citar como mestres de cultura e civilização.

O que o filho de um brasileiro ardentemente republicano podia encontrar como lição aproveitável de organização política na Alemanha seria talvez a persistência

de um forte espírito localista e federativo, aspiração máxima dos adversários do Império que anelavam para as províncias brasileiras a máxima autonomia compatível com a unidade nacional.

Acresce ainda que o Wurtemberg, pôsto que integrado na política de Bismarck depois da guerra com a França, denotou, ao lado da Baviera, certa relutância em aceitar a hegemonia prussiana e em incorporar-se à Confederação da Alemanha do Norte. Apesar do regime que o dominava, acusava nos costumes do povo, morigerado e laborioso, traços de uma índole liberal bastante diferente do espírito prussiano, militarista e apegado à hierarquia de suas castas hereditárias e, posteriormente, da plutocracia nascida da prosperidade industrial.

Voltando à Escola de Hohenheim, cabe dizer que o ensino profissional da agricultura principiou a tomar incremento no primeiro têrço do século XIX, como complemento social e científico das idéias espalhadas no século anterior pelos fisiocratas. Foram êsses economistas e filósofos que reabilitaram a agricultura e induziram os governos a reagir contra o desprêzo a que ficavam lançados os campônios, muito rebaixados nos seus direitos cívicos e estagnados em deplorável pobreza e ignorância, consequência em parte da rotina de longas gerações, que se contentavam em trabalhar por métodos antiquíssimos transmitidos por simples empirismo, sem estímulo de progressos ou aperfeiçoamentos. O que faziam os pais, é o que os filhos aprendiam e, por seu turno, ensinavam a seus descendentes. Sem dúvida, mesmo com tal cultura empírica e rudimentar, os camponeses adquiriam conhecimentos apreciáveis e com os quais conseguiram sustentar os povos da Europa e vencer crises de extrema gravidade. Mas em face de uma popu-

lação crescente já não podiam tais processos, medievais ou imemoriais, satisfazer o consumo exigido por um excedente de milhões de bôcas. Era indispensável aumentar os rendimentos da terra para prevenir futuras calamidades e crises de penúria e de fome. Essa preocupação determinou, principalmente na França, nos países germânicos e na Inglaterra, um interêsse mais pronunciado pelas questões agrícolas e provocou o nascimento de uma nova ciência — a ciência agrônômica. Os teorismos e as discussões filosóficas estavam reservados aos letrados de salão e de cátedra. Cedo, porém, se compreendeu a necessidade de comunicar ao povo ensinamentos práticos e bem especializados, mediante os quais os detentores da terra e os pequenos camponeses se pudessem ilustrar na arte de melhorar suas culturas, adubá-las com mais proveito e usar instrumentos aratórios com o fim de poupar mão-de-obra e ganhar tempo. Os governos se voltaram então para a formação de *fazendas-modêlo*, e com a ajuda de particulares e de sociedades empenhadas em divulgar os novos ensinamentos, alcançaram-se resultados bastante fecundos no sentido de evitar ou de minorar o êxodo rural que, depois de 1830, com o advento da grande indústria a vapor, principiou a despovoar os campos em favor das usinas. ..

Em França, o Instituto de Grignon, misto de curso superior e de escola prática, tornou-se foco de notáveis experiências destinadas a estudar e realizar o desbravamento de terras incultas e de pântanos. Foi o prelúdio de campanhas para ressecar marnéis e proceder à recuperação e regeneração de terras consideradas de baixo ou nulo aproveitamento.

Na Prússia, em meados do século passado criaram-se institutos moldados sôbre uma escola-modêlo consa-

grada ao ensino da química agrícola e de processos capazes de elevar o nível da instrução rural.

Institutos de alta cultura, providos de laboratórios completos e orientados por corpos docentes compostos de verdadeiros cientistas e pesquisadores de vários problemas agronômicos especializados, bem como da meteorologia, formaram a cúpula de um sistema novo, secundado por estabelecimentos de caráter secundário e até primário, êstes últimos para combater a rotina dos camponeses e bafejar com um certo estímulo intelectual classes injustamente esquecidas e privadas do direito de progredir e de ganhar maior força política.

Foi dêsse movimento de idéias e da necessidade de estimular o ressurgimento agrícola da Europa que nasceu o Instituto de Hohenheim, onde o ensino metódico e minucioso dos mais modernos princípios agronômicos se firmava numa base de forte cultura geral, ministrada por professôres de comprovada reputação e competência. Basta dizer que entre os mestres que explanaram o programa de física no tempo em que Jorge Tibiriçá seguiu o curso, sobressaía William Conrad Roentgen, o famoso descobridor dos raios X e autor de importantes trabalhos sôbre calor específico, capilaridade e compressibilidade.

Numa escola dessa categoria se patenteavam as inegáveis virtudes didáticas do espírito alemão, principalmente o escrúpulo analítico e a ordenação dos conhecimentos fundamentais insistentemente inculcados como os melhores auxiliares da inteligência e da intuição.

O ambiente de Hohenheim, além das qualidades mencionadas, de ordem pedagógica, proporcionava elementos excepcionalmente favoráveis ao estudo e à meditação. As grandes cidades solicitam a juventude por

numerosas diversões de tôda a espécie. Centros universitários como Heidelberg, por exemplo, assinalavam-se pelas ruidosas folganças dos estudantes e as cenas de seus duelos famosos em que retalhar a cara a golpes de espada era prova de bom tom e de valentia. Tabernas barulhentas, reuniões festivas de tôda a sorte, com chopadas e cantos à moda alemã, agremiavam multidões de jovens cheios de animação e entusiasmo. Numa cidade menor, de círculos mais reduzidos para as distrações do mesmo gênero, criava-se espontaneamente uma atmosfera mais calma e mais propícia ao trabalho intelectual, ao qual se recorre até como atividade capaz de espairecer o espírito, em vez de fatigá-lo. Entretanto, Hohenheim não era um retiro de ascetas e a mocidade lá também se distraía com os cantos, a dança e a cerveja, em meio da exuberância tão comum nas demonstrações da sociabilidade germânica.

Um requisito que muito concorria para amenizar a vida estudantil e cercá-la de sugestões agradáveis provinha da beleza do local, da originalidade dos monumentos e edifícios, que distinguem a pequena cidade com expressiva tradição histórica. O imponente castelo, construído pelo Duque Karl, completava com os efeitos de sua elegante arquitetura a harmonia de parques e jardins, primorosamente arborizados e floridos, ornamentados de fontes artísticas e alamedas sonhadoras. São recantos sempre procurados para o repouso espiritual e o relaxamento dos nervos, condição de bom equilíbrio biológico para a mocidade.

As dependências reservadas aos estudos práticos representavam uma das melhores criações existentes nesses tipos de escolas. Hohenheim certamente servia de exemplo para outros estabelecimentos de ensino agrônô-

mico. Os campos para as experiências de cultura de cereais, de plantas alimentícias, de vinhedos e de silvicultura, abrangiam vasta extensão de terras, intercaladas de pastos, granjaŝ, estábulos e departamentos consagrados à criação de animais de raça. Nenhum instituto na Europa superava, pela instalação dos prédios e dos laboratórios, a obra realizada em Hohenheim, cujos planos serão provavelmente lembrados quando se cuidar da reorganização segundo os moldes mais recomendáveis e modernos, da magnífica Escola Agrícola de São Paulo.

Diga-se ainda em favor dêsse célebre instituto agrotécnico que o fato de haver sido fundado no Wurtemberg o tornou de certa forma mais apreciável pela maioria dos estudantes estrangeiros. O povo wurtemberguês é um dos mais amáveis e sociáveis da Alemanha e cujos costumes e traços morais mais se combinam com a índole ibero-latina. Não transmite certos aspectos da psicologia germânica que às vêzes criam pontos de atritos com a sensibilidade sul-americana.

Doutor em Filosofia pela Universidade de Zurich

Aquinhoado com o grau de doutor em agronomia, já preencherá Jorge Tibiriçá as condições para regressar ao Brasil devidamente preparado para exercer com autoridade o mister de agricultor. João Tibiriçá, porém, entendeu que ainda não chegara a hora de fazer o filho entrar na vida prática e escreveu-lhe para que prolongasse a estada no velho mundo. Esta autorização levou Jorge a matricular-se em novo curso em vez de permanecer na Europa como simples desfrutador das finan-

ças paternas. Não se sentia bem no papel de viajante jovem e rico, que tantos outros estrangeiros de sua idade representavam com satisfação e orgulho, pois nos meados do século passado não faltavam os gozadores de rendimentos, para quem o trabalho constituía a marca de certa inferioridade social e que cuidavam de gastar as fortunas adquiridas pelas gerações anteriores. Tinham por profissão ser ricos, gênero de atividade que a evolução econômica do nosso século, mormente depois da primeira guerra mundial, tornou cada vez mais difícil, senão impossível, em virtude da destruição das fortunas estáticas pelos contínuos surtos inflacionários. Os *rentiers* viram-se praticamente desapossados de seus bens pelas várias desvalorizações monetárias e os patrimônios, que pareciam sólidos cinquenta anos antes, passaram a ser consumidos na voragem dos impostos, principalmente de sucessão. Em 1877, porém, os bens acumulados pelas famílias aristocráticas ou a burguesia enriquecida nas especulações de bolsa ou na indústria e no comércio, permitiam a felizes herdeiros de recursos uma existência sem percalços, como a do Fradique Mendes, protótipo desses vivedores que permaneciam à margem das lutas do século e contemplavam com tédio e ceticismo a vida, por se sentirem isentos de preocupações pecuniárias e tranquilos quanto ao valor de seu dinheiro, cujo poder aquisitivo não se dissipava como hoje de um dia para outro.

Jorge Tibiriçá, cujas fazendas paternas representavam nesse período do Brasil imperial patrimônios importantes e altamente rendosos, podia também viver dentro desse estilo social, personificado pelo amável herói de Eça. Mas preferiu enfrentar as dificuldades intelectuais da Faculdade de Filosofia da Universidade de

Zurich, onde se matriculou em 1877. Completava dessa forma os ensinamentos adquiridos na Escola Superior de Hohenheim, concluindo um novo curso que poderíamos chamar de aperfeiçoamento, das cadeiras de química inorgânica e orgânica, em que lecionavam professores da estatura de Victor Merz e W. Veith.

Em Zurich, continuação mental da sua formação no Wurtemberg, o estudante brasileiro permanecia no âmbito da língua e da cultura germânicas, norteador por um espírito idêntico nos métodos e no rigor dos programas. Acompanhou sem falhas e até com dedicação as aulas teóricas e práticas, de maneira a se habilitar para os exames finais e a respectiva defesa de tese exigida para a obtenção do grau de doutor. Alcançou em 1879 o título de doutor em Filosofia, distinção conquistada na mesma Faculdade de Zurich pelo eminente sábio Albert Einstein, que sempre se orgulhou de haver cursado a grande escola suíça, em cuja atmosfera amadureceu o seu cérebro privilegiado.

Zurich, para Jorge Tibiriçá, como para inúmeros estrangeiros que souberam apreciar um meio de predicados tão elevados e em que se respira a sadia influência da liberdade e das instituições helvéticas, assinala-se pelo conjunto sugestivo de sua dupla irradiação natural e espiritual. Ali se estratificou uma cultura cujas amostras se patenteiam nos próprios relevos físicos da cidade, na abundância de edifícios que primam pelo sabor histórico ou confirmam no presente a significação de seu valor educativo e civilizador.

A primeira vista, dado o título da tese, *Produção do ácido fórmico por meio de material inorgânico*, parece tratar-se de questão um tanto árida para um leitor alheio a essa especialidade. No entanto o trabalho, todo

redigido em língua alemã, é interessantíssimo e logo revela, desde os primeiros parágrafos, como o jovem doutorando, pela escolha do tema, procurou firmar mais uma prova condicente com as teorias materialistas por êle esposadas, de acôrdo com os rumos intelectuais de seu progenitor.

Nas operações de laboratório relativas à possibilidade de obter o ácido fórmico por via de uma síntese de matérias inorgânicas, transparece a intenção de refutar as últimas arguições dos adeptos do "vitalismo", que pretendiam não obedecer às mesmas leis as substâncias inorgânicas e a matéria viva. Esta, segundo alegavam, dependia de uma fôrça vital ou *lebenskraft*, que consistia num princípio imaterial, fora de qualquer sujeição aos fenômenos físico-químicos. Com semelhante teoria queriam inculcar a existência, sob as funções do organismo, de um princípio energético da natureza, de um gênio íntimo do ser, distinto da matéria corpórea e superior a ela. Tal concepção implicava aceitar um critério metafísico e espiritualista que não se casava com a doutrina materialista, para a qual a vida se traduz no funcionamento de propriedades solidárias, indissolúvelmente ligadas à matéria e às suas reações físico-químicas.

Primacialmente a tese de Jorge Tibiriçá tinha em vista, por conseguinte, associar um fundamento de ordem filosófica às experiências tendentes a demonstrar que o ácido fórmico, originariamente conhecido como secreção do corpo das formigas e proveniente, portanto, da organização animal, podia ser perfeitamente obtido por transformações várias de matérias inorgânicas.

Exposta a parte histórica do assunto e recordados os diversos cientistas que haviam tratado do ácido fórmico, explica detidamente Jorge Tibiriçá as experiências .

a que procedeu com técnica própria, formulada com as respectivas equações.

Esse trabalho mereceu as mais lisonjeiras referências, não somente do corpo docente da Faculdade de Filosofia, como da crítica de autorizadas revistas científicas, onde se publicaram pareceres a respeito da tese do estudante brasileiro. Um índice de que essa obra foi devidamente consultada e analisada nos é fornecido pela menção que dela faz a Enciclopédia Britânica, citando-a como apreciável contribuição para o conhecimento das experiências relacionadas com o ácido fórmico.

Agora que nos foi dado acompanhar a evolução espiritual de Jorge Tibiriçá e seguir as etapas de maturação de sua inteligência, ficamos bem cientes da valia de sua formação técnica. Mas cumpre verificar se o *homo sapiens* balançava as qualidades do saber com as feições morais atribuídas ao *vir probus et honestus*. Ora, não resta dúvida que dêsse consórcio é que resulta a personalidade verdadeira, que se aquilata pelo grau de coerência entre a continuidade do procedimento e a maneira de formular os móveis e propósitos de ação.

Esse nexó constante entre a conduta e a expressão das intenções existiu sempre em Jorge Tibiriçá e marcou fundamente nêle a estrutura de um caráter na autêntica acepção do têrmo, isto é, na afirmação de princípios que não se infringem nos atos da vida privada e da vida pública e que assentam integralmente na retidão das idéias enunciadas, sempre na dependência de uma honradez granítica.

A formação gradativa da personalidade de Jorge Tibiriçá se manifesta, de modo bem perceptível, nos retratos tirados pelo jovem durante o seu período de estudos na Alemanha e na Suíça.

Quando ainda adolescente ou no decurso da idade juvenil, pouco tempo depois da perda de sua mãe, nota-se no semblante um resto de tristeza que tôdas as facilidades da vida material não conseguem dissipar. É um jovem de aspecto grave, sóbrio no vestuário e de atitude reservada. Mais tarde, em Zurich, aparece um pouco mudado o rosto, iluminado de enthusiasmo e de um certo prazer, natural a um moço de sua posição social e possibilidades. Envergando um fraque talhado segundo os figurinos elegantes da época, 1875, o colête riscado pela pesada corrente de ouro do relógio, vê-se numa fotografia Jorge sorridente, os cabelos abundantes levantados sobre a cabeça, bigode raspado, mas o rosto oval emoldurado por uma barba tipo colar ou passa-piolhos, como as chamavam os portuguezes. Nota-se a irradiação de um jovem sadio, comunicativo e que transmite uma impressão de franqueza e energia.

Nos retratos subsequentes, assinala-se nova mudança. A fisionomia se recompõe num sentido de sobriedade e placidez. Os cabelos, de abundantes e algo revoltos, assentam de modo caprichado; desaparece a barba-colar para ser substituída pela barbicha em ponta que fixará de maneira definitiva os lineamentos físico-psíquicos da face e determinará o tipo humano do ilustre brasileiro, tipo em que ressaltam linhas nobres, em que se conjugam traços de energia serena, franqueza e bondade.

O homem premiado pelo título de doutor em filosofia já nos apresenta, antes de seu regresso à pátria, a imagem física daquele que será mais tarde conhecido como notável político e estadista brasileiro.

* * *

CAPÍTULO VI

O BRASIL de 1879, época em que Jorge Tibiriçá voltou aos penates, difere bastante, sob certos aspectos, do país ao tempo da guerra do Paraguai. Verificaram-se nesse ínterim importantes progressos materiais, máxime nos transportes ferroviários, de acôrdo, aliás, com a evolução geral do sistema capitalista depois de 1870.

A guerra franco-alemã abriu novo ciclo na história da produção européia e incentivou na Europa central o desenvolvimento de numerosas indústrias que entram a fazer concorrência às da Grã-Bretanha, ao mesmo passo que a França, vencida militarmente pela Alemanha unificada, se lançou a constituir um vasto império colonial. A Europa interessou-se então sobremaneira pelos investimentos de capitais no exterior. Foi o período áureo do capitalismo, cujos interesses em relação aos países americanos se traduziram em empréstimos e financiamentos resultantes em altos juros e dividendos para os prestamistas. O tipo dessa aplicação de fundos no exterior se encontra na estrada de ferro Santos-Jundiaí, mais tarde São Paulo Railway e cujos serviços a São Paulo, muito encarecidos por uns tantos brasileiros, foram rêgiamente pagos em lucros polpudos, ao lado de uma influência excessiva sôbre a economia nacional.

Os Estados Unidos, absorvedores em grande escala dos capitais alienígenas, constituíram uma riqueza nacional fortemente competidora da potência financeira e in-

dustrial da Europa, exceção por todos os títulos notável, visto que os demais países do hemisfério colombiano ficaram longos anos na dependência do dinheiro de fora, sobretudo do fornecido por intermédio da City, de Londres. Ocorre ainda que os Estados Unidos, logo depois da guerra da Secessão, trataram de consolidar sua moeda e de imprimir ao dólar uma estabilidade-ouro em constante paridade com a libra esterlina. Foi outro segrêdo do prestígio norte-americano, ao contrário dos países de origem ibérica, onde as convulsões políticas e monetárias, frequentemente coincidentes, fizeram dêles os melhores campos de experiência para as aventuras financeiras e os abusos do papel-moeda.

Politicamente, depois do término da guerra do Paraguai, o Brasil acusou pelo menos duas mudanças de vulto: a formação e o desenvolvimento do partido republicano e o crêscimento do movimento abolicionista.

A guerra, pelo prazo demorado em que se arrastou, cansou muito o país. Apesar das vitórias alcançadas, reinava grande desapontamento em virtude da diferença de recursos entre os beligerantes e de três aliados terem que lidar com tanto esforço para dominar um pequeno caudilho, que muitos círculos europeus elogiavam como herói e glorioso defensor de sua pátria. As repercussões na Europa foram em geral mais favoráveis a Solano Lopez que ao Império brasileiro e seus aliados. O conhecimento de tais fatos e as lutas por vêzes mesquinhas da política interna desgostaram a opinião mais esclarecida do país e fizeram a monarquia perder muitas simpatias. Por outro lado, o próprio Imperador, pôsto que muito respeitado, era o primeiro a denotar falta de uma consciência de conservação do regime. Sem um herdeiro varão para o trono, sabedor de que a nacionalidade estrangeira do genro era um fator de opposição na-

tivista e pouco propenso ao brilho militar, D. Pedro II tornou-se apenas um símbolo acatado pela deferência dos brasileiros e um poder moderador muito insuficientemente equilibrado entre o jôgo monótono dos partidos. Tem-se a impressão que a monarquia sobreviveu pela força da inércia. Qualquer ditador sul-americano, para firmar-se no poder, não hesita em apelar para um grupo de militares que cercam o govêrno de elementos de fôrça. Em geral os monarcas apreciam o fator ligado à projeção das classes armadas, que encarnam a fidelidade e o culto à tradição. D. Pedro II, de espírito profundamente civilista, não interveio no sentido de fortalecer o prestígio da farda e os governos do império permitiram que o exército, desfalcado de efetivos e de material, se tornasse gradualmente um foco de idéias contrárias ao regime e um instrumento de desapêgo à casa reinante.

A Lei do Ventre Livre

A grande ocorrência de profundos efeitos na sociedade brasileira depois da guerra do Paraguai foi a promulgação da Lei do Ventre Livre. Evidentemente, por mais justos que fôssem os fundamentos da medida, abalou ela a classe agrária e sem dúvida ajudou a propagar o sentimento republicano. Já no correr do conflito tinham surgido projetos de sentido emancipacionista, e a circunstância de muitos negros alforriados haverem ingressado nas fileiras do exército deu fôrça aos argumentos em favor da libertação da raça. As consequências da guerra de Secessão nos Estados Unidos atuaram também em prol do abolicionismo. Os Estados do nor-

te não haviam combatido nem vencido o sul por causa da escravidão, mas a impressão geralmente divulgada a respeito da guerra civil norte-americana era que uma parte da nação se havia sacrificado por um princípio de humanidade. Por sua vez o Imperador, convicto adversário da escravidão, mas cauteloso político, facilitava quanto possível os movimentos tendentes a acabar com o instituto servil. Todos êsses fatos se casavam bem com a evolução geral das idéias no mundo civilizado e com as correntes de opinião, cada vez mais intensas, para eliminar um mal cuja permanência servia para alimentar campanhas de antipatia e descrédito contra os países escravagistas.

No entanto, no Brasil como em outros países americanos e em certas colônias européias as razões opostas pela classe rural feriam sempre o mesmo ponto, a saber, que sob a capa de humanitarismo pregoeiros da desordem social pretendiam apenas subverter a ordem existente e que seria um crime contra a prosperidade nacional promover a ruína das principais lavouras sem prévia indenização aos proprietários de escravos.

Ninguém ousava se confessar de público francamente escravocrata, salvo raras exceções. No Brasil, país de muitos paradoxos e de notórios contrastes e acomodações, conseguiam coexistir os pensamentos mais díspares a respeito da delicada questão. Povo de composição étnica muito matizada e em muitos casos de fronteiras raciais imprecisas, deparavam-se rudes preconceitos, porém isolados num ambiente de tolerâncias e de indiferenças quanto à convivência entre brancos e não brancos. Ao lado dessa aceitação da realidade étnica do país e embora os coloridos intermediários se encontrassem às vêzes nos grupos dominantes, os interesses

econômicos estabeleciam a linha de separação que não se podia transgredir sem choques e lutas. Esse pensamento foi muito bem expresso no senado por Carneiro de Campos ao dizer, por ocasião dos debates da lei Rio Branco, que êle não se colocava, como os autores do projeto, no ponto de vista exclusivo da religião, da filosofia, do direito natural, mas pensava que, como legislador, lhe corria o dever de “tomar em consideração o estado da nossa sociedade, as exigências da segurança dos livres, os interesses da produção nacional e não somente a condição da raça, infelizmente reduzida ao cativeiro”. Eis aí sumariamente expresso, sem violências mas sem evasivas, o ponto de vista dos que impugnavam a lei. Jamais no parlamento nacional se externaram idéias parecidas com as enunciadas pelos representantes sulistas nos Estados Unidos quando gabavam a riqueza das regiões algodoeiras e verberavam a “hipocrisia filantrópica” dos abolicionistas do norte. Ninguém tão pouco ousou no Brasil proclamar, como “grande verdade moral e filosófica”, que a condição “natural e normal do prêto é a escravidão”.

Nas discussões em tórno do espinhoso assunto tratadas na Assembléia Geral e no Senado despenderam-se, de parte a parte, todos os argumentos relativos ao direito de propriedade, que os escravagistas reputavam postergado, ao mesmo tempo que a constituição que o garantia. O Visconde de São Vicente impugnou esta tese com vigor, pois os adversários da emancipação dos nascituros, à míngua de um esteio moral e humano, se entrincheiravam atrás de invocações jurídicas e tentavam assim mostrar que se perpetrava um atentado inadmissível contra o princípio da propriedade. A essa alegação replicavam os defensores do projeto que, tão respeitado-

res do direito da propriedade como seus antagonistas, entendiam, todavia, que se tratava de um direito especial, de características excepcionais, pois reconheciam a posse do escravo pelo senhor, mas opinavam que os frutos das mulheres escravas não deveriam seguir a condição das mães.

Os debates foram em geral muito elevados e nêles se repisaram, em todos os tons e com eloquência e erudição, consoante o estilo um tanto formal da época, os princípios gerais e as lições da história relacionados com o instituto que se queria extinguir gradualmente. A oposição contra a lei foi ardorosa e a minoria frequentemente se declarou alvo de coações regimentais que lhe tolhiam a franquia das discussões. Todos pretendiam rejeitar a pecha de escravocratas e os oponentes da medida liberadora não trepidaram em sujeitar-se a interpelações incandescentes, pois o projeto contava em geral com o apoio da imprensa e da voz da rua. O Norte participava em maioria do pensamento emancipador, o que colocou em má posição os advogados sulistas do escravismo e aumentou a irritação provocada pela pressão, ao mesmo tempo política e popular, exercida contra a grande lavoura sustentada pelo braço escravo.

Passou finalmente a Lei do Ventre Livre, segundo golpe vital no instituto servil e suscitou simultâneamente muitas expansões sentimentais e muitas mágoas entre os que se consideravam lesados pelo famoso ato legislativo. Na Câmara dos Deputados, composta de 122 membros, mas com 5 vagas, não compareceram às sessões 7 deputados. Dos 110 que participaram dos debates, 65 votaram a favor e 45 contra. Dos 56 senadores, 40 estavam na côrte e 16 ausentes; dos 40 presentes, 33 se pronunciaram a favor da reforma e 7 contra.

Vejamos agora como se manifestou a representação da província de São Paulo. Votaram a favor da lei: o senador dr. José Antônio Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente, grande do Império, ex-ministro e um dos autores do projeto apresentado em 1866 para a reforma do estado servil e os seguintes deputados: dr. Joaquim Floriano de Godói, conservador, médico e proprietário rural; dr. João Mendes de Almeida, advogado e redator-chefe da *Opinião Conservadora*; dr. Antônio Joaquim da Rosa, proprietário rural, conservador.

Votaram contra: o senador dr. Carlos Carneiro de Campos, conselheiro de Estado e ex-ministro e os deputados: dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, conservador e antigo presidente da província; dr. Joaquim Otávio Nébias, magistrado, antigo presidente da província, conservador; dr. Antônio da Silva Prado, proprietário rural e advogado, conservador; dr. Augusto Rodrigo Silva, advogado; dr. José Calmon Vale Nogueira da Gama, advogado e proprietário rural.

Vemos aí a definição de São Paulo perante a famosa lei de 28 de setembro de 1871, sancionada pela Princesa Imperial Regente, que declarou de condição livre os filhos de mulheres escravas que nascessem desde a data da lei, libertos os escravos da Nação e outros e que providenciava ainda sobre a criação e tratamento dos filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

Uma lei dessa natureza, quaisquer que sejam as bases humanas em que assenta, causa transtornos. A lavoura de São Paulo, conquanto providenciasse por iniciativa própria para a introdução de braços livres, não deixou de suprir-se de escravos no norte, onde corria mesmo o rumor de que certas localidades paulistas eram o inferno para os pretos.

De 1872 em diante assinalou-se nas fazendas paulistas um intenso movimento de modernização, a fim de substituir os processos primitivos por um aparelhamento mais consentâneo com as necessidades da produção e a quantidade de mão-de-obra disponível. Foram desaparecendo ou reduzindo-se os monjolos, os moinhos e os engenhos e gradualmente utilizados maquinismos de toda a sorte para o beneficiamento de café, algodão e cana. De par com êsses equipamentos, que já exigiam a aplicação de capitais mais vultosos e, conseqüentemente, o apêlo ao crédito rural organizado, principiou-se a montar oficinas de fundição, serralharias, chapelarias, fábricas de cigarros e olarias, tôdas geralmente movidas a vapor e que indicavam o nascimento de um surto fabril promissor. Campinas, em primeira plana, acusou tendência para o desenvolvimento industrial, com as fábricas de máquinas de beneficiar café e algodão instaladas pelos Irmãos Bierrenbach e a pequena siderurgia experimentada com êxito pela firma Peixoto Sampaio.

*A Convenção de Itu e a ação de
João Tibiriçá Piratininga*

Os movimentos de caráter republicano ou de insurreição contra a monarquia, como as repúblicas do Equador e de Piratini, uma vez abafados, não haviam deixado senão a lembrança dos choques com o poder legal e o ressentimento causado pelas repressões. O verdadeiro espírito em favor da mudança de regime nasceu mais, como vimos, dos desgostos provocados pela guerra do Paraguai.

O manifesto de 1870, subscrito por nomes ilustres que muito se destacarão no apostolado do novo credo, limitou-se mais a artigos de imprensa e agitação verbal de clubes. Onde a idéia republicana se difundiu em caráter mais prático e inspirou um forte movimento de agremiação e um genuíno senso de organização partidária, foi em São Paulo. E isso em virtude das vigorosas tendências autonomistas dos paulistas, cada vez mais impelidas pela sensação de sua capacidade de empreendimento, independente de favores e auxílios do govêrno central. Todo paulista inclinado à república podia dizer, como Rui Barbosa, que antes de ser republicano era federalista. A imagem política e administrativa do sistema desejado encontrava-se na União norte-americana, admirada pelos principais vultos propagandistas. Sonhavam êles, de fato, com um Brasil federativo, composto de Estados aquinhoados com a mais larga autonomia e, se possível, animados do mesmo pendor para as grandes realizações nas esferas tecnológica e educativa. O São Paulo agrícola e cafeeiro não pretendia continuar a ser um conjunto de grandes propriedades rurais, mas tomava como modêlo os Estados nortistas dos Estados Unidos, aquêles que concorriam para o adiantamento científico e industrial do mundo no mesmo pé que os centros mais cultos da Europa.

A Convenção de Itu, em 1873, conclave inteligentemente preparado pelos paulistas decididos a optar pela república, espelhou o primeiro esforço para lançar efetivamente os marcos de um grande partido, dotado de disciplina e comando, a fim de modificar as instituições brasileiras. E na urdidura dessa cruzada aparece, entre

vários nomes de subido relêvo, o de João Tibiriçá Piratininga, pai de Jorge Tiribiçá. Se tivéssemos que citar todos os precursores da idéia em São Paulo, seríamos obrigados a fazer uma extensa lista de nomes, entre os quais incluiríamos os de Campos Sales, Américo Brasiliense, Américo e Bernardino de Campos, Antônio de Paula Souza e muitos outros, de real valor e projeção intelectual. Ninguém pode arrogar-se prioridade absoluta na propagação de idéias que germinaram simultaneamente em muitos meios paulistas. Porém, João Tibiriçá alcançou o mérito de haver sido um dos mais eficientes congregadores dos seus concidadãos inclinados para o mesmo sentimento. No terreno da doutrinação pelo livro e pelo jornal, nos comícios e nas tribunas, nomes houve em São Paulo que brilharam com maior fulgor. Nenhum, todavia, o superou, na arte de unificar forças individuais e transformá-las numa empolgante articulação moral e política, premissa de um partido devidamente orientado para defender princípios e disputar eleições.

Foi êsse, a nosso ver, o significado máximo da Convenção de Itu, efetuada a 18 de abril de 1873, no próprio dia em que se inaugurava a estrada de ferro Itua-na, em cerimônia presidida pelo presidente da província João Teodoro. A notável assembléia em que se formularam normas precisas de direção partidária, firmadas no reconhecimento explícito do valor do escrutínio secreto e da plena liberdade de sufrágios, fixava em São Paulo as bases espirituais da república e traçava os lineamentos de um mecanismo político que, a ser convenientemente seguido, houvera dado ao país uma lídima escola de democracia e de seleção de valores.

Da famosa reunião de Itu é que surgiu o pensamento de fundar um órgão jornalístico porta-voz das magnas aspirações republicanas. Oriunda dêsse encontro de fôrças e de idéias, a *Província de São Paulo*, mais tarde *Estado de São Paulo*, divulgou a melhor catequese do novo regime, pela pena de publicistas que não sòmente se mostraram doutrinadores como comentadores de talento de todos os fatos e acontecimentos. A monarquia não contou, em São Paulo, para defendê-la, com uma expressão de periodismo tão completa e adaptada à sua missão político-social. Neste particular, os adeptos do trono mostraram-se um tanto negligentes ou destituídos de idealismo e de fé. Faltou-lhes, para dirigir-se à opinião e defender o Império, uma imprensa em condições de contrabater as críticas incessantemente externadas pelas fôlhas republicanas e que foram minando gradualmente a fidelidade das classes mais cultas da população.

Homem de convicções políticas sòlidamente alicerçadas pelo desejo de progresso e pelo conhecimento dos sistemas democráticos europeus, João Tibiriçá Piratinin-ga, cuja experiência de lavrador se patenteou na cultura da cana, na fabricação do açúcar, na criação e no plantio e beneficiamento do algodão e, por fim, no desenvolvimento de importantes fazendas cafeeiras, jamais deixou de cuidar em vários escritos dos problemas concernentes à climatologia da província de São Paulo e mesmo do Brasil. Na época da “eletricidade e da difusão dos conhecimentos positivos” teceu êle várias considerações sôbre o *Clima do Oeste da Província*, salientando as causas principais da fertilidade das nossas ter-

ras e de suas incomparáveis condições para o incremento dos cafèzais. Baseado em múltiplas observações colhidas em várias zonas do território paulista, descreveu minuciosamente os sinais precursores das geadas e procurou relacionar as suas pesquisas com a teoria dos mais autorizados cientistas a respeito do assunto. Mostrava êle o futuro da *meteorologia*, ciência então nos primórdios e que êle qualificava de “ eminentemente humanitária ” em virtude dos serviços que viria prestar à agricultura. Expositor de teorias próprias, aquêle que se designava como o *naturalista* João Tibiriçá ainda procurou concorrer para elucidar o fenômeno das sêcas do norte quando o flagelo atacou as províncias setentrionais, ceifando centenas de milhares de vidas. Não hesitou em estabelecer um nexu entre as perturbações atmosféricas das sêcas e a “devastação impensada das florestas”. E aconselhou seus patrícios a plantarem árvores. Como amigo da ciência positiva ajuntava: “Plantai, pois, árvores, meus leitores e cultivai a ciência; se uma dá a vida no presente, a outra será o nosso evangelho no futuro”.

Inspirado pelo amor à sua terra e encarando os seus problemas com realismo e espírito positivo, publicou êle em 1873 na *Gazeta de Campinas*, dirigida por Francisco Quirino dos Santos e José Maria Lisboa, uma série de artigos a respeito das “melhores direções de nossas estradas de ferro no oeste de São Paulo”, trabalho que documenta o acuro com que a matéria foi estudada, tendo em vista o aproveitamento das terras mais apropriadas para as culturas de café, cana e algodão, além da indicação dos traçados necessários à ligação da província com Minas e Mato Grosso.

*O desenvolvimento econômico da
Província de São Paulo*

A província que Jorge Tibiriçá deixara quando mal ingressava nos prelúdios da juventude, mostra em 1879 importantes transformações de aspecto material. Um relance de olhos sôbre o mapa de São Paulo põe de imediato em relêvo os progressos da viação férrea. As cidades e vilas principais se localizam ao longo de dois troncos de aço que se estendem, o primeiro ao longo do Vale do Paraíba, em direção à Côrte e o segundo para o oeste até Piraçununga. São as linhas mestras formadas pela Estrada de Ferro do Norte, mais tarde Central do Brasil e pela Paulista. Os ramais que derivam desses traçados primários são a Mojiana, entre Campinas e Moji-Mirim; a Ituana, que liga Itu a Piracicaba; a Sorocabana, que vai de São Paulo a Ipanema, sede da siderurgia. As zonas do litoral norte e sul, tão prósperas em tempos ainda recentes, quando o café se alastrava pelas margens do Paraíba, caíram em decadência. No litoral sul, Iguape passou a vegetar e no litoral norte, São Sebastião e Ubatuba, portos outrora movimentadíssimos e florescentes jazem esquecidos ao pé da Serra e só recebem as cargas de raras tropas através de estradas que pouco antes eram as mais bem pavimentadas e construídas da província. Cedo começou o fenômeno do fenecimento de zonas inteiras rapidamente abandonadas em favor das terras virgens situadas entre o Rio Grande e o Paranapanema e cortadas ao meio pelo vale do Tietê, antigo rumo dos bandeirantes, e objeto de levantamentos muito imprecisos. A viação férrea, como vimos desde os dias em que Saldanha Marinho agremiou

os lavradores e capitalistas da província para uma obra independente das tutelas estrangeiras, empolgou os espíritos e agitou êste senso de iniciativa e de decisão que faz os paulistas denominarem-se os “ianques” do Brasil e os orienta sempre para a execução de empreendimentos progressistas. Da mesma forma que a Paulista, a Mojiana e a Ituana se planejaram e logo se concretizaram depois de entendimentos levados a efeito entre cidadãos ativos e de velha estirpe paulista. Mas fora das áreas diretamente servidas pelas mencionadas cintas de ferro acham-se distribuídos, principalmente em direção sul e oeste os núcleos para onde afluem os lavradores pioneiros, que afastam cada vez mais as bôcas do sertão e vão deslocando as fronteiras habitadas da província e constituindo centros de lavoura e criação destinados a se converterem sem demora em pujantes municípios. Brotados da terra virgem êsses centros logo atraem, em volta de uma ou algumas fazendas abertas por corajosos penetradores de sertão, trabalhadores livres, comerciantes, tropeiros, elementos de tôdas as profissões e origens, que estabelecem as bases do povoamento. Prossegue o notável movimento provocado pela cultura cafeeira e continua o preenchimento de zonas inexploradas e entregues ao desbravamento exclusivo da gente nacional. Bem além dos terminais ferroviários encontramos do lado sul, Botucatu, Lençóis e os Campos de São Pedro. Entre os rios Tietê e Moji-Guaçu, Jaú, Brotas, Descalvado, Araraquara e, por fim Jaboticabal, ao pé da serra do mesmo nome. Para o oeste, em direção às divisas de Minas, surgem como vigorosas promessas, Casa Branca, São Simão e Ribeirão Prêto. Todos êsses nomes recordam uma fase de grande avanço sôbre o território paulista e durante a qual imenso esforço foi de-

envolvido por antigos elementos brasileiros, sem o concurso de imigrantes e em episódios que mereceriam ser devidamente estudados e divulgados. Na gênese de centenas de fazendas e vilas se patenteou uma série de processos formativos que se repetem com a constância de uma regra. Adiantando-se pelo interior à procura de terras novas, à testa de gente sua ou por intermédio de verdadeiros batedores de sertão, inúmeros paulistas mandavam proceder aos reconhecimentos preliminares. Seguiam desta vez com intentos prefixados e não mais caminhavam às cegas como os ancestrais que cobiçavam ouro e índios. Mal corria a notícia de haverem sido localizados campos favoráveis ao café e outras culturas rendosas, iniciavam-se as pesquisas por parte dos pretendentes a novas glebas. O desejo de possuir grandes espaços e léguas de terrenos férteis despertou e modificou antigas ambições de riqueza. Inúmeras famílias, seguidas de seus escravos e agregados se dirigiram para trechos inteiramente desertos e ali, cercadas dos perigos constantes do clima e dos próprios obstáculos da natureza, levaram a têrmo uma obra de desbravamento e de organização que demandava muita tenacidade e resistência física e moral. Não foram poucos os chefes de família que partiram, acompanhados de mulheres e filhos, para a faixa limitada pela floresta e ali procederam ao levantamento dos primeiros ranchos, após terem acampado longos dias em ermos onde dormiam no chão ou em carrêtas de bois. Esses homens presenciaram a derrubada das matas e a formação das fazendas que idearam, traçaram, organizaram, não sem enfrentar as durezas climáticas e muitas vèzes as ameaças e as agressões de gente descontente ou de escravos revoltados. Assim que tomava corpo a aglomeração nascente e adquiria a feição

de fazenda produtiva, o chefe fazia doação de terras para chamar gente, agrupava debaixo de sua autoridade os elementos livres e mandava officiar a primeira missa para dar um cunho de sanção espiritual à obra efetuada. Era uma prova de sábia política para lhe reforçar o prestígio.

Todos os nossos municípios oferecem os mesmos lineamentos de formação inicial. São crônicas de história que, com poucas variantes, se reproduzem de maneira quase idêntica e contribuíram para demarcar os planos sociais constitutivos da nossa estrutura agrária.

Nesse importante ciclo de povoamento e de progresso rural as ricas terras de São Paulo fizeram convergir para elas um número considerável de famílias fluminenses e mineiras, estas últimas provindas em geral de Pouso Alegre, Campanha, Caldas, Ouro Fino, etc. Desceram das Alterosas com seus escravos e embrenharam-se na Alta Paulista e na Mojiana e ali se encontraram com os velhos paulistas com os quais podiam descobrir laços remotos de parentesco e de origem.

A Paulicéia em 1879

Volvamos um instante os olhos para a Paulicéia de 1879, que Jorge Tibiriçá, ausente quase uma década, vai agora observar depois de trazer os olhos regalados pelos esplendores da Europa e sobretudo pelo rejuvenescimento maravilhoso de Paris, obra do prefeito Hausmann.

A capital da província se libertara um pouco daquelas feições mesquinhas ainda tão profundamente estampadas na cidade nos dias da guerra do Paraguai. Jorge não esquecerá os desfiles dos batalhões de volun-

tários naquelas ruas estreitas e tortuosas em que, parados à porta das vendas e quitandas, os cargueiros representavam a cena mais comum do movimento urbano. Agora, passados alguns anos de familiarização do povo com o progresso trazido pelas ferrovias, apareciam outros melhoramentos complementares. O lampião de que-rosene cedera lugar aos combustores de gás. Vários bairros eram atravessados pelos trilhos dos carris urbanos que transportavam diariamente milhares de passageiros, principalmente do lado da Luz, onde principiavam a multiplicar-se os pequenos hotéis, procurados por numerosos viajantes do interior e até do estrangeiro. A cidade colonial, em que os tálburis e troles vinham substituir os burros e mulas dos tropeiros, assumia uns ares de cosmopolitismo e de ostentação de luxo. Nas ruas ouviam-se falar várias línguas e a afluência de milhares de imigrantes denotava que a terra se prestava a enriquecer os ádvenas e a fazer prosperar tôda a sorte de negócios.

Ouçamos o que nos diz Américo de Campos em 1877: “Não é ainda cidade de primeira ordem o São Paulo atual, mas já é uma grande cidade, populosa, florescente, a transbordar de vida e de progresso”.

Aos olhos do brilhante publicista, depois das cidades dos jesuítas e dos capitães-mores e da cidade acadêmica, surgira a cidade da civilização, que se transfigurava e crescia dia a dia. O monstruoso imbróglgio das três idades caracterizava o São Paulo de então “nos costumes do povo, nos hábitos domésticos, nos tipos da população, nos edifícios, nos divertimentos públicos. Na urbe em que subsistiam numerosas igrejas de outros tempos, sem renovação arquitetônica, encontrava-se o fino burguês vestido à moda parisiense, o velho cônego de chapéu alto e a *cocotte* de “chapelinho incrível, luvas

de três botões, cauda de dois metros e botinas a meia perna com saltos de duas polegadas”.

À luz plena do gás e ao som da música exibiam-se nos rinques dos patinadores “raparigas modernas, livres, alegres, civilizadas, esbeltas, oxigenadas, a ensaiar o patim e a embeber-se na higiene da ginástica”. A cidade contava com 22 igrejas, 36 escolas primárias, três jornais diários. Há uma espantosa quantidade de hotéis, restaurantes, cafés, casas de cerveja, botequins e mesas de repasto.

Na indústria, ocupa o primeiro lugar a Fábrica de tecidos de algodão do cidadão Diogo de Barros, empregando 74 operários e produzindo diariamente 2.800 metros de pano. Há seis tipografias, fábricas de cerveja e de vinho nacional, várias fundições, serrarias e marcenarias a vapor e uma fábrica de *beton*, cimento. A cidade conta 30 mil almas e “destina-se a exercer na província e em todo o sul do Império larga e civilizadora preponderância, nas relações da indústria, letras, ciências e políticas, representando saliente e nobilíssimo papel nos fastos nacionais de amanhã.”

No que respeita aos titulares da província, encontramos seis com grandeza e uns trinta sem grandeza. É uma lista razoável, em que figuram um marquês e muitos barões, baronesas, condes e viscondes.

Na Assembléia Provincial, de 36 membros, quase todos conservadores, figuram, entretanto, quatro republicanos: dr. Prudente José de Moraes Barros, dr. Martinho Prado Júnior, dr. Cesário Nazianzeno e dr. Joaquim de Almeida Leite.

Na Academia de Direito voltaram a aparecer jornais e clubes, dominados pelas idéias mais diversas, desde o positivismo até o espiritismo, desde a democracia

até o poder autocrático dos Papas. Ao lado das fôlhas de tendências políticas editavam-se outras mais consagradas a artigos sôbre literatura e jurisprudência e da autoria de espíritos que mais tarde ilustrarão a política e as letras nacionais.

Os últimos dezanove anos do Império.

Os últimos dezanove anos do Império, de 1870 à proclamação da República decorrem, exceção feita das polémicas abolicionistas e por fim da questão militar, sem grandes sobressaltos nem acontecimentos de molde a impressionar a opinião pública.

O período final do regime passou sem agitação popular e sem brilho, a não ser nas vésperas da República, quando se observou um fluxo de prosperidade econômica e de bem-estar financeiro, como a confirmar que antes das crises decisivas aparecem nas coletividades como nos indivíduos sintomas enganadores de euforia e boa saúde orgânica.

Politicamente, o Império se limitou ao funcionamento mais ou menos satisfatório do sistema parlamentar, através de frequentes mudanças de gabinetes e das alterações tribúncias entre liberais e conservadores, revezadamente ocupantes do poder de acôrdo com o jôgo de equilíbrio de D. Pedro II, que sabia ser hábil e por vês voluntarioso, mas sempre desempenhou com elevação os deveres de soberano constitucional.

A lavoura, sobretudo nas províncias sulistas, importadora dos escravos do norte, temia ser despojada por um golpe abolicionista e colhida de súbito por uma crise de mão-de-obra irreparável. A incerteza do porvir com

relação aos braços da agricultura atormentava muito os fazendeiros, tanto mais que em várias zonas já se patenteavam os efeitos das terras decadentes e a baixa produtividade das culturas. Nada aflige mais uma classe do que a perspectiva de grandes prejuízos ou mesmo da ruína. O declínio de rendimento nas glebas cansadas pela cultura intensiva do café incitava numerosas famílias mineiras, fluminenses e paulistas a correrem em demanda de terras virgens. Bem cedo, após uma fase relativamente breve de bonança e fartura, os lavradores se viam compelidos a mudar de pouso, dificuldade que só podia ser enfrentada pelos mais enérgicos e em condições nem sempre favoráveis, uma vez que se agravavam dia a dia os óbices causados pela falta de trabalhadores.

Perdendo no interior do país os seus melhores pontos de apoio e encarado com indiferença nas cidades onde mais ecoavam as propagandas republicana e abolicionista, o Império tendia a durar mais pela força de inércia que pela estima do povo.

É claro que em semelhante atmosfera não havia esperar grandes lances de entusiasmo coletivo nem iniciativas de monta. Por espaço de alguns anos a monarquia como que vegetou e aceitou passivamente a marcha dos fatos. Não lhe faltaram homens honestos e inteligentes aos quais seria injusto negar visão e largueza de idéias. Tem-se, contudo, a impressão que faltou um estadista de pulso, apto a empreender reformas de fundo e a servir-se do fermento da oposição republicana para sacudir o torpor do país e lançá-lo na trilha de iniciativas mais arrojadas. Talvez o Visconde de Ouro Preto fôsse um homem dêsse feitio. Chegou, porém, muito tarde e quando já estava consumado o irremediável.

Depois da questão servil, intensamente agitada pelos abolicionistas e olhada com tôda a complacência pelo Imperador, o tópicó que mais fomentou debates e despertou paixões foi a reforma eleitoral, pois cada partido, quando vencido, acusava o outro de se prevalecer de um sistema viciado e propício às fraudes. D. Pedro II, em 1872, proclamara que “a verdade da eleição era a base essencial da forma do govêrno” e lamentava os abusos que perturbavam o processo eleitoral. Em 1873 tornou a mencionar a necessidade de uma reforma que devia assegurar a genuína expressão do voto popular, “alvo dos mais constantes esforços de um povo livre, cuja principal fôrça devia derivar da opinião pública e da autoridade da lei”.

Nos anos seguintes, o país, cujo progresso se tornava cada vez mais ativo no sul, teve que arcar com pesadas despesas para socorrer as províncias nordestinas, horrivelmente atingidas pelas sêcas. Até cêrca de 1880, o govêrno gastou dezenas de milhares de contos, obtidos por meio de emissões, para acudir com urgência as zonas flageladas. Arrastadas discussões em tórno do crédito agrícola, da assistência à lavoura e à indústria e do melhoramento do meio circulante assinalam os anais do parlamento. Mas o Império continua a recorrer aos empréstimos, mais para consolidar a dívida flutuante e garantir o câmbio que para obras estimuladoras da produção. Em 1881, a chamada Lei Saraiva reformou o sistema de eleições. A fala do trono aludiu ao cumprimento imparcial da lei na qual a Nação depositava as melhores esperanças para melhorar a sua educação política e apurar com relativa exatidão os resultados das urnas.

Em 1888, sob a alegação de atender às necessidades de crédito ligadas ao desenvolvimento das atividades industriais, foi sancionada a lei relativa aos bancos de emissão. O Imperante se referiu a ela como destinada a restringir a circulação do papel-moeda, quando, na verdade, se tratava de uma forma infeliz de apelar para o papelismo.

Entretanto, em consequência de vários fatores benéficos para o encorajamento das atividades e da especulação, reinava a impressão que o Império ia acusar uma renovação de vitalidade econômica. E apesar da efervescência política e dos melindres dos militares, o Visconde de Ouro Preto se animava a declarar que o governo estava disposto a “combater a corrente de idéias que desejavam a mudança da forma de governo”. E frisava: “Convinha enfraquecê-la e inutilizá-la não pela violência ou repressão, mas pela demonstração prática de que o regime monárquico tinha elasticidade bastante para admitir e consagrar os princípios mais adiantados, definindo-se a situação do país numa só frase: necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais”. O programa do trono, agora, antecipando o da República, seria; “plena autonomia dos municípios e das províncias”. Seria, em parte, a republicanização do Império. Mas a marcha dos fatos mudou as esperanças e sobreveio o 15 de novembro.

*A Província de São Paulo de 1870 à
proclamação da República*

Sem nos estendermos demasiadamente sobre a marcha dos eventos na província paulista até a proclamação

da República, pensamos que uma leve recapitulação dos fatos mais importantes servirá para dar uma idéia do período final do Império.

Em 1875, uma crise bancária no país refletiu bastante na receita paulista e levou o presidente Sebastião Pereira a dizer que “metade da renda era consumida pelos juros garantidos a estradas de ferro e outra metade se destinava ao funcionalismo e força pública”. Vício antigo, como se vê.

Os melhoramentos das comunicações preocupavam todos os governos, de modo que se mencionou como inovação futura o estabelecimento, pela Companhia Fluvial Paulista, da navegação a vapor nos rios Tietê e Piracicaba, até o pôrto de Lençóis, com o projeto de estendê-la até o Avanhandava.

Sob a administração do dr. João Batista Pereira, em 1878, assumiram áspera feição as contendas políticas e o presidente foi violentamente hostilizado pelo Partido Conservador. Como negasse sanção a todos os atos da Assembléia Provincial, foi denunciado ao Supremo Tribunal de Justiça por abuso de poder. Esse governante, embora elogiasse vivamente o adiantamento da província em todos os ramos da atividade industrial, frisando que ela se avantajava às outras regiões do Império, queixou-se muito da intransigência das lutas partidárias, travadas “no terreno incandescente das paixões”. Aditou que “os períodos eleitorais são sempre de maior ou menor agitação, consequência forçada das paixões que excitam e dos interesses que sobressaltam”. De fato, em 1878 as lutas e discórdias chegaram a um auge deplorável e deram causa a muitos conflitos e atentados e desvirtuamentos dos atos eleitorais.

Pelo que respeitava à instrução pública, a palavra oficial era que “o estado da instrução provincial era lastimoso” e o professorado não passava de “um refúgio para todos aquêles que não tinham habilitações para qualquer outra profissão”, isto não obstante a criação, em 1874, da Escola Normal. Nesse mesmo ano de 1878, os imperantes visitaram a província e inauguraram os serviços da Companhia Cantareira e de Esgotos.

Em 1880, o presidente Laurindo Abelardo de Brito, ao falar na transição que se operava, do trabalho escravo para o livre, referiu que o govêrno geral pensava fundar escolas práticas de agricultura em São Paulo, tendo dado parecer sôbre a matéria os srs. João Tibiriçá Piratininga, Bento Francisco de Paula Souza e Rafael Aguiar de Barros. Idéia notável, mas que ficou no papel.

Dignas de especial registro foram as obras de abastecimento de água à capital, com a captação de diversos ribeiros na Serra da Cantareira, a construção de um reservatório geral no morro da Consolação e a colocação de mais 14 mil metros de encanamentos. Consignava o presidente que a província de São Paulo sobrepujava as outras pela sua renda e, longe de pesar sôbre o orçamento nacional, já lhe fornecia fartos recursos.

Em 1881, o presidente Florêncio de Abreu, que trazia por missão executar a lei eleitoral, chamada Lei Saraiva, levou a bom têrmo o seu encargo e mandou proceder à reconstrução do Palácio do Govêrno, juntamente com outras benfeitorias. Em 1883, sob a direção do dr. Nicolau de Sousa Queirós, o Serviço Provincial de Imigração recebeu apreciável impulso e tomaram incremento os novos engenhos centrais de açúcar de Pôrto Feliz, Piracicaba, Capivari e Lorena. Entretanto, uma

queda sensível nos preços do café produziu graves reflexos nas finanças provinciais. Em 1885, o presidente José Luís de Almeida Couto voltou a ferir a tecla do ensino, declarando em seu relatório que era para impressionar que em uma província, berço de preclaros cidadãos e nobilitada por tradições gloriosas, a instrução pública houvesse sido tão descuidada. Acusava ainda o mesmo documento que o café era o nosso “quase único artigo de exportação”.

A presidência de João Alfredo Correia de Oliveira merece particulares referências. Como Nabuco de Araújo e Saldanha Marinho, pernambucanos como êle, João Alfredo se mostrou notável administrador, a quem se deve a criação da Comissão Geográfica e Geológica e a nomeação de Orville Derby para seu primeiro diretor. Abriu ainda o caminho dos trabalhos estatísticos modernizados e nomeou a comissão composta dos drs. Elias Antônio Pacheco e Chaves, Domingos José Nogueira Jaguaribe, Joaquim José Vieira de Carvalho, Adolfo Augusto Pinto e Abílio Aurélio da Silva Marques, graças aos quais se elaborou um documentário modelar acerca das condições gerais da província e do seu potencial econômico às vésperas da República.

Muito fez João Alfredo para que São Paulo aperfeiçoasse os processos de escolha de colonos, de forma a zelar pela qualidade do elemento humano introduzido. Com perto de 245 mil escravos a província dificilmente obtinha trabalhadores estrangeiros em vista das campanhas de difamação para apontar o Brasil como país impróprio para os europeus. Cabe lembrar por fim as idéias urbanísticas do digno presidente, um dos primeiros a sugerir a canalização do Anhangabaú e a abertura

de avenidas circulares para evitar a congestão das ruas centrais.

O govêrno seguinte, de Antônio de Queiroz Teles, Conde de Parnaíba e sogro de Jorge Tibiriçá, foi dos mais fecundos e marcou um extraordinário esforço para incrementar a imigração e firmar uma corrente bem dirigida de povoamento. A entrada de europeus bem selecionados vinha permitir a São Paulo resolver o problema da manutenção das fazendas e afastar a idéia prematura da divisão das propriedades, medida que o presidente julgava prejudicial à lavoura e ao desenvolvimento das culturas, quando São Paulo aparecia como a terra por excelência do café.

Tanto mais grave se anunciava a falta de braços quanto o ambiente criado pela escravatura se revelava cada vez mais carregado e explosivo e diàriamente se presenciavam tumultos nas fazendas, instigados pelos abolicionistas favoráveis à libertação pura e simples, sem indenização. Em 15 de dezembro de 1887, tendo muitos lavradores convocado uma reunião a fim de estabelecer prazo para a alforria dos cativos, escreveu o dr. Paulo Egídio que, depois dos magníficos progressos de São Paulo, alcançados sem a intervenção do poder central, testemunhava-se agora um fato assombroso — a solução do mais tremendo problema social pela fôrça exclusiva da vontade individual.

De novembro de 1887 a abril de 1888 assumiu a presidência da província o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves. Avolumava-se de forma impressionante a corrente abolicionista, o que gerava o exaspêro dos escravocratas em face das fugas em massa das fazendas. Cenas cuja extensão alarmou o poder

público. A insubordinação atingia as raías da subversão generalizada e apressou uma epidemia de gestos de generosidade, praticados à última hora diante da irresistibilidade do movimento. Entretanto, certos proprietários rurais reagiram com violência e até liquidaram um delegado de polícia no interior porque se recusara a capturar escravos fugidos. O fato atesta quanto a liberação feria interesses agrícolas e porque era acoimada de providência anti-social e anárquica pelos escravocratas. Estes, obrigados a enfrentar a quase totalidade da imprensa, tiveram a coragem de editar até as vésperas de 13 de maio jornais adversos ao abolicionismo, como o *Lavrador Paulista*, de Piracicaba.

Mas a onda de liberdade já havia adquirido proporções avassaladoras e atingido aquêlo ponto em que se processavam em *avalanche* as conversões à boa causa. Competiam muitos donos de escravos em alforriá-los antes da hora e ganhar, ainda que tardiamente, um prêmio de benemerência. Por fim, um govêrno conservador decretou a extinção do instituto servil e o país, como é sabido e devidamente elogiado, acolheu a *Lei Áurea* com semanas de júbilos e festas. Infortunadamente os regozijos sentimentais não corresponderam ao que se passou na esfera econômica, pois os libertos, mal preparados para se transformar em trabalhadores livres e eficientes, desertaram as fazendas e andaram que nem nômades de cidade em cidade. Em São Paulo a situação foi enfrentada, apesar dos prejuízos infligidos à classe agrícola, mas em Minas e na província fluminense, a debandada dos braços em propriedades de terras cansadas e rendimentos precários acarretou verdadeira desolação. Ficava assim rematado outro ciclo social do Brasil.

*O reflexo das idéias positivistas em
São Paulo*

A projeção das idéias positivistas de Auguste Comte em certos meios do Brasil constituiu outro fator para o enfraquecimento do princípio monárquico. Na França, onde em primeiro lugar pontificou o célebre filósofo e professor, as doutrinas por êle propagadas restringiram-se a um pequeno número de discípulos e admiradores. Foram aulas seguidas por alguns curiosos e diletantes de cultura e de inovações ideológicas. Mesmo na Europa, tirante uns poucos espíritos mais dedicados aos estudos especulativos, os limites do positivismo foram bastante restritos. De Comte se pode justamente dizer que não foi profeta em sua terra, enquanto no estrangeiro suscitou mais entusiasmo até pela parte política de sua doutrina, geralmente considerada utópica e fruto de um certo messianismo doentio. Bem mais tarde e até modernamente é que Comte se tornou mais conhecido dos franceses e objeto de análises mais indulgentes. O filósofo enaltecido fora da pátria como reformador social e chefe de escola mereceu então o culto dispensado aos homens de gênio.

A influência positivista no estrangeiro se propalou especialmente na América Latina, o que é curioso assinalar, pois a capacidade filosófica e científica desse continente estava seguramente muito abaixo da européia e da norte-americana. No entanto, talvez se explique a aceitação das idéias comtistas no Brasil e outros países sul-americanos por razões análogas às que fizeram o marxismo conquistar tanto círculos da inteligência russa. No império dos czares as forças de opressão

se exerciam sôbre a massa de um povo ignorante e propenso ao miticismo e aos abandonos da imaginação. Nos países latino-americanos, herdeiros da ignorância colonial e por natureza mais inclinados aos devaneios que aos pensamentos práticos, compreendia-se uma orientação mais apegada às realidades da existência. Na Rússia os marxistas infundiram à força os princípios materialistas, mas no Brasil, onde longe estava de vigorar a mesma vontade férrea e convicção dos grupos reformistas, o positivismo circunscreveu-se a alguns núcleos e cenáculos de espíritos de escól. Ora, excluídas as planificações fantasistas relativas à religião da Humanidade e à hierarquia social, restava um programa de valor a efetivar no domínio da instrução e nas diretrizes concernentes ao progresso material e intelectual de uma nação nova e cheia de recursos. Foi pena, por isso, que no Brasil o positivismo se limitasse ao ensaio autoritário do partido castilhistas do Rio Grande do Sul, onde aplicou normas prejudiciais à democracia brasileira e sustentou teorias administrativas em discordância com as necessidades de um país americano e de índole liberal. O lema "Ordem e Progresso" ficou sômente inscrito na bandeira e não importou na inspiração de rumos eficientes para a coletividade nacional. Ao contrário, talvez devamos a uma deturpação tardia do positivismo a detestável experiência do Estado Novo, verdadeiro retrocesso da nossa democracia para os métodos do arbítrio e do caudilhismo.

Em São Paulo, no período que antecedeu à República, as idéias positivistas fizeram boa liga com certas expressões de ateísmo e com um desejo ardente de progresso. Os republicanos em maioria, preferiam tomar por exemplo do novo regime a democracia norte-ame-

ricana e as admiráveis realizações que ela oferecia no campo técnico e no vulto da produção maquinofatureira.

Por idéias positivistas muitos paulistas da classe culta não entendiam apenas a concepção relativa à lei dos três estados e à classificação das ciências. Não queriam limitar-se a aceitar as concepções abstratas de Comte e preferiam ver o positivismo transposto em melhoramentos materiais, em escolas, em estradas de ferro e portos. Entre os intelectuais assinalou-se uma corrente empenhada em rejeitar a velha metafísica e as entidades puramente lógicas da escolástica e em cultivar as inclinações para a ciência experimental. E sem dúvida muito útil teria sido, num país de tantas lacunas cívicas e morais, instituir um ensino em que se adaptasse inteligentemente a parte moral da filosofia positivista, quando preconiza o dever do homem para com seu semelhante e dos cidadãos para com o poder público. Uma cultura que ao mesmo tempo ensinasse deveres e responsabilidades era muito aconselhável no Brasil e teria dado melhores frutos que preceitos sectários de pequenos núcleos alheios à grande massa do povo.

Perderam, por isso, os positivistas, a ocasião de proceder a reformas cuja implantação teria certamente contribuído para a melhor orientação coletiva do povo brasileiro.

Como dissemos, a simpatia pela filosofia positivista se misturou entre nós de laivos de ateísmo, segundo os moldes apregoados pelo professor Teixeira Bastos, de Lisboa, pois em Portugal também apareceram grupos de intelectuais favoráveis à concepção comtista e que zombavam dos sistemas teológico e metafísico, explicando que “a existência de um Deus terno é inconce-

bível e a filosofia positiva, rejeitando, dando a primazia à razão humana, repudia o absoluto e apenas reconhece o relativo”.

J. Felício dos Santos, arguindo o idealismo de fabricar quimeras e entidades imaginárias, mete a ridículo as concepções traduzidas em termos tais como: Ordem, Infinito, Espírito, Fôrça, Providência. Tudo isso são alegorias e vagas hipóteses. O que é verídico e não desfigura a natureza é o que se toca, vê, observa, calcula, raciocina, pesa, confronta, analisa. O código de leis científicas é que é o único inatacável, lógico e “positivo”. O céu é apenas a vasta abóboda que os astrônomos sondam e pesquisam com o telescópio. O dr. Brasília Machado, em poesia intitulada *A um Romântico*, avisa o vate que se perde em devaneios líricos:

*As alavancas de Comte
Já deslocaram a base
— Deus, família, mundo!*

Pereira Barreto, médico, ao voltar da Bélgica em 1864, tornou-se sementeiro das mesmas idéias e sustentou a classificação positiva das dezoito funções internas do cérebro. Foi em São Paulo um dos mais ilustres sacerdotes da religião do progresso.

Ilustremos agora essas breves considerações sobre o positivismo em São Paulo com os versos bem lançados de Vicente de Carvalho no *Sonho de Platão*:

*Quando as asas abrindo, a águia da Verdade
Abrigar à sua sombra a grande aspiração
E Deus se desfizer ao facho da Razão
— Névoa que se desfaz se a banha a claridade —*

*Quando sôbre o zênite o grande sol da ciência
Sôbre o mundo espalhar o dia esplendoroso
Com os raios burilando um poema luminoso
— O Código ideal das leis da Consciência.*

Temidos pelo clero, os positivistas faziam fogo cerrado contra as crenças religiosas e pretendiam dissipar o obscurantismo católico por meio das luzes da razão.

*Católica depois; mais tarde metafísica...
De resto, a crença morre, exausta, fraca, tísica
E o mundo se emancipa aos brilhos da razão!*

A emancipação espiritual condicionava o progresso, então concretizado principalmente no surto ferroviário. Por isso, em 1877, Carlos de Almeida, numa peça magnífica sôbre a locomotiva exclama:

*Saudemos, pois, a máquina, a idéia, o pensamento,
O gênio do ideal fundo como o oceano,
Saudemos com calor êsse poema enorme
De ferro, de fogo e aço do grande engenho humano.*

Azevedo Sampaio, de Jacareí, escreve em 1879 sôbre “o novo culto”:

*Como criar fictícias entidades!?!...
— Deixai de parte as infantis quimeras;
Que êste bem-estar e felicidades
Ê o produto dos homens de outras éras.*

.....

*E atravessando tôda a eternidade,
Sereis hoje — juizes de juizes,
Reunidos num só Ser — Humanidade.*

Sôbre o “novo dogma” assim se pronuncia o talentoso poeta:

*Um dogma só existe e definível
Que aceita tôda a clara inteligência,
Pois que não aspira ao que é incrível,
Mas ao lícito, real: — à Ciência.*

.....
.
*Derrocando doutrinas ostensivas...
As leis que dêle emanam, para o bem,
Serão leis comparadas — positivas.*

Quanto ao novo regime, encadeamento de verdades da nova lei.

*Quer que todos conheçam que é preciso
O Amor por princípio, Ordem por Base
O Progresso por fim, e o paraíso.*

São Paulo e a República

Vimos que a República procedera de várias causas conjugadas, prevalecendo a circunstância de que o Império tendia a acabar por uma espécie de extinção natural, em vista da ausência de convicções para sustentá-lo e da disparidade que o regime oferecia no meio dos demais países americanos.

Em São Paulo, como de resto em outras províncias, o sentimento republicano se implantara e crescera em virtude de fatores de preponderância localista. Na terra em que se proclamara a independência e de onde haviam partido tantas expressões de fidelidade à mo-

narquia, as famílias influentes conservavam ainda sincera amizade pelo trono e a figura de D. Pedro II, mas os impulsos de progresso distanciavam a província da Côrte. O Império se mostrava muito emperrado nas suas fórmulas partidárias e sofria os embaraços de-fluentes da semicentralização que o Ato Adicional não conseguira apagar de todo. Assim que São Paulo se pôs a contemplar os ímpetos de avanço material e o aumento de riqueza, fruto de sua iniciativa e às vêzes vencendo o torpor do govêrno central, entrou a propagar-se o sentimento antimonárquico. Pesou também o fato de se considerar o regime mais favorável ao prestígio e à supremacia nortista.

São Paulo julgava-se também prejudicado pela insuficiência de sua representação na Assembléia Geral. Um projeto apresentado na Assembléia Provincial pelo deputado Almeida Nogueira reclamava o aumento da representação paulista na Câmara e no Senado. Justificava-se a pretensão pelo adiantamento da província e pela duplicação da população nos últimos três lustros. Compunha-se o eleitorado da província de 16 mil eleitores para apenas 9 deputados. A êsse propósito *O País*, do Rio, consignara a probabilidade da Câmara não atender à aspiração da Assembléia Paulista, por não lhe convir nova distribuição de distritos eleitorais, muito embora em certas províncias 500 eleitores elegessem um deputado, ao passo que em São Paulo êsse mesmo direito era dado a 900 votantes e na Côrte a 2.000.

Pelo que se refere ao ritmo ascensional da riqueza paulista, as cifras o indicam bem. O aumento proporcional nas rendas locais foi nos quinquênios de 1855 a 60, de 28%; 1860 a 65, de 60%; 1865 a 70, de 79%; 1870 a 75, de 61%; 1875 a 80, de 40%.

Em trinta anos, enquanto S. Paulo alcançava o aumento de 268% sôbre suas rendas, alcançavam: Bahia, 90%; Maranhão, 92%; Pernambuco, 99 1/3%; Rio Grande do Sul, 130%; Minas, 135%; Pará 166%.

Tais confrontos de algarismos e outros alimentavam as queixas regionalistas e as acusações dos republicanos. Em 1887 Martim Francisco denunciava que em 549 dias a província de São Paulo dera aos cofres imperiais quase 30 mil contos, para receber em troca a ninharia de pouco mais de 4 mil contos empregados em serviços muito precários.

De 1884, aproximadamente, até a proclamação da República, os grupos mais radicais da corrente federativa, que pretendiam incitar ao separatismo, cuidavam de espalhar o sentimento de uma *Pátria Paulista*. Não se tratava de uma idéia fundamental enraigada no ânimo dêsses republicanos nem tais apelos repercutiam de modo a criar prosélitos perigosos para a unidade nacional. Representavam mais um desabafo contra os impenitentes centralistas, ao mesmo tempo que serviam para mover muitos monarquistas a pender para a tese da federação. Martim Francisco, o principal alentador dos autonomistas extremados, criticava de maneira ferina o Brasil Imperial e procurava sempre ressaltar a posição da província paulista, como irmã sacrificada numa família de membros aproveitadores e preguiçosos. A título de amostra dessas sátiras políticas, vejamos como êle qualificava as várias províncias numa peça cômica, intitulada *O Casamento do Mano*, (comédia bragantina), cujos personagens eram os seguintes:

Amazonas e Pará — Negociantes de borracha (gêmeos).

Maranhão — Professor aposentado.
Ceará — Filante de refrescos.
Piauí — Fazendeiro endividado por sistema.
Rio Grande do Norte — Empresário garantido sem
renda.
Sergipe — Pedinte crônico.
Pernambuco — Leão sem juba.
Paraíba — Ilustre desconhecida que usa vestido
de cauda.
Alagoas — Namorada do tesouro público.
Espírito Santo — Hoteleiro de empregados.
Rio de Janeiro — Velho feitor.
Município neutro — Bilontra e capoeira.
Paraná — Trabalhador de braços atados.
Santa Catarina — Moça que promete.
Rio Grande do Sul — Curatelado de farda.
Goiás — Inutilidade modesta.
Minas Gerais — Mulher séria e devota.
Mato Grosso — Assalariado sem serviço.
Paulo — Pagador geral.
Império — Pai da tribo e magnífico recebedor.
Bahia — Mãe Paralítica.

*Brava gente brasileira
Longe vá pudor civil
Paulo serve de carteira
A êsse império do Brasil!*

Ná terra bandeirante como no resto do país, a despeito dos contratempos causados à lavoura, os últimos dias da monarquia, longe de constituírem um crepúsculo desanimador, assinalaram perspectivas de progressos e reformas econômicas. Como para deixar razões e justificativas aos saudosistas do Império, êste caiu numa

quadra de câmbio alto, de bom crédito externo e de redobrada atividade nos negócios. Soara, contudo, a hora final e os eventos políticos, agravados pelas intrigas da questão militar, bem sopradas pelos republicanos, precipitaram os fatos para o dia glorioso de 15 de novembro. Estava exilada a dinastia bragantina e, como dizia Aristides Lôbo, “varrida do solo da Pátria a planta enfezada e exótica da monarquia que lhe agourentava o futuro”.

O Império havia concluído a sua obra e deixava o Brasil unido e pronto a receber as novas instituições, ávidas de grandes cometimentos em prol do progresso e da vitalidade nacionais. Como de regra no Brasil, foi aceito o fato consumado, não obstante a surprêsa do golpe. As mágoas dos adeptos da coroa foram logo atenuadas pela facilidade na aceitação do novo regime. Em São Paulo, os antigos partidários do Império, chefes liberais e conservadores, aderiram em massa e unificados se incorporaram ao Partido Republicano. A melhor desforra dos monarquistas consistirá em fornecer alguns dos estadistas mais brilhantes da República, como Rodrigues Alves, Afonso Pena e Rio Branco. Em São Paulo, para não citar outros, dois ex-monarquistas ascenderão à presidência do Estado e se revelarão administradores dos mais honestos e capazes — Rodrigues Alves e Albuquerque Lins.

Jorge Tibiriçá constitui família

Pouco tempo pôde Jorge Tibiriçá permanecer solteiro na sua terra. Na própria família encontrou logo, em 1880, a mulher eleita na pessoa de sua prima-irmã,

Ana de Queiroz Teles, filha de Antônio de Queiroz Teles, conde de Parnaíba, e de d. Rita M'Boy Tibiriçá, irmã de João Tibiriçá Piratininga.

A sua prima, formosa moça de olhos verdes e cabelos castanhos claros, tipo bastante característico de muitas mulheres do norte de Portugal, não impressionou apenas a Jorge pela beleza e a irradiação feminil. Compreenderam-se imediatamente por afinidades de educação e de preferências intelectuais. Educada no Colégio N. S. do Patrocínio, de Itu, o estabelecimento onde se formavam as moças da melhor sociedade paulista, falava Ana perfeitamente o francês, e tanto pelas lições das freiras como por predileção natural, adquirira prazer no estudo, nas leituras elevadas capazes de formar uma cultura. Na conjugação de tais dotes, bem partilhados pelos dois primos, fortaleceu-se ainda mais o afeto espontâneo dos jovens. Um ponto apenas os separava, bem como aos dois cunhados, Antônio de Queiroz Teles e João Tibiriçá — as tendências políticas. Com efeito, Queiroz Teles era franca e devotadamente monarquista. Estimava o regime, consagrava-se com sinceridade à defesa e ao serviço do país através do sistema monárquico, que reputava o melhor para a nossa terra e o mais adequado ao bem-estar do Brasil. Jorge Tibiriçá, fiel ao exemplo paterno e naturalmente propenso às idéias republicanas e democráticas, entendia que o caminho necessário para reerguer o país seria, em primeiro lugar, a derrubada do trono e a instauração da República, condição que se lhe afigurava imprescindível a bem do progresso de São Paulo e da nacionalidade.

O casamento de Jorge Tibiriçá foi considerado, nas crônicas da época, como uma aliança de famílias pertencentes à nobiliarquia paulista. E, de fato, entrela-

çavam-se dois ramos de velha tradição e ligados à província por vínculos seculares e pelas provas da mais acendrada dedicação à terra natal. Sabemos de onde provinha a família Tibiriçá Piratininga, e cabe mencionar que os Queiroz Teles podiam também apregoar com tôda a justiça os brasões de velhos servidores de São Paulo. O Barão de Jundiáí, pai do sogro de Jorge Tibiriçá e filho do guarda-mor Antônio de Queiróz Teles, fôra um lavrador enérgico e que muito se empenhara pela viação pública da província e o desenvolvimento das estradas na zona de mais ativas lavouras. Membro da Assembléia Provincial, fôra sempre ouvido como autorizado representante do eleitorado e intervieria em muitos debates para propugnar com elevação e probidade questões de interêsse público. Deixou um nome acatado como símbolo de patriotismo e de envergadura moral. O sogro de Tibiriçá, espírito culto e político de fibra e amor a São Paulo, foi um dos melhores administradores da província e sempre zelou pelo seu prestígio e progresso, em plena harmonia com o respeito ao imperador e às instituições monárquicas. Convém, portanto, realçar que Jorge Tibiriçá, republicano e filho de republicano, sempre cultivou as mais afetuosas relações com o tio e sogro, e deu o exemplo de quanto a educação e a nobreza de caráter se conciliam numa família com as mais radicais divergências políticas. A espôsa de Jorge Tibiriçá, d. Ana, também era católica fervorosa e monarquista convicta, o que não obstou a que constituísse com o marido um lar padrão de estabilidade e de afeto conjugal, em que os consortes, prêso cada qual a idéias diversas a respeito de política e de crença, se entenderam uma vida inteira sem a sombra de uma rusga. Jorge Tibiriçá, republicano por formação

intelectual, por convicção filosófica, ao mesmo tempo que ateu declarado, jamais suscitou sobre êsses assuntos o menor motivo de contestação ou de discordâncias. Jorge, que admirava profundamente o pai e lhe prezava os dotes do intelecto e a cultura científica, comprazia-se imensamente em trocar idéias com o sogro, em quem êle destacava uma inteligência que reputava superior à do próprio progenitor. Família admiravelmente unida, coesa nos afetos, na qual os círculos de idéias íntimas eram considerados como santuários invioláveis.

Espôso e pai de insuperável ternura, Jorge Tibiriçá, no período que transcorre de 1879 à República, viverá como lavrador, integrado nas atividades de fazendeiro, identificado com a terra, preocupado em organizar as suas propriedades, como senhor rural e como técnico agrônomo. Na fazenda de Ressaca, sita na zona da Mojiana, Jorge Tibiriçá timbrará em produzir cafés de qualidade e aplicar os conhecimentos adquiridos na Europa. Republicano militante, não se cansará de pregar as suas idéias e de coligar adeptos. Não é homem de comícios e praça pública. É um condutor, que trata de converter os seus concidadãos e de reuni-los em núcleos destinados a ampliar a massa de eleitores conscientes e patrióticos.

* * *

CAPÍTULO VII

AGRICULTOR dos mais avançados da província de São Paulo e quase que exclusivamente consagrado à exploração de suas fazendas cafeeiras, principalmente a de Ressaca, Jorge Tibiriçá, coerente com a tradição de família e com os princípios de sua formação européia, filiou-se logo depois de seu regresso à terra natal ao Partido Republicano.

Nas principais cidades do interior existiam os clubes republicanos e pequenos jornais locais em que os adeptos do credo antimonárquico pregavam as suas idéias e exerciam o trabalho de agremiação de correligionários. As festas cívicas, geralmente celebradas com muita mornidão pelos monarquistas, davam ensejo a que seus adversários imprimissem um pouco de vibração à comemoração das maiores datas brasileiras e se servissem de tôdas as oportunidades para sugerir a mudança das instituições. Na verdade, os republicanos externavam maior calor cívico e pelo menos defendiam idéias e sempre cuidavam de atacar os pontos fracos do regime. Os monarquistas só revelavam paixão nas lutas eleitorais e na disputa dos cargos. Para êsses embates gastavam dinheiro, aliciavam gente e não hesitavam em praticar violências. As lutas pelo predomínio e prestígio de famílias atingiam sérias proporções, tanto assim que um dos problemas mais agudos do Império foi a instituição de um sistema elei-

toral destinado a atenuar a prepotência dos grupos vencedores que tratavam de perpetuar-se e calcar aos pés os vencidos.

Os republicanos falavam bem, pronunciavam discursos em sociedades particulares e teatros e geralmente eram até ouvidos com prazer pelos membros do Partido Monarquista derrotado.

Jorge Tibiriçá não aparece no trabalho da propaganda como orador de comícios ou de assembléias políticas. O seu feitio não o levava para a praça pública nem para os fraseados de tribuna. Pertencia êle mais ao grupo dos que agem em comitês e através de sondagens e palestras particulares, discutindo os aspectos práticos das reformas. Como lavrador em seguido contacto com elementos de sua classe, e de uma classe continuamente prejudicada pela falta de amparo oficial e pelas constantes oscilações de preços no artigo básico de São Paulo, propugnava êle a mudança de regime para corrigir principalmente a situação de sacrifício a que a província se achava entregue por fôrça da inércia do governo central. Tudo quanto São Paulo possuía de eficiente e de rendoso proviera da ação e da iniciativa privadas. Vias férreas, estradas de rodagem, navegação fluvial, contratos para introdução de imigrantes, todos os melhoramentos na esfera da produção, tanto agrícola como fabril, decorriam do esforço local. O próprio Partido Republicano, dotado agora de fôrça respeitável e de apreciável disciplina e entusiasmo, fôra obra de um pugilo de abnegados comprovincianos que haviam semeado por todo o interior as células de propaganda e os núcleos educativos de um futuro bloco político devidamente aparelhado para assumir o poder e executar realmente um programa de reformas substanciais.

Por conseguinte, como lavrador e como republicano militante, Jorge Tibiriçá foi, antes de tudo, um organizador voltado para a escolha de métodos práticos de ação.

Fazendeiro de café e administrador de um magnífico patrimônio agrícola, cuidou êle de fixar a mão-de-obra necessária nas suas terras, aplicando para trabalhadores nacionais e estrangeiros os princípios mais recomendáveis para recrutar colonos e transformá-los em pequenos proprietários, ao mesmo tempo interessados em ganhar salários remuneradores nos serviços das grandes fazendas. Foi dos que souberam parcialmente precaver-se contra as surpresas e os prejuízos causados pela Abolição de 13 de Maio.

É indiscutível que Jorge Tibiriçá se revelou, na administração de seu patrimônio agrário, um técnico à altura da fama que trouxera da Europa como engenheiro agrônomo. Êle e o pai, desde 1886, haviam mandado analisar em diversos institutos europeus especializados e nos laboratórios da Sociedade de Agricultura da França várias amostras das terras de suas fazendas. Acêrca de uma dessas análises, procedida sôbre amostras da zona de Casa Branca, consignara o sr. Emile Aubier, diretor dos referidos laboratórios, que se tratava de "terras muito férteis em azôto e ácido fosfórico, mas pobres em potassa e completamente desprovidas de cal e de magnésia". De uma fertilidade incontestável, não eram próprias para a cultura de cereais e necessitavam de cal e de 150 a 200 quilos de cloreto de potássio por hectare para obter coltas abundantes.

Jorge Tibiriçá, como lavrador cuidadoso e convicto de que necessitávamos de um café de melhor qualidade para firmar os preços e acreditar a nossa produção no estrangeiro, caprichava no trato das terras e na qualidade

do beneficiamento. Mantinha algumas centenas de cabeças de gado, exclusivamente para a obtenção de adubo e sempre preconizava a defesa e a regeneração do solo, bem como o respeito às florestas, a fim de não se devastar inconsideradamente a mais preciosa riqueza de São Paulo, que eram as suas terras, fonte primária da nossa prosperidade e razão capital do nosso êxito como centro de atração de imigrantes.

Em dezembro de 1888 Jorge Tibiriçá recebeu da França um telegrama comunicando-lhe o falecimento do pai em Paris. Era uma grande perda, não somente para o filho como para São Paulo. Desaparecia, de fato, um representante da velha estirpe paulista, que não legava apenas um nome, mas as lições de uma existência digna de ser apontada aos pósteros. Deixava ao filho uma grande fortuna que, na época, com o câmbio a 27, foi avaliada em mais de 500 contos, além das propriedades agrícolas em que tantos anos desenvolvera as atividades sucessivas de senhor de engenho, plantador de algodão, criador de gado, produtor de cereais e, por último, fazendeiro de café. Deixava ainda o renome de naturalista e de clarividente e apaixonado estudioso de importantes problemas de São Paulo e do Brasil. Na galeria dos republicanos históricos tem direito a um lugar de honra, pois fôra o principal congregador dos conterrâneos que estruturaram o Partido Republicano na província e fizeram da terra bandeirante o grande baluarte das idéias federativas.

Jorge Tibiriçá guardava preciosamente uma lembrança do pai que resumia melhor do que qualquer biografia a personalidade do ilustre extinto.

Trata-se de um quadro representando a meio corpo João Tibiriçá Piratininga e da lavra de um artista fran-

cês bastante afamado nos fins do século XIX, o pintor Louis Guédy.

O trabalho, executado em 1885, três anos antes da morte do retratado, o figura de face, segurando o pincel, na mão direita, posição que quadra bem com a atitude um pouco sobranceira e autoritária do digno paulista.

A pintura, de feição geral acadêmica, denota extraordinário esmero e minúcia, mas a preocupação do pormenor manifestada até na mais fiel reprodução das rugas, dos pêlos da barba, das verrugas do rosto e dos vincos da fronte, em nada prejudica o relêvo geral do conjunto, a magnífica construção da cabeça no rosto oval, na testa larga e desimpedida, na arcada ciliar levemente encurvada sobre os olhos castanhos e ardentes, de uma flama expressiva, transmissora da vigorosa potência psíquica do olhar. Olhar de inteligência, de penetração, de lealdade, embora dêle emane uma tal ou qual fagulha que tanto pode ser de ironia, como de ceticismo, senão de desprezo por certos setores do gênero humano. É um quadro ante o qual o observador, interessado pelos primores da arte pictórica, admira a fatura digna da perícia de um Alberto Dürer ou de um Hans Holbein, mestres inigualáveis do detalhe, como complemento de profunda interpretação psicológica.

Retratado por Guédy, João Tibiriçá Piratininga ficou interpretado com uma exatidão e fidelidade capazes de suprir muitas páginas de comentários. Não é apenas a imagem de um homem. É o documentário de um tipo autêntico de velho paulista e talvez de uma numerosa e influente família de que êle foi um dos padrões mais representativos, no físico e na conformação moral. Res-sai da tela, após cuidadosa contemplação, o feitio bem

característico do aristocrata rural, em quem se perpetuaram os fortes lineamentos do descobridor português. Fisionomia que marca o legado de uma raça de temperamento firme e imperioso, a energia e austeridade de uma figura máscula, enquadrada por essas barbas de que cada fio valia por um penhor de honradez e de respeito à palavra.

Reproduzamos, como término destas linhas consagradas ao eminente João Tibiriçá, as palavras com que a *Província de São Paulo* noticiou a morte do grande servidor da Pátria:

“Faleceu em Paris um dos membros mais proeminentes do Partido Republicano paulista e uma das inteligências mais esclarecidas da geração passada. Dêle se pode dizer que era paulista, dos antigos paulistas da velha têmpera. Não teve solução de continuidade na sua longa vida de cidadão exemplar e de chefe de família que foi sempre apontada como modelo. Não se sabia curvar aquêlê caráter altivo, integérrimo. Mas aquêlê grande coração sempre se moveu piedoso em presença de uma desgraça a socorrer, de um infortúnio a minorar.

A *Província de São Paulo* chora um de seus filhos mais ilustres.

À beira do túmulo que se abre para tragar esta personalidade gigantesca, êste vulto verdadeiramente talhado à romana, descobrimo-nos cheios de respeito e com a alma ralada de saudades. Que descanse em paz o grande lutador!”

Ao ser proclamada a República, que êle tanto desejava, Jorge Tibiriçá, conquanto lamentasse não celebrar o ocorrido juntamente com o pai, sentiu-se tomado de intensa alegria. Habitualmente reservado e pouco

expansivo, exteriorizou sentimentos de verdadeiro júbilo. Considerava êle a República uma conquista imprescindível para reerguer o Brasil e elevar o nível intelectual e o padrão de vida da população. Foi dos que acolheram o 15 de Novembro como um dia radioso para a Pátria e que atribuíam a todos os republicanos o mesmo idealismo e o mesmo desinterêsse que o empolgavam para servir a nação e as idéias democráticas.

São Paulo em 1889, e o advento da República

O São Paulo de 1889, no campo das atividades econômicas, exprime um impulso de progresso e crescimento que bem se espelha na intensidade da corrente imigratória. Por mais que no estrangeiro procurem fomentar campanhas de descrédito contra o clima do país e as garantias de que gozam os colonos, êstes atravessam os mares em copiosas levas e vêm demandar a terra da promessa. A febre amarela, que por êsses dias se alastra pela região de Campinas e como de costume castiga Santos, não impede que cêrca de 300 mil italianos já tenham desembarcado no país e que, só no ano de 1888, remetam para a pátria mais de seis milhões de libras, produto das economias em grande parte ganhas na lavoura.

Aparecem bem promissores os esforços para criar uma indústria, como se verifica nos estabelecimentos têxteis de Anhaia Melo em Itu, de Galvão em Salto, de Queiroz em Piracicaba, de Diogo de Barros na capital, além de outros investimentos regulares de capitais. Devido à nova política monetária aumenta o número dos bancos, de várias denominações, o que acompanha tam-

bém uma forte corrente de especulação para a procura e venda de terrenos.

Outro sinal de que o povo se interessa pelos lucros e ambiciona progredir nos é dado pelas cifras da Caixa Econômica, a mais concorrida do Brasil, pois conta 4.969 depositantes, dos quais 3.862 nacionais e 1.107 estrangeiros, com depósitos que montam a 1.400 contos.

Não é possível, nem de leve, recapitular tôda essa história inicial da República e, por isso, devemos contentar-nos em ver por alto os acontecimentos no setor paulista, o que temos em vista focalizar.

Nos dias anteriores ao grande evento de 15 de Novembro, tudo parecia sossegado na capital paulistana. A cidade provinciana, de pouco mais de 50 mil almas, já entrara num rumo de franco progresso e dia a dia mais acentuava as suas características cosmopolitas. Com a chegada em número crescente de imigrantes desenvolviam-se as lavouras e reagiam salutarmente aos efeitos da recente abolição. Criavam-se seguidamente emprêsas comerciais e industriais e a Paulicéia já denunciava, sob muitos aspectos, o centro fabril em gestação.

Politicamente, nesse fim do Império o ambiente como sempre apenas acusava as brigas dos dois partidos tradicionais, o liberal e o conservador, ambos ferrenhos nas disputas eleitorais e irredutíveis nos caprichos personalistas. Encontram-se nos jornais da época os avisos das duas facções dirigidos ao eleitorado e as mofinas que trocavam em tôrno de questões que nos parecem secundárias e mesmo insignificantes. Lutas, entretanto, acirradas e que fizeram tachar essas discordâncias como *rixas de lagartos* pelo Conselheiro Rui Barbosa. Em São Paulo, as rixas de 1889 tinham levado os conservadores, receosos de perder nas urnas, a recomendar aos seus cor-

religionários que votassem nos republicanos. Atitude que mostra em tais partidos a indiferença pelos princípios e o predomínio de pequenos ressentimentos. Aliás, as desavenças políticas entre liberais e conservadores atingiam a esfera das relações pessoais, de tal forma que os partidários de um grupo evitavam até recorrer aos serviços comerciais e profissionais dos contrários.

Claro que com semelhantes processos e o desamor e hostilidade votados ao trono e às instituições por simples motivos de eleições perdidas, não se antevia com otimismo o futuro do regime.

Os republicanos, empolgados por sua fé, formavam o reduto do entusiasmo e não perdiam o ensejo de ativar a sua catequese. Atacavam sem cessar a monarquia e a dinastia reinante. Do imperador diziam que estava doente de corpo e de espírito, abúlico e atarantado por encargos que já nem tinha força para compreender. Da princesa Isabel faziam constar que conspirava para preparar o terceiro reinado e se interessava apenas junto à Cúria Romana para a nomeação de um cardeal brasileiro. Espalhavam que ela estava “fanática, inteiramente dominada pela monomania religiosa”. O Clube Nacional Republicano referia-se ao país como a *feitoria bragantina* e Martim Francisco, como sempre causticante e bairrista extremado, não se cansava de apontar a província como sustentadora do Império e recorria às estatísticas da alfândega para calcular os prejuízos sofridos por São Paulo.

Os republicanos mais acatados, como Campos Sales, insistiam na necessidade da Federação e anunciavam, como o fez o citado chefe em apêlo ao 7.º distrito, que “não acreditava na federação das províncias com que acenavam os monarquistas”.

Em outubro de 1889, apesar da insistência dos principais próceres republicanos em instigar as fagulhas da Questão Militar, esta se arrastava e ameaçava encalhar ou chegar a um ponto morto, em que o govêrno poderia desarticular a conspiração.

Uma nota mandada do Rio por Aristides Lôbo, publicada no dia 4, comunica uma certa sensação de desânimo.

“Escrever para que? O poder olha-nos com desdém, o povo não nos ouve e se ouve faz ouvidos de mercador.

Esta cidade principalmente torna-se de dia em dia mais indiferente, eu ia dizer mais cínica.

É a terra da risada sôbre tudo e sôbre todos”.

Na capital do Império, como se infere dos têrmos da correspondência jornalística, o sentimento público longe estava de imaginar a proximidade da grande mudança. O povo de nada tomava conhecimento e as classes produtoras aguardavam os efeitos da lei que regulava o funcionamento dos bancos de emissão e suscitava a cobiça de muitos especuladores, sumamente interessados no aumento da circulação fiduciária. Falava-se que esta subiria até a cifra astronômica de 1.200.000 contos, pois o capital dos referidos bancos montava a 350 mil.

Em São Paulo, as atividades eleitorais se desenvolviam normalmente. Às vésperas da República os jornais estão cheios de avisos e boletins referentes à indicação dos candidatos à Assembléia Legislativa da província. A Comissão Municipal do Partido Republicano lançava os nomes de Clementino de Sousa e Castro, Hipólito da Silva, Pedro Paulo Bittencourt e Júlio Mesquita.

Nada na atmosfera permitia augurar os acontecimentos que se avizinhavam e só os republicanos enfiados nos segredos do "complot" é que recebiam, através de seus emissários e por meio de códigos telegráficos combinados, notícias mais precisas sobre o desenrolar da trama para derrubar o Império.

Os jornais do dia 15 nada comunicavam de manhã e só à tarde, na última hora é que as edições dos vespertinos inseriam em negrito vários telegramas acerca dos fatos sensacionais que agitavam a Côrte.

Os fatos se haviam precipitado de tal forma que já não se punha em dúvida a queda do Império e as informações da imprensa paulistana já figuravam sob o título de *Viva a República*.

Contudo, os boatos fervilhavam e em dado momento houve uma interrupção telegráfica que inquietou um pouco os cidadãos mais comprometidos nos acontecimentos. Circulavam rumores um tanto contraditórios. Ora anunciavam que o Barão de Ladário, ministro da Marinha, estava ferido por ter encabeçado a resistência. Ora falavam que o Ministério estava ainda reunido sob a proteção de tropas, ao passo que os contingentes favoráveis à República se aglomeravam no Campo Sant'Ana. Os nomes mais citados eram os de Deodoro, Quintino Bocaiúva, Clapp, Benjamin Constant e Alberto Torres.

Logo se confirmaram as notícias de que a monarquia fôra derrubada e imediatamente se formaram magotes de populares que iniciaram as primeiras manifestações nas ruas centrais, ao passo que a fôrça policial, aquartelada, se mantinha à espera de ordens, embora temessem alguns republicanos que ela viesse a agredir o povo. Nada de grave se passou felizmente e no dia

16, no país inteiro como no Rio, registraram-se demonstrações festivas. Em São Paulo, o presidente da província, general Couto de Magalhães, entregou o cargo e saiu tranquilamente do palácio entre alas de povo que se descobria com reverência.

Uma junta governativa composta de Prudente de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e o Coronel Mursa tomava posse entre aplausos e aclamações. A impressão era que a República, proclamada de forma incruenta, nascia como o 13 de Maio entre flôres. Surgia como se fôsse esperada por todos e os monarquistas acudiam rapidamente a saudá-la com o zêlo de velhos prosélitos da República.

Reproduzamos agora na íntegra a famosa carta de Aristides Lôbo, inserta no *Diário Popular* do dia 17 de novembro, em que se encontra a frase tantas vêzes repetida, de que o povo assistira bestializado à proclamação da República.

O valioso documento precisa de ser lido por inteiro e não apenas no fragmento tão citado. Trata-se do conceito formulado por um jornalista que durante anos seguidos diàriamente comentara os incidentes e a marcha da política e sempre revelara o mesmo espírito republicano, a mesma descrença nas instituições derrocadas e acompanhara, por assim dizer, passo a passo, a evolução dos partidos monárquicos. Doutrinador e propagandista, Aristides Lôbo só acreditava na salvação do país por meio da República federativa e lutou com sinceridade por êsse ideal, o que lhe dava forças para julgar a obra consumada e pronunciar-se sôbre os grandes atores da hora.

Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro do 1.º ano da República; mas não posso infelizmente fazê-lo.

O que se fêz é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era.

Em todo o caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade.

Como trabalho de saneamento a obra é edificante.

Por ora, a côr do govêrno é puramente militar, e devera ser assim.

O fato foi dêles, dêles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.

Muitos acreditaram sèriamente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos.

Pude ver a sangue frio tudo aquilo.

Mas voltemos ao fato da ação ou do papel governamental.

Estamos em presença de um esbôço rude, incompleto, completamente amorfo.

Não é tudo, mas é muito.

Bom; não posso ir além, estou fatigadíssimo, e só lhes posso dizer estas quatro palavras que já são históricas.

Acaba de me dizer o Glicério que esta carta foi escrita na palestra com êle e com outro nosso correccionário, o Benjamin de Vallonga.

E no meio dêsse verdadeiro turbilhão que me arrebatava, há uma dor que punge e exige o seu lugar — a necessidade de deixar temporariamente o *Diário Popular*.

Mas, o que fazer? O *Diário* que me perdoe, não fui eu, foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.

Adeus.

Aristides Lôbo”.

Desanuviada completamente a situação e assegurada a vitória pacífica da República constituiu-se a junta mencionada, composta de Prudente de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e o Coronel Mursa. Coube a chefia de polícia ao dr. Bernardino de Campos, o lugar de 1.º delegado ao dr. Paulo de Souza Queiroz e o de 2.º a Luís Americano. Os cargos de officiais de gabinete foram occupados pelos cidadãos Alvaro de Toledo e Horácio de Carvalho. Para a secretaria provisória do govêrno foi designado o dr. Júlio de Mesquita, ao passo que o sogro dêle, dr. José Alves de Cerqueira César, investido na Tesouraria, procedeu logo à verificação de Caixa.

Resolvera-se facilmente a instalação do novo poder, tão facilmente como no Rio onde, no dizer de um publicista, “a fácil instalação da República lembrara o problema de Colombo”. A proclamação inicial de Prudente de Moraes, tôda vazada em têrmos de concórdia, além de tranquilizar os espíritos, sugeriu quadras de fervor cívico, como se vê pela seguinte:

Trilogia Liberdade...

O povo nesse dia, ousado e forte
A humilhada cerviz altivo erguendo
O jugo sacudiu, jugo tremendo
Ao grito ingente — Liberdade ou Morte

No Rio e em São Paulo, ante o fato irremediável, principiaram a multiplicar-se as declarações enfáticas de adesão ao novo regime republicano federativo, endeu-sado repentinamente como aurora de uma idade de ouro na vida nacional. Em reunião convocada no Teatro São José pelo Conselheiro Antônio Prado e Augusto de Queiroz, os representantes dos dois antigos partidos monárquicos reconheceram a impossibilidade de restaurar o trono derrubado e fizeram uma profissão de fé republicana. Reconciliavam-se os antigos partidos desavindos e tantos anos inconciliáveis para fundir-se na constituição de uma frente única destinada a defender o novo regime e aplicar-lhe os princípios.

Poucos cidadãos tiveram como o denodado abolicionista Antônio Bento a coragem de dar a lume a seguinte declaração: “Não espero nada da República, mas se ela tem de acolher em seu seio êsses homens gastos que arruinaram a monarquia e que hoje querem explorá-la, maldita seja ela”.

E, após outras reflexões em que censurava os antigos partidos que se tinham tornado “associações mercantis cujo único fim era a exploração do Tesouro Nacional, honras e grandezas”, acrescentava: “Mas se a República vem iniciar uma nova aurora, se ela vem igualar o pobre e o rico, se não faz questão de côres

e considera o homem pelos seus merecimentos, ela será abençoada pelo povo”.

O Brasil da véspera já era o Brasil velho, relegado ao esquecimento, cancelado dos espíritos como um inválido aposentado. Foi algo de parecido, talvez com mais intensidade, com o que se passou depois da revolução de 1930, em que revolucionários súbitamente convertidos se referiam à “República velha”. O mesmo se repetiu com certos adeptos do fascismo indígena ao pretenderem em 1937 saudar o “Estado Novo” como um astro refulgente destinado a apagar para sempre as instituições democráticas, tão queridas pelo povo brasileiro e tão indestrutivelmente vinculadas à nossa índole.

Em lugar daquele velho Brasil, que alguns exaltados consideravam como relíquia de origem colonial, surgiam vinte estrêlas, constelação nova que aglutinava vinte pequenas nações associadas espontaneamente para constituir uma formosa e adiantada República, conforme reza o texto do art.º 3 do decreto n.º 1 que modificava a própria estrutura da Pátria:

Art. 3 — Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

A expulsão do Imperador, por mais que desse motivo a regozijos, feriu bastante o sentimento público em geral e não apenas dos monarquistas.

O embarque, altas horas da noite, o transbôrdo para o vapor *Alagoas* e os quadros da despedida deram ensejo a cenas tocantes. O soberano, que tanta gente

chamava familiarmente *o velho*, não levava ódios nem tão pouco razões para cultivar ressentimentos entre os brasileiros. Era somente uma viagem mais apressada, pois o trono não firmara raízes de grande duração.

Os dias seguintes à proclamação decorreram entre festas, vivas, moções de apoio ao novo regime e declarações de fidelidade ao sol nascente, cujo brilho parecia ofuscar tôdas as saudades e prometer um porvir radioso.

Entre as movimentações da política e o açodamento com que os governantes trataram de fazer esquecer o Império, poucos instantes sobravam para acompanhar o destino do ancião que plàcidamente navegava em direção à terra portuguesa, donde viera o pai e proclamador da independência brasileira. D. Pedro de Alcântara, como agora o chamavam, passadas as emoções das primeiras horas de exílio, mostrava-se conformado com a sorte e, segundo referiram os primeiros telegramas recebidos da Europa, viajara calmo, imperturbável. Ocupara-se a bordo de trabalhos literários e se pusera a traduzir alguns sonetos de poetas espanhóis. A imperatriz mostrava-se resignada, apesar do abatimento que a prostrara e o seu genro, o Conde d'Eu, guardara também inteira calma. A princesa Isabel procurava afagar e consolar o pai, que se mostrava impassível. Únicamente um neto do velho é que deixava transparecer nervosismo, irritação e dava até sinais de uma certa alteração mental.

Antes de findo o ano de 1891, procedia o govêrno à liquidação das lembranças materiais da monarquia, mandando realizar o leilão do Paço e vender ao correr do martelo os móveis, objetos de arte, vasos, reposteiros,

baixelas e faqueiros do antigo palácio imperial. Diariamente os jornais publicavam o rol dos objetos adquiridos, o preço e o nome dos compradores. Era o fim de um esplendor que fôra dos mais modestos... Por outro lado, com o fim de causar impressão, um decreto inspirado por Rui Barbosa determinava, para se acabar com os vestígios da escravidão, atribuída ao Império, destruir todos os papéis que compunham o arquivo referente ao instituto servil.

Sòmente em Portugal, ao desembarcar na terra do pai, é que o Imperador recebeu honras extraordinárias, como se estivesse no apogeu da glória.

A monarquia lusa saudava no soberano deposto a dinastia bragantina, aquela que obtivera o reconhecimento da nossa independência a 29 de agôsto de 1825, pagando a Portugal dois milhões de libras esterlinas.

São Paulo e os estrangeiros

No Estado para onde se dirigiam agora anualmente dezenas de milhares de estrangeiros e onde residiam já diversas colônias de pujante expressão numérica e econômica, revestia-se de especial significação a atitude do Governo Provisório, vale dizer da República Brasileira, em relação aos estrangeiros que ela pretendia agasalhar carinhosamente, esperançada de que aceitariam de bom grado o abraço fraternal que lhes era oferecido.

A lei da Grande Naturalização foi um gesto de fidalguia que surpreendeu o mundo inteiro.

Recordemos os dispositivos essenciais :

Art.º 2 — São considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de Novembro de 1889, salvo declaração em contrário feita perante a respectiva municipalidade no prazo de seis meses da publicação dêste decreto.

A lei também estatua que os estrangeiros com dois anos de residência no país seriam considerados brasileiros, salvo os que fizessem declaração em contrário.

Os estrangeiros naturalizados gozariam de todos os direitos políticos e civis dos brasileiros natos, menos o de ocupar o cargo de chefe de Estado.

Alguns estrangeiros fixados em São Paulo e amigos da terra em que haviam progredido e constituído família, lançaram o seguinte apêlo :

Grande Naturalização

Tendo a lei de 15 de dezembro nacionalizado todos os estrangeiros residentes no Brasil, o que lhes dá direitos iguais aos dos cidadãos nascidos no país, os abaixo-assinados, membros de diversas nacionalidades que hoje entram para o grêmio brasileiro, querendo solenizar tão grandiosa conquista da civilização e da liberdade, convidam os seus compatriotas e os cidadãos de outros países, aqui domiciliados, a unirem-se e confraternizarem-se num só pensamento para deliberarem sôbre o modo mais conveniente de se levar a efeito uma demonstração pública de regozijo pela promulgação da referida lei.

A reunião deverá efetuar-se no dia 20 do corrente, às 8 horas da noite, no Teatro São José.

São Paulo, 16 de Dezembro de 1889.

Camilli Cresta,
Sammuel Malfati,
P. Coda,
Fernand Dreyfus,
A. Thiollier,
Ch. Spitz,
José Maria Lisboa,
Abílio Soares,
Abílio A. Marques,
J. T. Trebitz,
Martin Burchard,
Léon Dreyfus,
J. Jacques Kesselring,
J. Fischbacher,
F. C. Meza,
José Isern.

O Brasil procurava abrir as portas e os braços a todos os homens livres e constituir uma espécie de pátria universal, em que seriam acolhidos, sem formalidades nem passaportes, os trabalhadores de toda a parte, logo considerados como cidadãos de um país inspirado no culto da humanidade.

Aspiração magnânima e de certa maneira um tanto ingênua, visto que nos faltava aquêlê rijo enquadramento da América anglo-saxônica, fria, hospitaleira mas absorvente e severa, sem a menor complacência para os que não se conformam com os inflexíveis costumes

e o rigor dos preconceitos cultivados pelos descendentes dos puritanos.

E, de fato, como foi recebido o idealismo brasileiro no tocante à oferta da cidadania?

Foi muito mal recebido e logo suscitou protestos de diversos países, entre os quais Portugal, Itália, Espanha, Grã-Bretanha e Áustria-Hungria que incriminaram enèrgicamente a lei de naturalização promulgada com o decreto 58-A de 15 de dezembro de 1889.

Os três primeiros países acima citados eram justamente aquêles que mais concorriam para a expansão demográfica do Brasil e alimentavam as suas correntes imigratórias, o que sublinha bem o perigo de um país fraco pretender ser liberal em demasia. Efetivamente, as notas enviadas pelas chancelarias estrangeiras alegavam que o referido decreto brasileiro restringia a liberdade individual, era contrário aos princípios geralmente aceitos do Direito Internacional e prejudicava os interesses dos estrangeiros residentes no Brasil.

A reclamação portuguêsá, em particular, insistia em que faltava ao decreto base jurídica, porque procurava estabelecer, fundado no silêncio do cidadão estrangeiro, a presunção gratuita da vontade dêste em escolher a nacionalidade brasileira. Partido da nação de maiores afinidades com o Brasil, êsse protesto traduzia sobretudo o despeito da monarquia portuguêsá ante a República que escorraçara os parentes da dinastia bragantina. Pois numerosos portuguêses residentes no Brasil e muitos republicanos de Portugal aplaudiram uma lei em que prezavam os sentimentos de fraternidade em que se fundava e que tinha em mira integrar numa nacionalidade jovem e futura todos os homens ativos dispostos a colaborar no progresso brasileiro.

Por qualquer forma, tornava-se patente que o excesso de idealismo dos republicanos em querer oferecer franquias tão extensas aos alienígenas esbarrava no nacionalismo de outros povos e ameaçava permitir no país uma infiltração de gente preparada para enriquecer no Brasil, mas totalmente rebelde aos propósitos assimilativos do Governo Provisório.

Estruturação da República federal

Não nos interessa aqui recordar os episódios tão desencontradamente descritos que antecederam a proclamação da República. Durante muitos anos ouviram-se depoimentos de atores e testemunhas do grande ato acêrca dos inúmeros incidentes relacionados com a conspiração militar e as indecisões, marchas e contramarchas de alguns personagens de primeira plana. O que ressaltou de maneira indubitável é que o Império já não encontrava dedicações nem defensores entre as classes militares e que, na hora ainda dúbia das confabulações entre o governo e os chefes do Exército e da Armada, quem mais atuou no espírito dos generais para resolver o caso de maneira radical e derrubar o regime foi Benjamin Constant, sincero doutrinador positivista. Exército e Armada juntos, em 1889, não contavam mais de 20 mil homens de efetivos, fôrça evidentemente insuficiente para impor a sua vontade a um país de 14 milhões de almas, se tal país se animasse a esboçar uma reação. Mas o Império, não obstante as aparências de saúde que apresentava e o fato das últimas eleições haverem sido um desastre para os republicanos, carecia de vitalidade intrínseca. Estava gasto pela au-

sência de convicções profundas entre os monarquistas e minado pelos republicanos, aos quais em geral é justo reconhecer a tenacidade e o entusiasmo com que professavam o seu credo e o disseminavam, aliás com a plena tolerância do governo imperial.

O Governo Provisório exprimiu bem o espírito que devia caracterizar as novas instituições. Chefiado por um militar, aquêlé que a história consagra como proclamador, reservou as pastas militares a dois representantes das classes armadas: o Tenente-Coronel Benjamin Constant, na Guerra e o almirante Eduardo Wandenkolk, na Marinha. Quanto aos cinco primeiros ministros civis: Rui Barbosa, na Fazenda; Campos Salles, na Justiça; Quintino Bocaiúva, nas Relações Exteriores; Aristides Lôbo, no Interior e Demétrio Nunes Ribeiro, na Agricultura, Comércio e Obras Públicas, representavam êles as tendências republicanas federativas, já que todos haviam militado como propagandistas históricos e se harmonizavam no mesmo ideal de servir ao novo regime e à restauração do país.

A República partira, na verdade, das reivindicações regionais e da periferia para o centro. Não representava uma exigência de democratização, mas primordialmente um imperativo de descentralização. Não tinham motivos os cidadãos em geral para reclamar maior soma de direitos em relação a qualquer classe privilegiada. Nesse ponto, quanto aos direitos eleitorais e às prerrogativas do sufrágio e da representação parlamentar, o Brasil estava no mesmo nível de liberalismo que as democracias mais adiantadas.

Pelo que diz respeito aos títulos de nobreza do Império, não determinavam nenhum privilégio por si e valiam tão-sòmente como ordens decorativas, geralmente

concedidas em virtude de alguma superioridade de natureza econômica, alcançada nas atividades agrária ou comercial.

Em face dos demais países latino-americanos, onde a liberdade estatuída nas constituições era permanentemente violada pelo assalto dos caudilhos, o Império brasileiro, apesar do senado vitalício, da coroa e do trono, gozava créditos de democracia muito mais merecidos que os das republiquetas intermitentemente abaladas por crises revolucionárias e tiranetes de maus bofes.

A liberdade reivindicada, por conseguinte, era a das províncias, das diversas partes do país em relação ao centro. O que a República significava, precipuamente, era a emancipação das várias circunscrições administrativas que insistiam em pleitear as regalias federais.

A federação foi a verdadeira alma da República. O que se tinha em mira libertar era a capacidade de trabalho e de produção das províncias que se julgavam sufocadas pelo centro e por êle sugadas por excessiva e mal distribuída tributação.

Isso explica porque, nos primeiros meses da República, a nova denominação do país era tão significativamente sublinhada. Sem se fragmentar, o Brasil se dividia em Estados, unidos por vínculos delimitados com rigor, ao passo que se outorgavam as maiores concessões às partes componentes. De certa forma, a tendência era confederativa e, de acôrdo com o apêgo passageiro a certas idéias, muitos republicanos caíram no exagêro oposto e penderam para a teoria das pequenas pátrias. Essa descentralização separatista foi muito bem denunciada e criticada por Eduardo Prado e mereceu reparos do Imperador quando exilado em Lisboa. O ex-monarca fizera parte aos jornalistas dos receios que

lhe causava a federação, como passo inicial para o desmembramento do vasto patrimônio territorial do Brasil.

Assim que o Governo Provisório se pôs a funcionar, viu-se impellido a examinar atentamente a situação e pôde medir a responsabilidade de sua obra e os efeitos que uma legislação errada podia acarretar. Por um lado, como governo ditatorial, munido de amplos poderes e com a missão de reestruturar positivamente o país e transitar para uma forma da maior amplidão federativa, tinha que ponderar os resultados de uma liberdade excessiva e imediata a muitas regiões despreparadas para tão radical experiência. Estava esse governo curiosamente dotado de uma força extraordinária justamente com o objetivo de diminuir os próprios poderes do centro. Via-se obrigado a despir-se de faculdades de mando para atribuí-las a outrem. Na hipótese de despojar-se imprudentemente de suas regalias para transferi-las aos Estados, ver-se-ia numa posição puramente simbólica, diante de vinte Estados praticamente independentes e que então se negariam a atender às ordens e determinações de um governo simplesmente nominal e fraquíssimo.

Na transformação dos Estados norte-americanos em federação, as correntes unionista e estadualista haviam chegado laboriosamente a um pacto federal em que se balançavam ciumentamente os poderes respectivos. No Brasil certos federalistas, como os do Apostolado Positivista, queriam logo ir ao extremo e dar o máximo aos Estados e o mínimo à União, tese que haveria de conduzir rapidamente à dissolução nacional.

Os primeiros dirigentes da República foram, como se vê, investidos de imensas responsabilidades e qualquer imprudência levaria a efeitos irreparáveis.

Sucede, porém, que a natureza humana e a tradição também são fatores ponderáveis e que em dados momentos reduzem a influência das ideologias, sobretudo quando mal definidas e conseqüentemente mal aplicadas.

Os partidários do máximo poder aos Estados, como Campos Salles, por exemplo, pretendiam que o Governo Provisório devia agir como um todo, como uma espécie de comitê ou gabinete em que as decisões se tomariam por consulta recíproca. Presidencialistas quanto aos Estados, pendiam a adotar no primeiro poder executivo da União um certo cunho de ministério parlamentar, a fim de evitar os perigos do poder unipessoal. Essa proposta, que dizem haver sido formulada por Campos Salles, foi contrabatida por Benjamin Constant, ao qual se atribuiu a sugestão de transformar o Governo Provisório em ditadura exclusiva do chefe. Correu tal versão, de certa maneira condizente com os princípios positivistas. Contudo, certos incidentes muito sérios entre Deodoro e Benjamin autorizam a pensar que o professor positivista, em violenta altercação que teve com o generalíssimo, chegou a censurar-lhe a inclinação para o mando absoluto e declarou francamente ao seu superior que não era para isso que haviam feito a República. Também era dificilmente crível que as forças armadas, a menos de verdadeira cegueira doutrinária, aceitassem a fundação de uma República em que Exército e Marinha passassem a ser vagas expressões de defesa de um grupo de Estados reunidos por frôxíssimo vínculo federal.

Ao final parece que tôdas essas correntes alcançaram um ponto de equilíbrio. A hipertrofia de qualquer poder pessoal se achou compensada pela necessária autonomia dos Estados e êstes, por sua vez, fize-

ram necessárias concessões ao centro no próprio benefício da liberdade dos cidadãos. Esta podia ser também violentamente cerceada pelos chefes locais, se os governos estaduais não encontrassem o freio de um poder superior para impedir os atentados aos direitos fundamentais do povo. O que era mister compreender é que a base de toda a estrutura social e estatal é a liberdade humana, e que os poderes federais e locais se contrabalançam e se fiscalizam mutuamente para impedir que um ou outro transgrida os limites demarcados pelas garantias constitucionais. O federalismo — e nesse ponto Campos Salles tinha plena razão — é um poderoso resguardo contra o despotismo, sobretudo o despotismo central, o mais pesado e asfixiante. Mas tem que se firmar numa reciprocidade de garantias para evitar que nos Estados se pratiquem abusos e violências contra a liberdade do cidadão e as prerrogativas do povo.

Eis porque a nova estruturação do Brasil em Estados Unidos, era tão vital para a sobrevivência da própria nacionalidade, conforme se infere do texto do art.º 3 do dec. n.º I do Governo Provisório:

“Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos”.

Tal decreto ficou temperado pelo que fixava as atribuições dos governos dos Estados, uma vez que o poder central se reservava o direito de restringir, ampliar e substituir as atribuições conferidas aos governadores provisórios das unidades federadas.

No círculo do Governo Provisório os atritos referentes ao poder do Chefe e dos respectivos ministros se resolveram amistosamente até que as suscetibilidades de

Deodoro entraram em choque inaceitável para os melindres dos seus auxiliares. Então sobreveio a reforma do Ministério, a qual acobertou, de fato, o estabelecimento do poder unipessoal.

No que respeita à divisão dos poderes nacionais, ao ajustamento entre a União e os Estados, essa parte foi obra da Constituinte, onde homens novos, portadores de idéias bem harmonizadas com a concepção da República federativa, lograram deliberar sem tumulto e votar uma lei orgânica que se inspirou evidentemente no modelo norte-americano, mas atendeu de forma bastante satisfatória às necessidades do Brasil. Os trechos dos debates transcritos no livro interessante de Agenor de Roure elucidam o caráter de discussões travadas por espíritos seguramente brilhantes e competentes. As teses foram analisadas com proficiência, expostas com elegância e firmeza de convicções.

O único defeito, talvez, é a primazia excessiva do aspecto jurídico sobre o sociológico. Olharam demais os direitos em abstrato, em vez de considerar a realidade brasileira.

Mas o Estatuto de 1891, apesar de pequenos senões, poderia vigorar até hoje com alguns retoques. Constituiu um monumento da cultura brasileira e manda a justiça assinalar a intervenção patriótica e corajosa de Rui Barbosa em defesa da União. Impugnou êle oportunamente o trabalho das correntes intoxicadas por um ultra-federalismo inadequado às condições do país. Nesse magnífico serviço prestado à sua terra, Rui Barbosa redimiu-se de muitos erros cometidos no Ministério da Fazenda.

Reformas de República nos planos social e financeiro

Para firmar o prestígio da República e torná-la popular e capaz de inspirar confiança, mormente depois de um período de relativa prosperidade do Império, não bastava repetir os louvores ao sistema federal. Eram precisos atos concretos a fim de implantar entre o povo e mesmo nas classes produtoras a convicção de que o país havia mudado para melhor e escolhera realmente a forma de govêrno mais propícia à moralização da política e às necessidades do progresso material.

Com êsse intento os governantes republicanos, no caso os integrantes do Govêrno Provisório, começaram a tomar medidas simultâneas no campo político e no econômico. Primeiro cogitou o govêrno de promulgar as leis de laicização, próprias de todos os movimentos liberais, para infundir a crença de que se tratava de combater as fôrças de reação geralmente mancomunadas com a igreja e o clero. Os decretos sôbre a liberdade de cultos e a separação da Igreja e do Estado; a lei do casamento civil e a da secularização dos cemitérios tinham em mira opor os sentimentos liberais ao espírito reacionário geralmente atribuído aos órgãos subordinados ao papado. É um traço comum a tôdas as revoluções, que marcam assim uma certa tendência para o livre pensamento e olham com desconfiança para tôdas as confissões religiosas.

Os positivistas que, por sua vez, preconizavam uma religião filosófica, aplaudiram essa política, mas os elementos católicos não aceitaram de bom-grado certas inovações e formularam vários protestos. Mais tarde, no

correr do ano de 1890, constou que se cogitava mesmo da formação de um partido católico, idéia que os republicanos interpretaram como gesto de desafio do clero e denunciaram como tentativa de levantar a bandeira do jesuitismo e ressuscitar o perigo de uma autocracia ultramontana. Em muitos artigos estampados na imprensa desses dias se verberaram o fanatismo e a ignorância dos grupos que se diziam orientados por padres rebeldes.

Como surgira o rumor de que se pregava desobediência às leis sobre o casamento civil, o ministro da Justiça, Campos Salles, mandou expedir uma circular em que avisava em termos enérgicos que o casamento civil era essencial e insuprível para estabelecer o vínculo conjugal, o pátrio poder, a legitimidade da prole, os graus decorrentes do parentesco, bem como os direitos sucessórios dependentes dos laços de família.

Os positivistas também criaram seus incidentes. De uma feita protestaram vivamente contra um aviso do ministro da Justiça a propósito do requerimento em que um jurado pedira que se retirasse da sala das sessões a imagem de um Cristo crucificado. Entendiam que a conduta do cidadão referida era legal e correta e ajuntaram:

“Para nós, positivistas, isto é, para Auguste Comte e para outros guias do pensamento humano, nem Jesus é um grande filósofo, nem foi ele quem fundou o catolicismo e nem a sua pessoa, tanto quanto se pode colher de raros documentos que possuímos sobre sua vida, merece êsse respeito universal. Neste assunto cumpre não confundir, como a literatura vulgar o faz, o tipo histórico com o mito criado por São Paulo, verdadeiro fundador do catolicismo e desenvolvido pela civilização católico-feudal”.

Os positivistas, núcleo de intelectuais cujas idéias não podiam ecoar entre as massas, timbravam, todavia, em defender a sua doutrina e a expunham com êsse tom dogmático de homens persuadidos de haver alcançado a verdade definitiva. De quando em quando apareciam na imprensa os seus manifestos e apelos, sugerindo reformas e invocando os ensinamentos do mestre. Geralmente respeitados, em vista de serem idealistas desinteressados, os positivistas cujas figuras máximas, no mundo civil, eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes, viam-se por vêzes combatidos por outros republicanos, que os increpavam de maníacos e intolerantes. Veja-se, por exemplo, êste juízo emitido por Urbano Duarte, publicista mordente e autor de apreciadas crônicas sôbre a atmosfera social da época: “Os positivistas que assentam a sua religião no amor, na ciência e no progresso são os sectários mais intolerantes que conheço”.

Outro movimento que apenas se esboçou, mas que revela o que poderíamos considerar um pronunciamento esquerdista, foi o da fundação de um Partido Operário, notadamente no Rio e em São Paulo, as duas cidades mais cosmopolitas do país. Êsse movimento não tinha à sua testa políticos conhecidos e partia mesmo das camadas trabalhadoras. Não foi avante, porém não suscitou como os outros o descontentamento violento dos republicanos, para quem tôdas as atividades que não se conformavam totalmente com os atos do govêrno eram obra de inimigos da República ou de monarquistas disfarçados.

Momentos houve em que os republicanos ficaram tão suscetíveis às críticas que não aceitavam restrições aos atos e leis emanados do poder.

O próprio Aristides Lôbo, pôsto que lúcido e franco nos seus comentários, mas que acalentava em relação à República um amor paternal, confessava os erros que se cometiam, com a ressalva de que provinham sobretudo da “ousada e vil intrepidez de um mundo de parasitas transportando às pressas para a planta que mal nasceu a sua gula pérfida e insaciável e as suas ambições esfo-meadas”.

Vejam os agora a República nascente no terreno econômico e financeiro.

Depois dos decretos constitutivos do Estado federal e das leis de laicidade, a República preocupou-se em lançar o país num torvelinho de projetos e de planejamentos, a fim de que o povo sentisse a diferença entre o dinamismo progressista da nova ordem e o torpor e inatividade do Império.

Era mister despertar a sensação de uma ânsia de trabalho e operosidade sem igual, como se o país se metesse a montar emprêsas e multiplicar instrumentos de lucro em proporções desmedidas.

Dada a influência primacial que os fatos econômico-financeiros exercem sôbre os acontecimentos políticos, importa examinar, ainda que sucintamente, certos aspectos da posição monetária e cambial do país no fim do Império. Em 1889, consoante se recorda frequentemente em abono do regime caído, o câmbio alcançara e até superara levemente a paridade de 27, o que determinou um afluxo de ouro considerado como índice de prosperidade e de expansão comercial. Com a subida ao poder do gabinete liberal chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, travaram-se fortes discussões no parlamento, sendo o govêrno levado a dissolver a Câmara. Nesse entretempo tomaram-se várias medidas no plano financeiro e re-

gulamentou-se a lei bancária de 24 de novembro de 1888, pela qual fôra erradamente restabelecida a pluralidade emissora, vitória dos papelistas através da concessão às companhias anônimas que se propusessem fazer operações bancárias, de emitir bilhetes ao portador e à vista desde que, em garantia do pagamento dos mesmos bilhetes, depositassem na Caixa de Amortização o valor suficiente em apólices da dívida pública interna. Para êsse fim ficava o govêrno autorizado a emitir oportunamente apólices, ao par, do valor nominal de um conto de réis, ao juro de $4\frac{1}{2}\%$ ao ano. Propunha-se ainda o govêrno dividir as províncias em regiões bancárias e contratar com algumas das companhias a se organizarem o resgate do papel-moeda.

O Visconde de Ouro Preto, no decreto em que regulamentou a referida lei, promulgada pelo seu antecessor João Alfredo, desistiu avisadamente da faculdade de se emitirem notas garantidas por apólices, ciente de que tal dispositivo levaria forçosamente a um perigoso surto inflacionário. Voltou-se então para um amplo auxílio de créditos à lavoura, a fim de atenuar os prejuízos ainda recentes da abolição e lançou um empréstimo interno, a juros de 4% e ao tipo de 90, rapidamente coberto. Contratou também com o Banco Nacional do Brasil o recolhimento do papel-moeda e a sua troca progressiva por ouro. Tal política, destinada sem dúvida a corrigir a má impressão causada pela lei emissionista, parecia indicar o intento de estabelecer a circulação metálica, programa de natureza a inspirar confiança ao estrangeiro, como o demonstrou a feliz operação para converter os títulos da dívida externa de 5% de juros para 4%. São fatos registrados na história e que denotam incontestavelmente, às vésperas da República, uma situação de es-

tabilidade satisfatória e do bom crédito gozado pelo Império junto às grandes praças européias.

Passemos agora a considerar como se portou o governo republicano no setor confiado ao ministro da Fazenda, Rui Barbosa. A 26 de novembro de 1889, menos de uma semana depois do dia glorioso da proclamação, principiaram as concessões aos bancos para emitir bilhetes ao portador e à vista convertíveis em ouro. As concessões se sucederam numa cadeia contínua de autorizações para lançar papel-moeda, olhado como um hormônio vitalizador das finanças e recurso mágico para provocar o rápido enriquecimento do país.

A 17 de janeiro de 1890, um decreto vinha prover à organização dos bancos de emissão, logo acompanhado de outros referentes a operações de crédito móvel a benefício da lavoura e indústrias auxiliares. Depois veio a autorização para funcionar o Banco dos E. Unidos do Brasil. A 8 de março um decreto estatuiu acêrca de emissão sôbre metal e apólices, concedida ao Banco do Brasil, ao Baneo Nacional do Brasil e ao Banco dos Estados Unidos do Brasil. No dia 10 de março outro decreto estendia ao Banco do Brasil o encargo de resgate do papel-moeda. Não vale a pena mencionar tantos decretos, por via dos quais se acelerou brutalmente a expansão dêsse papel e se incentivaram deploráveis especulações às quais faltaram critério e honestidade. A baixa do câmbio espelhou o desacêrto de uma política nitidamente inflacionária, que se desdobrou em aventuras de tôda a espécie e aumentou cada vez mais a procura de ouro e divisas estrangeiras por parte das pessoas ou entidades comerciais que procuravam cobrir-se contra a depreciação do dinheiro. Essa prôcura, de par com manobras de puro jôgo, determinou nova queda do cam-

bio. Dados o desregulamento dos valores e a abundância fictícia do dinheiro, desenvolveram-se atividades agrícolas e industriais, principalmente em São Paulo, mas os benefícios animadores de momento estimularam em grande escala a imigração e o plantio do café e prepararam os inconvenientes da superprodução. Nos anos seguintes, o país pagará bem caro o poder aquisitivo artificial originado na leviandade com que, sob a capa de promover iniciativas, nada mais se fêz senão recorrer aos piores processos do papelismo.

Notava-se a disparidade de recursos e de produção no Brasil, ficando mais assinalada ainda que no Império a linha de separação entre regiões ricas e pobres. Ao passo que o norte definhava e se debatia numa crise agrícola sem possibilidades próximas de solução, os Estados de Rio e Minas também acusavam os efeitos de decadência das lavouras originada no golpe da abolição. Os libertos trabalhavam, pouco e mal ou até se furtavam a trabalhar e exigiam salários exagerados para uma produtividade muito baixa. O café, agente principal das rendas nacionais e sustentáculo do câmbio, somente se mantinha em São Paulo com certa estabilidade graças à mão-de-obra importada. E ante essa penúria de produção, no ambiente de falsa prosperidade da Capital Federal, abriam-se bancos e mais bancos para financiar empreendimentos aleatórios, em meio das incertezas e vacilações do Governo Provisório.

O decreto 251 de 7 de março de 1890, que criara 3 zonas de emissão, no norte, no centro e no sul, foi mais tarde muito incriminado, tanto assim que Rui Barbosa explicou que o aceitara porque não fôra possível constituir um banco único e resistir à “torrente dos sentimentos federalistas”. Mas houvera sido melhor resistir a essa torrente do que consentir numa outra, bem

mais nociva e perigosa e que consistiu na abertura das comportas do emissionismo.

Os efeitos dessa torrente de papel impressionaram muito o govêrno, que recorreu a consultas de elementos qualificados do comércio, dos bancos e de vários elementos tidos como técnicos na matéria.

No Rio de Janeiro a rua da Alfândega tornara-se um caldeirão a ferver e nela davam larga ao delírio da jogatina e à mania “dos bancos montados em espécie de sufocação pública”. Espalhava-se a febre de emprêsas e Aristides Lôbo registrava em uma de suas crônicas: “O princípio associativo apoderou-se de uma temperatura rubra. Nunca vi tanto dinheiro”. Eram os pródromos do calamitoso ensilhamento...

Rui Barbosa, perito em expor teses e oferecer justificativas dos atos que defendia e das causas que espovava, argumentou com o brilho e a eloquência costumeira em favor do programa financeiro do Govêrno Provisório, ao mesmo tempo que expendeu a mais implacável das críticas contra a política do Visconde de Ouro Preto e do Império em geral. Ninguém pode negar o talento superior com que Rui debate os mais variados temas e os analisa a fundo, como se fôsse, especialista em cada um dêles. Mas sem dúvida trata-se da destreza mental do causídico e da arte com que êle explana as matérias que toma a peito encampar. Pensamos, no entanto, que friamente analisada a ação de Rui Barbosa como ministro da Fazenda, ela evidentemente denota muitos erros e falhas e uma série de hesitações e recuos bem probatórios de que o grande mestre, incomparável em formular libelos e defesas, infelizmente se transviou por caminhos em que foi mal sucedido como financista e acarretou ao país males inegáveis. “A admiração que

Rui desperta pelo seu imenso valor intelectual e pela constância com que pregou os mais nobres princípios em prol da liberdade e dos atributos da consciência humana não deve fazer esquecer os pontos vulneráveis do homem público. Uma argumentação, por mais hábil e melhor tecida que seja, pode ser aplaudida como amostra de engenho e de cultura, sem que o reconhecimento das qualidades do advogado e do escritor oblitere a observação histórica a ponto de absolver totalmente um homem de seus erros e até de apresentar como certos e perfeitos os atos que indubitavelmente constituíram a fonte de graves prejuízos para a República. Os contemporâneos não se enganaram quando, pelo pronunciamento quase unânime da opinião, condenaram a atuação de Rui no Ministério da Fazenda e o culparam pelas crises ulteriores das nossas finanças.

Ninguém duvidou das boas intenções do ministro mas os bons e patrióticos propósitos que transparecem nos seus escritos e nos seus relatórios não obstam a que se produzisse um desastre, cuja responsabilidade fica perfeitamente atestada nos decretos do Govêrno Provisório e nas defesas exaltadas que tiveram de ser proferidas para que a opinião não lançasse sôbre o novo regime acusações capazes de desmoralizá-lo em benefício dos raros amigos do extinto Império.

Que a ação de Rui deixou fundamente gravada no espírito do país a idéa de grandes erros e responsabilidades é um fato que se verificou mais tarde no correr de vibrantes campanhas políticas, em que o notável brasileiro, apóstolo de causas empolgantes que punham em jôgo a democracia e o civilismo no Brasil, não conseguiu vencer certas resistências dos meios políticos e sobretudo

apagar as desconfianças que ainda provinham da crise inicial nas finanças da República.

Prudente de Moraes Barros e Jorge Tibiriçá, os dois primeiros Governadores de São Paulo

Para substituir em São Paulo a junta governativa ou triumvirato empossado na hora da proclamação da República, e a fim de atender às prescrições do sistema presidencial, coube o governo do Estado, por designação de Deodoro, a Prudente de Moraes Barros, tornado por êsse ato primeiro chefe de Estado republicano.

Enquanto não fôsse votada a Constituição cabia, com efeito, ao governo ditatorial, nomear os governadores incumbidos de operar as transformações exigidas pelo sistema federal. Teóricamente, em virtude das atribuições conferidas a êsses funcionários pelo decreto n.º 7 de 20 de novembro de 1889, tocava-lhes, apesar da indicação pelo governo central, um grau bastante elevado de autonomia, uma vez que lhes cumpria preparar os Estados para o gozo das amplas regalias previstas nos futuros moldes federativos, em que se falava em soberania das antigas províncias, concepção acorde com uma latitude de poderes locais quase comparável aos dos membros de uma confederação. Tudo levava a crer, portanto, que os governadores nomeados pelo Governo Provisório não seriam demissíveis por simples capricho, atendendo a que vinham desempenhar uma função descentralizadora, ao contrário dos interventores subsequentes à revolução de 1930, cujo papel era de agentes do poder central, delegados para reger os Estados e subordinados estreitamente

à autoridade da ditadura, de tendências notoriamente absorventes e favorável ao predomínio do govêrno federal.

Prudente de Moraes, abolicionista e republicano da velha guarda, temperamento cauteloso e austero, atuou com tôda a ponderação e de tal sorte que captou o respeito e a simpatia gerais e conquistou os aplausos de todos os antigos monarquistas. Êstes sentiram-se à vontade sob a administração que evitava os atritos e tratava de atenuar as expressões de um republicanismo radical e exclusivista. Prudente manobrou também de forma a conduzir a sua gestão em plena harmonia com o Rio, tática que nem sempre era fácil, devido às desinteligências que ocorriam no seio do Govêrno Provisório e transpiravam pelos Estados.

Conseguiu Prudente governar onze meses, durante os quais se esforçou para efetivar uma política de união dos paulistas, sem por isso sacrificar os republicanos, donos de direitos adquiridos na propaganda. Com a calma que o caracterizava, exerceu realmente o papel de apaziguador e amainador de paixões e, ao deixar o cargo para assumir o mandato de senador foi alvo de demonstrações excepcionais de aprêço, entre as quais figuraram as dos monarquistas, unânimes em louvar o conterrâneo que inaugurara com tanta isenção e tolerância as delicadas funções de governante republicano.

A 18 de outubro, Prudente saiu do govêrno. Mas antes de tomar essa decisão tratara com os companheiros de credo da sucessão ao cargo, pois nesse período de ensaio do novo regime, em que já se patenteavam muitas divergências e ganhavam corpo os germes de discórdia entre os fundadores da República, uma nomeação tão importante como a de governador de São Paulo

podia, se recaída em pessoa suspeita aos ortodoxos, causar muitos transtornos e desilusões.

No Rio, o principal elemento que influiu no espírito de Deodoro para indicar o sucessor de Prudente foi Glicério, político hábil e maneiroso, amigo dedicado da família Tibiriçá e que, ao apresentar o nome de Jorge, mencionou as credenciais que o enalteciam, ao lado da circunstância de proceder de uma família ligada aos primórdios da propaganda em São Paulo, pois era bem sabido quanto os nomes de Tibiriçá e Almeida Prado estavam associados ao movimento que culminara na Convenção de Itu. Fizeram ainda ver ao chefe do Governo Provisório que, depois da missão pacificadora tão felizmente levada a termo por Prudente de Moraes, impunha-se, num Estado rico e próspero como São Paulo, nomear um homem novo, enfronhado nos problemas econômicos da região que primava pelo progresso e pela diversidade e valor dos seus recursos. Jorge Tibiriçá, homem moço, conhecedor das questões atinentes à produção agrícola e herdeiro de puríssimas tradições republicanas, viria preencher todos os requisitos para firmar as diretrizes necessárias à republicanização do Estado e do país.

Os demais paulistas que mantinham contato mais íntimo com o Governo Provisório, a principiar por Campos Salles, ministro da Justiça e um dos próceres republicanos mais apegados à tese federativa da dupla soberania, secundaram as informações de Glicério, de modo que o Generalíssimo lavrou o decreto seguinte:

“O Generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório constituído pelo Exército e Armada em nome da Nação, resolve nomear o Doutor

Jorge Tibiriçá para o cargo de Governador do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões do Govêrno Provisório dos Estados Unidos do Brasil, em quatorze de outubro de mil oitocentos e noventa, segundo da República”.

Assinam Manuel Deodoro da Fonseca e José Cesário de Faria Alvim. A assinatura de Deodoro no original do decreto é magnífica. As maiúsculas desenvolvem-se em traços firmes e de elegante desenho, rompendo para o alto como molinetes de uma espada. O nome fica sublinhado por uma tira riscada com a energia de um golpe. Um leigo em grafologia é pelo menos obrigado a discernir nessa firma de Deodoro um espírito arrebatado e generoso e sem dúvida de grande senso estético.

A imprensa em geral noticiou a escolha do novo governador com as mais lisonjeiras referências à personalidade de Jorge Tibiriçá. Mencionemos apenas os conceitos de um órgão de autênticas tradições republicanas:

“Estamos certos que em nada ficarão prejudicados os negócios públicos, porque a par da herança gloriosa de um nome verdadeiramente republicano, o novo administrador dispõe de uma inteligência vasta e enriquecida por sólido preparo científico.”

A posse se deu sem grandes pompas, porém com animação. Numerozo bloco de populares acompanhou as novas autoridades até a intendência, onde Jorge Tibiriçá e Prudente de Moraes ocuparam, na sala das sessões, os lugares de honra. Presidia a sessão o dr. Clementino de Souza e Castro, presidente efetivo da intendência, assistindo ao ato, entre outros espectadores grados, os drs.

Anhaia Mello, Lopes de Oliveira, Rubião Júnior e Mello e Oliveira.

De acôrdo com o relato do *Correio Paulistano*, o dr. Tibiriçá, declarado o fim da sessão extraordinária, afirmou sob sua honra que desempenharia leal e conscienciosamente os deveres do cargo de governador do Estado de São Paulo.

“Redigido e aprovado o térmo de posse, foram lidas duas moções, sendo ambas unânimemente aprovadas pela intendência”. A primeira era um voto de louvor ao dr. Prudente de Moraes, a segunda um voto de adesão ao novo governador, dr. Tibiriçá, “cuja elevada aptidão moral e intelectual enche de auspiciosas esperanças todos os seus concidadãos”. Depois de Prudente de Moraes agradecer a manifestação, tomou a palavra Jorge Tibiriçá, que expôs o seu programa de administração:

“No estado de transição em que se acha e em que por alguns meses ainda há de estar a sociedade paulista, árduos deveres competem ao govêrno, para facilitar a tarefa do Congresso Constituinte do Estado e contribuir para a organização do regime federativo.”

“A discriminação das rendas e a organização de vários ramos do serviço administrativo são problemas consequentes da nova organização política, e que estão a reclamar a atenção do legislador. A supressão dentro em breve do impôsto de exportação prescrito pela economia política e condenado no projeto de Constituição federal virá produzir um grave desequilíbrio nas finanças do Estado, pois êsse tributo é a fonte principal de nossa renda. Será necessário substituí-lo por outro mais racional e equitativo.”

“O regime da federação exigirá o desenvolvimento de certos serviços e consequentemente uma organização

administrativa menos concentrada. Fôra impossível à atividade de um homem, por mais prodigiosa que fôsse, fazer face à acumulação de serviços cujo desempenho viria caber à administração do Estado de São Paulo.”

Concluiu o dr. Tibiriçá, declarando que tomaria para exemplo de seu govêrno o de seu honrado predecessor.

No Palácio do govêrno, para onde depois se dirigiram as autoridades, ainda falou, em nome dos deputados eleitos para a Constituinte, o dr. Almeida Nogueira, para saudar o governador demissionário, dr. Prudente de Moraes, que ainda recebeu, em nome de representantes dos antigos partidos monárquicos, um ofício de agradecimento lido pelo Conselheiro Gavião Peixoto.

Como vimos pelas declarações do governador na cerimônia da posse, a intenção de Jorge Tibiriçá era dar início quanto antes à parte administrativa do seu programa como premissa da reconstrução profunda ligada à instituição da República.

Homem de 36 anos, animado pelo ardente desejo de fazer as ações do servidor público corresponder às promessas e às esperanças do propagandista, Jorge procurou coligar os paulistas em tórno de um govêrno de reformas concretas e não de intrigas políticas. Não cogitou de montar uma máquina feita para abrigar partidários e firmar o poder nas mãos de reduzido bloco de amigos. Nitidamente inclinado para os republicanos legítimos, isto é, os que já se haviam pronunciado bem antes de 15 de novembro, não repelia de modo algum as capacidades desde que aderissem lealmente ao novo sistema.

Esta preocupação em voltar-se mais para os assuntos de ordem técnico-administrativa cercou o govêrno

de sólido apoio geral, bem que não inspirasse aplausos e manifestações de rua.

O que o governador tinha em mente era restaurar as finanças, pois quando assumira o poder o Tesouro acusava em caixa um saldo de 1.018:475\$538.

A política condizente com os interesses de São Paulo era a do fortalecimento da agricultura, do estímulo às indústrias e da instituição de órgãos de crédito, alheios à vaga de especulação que rolava pelo país devido à maré de papel-moeda imprudentemente provocada pelo ministério da Fazenda.

É certo que no terreno político, dada a composição da representação paulista para o Congresso Constituinte e depois para o Nacional e em face dos preparativos para eleger o Congresso Estadual, era mister conduzir o governo com a mesma calma demonstrada por Prudente de Moraes, conter muitas ambições e temperar as veleidades de alguns jacobinos propensos a inventar um republicanismo vermelho. Mandava o bom senso estabelecer no Estado a política até então seguida na esfera federal, de tolerância sem fraqueza e de firme criação da República sem exclusivismos nem perseguições desnecessárias.

Coube ao governo Tibiriçá, entregue a tarefas de natureza prática, como a reforma da Estação Agronômica de Campinas, uma obra sumamente importante no plano político, por ter que preparar as eleições para o Congresso Constituinte.

Fazia êle questão de levar a bom térmo essa primeira experiência eleitoral, de maneira a conquistar para a República o aprêço e respeito que ela devia merecer. O democrata, educado na Europa e ciente do rigor e seriedade com que se processavam os embates nas urnas,

tomou tôdas as providências para que o povo paulista se pudesse livremente pronunciar, sem temor de coações ou de fraudes.

Como medida preliminar para as eleições cuidou de promulgar, pelo decreto N.º 115 de 31 dezembro de 1890, a primeira Constituição do Estado de São Paulo, em parte calcada sobre o projeto de Constituição federal e reproduzindo alguns de seus dispositivos, principalmente no capítulo da Declaração de Direitos e Garantias.

Estipulava a Constituição no art.º I: “A antiga província de São Paulo, com todo seu território e sob o regime republicano, fica constituída em Estado, fazendo parte da República dos Estados Unidos do Brasil.

De acôrdo com a teoria da dupla soberania, rezava o art.º 2: “Como Estado Soberano, exerce tôdas as faculdades que não são expressa e exclusivamente delegadas aos poderes federais”. O art.º 3 regulava os casos de intervenção do centro e reproduzia quase textualmente o art.º 6 da Constituição de 1891, que Campos Salles chamava o “coração da República”.

Conforme a teoria presidencialista, o art.º 30 estabelecia: “O poder executivo é confiado exclusivamente ao Governador do Estado”.

As confissões religiosas podiam exercer pública e livremente seu culto, “associando-se para êsse fim e adquirindo bens, observados os limites postos pela lei de mão morta”.

Todavia, no parágrafo 8 do art.º 65, surge êste dispositivo curioso e que descobre a existência das desconfianças republicanas em relação às ordens católicas:

“Continua excluída do território do Estado a Companhia dos Jesuítas, e proibida a fundação de conventos ou ordens monásticas.”

Apesar de seu ateísmo, Jorge Tibiriçá era tolerante, mas envidou todos os esforços para reaver para o Estado a Igreja do Colégio, que as autoridades eclesiásticas não queriam ceder, sob a alegação que aquêlê edificio lhes pertencia. O litígio durou alguns meses e o Governador, que desejava a todo o custo evitar atos que pudessem ser inquinados de violência e arbítrio, alcançou o seu desígnio, não sem enfrentar os grandes embaraços opostos por fôrças católicas.

A seguinte carta de Campos Salles sôbre o assunto mostra como o pleito havia sido disputado com as necessárias cautelas:

“Ontem o ministro da Fazenda comunicou-me por carta que mandou entregar ao Governador de São Paulo a antiga Igreja do Colégio dos jesuítas para que se façam nêlê as obras necessárias para a reunião do Congresso Paulista.

Pode, portanto, iniciar desde já essas obras, embora não tenha recebido a comunicação oficial, porque não há tempo a perder, e eu guardo a carta do ministro para nossa ressalva sempre.

Rio-12 Fev - 91 C. Salles

P. S. Temos deliberado não fazer agora a Comissão Diretora da política paulista, a fim de evitar os desgostos que já vão aparecendo. A chapa será apresentada aí pelos representantes paulistas no Congresso.”

Êsse período de expectativa eleitoral engendrou em diversos Estados movimentos de agitação de maior ou menor gravidade. Passados os dias de boa vontade, apparecia a política com tôda a aspereza das paixões e o cortejo dos interêsses usualmente ligados aos grupos que rodeiam os governos e sempre pretendem pleitear favores, empregos ou negócios. No Rio Grande do Sul,

uma das zonas mais sensíveis depois da República, entraram em choque violento as facções. Corriam notícias de sucessos sangrentos e da deposição pela tropa de linha do governador Tavares, péssimo precedente para mostrar a interferência das forças armadas em questões de alçada estadual. Era um atentado ao espírito da República e à sua mais preciosa conquista, a autonomia das unidades federadas. A continuarem tais práticas, enveredaria logo a República pelo duplo flagelo do militarismo e da centralização e viriam recrudescer todos os inconvenientes da indisciplina militar que tanto mal haviam causado ao Império e alimentavam o caudilhismo latino-americano.

Nas bandas do sul os incidentes se repetiam e alentavam a índole guerrilheira que campeara nos tempos da campanha de Piratini. No norte ferviam também as dissensões. Surgiam sinais de tempestades no Maranhão e em Pernambuco, onde o general Simeão de Oliveira se via forçado a deixar o govêrno.

A República, incruentamente proclamada e que até então parecia consolidar-se no meio da paz e da bonança, deixava prenunciar os embates que iriam compensar a facilidade de sua instituição.

As primeiras eleições republicanas no Estado de São Paulo processaram-se entretanto, com tôda a ordem, sem fraudes nem pressão e sôbre os 70 mil eleitores alistados compareceram cêrca de 42 mil, dos quais cêrca de 35 mil súfragaram a chapa oficial organizada pela Comissão Permanente. O resultado alegrou muito os republicanos, que aproveitaram a ocasião para zombar dos sebastianistas, ou monarquistas impenitentes. Assentava assim o rêgime a base popular democrática que lhe permitiria encetar uma obra construtiva de grande fôlego.

Um desagradável e inesperado contratempo da política, prelúdio de conflitos que viriam depois perturbar e abalar o país, interrompeu a fecunda administração de um republicano sincero, inspirado nos mais elevados propósitos democráticos.

Eleito Deodoro da Fonseca Presidente da República, recebeu Tibiriçá a notícia como simples comunicação de um fato oficial. Governador de um Estado "soberano", de mais a mais favorável à eleição de Prudente de Moraes, não se aprestou em aderir. Insuflado por maus conselheiros, Deodoro interpretou o silêncio do governador como desatenção de um delegado do Governo Federal e, por isso, mandou sumariamente exonerar o "bacharel" que havia nomeado para dirigir São Paulo.

Eis o teor do decreto:

"O Generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve exonerar do cargo de Governador do estado de São Paulo o Bacharel Jorge Tibiriçá.

Palácio do Governo, quatro de março de 1891, terceiro da República.

(ass) *Manuel Deodoro da Fonseca e
João Barbalho Uchoa Cavalcânti*".

Entramos numa fase em que os velhos republicanos se desavêm, se desentendem e não acertam o passo para um programa comum e a concordância entre o apostolado dos propagandistas e a realização dos governantes. Os espíritos se irritam, se agitam e a República é quem padece os efeitos dessas discórdias. Um dos vultos da

vêlha guarda, Francisco Rangel Pestana, se afasta de velhos amigos e declara: "Dissolvido o Partido Republicano Histórico por atos e palavras dos chefes, rôtã a solidariedade que a êles me prendia e perdido o fio diretor da política republicana, só me resta hoje ter por guia meu próprio critério."

A exoneração de Jorge Tibiriçã decretada de forma tão brusca por Deodoro veio mais uma vez provar que o generalíssimo cedera a um dos ímpetos inerentes ao seu temperamento arrebatado, e revelou igualmente as tentações autoritárias criadas pelo poder ditatorial. O venerando chefe do govêrno, como o designavam em geral os republicanos, acostumara os seus amigos e auxiliares a essas súbitas tempestades que frequentemente terminavam numa crise de dispnéia.

Qual o motivo dessa atitude, dêsse gesto que não vinha ferir sòmente um homem, mas tocar no amor próprio de um Estado e desgostar tantos republicanos e amigos do marechal?

Nenhuma razão de caráter administrativo ou de política superior interviêra no caso, de sorte que somos levados a admitir a versão propalada por alguns jornais paulistas e segundo a qual Deodoro, eleito presidente da República a 25 de fevereiro, se melindrara por não ter sido devidamente felicitado pelo governador Tibiriçã e por não ter êste dado públicas demonstrações de contentamento pela escolha do Congresso Constituinte. O marechal vencera por pequena diferença o seu contendor civil, Prudente de Moraes, 129 votos contra 97. A eleição fôra precedida de cabalas, conversas secretas e ameaças de uma intervenção armada caso não se efetivasse a escolha do proclamador da República. Campos Salles relata no seu livro *Da Propaganda à Presidência* como

êle se empenhara junto dos representantes paulistas para que assentissem unânimemente em eleger Deodoro, de forma a evitar complicações e represálias militares que podiam fazer perigar a própria República. Mas Deodoro já havia fomentado muitos descontentamentos, de modo que a candidatura Prudente ganhara também adeptos teimosos e o apoio de muita gente cansada da experiência do govêrno militar. Prudente reunia em tórno do seu nome os que invocavam a necessidade de firmar a supremacia do poder civil.

A causa da demissão de Tibiriçá nasceu provàvelmente do desagrado do chefe da nação, que entendia receber o apoio irrestrito de um governador por êle nomeado e a quem negava por isso o direito de uma atitude independente, que lhe pareceu uma espécie de desacato.

O reflexo do gesto de Deodoro ecoou penosamente na maioria dos círculos republicanos e motivou em diversos jornais comentários e críticas à ação do Presidente, acoimada de arbitrária e em desacôrdo com as boas normas republicanas. Por que foi acintosamente demitido o sr. Jorge Tibiriçá? — perguntava um jornal. E acrescentava: “Qual o motivo que determinou a brusca mutação no govêrno dêste Estado, a intervenção do centro na direção da política de São Paulo?”

O *Diário de Noticias* da capital federal escrevia: “São Paulo foi talvez o único Estado que não deu o mínimo incômodo ao Govêrno Provisório devido à sua boa e sábia administração”, e salientava que seria muito estranhável uma conduta do govêrno central baseada em despeito ou simples espírito de represália. Advertia, portanto, o ministério de Deodoro com estas palavras: “Refreie o ministério a sua vaidade. Não estamos mais

no tempo da monarquia em que se escolhiam os energúmenos para presidir as eleições e dominar as províncias”.

Em editorial intitulado “O Governo do Estado” escreveu o *Correio Paulistano*: “O govêrno do centro agastou-se com a independente e a nobre atitude da representação paulista no Congresso Constituinte e, para deprimir os nossos brios, para castigar o Partido Republicano dêste Estado, para humilhar o amor próprio dos paulistas, para abater, avassalar o povo paulista, submetê-lo ao jugo opressivo do poder central, resolveu inaugurar aqui uma política de intervenção, de subjugação, de aniquilamento da iniciativa, da energia e dos alevantados estímulos dos nossos concidadãos”.

O caso se prestou a comentários, como se vê, bastante expressivos e também inspirou ditos humorísticos e caricaturas, como uma página da “Platéia” em que hábil desenhista representou a história da demissão de Tibiriçá, como acesso de fúria de Deodoro, por não ter o governador paulista mandado acender a gambiarra do palácio. As caricaturas, muito cômicas, mostram um retrato do generalíssimo no Palácio, saindo da moldura em atitude feroz para agredir Tibiriçá com espada, espêto e depois “churrasquear” a vítima. O que tais caricaturas melhor traduziam era o declínio do prestígio do venerando Marechal, sôbre quem já se atreviam a lançar o ridículo.

Prudente de Moraes passou a Tibiriçá o seguinte telegrama: “Parabéns pela vossa demissão. Caiu convosco o Partido Republicano Paulista. Acompanham-vos os aplausos de tôda a população desinteressada”.

Depois de entregar o govêrno ao seu sucessor, nomeado também por Deodoro, dr. Américo Brasiliense,

Jorge Tibiriçá, acompanhado por grande número de amigos até o Clube Republicano foi, à noite, alvo de sugestiva manifestação, em que falaram Bernardino de Campos e Carlos Garcia para elogiar o demissionário e condenar a brutalidade com que havia sido exonerado pelo govêrno federal.

Um fato a consignar é que Tibiriçá deixava nos cofres do Tesouro e estações fiscais o saldo de 2.397:338\$015, importância bem razoável quando se sabe que havia pago uma dívida de 800 contos e satisfeito todos os compromissos do Estado.

O sucessor indicado, dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, também era republicano histórico e participante da Convenção de Itu.

Mas já a família republicana estava se cindindo. Américo Brasiliense permaneceu no govêrno até 15 de dezembro de 1891, ficando no poder ainda alguns dias depois da queda de Deodoro, apeado em consequência do golpe de Estado pelo qual a 3 de novembro de 1891 dissolvera o Congresso da República.

Américo Brasiliense presidiu as eleições para o Congresso estadual e a elas se referiu nos seguintes têrmos: "Tive a felicidade de ver o pleito correr livre, calmo, isento de fraudes e de violências e posso hoje aparecer no meio de vós com a consciência de haver procedido corretamente, elevando os créditos do Estado de São Paulo e honrando a altivez e moralidade do povo paulista. Democrata, republicano, outra não podia ser a minha orientação política neste período de reorganização da Pátria."

Homem exemplarmente digno e probo, ficou ao lado do chefe da nação e do Barão de Lucena quando

êstes executaram o golpe de Estado que ofendia vitalmente o novo regime e todos os princípios republicanos.

Em razão dessa atitude teve que ceder o cargo a José Alves de Cerqueira César, vice-presidente, após vários dias de incidentes e de estremecimentos com seus melhores e mais velhos amigos e quando se preparava, como ocorrera em outros Estados, a derrubada violenta dos governadores que haviam acompanhado a reação antidemocrática de Deodoro.

A política condenou àsperamente Américo Brasiliense e a imprensa contrária o apontou como réprobo. Mas a população paulistana não secundava o juízo virulento dos políticos. Assistiu comovidamente à saída do digno cidadão, em quem não queria reconhecer senão um vulto respeitável, um escritor e um historiador de alta valia intelectual.

Restaurado na legalidade com a posse do vice-presidente, São Paulo, aparelhado com todos os órgãos do sistema democrático e da soberania estadual, inaugurará com a presidência Bernardino de Campos a grande fase construtiva da República.

CAPÍTULO VIII

Os fatos que nos foi dado recordar a propósito da queda do governo Américo Brasiliense em São Paulo e da entrega do poder ao dr. José Alves de Cerqueira Cesar traduziam os efeitos causados no país pelo golpe de Estado do Marechal Deodoro.

O gesto do generalíssimo, dissolvendo o Congresso a 3 de novembro de 1891, fôra precedido de longo desentendimento entre o Chefe do Executivo e as Câmaras. Tal divergência provinha, em primeiro lugar, de uma questão de índole. O Marechal Deodoro, chefe militar de reconhecido magnetismo entre a tropa e coração magnânimo, passava muitas vêzes por versátil e autoritário devido à facilidade em ceder aos ímpetus característicos de um amor próprio ultra-sensível. Bela estampa para uma figura de comando: “nariz longo e adunco, barbas brancas, olhar vibrante e enérgico”, não se conformava com as resistências que os políticos opunham à sua vontade e exasperava-se com as manhas dos adversários e os ataques que lhe dirigiam na imprensa e no Congresso. Não se habituava a pairar acima dessas contendas para manter a serenidade de um chefe de Estado democrático, sôbre o qual devem forçosamente recair as setas da oposição. A linguagem dos congressistas e dos jornalistas, muitas vêzes eivada de insinuações caluniosas, parecia-lhe expressamente encomendada para feri-lo diretamente e macular a honra impoluta do

velho defensor da Pátria. Não se conformava, como homem público, em ser tratado com menos deferência do que a alta patente militar ante a qual os subordinados se colocam respeitosamente em posição de sentido.

Já nos tempos do Governo Provisório, em face de um ministério que procurava o mais possível tomar deliberações coletivas, Deodoro, geralmente tolerante nas questões de princípio e na orientação geral do novo regime, reivindicara as prerrogativas inerentes ao sistema presidencial, ao tratar-se de casos de nomeações ou de assuntos de natureza administrativa em que supostos amigos pleiteavam favores sob a capa de servir ao bem público.

A primeira desavença com os membros do Governo Provisório e que motivou um pedido de demissão coletiva do ministério foi devida ao empastelamento do jornal *A Tribuna*, executado como represália pelos amigos do Marechal, não obstante a formal promessa de Deodoro de que tal atentado não se efetivaria, mas depois de explosões de raiva de sua parte e da ameaça de tomar desfôrço pessoal contra aquêlê órgão da imprensa.

Ao se discutir a concessão para construir o pôrto de Tôrres, no Rio Grande do Sul, os ministros impugnaram a medida, que longe estava de consultar o intéresse público e fizeram claramente sentir ao chefe do govêrno quanto a assinatura daquele ato se prestaria a alimentar a maledicência por se tratar de um negócio em que estava contemplado um amigo pessoal do Marechal. Desta feita Deodoro se encrespou, bateu pé e não transigiu, alegando que as objeções tinham por fito diminuir a autoridade do chefe do govêrno e decorriam tão sòmente de uma questão pessoal.

Êste último estremecimento, final de vários incidentes anteriores contornados com habilidade, provocou a

renúncia coletiva do ministério em caráter irrevogável e a nomeação por Deodoro de um novo gabinete sob a chefia do Barão de Lucena. Os velhos republicanos receram com razão que a República escapasse da influência dos puros para cair na mão dos adesistas e oportunistas, fenômeno muito comum no desenrolar das revoluções em que os autores da obra são as mais das vezes substituídos pelos aproveitadores.

O Barão de Lucena, sobre quem se formularam opiniões muito diversas, sempre inspirou desconfiança profunda aos velhos propagandistas e foi por eles apontado como reacionário e conselheiro satânico de Deodoro, inspirador de todos os atos errados do Marechal, juízo severo em extremo e talvez bastante injusto. Certamente não se mostrou um estadista de marca, mas a julgá-lo através das referências serenas e imparciais de Campos Sales, não deixou de possuir qualidades de político antes jeitoso e conciliador do que pérfido e maquiavélico, como inculcavam os seus numerosos inimigos.

O que jamais foi possível estabelecer no decurso do estágio constitucional de Deodoro foi a cordialidade entre o Presidente e o Congresso. Eleito Chefe da Nação por pequena margem de votos e sobremodo irritado com as cabalas e as divergências que haviam pôsto em perigo a vitória de seu nome, Deodoro encarou a maioria de deputados e senadores como parlamentares trêfegos e apostados unicamente em fazer fosquinhas ao Presidente. Qualquer atrito com o parlamento o contrariava, de sorte que ele não tardou em se tomar de irreprimível aversão pelo poder Legislativo, órgão que lhe parecia composto de palradores turbulentos e combinados em estorvar a obra do govêrno.

Recorramos, mais uma vez, às informações de um homem público e publicista consciencioso, duplamente

testemunha dos acontecimentos, como senador e homem de imprensa habituado a auscultar a opinião e seguir atentamente as reações populares.

Em junho de 1891, a propósito da mensagem do presidente, escrevia o senador Aristides Lôbo:

“A mensagem ou a fala do presidente da República é um documento desanimado, sem afirmações resolutas, um trabalho de cunho indeciso”.

Pelos modos, êsse desânimo se devia à contínua desarmonia entre o Executivo e as Câmaras e à falta de habilitação de Deodoro para as tarefas de Presidente Constitucional, que exigem muita calma e a compreensão de que os opositores políticos costumam exceder-se nas censuras e irrogam acusações que um chefe de Estado precisa saber aparar com superioridade e responder através dos mesmos processos constitucionais. O presidente queixava-se amargamente das Câmaras e no seio destas, bem como na administração pública, reinava a impressão que o Executivo procurava intervir por tôdas as formas para guerrear e anular os adversários.

São ainda palavras de Aristides Lôbo: “Tudo quanto recusou votos ao Marechal caiu em desgraça e foi sem tréguas perseguido”. Inculpavam-se mutuamente Executivo e Legislativo de tentarem reviver as praxes parlamentares da monarquia e explorar os expedientes para conquistar a mesa e falsear as molas do aparelho constitucional.

Em junho, comentava o mesmo cronista: “Se o chefe do Estado tivesse em suas mãos a válvula da dissolução e o Congresso a faculdade de despedir ministérios, êste país estaria entregue a uma dança macabra de entontecer”. E aditava: “Quanto Congresso um

após outro o atual Saturno do Executivo não teria devorado!”

A 18 de julho, colhemos num dos artigos do ex-ministro do Governo Provisório: “Nada vejo de bom em tôrno de mim e vou perdendo as esperanças de ver as coisas encaminhadas”... “O govêrno se desmanda, faz tábua rasa dos preceitos constitucionais e não vê a voragem do descrédito financeiro”.

Em julho, sempre de atalaia para acompanhar a marcha dos acontecimentos e assíduo na redação de suas notas, escreve Aristides Lôbo:

“O general habituou-se, ao que parece, a ver hostilidades propositais à sua pessoa, quando o seu isolamento provém de seus próprios erros”.

Esse mal-estar prosseguiu e cavou uma separação cada vez maior entre o general e os mandatários do povo, até chegar a uma tensão de ruptura. O que se murmurava à bôca pequena veio à tona no dia 3 de dezembro com o gesto desabrido e violento do presidente mandando fechar o Congresso e estabelecendo praticamente o estado de sítio e de compressão policial.

O golpe de Estado de Deodoro e o contragolpe de Floriano

Com o golpe de Estado, pode-se dizer que se abriu um período de manifestos, tendentes a convencer a Nação do acêrto das decisões tomadas e a granjear os favores da opinião.

O primeiro foi o do presidente da República aos Brasileiros, peça um tanto longa e que consubstanciou um rol de queixas contra o Poder Legislativo, a come-

çar pela Constituinte, arguida de haver alterado o projeto primitivo e de ter querido enfeixar em suas mãos “a faculdade, que lhe era estranha, do govêrno e da administração do país”.

Deodoro, ao proclamar enfaticamente o seu “amor à grandeza da liberdade, o seu respeito à majestade do direito”, pretendia denunciar, na elaboração do estatuto supremo do país, a infiltração de seitas filosóficas abstrusas, inovações e utopias, alusão clara aos esforços dos positivistas.

O tópico mais insistentemente glosado dizia respeito aos ensaios para reduzir a autoridade do presidente. Êste se julgava hostilizado, desde a Constituinte, pelo espírito faccioso daquela Assembléia “já eivada de ódios e paixões” e que, ao transformar-se em corpo legislativo, sustentava um procedimento “de que resultou o completo falseamento das instituições, assentes sôbre o regime presidencial, de todo em todo avêssô às práticas do regime parlamentar”.

Daí enumerava o presidente os casos em que, a seu ver, o Congresso havia transgredido a letra e o espírito da Constituição, unicamente com o objetivo de estorvar a ação oficial e combalir o prestígio do govêrno. A intervenção do Congresso nas leis de incompatibilidades relativas ao cargo de ministros, na nomeação de membros do Supremo Tribunal, na discussão dos contratos de viação, foi apontada como tática inspirada pelo “pessoalismo” para “colocar o presidente da República no segundo plano da política nacional”. A lei de responsabilidade do chefe do Estado serviu para exemplificar outro atentado à Constituição, por se tratar de um documento “eivado de uma casuística deprimente da moralidade dos poderes soberanos da nação”. Câmara e Se-

nado, segundo outros trechos do manifesto, não procediam com a devida circunspecção, aumentavam sem pêjo os seus subsídios, abalavam o crédito do país e prejudicavam a sua representação no exterior, propagavam o pânico entre as classes produtoras, a ponto da situação assumir os ares de uma calamidade social. Repeliam o plano do govêrno para reformar o regime dos bancos emissores e restabelecer a normalidade da circulação metálica, o que redundara no empobrecimento do país, na depreciação das fortunas, na depressão e necessidades para as classes mais desfavorecidas da sociedade e, por fim, no jôgo imoral da especulação. Estavam lançadas a anarquia política e a anarquia financeira na vida do país e os inimigos da República se aprontavam para “hastear no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica”.

Frisava ainda o manifesto; “Sofre o povo a carestia da vida e não longe estarão a miséria e a fome”.

Pintado êsse quadro tétrico, declarava o presidente que se êle não dissolvesse o Congresso, seria um traidor à pátria. Por conseguinte, para evitar todos êsses males, dissolvia uma Assembléia que só poderia acarretar maiores desgraças e assumia a responsabilidade da situação, comunicando que oportunamente um decreto convocaria o novo Congresso.

O golpe desfechado por Deodoro aturdiu no primeiro momento todos os velhos republicanos. A ditadura emergia de surpresa do seio de instituições livres e cercada de todos os perigos concernentes ao personalismo e ao militarismo.

Consignemos ainda um dos judiciosos comentários de Aristides Lôbo, publicado no dia 5 de novembro, dois dias depois do traumatismo infligido à República:

“Agora, sim, chegamos a um momento em que ninguém sabe a quantas anda.

Parece que a atmosfera de loucura envolve tôdas as cabeças, inclusivamente, está visto, este pobre cérebro de seu velho amigo.

Realmente, nada entendo do que está se passando, nem da parte do govêrno, nem por parte das Câmaras e, quanto ao povo, nem falemos nisso”.

Eis o resultado a que chegara um govêrno que o mesmo cronista havia pouco antes comparado a um “animal bravo” que espezinhava e destruía o campo de paz organizado como território neutro entre os dois poderes. O povo estava intrigado com a República e era mister pôr de prontidão tôdas as fôrças verdadeiramente republicanas.

Nos Estados, a não ser no Pará, onde o govêrno local protestou contra o golpe e no Rio Grande do Sul, onde a guarnição federal se sublevou para marchar contra o Rio, o gesto de Deodoro foi tácitamente apoiado pelos governadores, quando não abertamente aplaudido. E apesar das reações imediatamente organizadas para revidar ao atentado, difícil seria conjecturar sôbre a sequência dos eventos se entre as próprias fôrças armadas não se verificasse a conspiração capitaneada, no Exército por Floriano e o General Simeão de Oliveira, e na Marinha pelos almirantes Custódio José de Melo e Eduardo Wandenkolk.

Na manhã de 23 de novembro, após mais de duas semanas de articulação e de ligações secretas para preparar a contra-revolução, um tiro de canhão do coraçoado Riachuelo deu o sinal da intimação a Deodoro para abandonar o govêrno.

O velho marechal, inteirado das defeições de amigos que considerava inteiramente ganhos à sua causa, reuniu o ministério e renunciou o cargo com um segundo manifesto.

Este novo documento principiava em estilo napoleônico: “Brasileiros! Ao sol de 15 de novembro deivos, com os meus companheiros de armas, uma pátria livre e descortinei-lhes novos e grandiosos horizontes...”

Explicava depois: “Circunstâncias extraordinárias para as quais não concorri, perante Deus o declaro, encaminharam os fatos a uma situação excepcional e não prevista.

Julguei conjurar tão temerosa crise pela dissolução do Congresso, medida que muito me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo.

As condições em que nestes últimos dias, porém, se acha o país, a ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei, e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara pátria, aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me”.

O *funcionário* que ia substituí-lo era o Marechal Floriano Peixoto. Quanto aos ingratos a que se refere Deodoro, êsses certamente fazem pensar nos amigos do velho Imperador, que diziam estar nessa hora na Europa “doente, viúvo, pobre e valetudinário”.

Executado o contragolpe, vieram a público os manifestos do Congresso e outros cuja publicação fôra interdita pela polícia.

O do Congresso declarava que êsse órgão sem motivo algum fôra “dissolvido violentamente pelo poder executivo, à mão armada, cortando criminosamente a parábola pacífica da transformação nacional”.

Qualificava as alegações de Deodoro de “processo calunioso, repleto de inverdades” e declarava: “A nação deve ter visto nesse triste documento a presunção orgulhosa da supremacia absoluta e tôda pessoal do chefe do Estado sôbre todos os poderes públicos”.

Refutando ou contradizendo, um por um, todos os itens do libelo presidencial, replicava principalmente ao tópico que acusava o Congresso de “ter-se preocupado sômente de fazer a lei de seu subsídio”. Os mandatários do povo terminavam por condenar o atentado levado a efeito contra o Legislativo, proclamando que se êle se consumasse seria o perpétuo opróbrio da nação. Os dois primeiros signatários eram Prudente de Moraes Barros, vice-presidente do Senado, senador pelo Estado de São Paulo e Bernardino de Campos, presidente da Câmara, deputado pelo mesmo Estado.

Um manifesto de Campos Sales, destinado a esclarecer a situação ao povo de São Paulo e a suscitar resistência, também estigmatizava o golpe de Estado que, por não encontrar justificativa na suprema necessidade da salvação pública, tomava “as medonhas proporções de um crime contra a pátria”.

Campos Sales, com a sua cultura de jurista e a formação de republicano da propaganda versado no estudo do direito público norte-americano, fonte das novas instituições brasileiras, mostrava que dentro do movimento regular dos nossos aparelhos constitucionais se encontravam remédios para tôdas as crises políticas.

Preceituava a nossa lei magna clara e positivamente que o Congresso Nacional não podia ser dissolvido e que, ao arremessar-se sôbre êle, o depositário do Poder Executivo destruía a independência e a soberania de um dos poderes nacionais. Respondia também o illus-

tre paulista a tôdas as increpações de Deodoro, argumentando com as lições da história americana para mostrar que na grande República do norte todos os conflitos entre Executivo e Legislativo, por vêzes ásperos e demorados, se haviam dirimido dentro das liberdades e garantias legais.

“O que existe — concluía — o que é palpável, o que se denuncia por tôdas as frases do manifesto presidencial, é o desejo insofrido da concentração do poder”. E denunciava: “O unitarismo é a obra em gestação, aguardando a cumplicidade de um Congresso obediente.

O seu principal consectário, é o parlamentarismo com o direito de dissolução.

Consequência necessária — a supremacia, a onipotência presidencial.

Cumprimos um dever, obedecemos à consciência republicana, defendemos a soberania do Estado, protestando e levantando o brado de alerta”.

*As derrubadas de Floriano e o govêrno
Cerqueira César em S. Paulo*

Na esfera federal, Floriano Peixoto, depois de assumir o govêrno “por convite do Generalíssimo Deodoro da Fonseca”, expôs em outro manifesto o pensamento que o dominava com respeito à administração pública.

Elogiava o “abnegado patriotismo do generalíssimo”, que resignara o poder a fim de evitar o derramamento do sangue brasileiro e declarava que, alçado ao govêrno por um movimento destinado a fazer respeitar a lei, anulava o ato de dissolução do Congresso e res-

tabelaria todos os direitos e garantias constitucionais. Ajuntava que a administração da Fazenda Pública seria uma de suas maiores preocupações, de maneira a animar o trabalho agrícola e industrial, reorganizar o regime bancário, valorizar progressivamente o meio circulante depreciado para as permutas internacionais e fortalecer o crédito no interior e no exterior.

Em mensagem dirigida ao Congresso expunha Floriano as perturbações ocorridas em vários Estados em que haviam sido depostos os governadores e entregava o caso ao julgamento do Poder Legislativo nos seguintes termos:

“Apreciando em suas causas e efeitos a situação produzida por essas ocorrências, que felizmente não têm perdurado, julguei dever entregá-la ao vosso estudo e deliberação definitiva, tendo-me limitado a intervir simplesmente para acautelar quanto possível a ordem pública, visto como reintegrar ao pêsso das armas da União os governadores depostos poderia arrastar o país a uma conflagração geral, oriunda da luta entre os governadores partidários do ato de 3 de novembro e as classes sociais que concorreram para a reivindicação dos direitos da nação. Vós decidireis essa questão como o Poder Legislativo dos Estados Unidos da América do Norte, da Suíça e da República Argentina têm decidido idênticas, que não surgido na vida desses povos regidos pelo sistema federativo”.

Como era de esperar, os republicanos apegados à obediência à Constituição de 1891 regozijaram-se extraordinariamente com a subida de Floriano ao poder, na qualidade de vice-presidente e restaurador da legalidade, escudado na plena adesão das forças armadas. Era uma espécie de reposição da República nos rumos tra-

çados pelos propagandistas, uma verdadeira reproclamação do regime, transviado inopinadamente dos seus destinos por uma aventura ditatorial e caudilhesca.

O rápido e incruento êxito do contragolpe de 23 de novembro desfechado na Capital do país desdobrou-se nos Estados sob a forma de uma série de derrubadas dos governos regionais, destituídos após movimentos mais ou menos acompanhados de tumultos e conflitos.

Tais deposições, às vêzes sumárias, de governadores e presidentes estaduais, não mais nomeados pelo governo central, mas legalmente eleitos, deram motivo a que mais tarde os opositores de Floriano o responsabilizassem por essa intervenção violenta nas unidades federadas.

Por essa ocasião é que se registraram em São Paulo os incidentes terminados com a queda de Américo Brasileiro.

O ilustre homem público, republicano pertencente à velha guarda dos propagandistas, aceitara de bom grado o golpe de Estado de Deodoro, ficando assim irremediavelmente separado da quase totalidade do Partido Republicano Paulista. Os próceres dessa agremiação, solidários com a conspiração tramada no Rio para restabelecer o Congresso dissolvido nos seus privilégios e depor Deodoro, promoveram, sob a direção de uma junta revolucionária, composta de Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita, um levantamento geral nos municípios para operar pela força a mudança do governo paulista. A resistência oposta pelo poder local deu margem, principalmente na Capital, a vários choques entre os republicanos, agora partidários de Floriano, e a força policial do Estado, ainda fiel ao

presidente Américo Brasiliense. Incidentes vários, correrias, tiroteios e ataques aos jornais da oposição assinalaram, na Paulicéia, a luta entre as duas correntes, até que Américo Brasiliense transmitiu o cargo ao major das forças federais, Castelo Branco, não sem lavar o seu protesto, pois lembrava haver sido eleito unânimemente pelo Congresso Constituinte e declarava: “Não duvidarei reassumir o exercício do meu cargo no caso do govêrno federal, respeitando a autonomia e a Constituição do Estado, dar-me garantias para as funções de presidente”.

A força federal, porém, atendeu à decisão da junta revolucionária que invocava a Constituição do Estado para entregar o govêrno ao vice-presidente, dr. José Alves de Cerqueira César.

Empossado o novo chefe do Executivo, a massa popular, conduzida pelos grupos revolucionários, depôs a Intendência Municipal e empastelou as oficinas do jornal *A Federação*, órgão deodorista.

Em junho de 1891 fôra promulgada a Constituição de São Paulo, diploma elaborado segundo o espírito federativo em voga e pelo qual os Estados associados se arrogavam certos atributos de verdadeira soberania.

A lei básica do Estado, no art. 56, consagrado à declaração de Direitos e Garantias, inseria dispositivos a respeito de propriedade literária, minas e segredo de correspondência.

Pelo art. 72 adotava-se o adiantadíssimo instituto do referendo municipal, segundo o qual os eleitores municipais, mediante proposta de um terço e aprovação de dois terços, poderiam revogar em qualquer tempo o mandato das autoridades eleitas.

O art. 73 preceituava que nas mesmas condições, e reunidos em Assembléia, poderiam anular a deliberação das autoridades municipais.

O dr. José Alves de Cerqueira César, investido na governança do Estado, depois dos incidentes referidos, levava por missão consolidar a legalidade e vigiar a que as eleições próximas para a presidência se processassem dentro do espírito das instituições republicanas. Munido o Estado do seu estatuto constitucional, estabelecidas tôdas as garantias, cumpria no período de transição que lhe estava reservado exercer uma obra pacificadora. Segundo o consenso quase unânime dos commentadores contemporâneos, realizou, de fato, um governo de grande tolerância que, embora resultante de uma ação francamente revolucionária, decorreu em plena paz e se inspirou numa política de congraçamento republicano. Durou de 15 de dezembro de 1891 até 25 de agosto de 1892, 8 meses e dez dias ou 253 dias exatamente, segundo o cálculo do escritor e brilhante jornalista Horácio de Carvalho que fêz uma sùmula da administração de Cerqueira César, com a lista de todos os decretos assinados pelo vice-presidente em exercício. Entre os contratos assinados figura o que estipulou em caráter provisório, com a Companhia Cantareira e Esgotos, a execução das obras mais urgentes para a rêde de esgotos e de abastecimento de água à Capital.

Horácio de Carvalho que, no artigo referido sôbre a administração expirante se refere ao Barão de Lucena como “espectro satânico para a República, alma batida de caprichos verdadeiramente diabólicos” louvou calorosamente o governo de Cerqueira César, “governo feito às claras, ativo, moralizado e laborioso — genuinamente republicano, lhanamente democrático”.

Dizia ainda que o palácio, nesse período, fôra uma casa franqueada a todos e que o seu ocupante dera realmente um belo exemplo de lealdade e sentimentos democráticos.

Ao ser transferido o govêrno para Bernardino de Campos, “alma todo em pêso democrática, modelada num bloco de diamante”, também no dizer de Horário de Carvalho, a situação econômica e comercial não se apresentava muito auspiciosa, em virtude da crise de especulação e da consequente queda cambial proveniente dos abusos e da péssima gestão dos bancos emissores.

Um manifesto do Comércio e da Indústria de São Paulo ao Município rezava: “A sucessiva desvalorização da moeda brasileira produziu a alta de todos os gêneros de primeira necessidade, elevando correspondentemente por uma lei natural o preço dos serviços. Estamos a sofrer os flagelos de uma crise geral em tudo que se relaciona com o consumo”. Assinalava ainda o manifesto: “É triste a situação que as emissões bancárias criaram para o indivíduo e a família. A vida doméstica tornou-se difícil para o povo e arruinadora para o rico”.

A queda de câmbio contínua era em muitos círculos considerada anormal, uma vez que as vias de comunicação estavam entulhadas por uma abundante safra de café e os próprios mercados estrangeiros computavam em mais de 40 milhões de libras o valor da exportação futura.

Todavia, êsses abalos na ordem econômica e monetária desgostavam a muitos republicanos, arrancando de Aristides Lôbo esta exclamação dolorida: “Fizeram da República um mullambo”.

Havia fartas razões para queixas e tristezas. Mas o govêrno de Bernardino de Campos viria desmentir tão maus presságios. Em São Paulo as grandes agitações da República não impedirão a eclosão magnífica de reformas fundamentais.

O fecundo govêrno de Bernardino de Campos

Com o govêrno Bernardino de Campos iniciou-se verdadeiramente em São Paulo a total aplicação das normas republicano-federativas, inabalavelmente consolidadas no conceito público.

Uma administração menos operosa e clarividente, sobretudo em dias tão agitados pelas paixões políticas e as lutas revolucionárias, poderia instigar revivescências do saudosismo monárquico ou dar parcialmente razão aos descontentes e fomentadores de desordem. Mas aconteceu que a gestão Bernardino, pela proficiência e atividade, sustentou bem alto e com tôda a firmeza o prestígio das novas instituições.

Desenvolveu-se um plano de reformas concomitantes nos setores das finanças, das obras públicas, do ensino e da higiene e com tal continuidade e acêrto que as fôrças latentes da comunidade paulista acusaram um ímpeto de progresso assombroso.

Estavam decisivamente provados os benefícios que advinham do sistema federativo e nenhum outro Estado, em tão curto espaço de tempo, demonstrou os efeitos a que pode conduzir o gôzo de uma autonomia bem conduzida e orientada por um sincero ideal de reformas profundas no domínio econômico e no campo intellectual. É lícito dizer que a administração Bernardino

concretizou as aspirações e projetos dos propagandistas republicanos, para os quais o modelo da nossa vida pública e das iniciativas de caráter social residia nas lições da grande União Norte-Americana.

Em nenhuma outra região do Brasil se verificou impulso tão surpreendente em tôdas as fontes de atividade. Se não tivessem ocorrido as comoções que da Capital da República e depois do extremo sul provocaram a onda de pronunciamentos e revoltas que rolou pelo país inteiro, São Paulo possivelmente haveria dado o exemplo de uma adaptação republicana, em que o empenho pela conquista da prosperidade absorveria e superaria as preocupações de puras finalidades políticas.

Muito justamente assinalava Bernardino que o regime fornecera ao Estado “os mais amplos e eficazes elementos de felicidade e riqueza”.

Que o Estado, não obstante os reflexos dos sucessos políticos no plano federal, possuía condições excepcionais para atrair braços e estimular tôda sorte de empreendimentos lucrativos, nada melhor para o evidenciar do que o incessante crescimento do fluxo imigratório em demanda de um país contra o qual se articulavam tantas críticas na Europa. As forças de atração venceram, todavia, as campanhas dos nossos denegridores. E nem a revolta de 1893, nem as epidemias de febre amarela conseguiram deter ou reduzir os embarques de emigrantes europeus, principalmente italianos. E se é verdade que a península itálica, superpovoada e desiludida por seus malogros coloniais, necessitava escoar para o exterior grandes excedentes demográficos, não menos verdade é que São Paulo oferecia a êsses e outros elementos todos os recursos de uma nação policiada e de invejáveis possibilidades econômicas.

Mesmo com os gastos consideráveis devidos à imigração subvencionada não seria possível carrear tantos braços, não havendo certo grau de espontaneidade por parte dos contratados. E dêesses, muitíssimos estavam bem informados, por parentes e conhecidos, de que o Brasil, pacífico e hospitaleiro, ainda era uma terra em que as recompensas aos trabalhadores deixavam bem longe as asperezas da luta pela vida no Velho Mundo.

Logo na sua primeira mensagem salientou Bernardino de Campos a urgência de dispensar as maiores atenções às vias de comunicação, bem como de elaborar uma lei para regular a posse e propriedade das terras públicas, tendo em vista o novo regime constitucional e a fase de transição do domínio daquelas terras da União para os Estados. Tais medidas se afiguravam fundamentais, pois os estrangeiros que aqui aportavam não estavam dispostos a fazer pioneirismo nem ensaios perigosos de colonização e desbravamento, como tinham feito ainda pouco antes os nacionais na abertura de novas zonas. Os estrangeiros queriam bons salários, segurança no pagamento e nos trabalhos e garantias para fazer economias ou para as propriedades que viessem a adquirir. O sertanismo ainda estava reservado aos filhos do país, ao passo que o imigrante desejava instalar-se em emprêsas já organizadas, em que labutaria como salariado duplamente protegido, pelas leis do país e pela inspeção consular.

Não sendo nosso fito escrever a história completa dêesse fecundo período de govêrno, mas limitar-nos aos aspectos mais salientes da obra executada, citaremos apenas alguns dados mais elucidativos.

Um fato que sobreleva, de modo impressionante, é o aumento da receita paulista que, no exercício de 1892-

1893, segundo o balanço de Tesouro, subiu a mais de 38.478 contos.

A progressão da receita, muita lenta sob o Império, e que permaneceu vários decênios em cifras modestíssimas, a atestar a paulatina evolução da riqueza pública, denotou no começo da República um surto ascensional que revela, entre 1892 e 1893, um verdadeiro salto.

A primeira lei do orçamento provincial, em 1835-6, no governo Tobias de Aguiar, consigna a importância de 292:701\$000 para a receita. Em 1840, esta subiu a 430 contos e atingiu 564 em 1855.

Desta data em diante, registra-se pequena elevação, pois atingiu a 1.038 contos no exercício 1857-58 e nos dez anos seguintes manteve-se quase estacionária, para alcançar 1.593 contos em 1867-68, em plena guerra do Paraguai, e chegar a 2.025 contos em 1868-69.

Êstes Algarismos ainda são inferiores aos das províncias do norte, apesar da crise que ameaçava o açúcar.

Passada a guerra do Paraguai registou-se um declínio, mas em 1873-4 a receita arrecadada subiu a 2.828 contos e em 1877-78 ultrapassou a casa dos 3 mil, com 3.323 contos.

Em 1881-2, período em que a província desenvolve a cafeicultura, encontramos a cifra de 4.014 contos. Em 1884-5, 4.397 contos; em 1886-7, 5.700; em 1888-9, ano que abrangeu a Abolição e a República, 6.013.

No período propriamente republicano, depois da fase de incerteza e de semidependência em relação ao governo central, é que os Algarismos exprimem bem a marcha do vigoroso crescimento paulista, em proporções muito superiores às do orçamento federal.

Vejamos agora as receitas arrecadadas, expressas em milhares de contos eliminadas as frações:

1890-1	9.178
1891-2	9.698
1892	38.105
1893	34.534
1894	37.282
1895	50.172
1896	50.807

O salto mais significativo se dêpara entre 1891 e 1892, quando a arrecadação efetiva passa de 9.698 contos para 38.105, quase a quadruplicar e inspirando legítimo otimismo aos republicanos e apologistas do sistema federativo.

Ao referir Bernardino de Campos essa quantia que excedera as previsões orçamentárias em mais de 24 mil contos, índice de esplêndida vitalidade, explicou, entretanto, que tal arrecadação proviera da alta em papel dos preços do café, cuja avultada exportação em 1891 e 1892 para a Europa e os Estados Unidos coincidira com a depressão da taxa de câmbio. Podemos, por conseguinte, em relação às cifras acima transcritas, estabelecer o coeficiente de correção proveniente das diferenças do padrão monetário e do valor estimado em libras-ouro.

Um fato marcante a destacar é que essa prosperidade financeira, ainda que parcialmente derivada de uma abundância de numerário consequente à inflação dos primeiros tempos da República, não foi desperdiçada em gastos supérfluos, em elevações de vencimentos para captar popularidade ou em edifícios suntuários.

Administração escrupulosa no emprêgo dos dinheiros públicos, por forma a enaltecer o espírito de probidade e o senso de iniciativa dos republicanos, estruturou todo o aparelhamento ajustado às instituições novas, desde a magistratura até a fôrça policial, sem apelar para extravagâncias orçamentárias.

As despesas acrescidas foram aplicadas em atividades indispensáveis, em obras que a expansão de São Paulo reclamava com urgência, a fim de criar o meio propício à existência de uma civilização verdadeiramente adiantada e progressista.

Os maiores encargos do Tesouro destinaram-se à instrução e à higiene, serviços públicos imprescindíveis às necessidades básicas da população. Nem era concebível que o Estado para o qual se dirigiam anualmente levas e levas de estrangeiros se conformasse em oferecer, no grande pôrto de Santos, o maior empório cafeeiro do mundo, o triste espetáculo de uma cidade cujo nome evocava as mais assustadoras epidemias e ecoava lugubrememente como sinônimo de febre amarela.

O São Paulo republicano tinha que apagar essas manchas, cancelar reminiscências e reabilitar a salubridade da mais rica região brasileira.

No quadriênio Bernardino de Campos, êsse programa cabalmente executado precedeu de quase um decênio a obra mais tarde efetuada no Rio e limpou os nomes de São Paulo e Santos de um perigoso descrédito sanitário. O abastecimento de água à Paulicéia melhorou também consideravelmente as condições de habitabilidade da Capital e eliminou vários focos de moléstias endêmicas.

Nesse govêrno Bernardino de Campos, preâmbulo notável da capacidade e do espírito público dos republi-

canos, cooperaram com o Presidente, em completa harmonia de vistas e de ideal, secretários de Estado perfeitamente indicados para as pastas de que foram titulares.

Os componentes dessa equipe constituíam realmente um pequeno ministério de escol e os seus nomes têm direito a uma reminiscência de relêvo.

São êles: Cesário Mota Júnior, secretário do Interior; Dr. Jorge Tibiriçá, secretário da Agricultura; Siqueira Campos, secretário da Justiça; João Alvares Rubião Júnior, secretário da Fazenda.

Um campo para onde o govêrno voltou imediatamente as suas reservas de boa vontade e energia, a fim de justificar quanto os paulistas se comparavam merecidamente aos ianques, foi o do ensino público primário, médio e superior. Essa orientação educacional, que abrangeu desde o combate sistemático ao analfabetismo até os institutos de alta cultura, deixará eternamente aureolado o nome de Cesário Mota. Nesse particular se estabelece vivo contraste com o legado da monarquia em matéria de ensino na província, aparelhamento amorfo e disperso, resíduo colonial que perpetuava a anomalia de uma ignorância generalizada entre as camadas populares.

Com razão frisava Bernardino de Campos: “Há íntimo e indissolúvel nexo e recíproca influência entre o nível intelectual e moral e a situação econômica”. Dizia bem o presidente que era enorme o vácuo deixado “pela indisciplina de uma cultura deficiente, meramente literária e metafísica”.

Ora, com a criação de uma vasta rede de grupos escolares, escolas-modêlo e dos ginásios, além dos aperfeiçoamentos introduzidos na formação dos corpos docentes pela Escola Normal, instituía o govêrno uma instrução pública estruturada em condições de quebrar os

velhos moldes e proceder realmente à valorização do elemento humano nacional.

A estagnação no campo do ensino e o desleixo em face do nosso colossal volume de analfabetos agravaria os desequilíbrios da formação social brasileira, ainda recentemente tão prejudicada pelos vestígios da escravidão. Depois da escravidão física, cabia combater o mais depressa possível a intelectual, sob pena de se haver proclamado uma República sem cidadãos dignos dêsse nome e facilmente maleáveis nas mãos de politiquieiros ou de simples máquinas de compressão eleitoral.

A melhor maneira de praticar a boa “americanização” e democratização de São Paulo e de reerguer o seu potencial humano, consistia em montar êsse arcabouço do ensino, essa pirâmide assente na larga base das escolas públicas para o povo, continuada pelo ensino secundário e rematada no vértice por um instituto da significação da Escola Politécnica.

O dia em que se inaugurou êsse estabelecimento de tão elevadas finalidades, a 15 de fevereiro de 1894, em solenidade de que participaram os elementos mais representativos do Estado, Cesário Mota proferiu palavras de alto sentido cívico:

“Após a proclamação da República federativa, quando o povo brasileiro se viu na posse dos seus direitos, compreenderam as mentalidades dirigentes que era mister prepará-lo para o exercício efetivo das funções que o “self-government” impõe à democracia.

No nosso Estado quase tudo estava por fazer.

A instrução pública era negativa.

A preliminar um embrião.

A secundária, em geral, simples mercancia.

A superior deficiente. Só tínhamos uma Academia, a de Direito, que aliás não bastava como meio de instrução nem era suficiente como carreira profissional”.

Esse interesse despertado pelas questões de ensino e pela alta cultura científica correspondia às exigências de um meio carecido de braços e de instrumentos de locomoção, para firmar o domínio de imensas riquezas ainda não aproveitadas pelo trabalho da coletividade.

O dr. A. Francisco de Paula Souza, diretor da Escola, apontou os benefícios que derivariam de conhecimentos técnicos bem ministrados, para a criação de uma indústria próspera, variada e bem dirigida.

Em presença de figuras eminentes e dos membros da comissão a quem fôra cometido o encargo de estudar o projeto da Politécnica e composta dos Dr. Bueno de Andrada, Paula Souza, Coronel Jardim, Oliveira Sales e Teodoro Sampaio, declarou o catedrático dr. L. de Anhaia Melo: “Colaborais para que a Escola Politécnica de S. Paulo seja mais um forte baluarte da virtude contra o vício, da verdade contra o êrro, da ciência contra a ignorância”.

Em 1899 foi conferida a colação de grau à primeira turma de engenheiros civis e arquitetos, que se iriam principalmente dedicar, conforme salientou Roberto Simonsen, “às construções ferroviárias, a principal necessidade reclamada pela expansão da cafeicultura, e às obras públicas, impostas pelas novas cidades que repon-tavam de tôda parte”.

Estudemos agora a parte que coube a Jorge Tibiriçá desempenhar nesta administração positivamente admirável nos anais da história paulista e à qual não devemos regatear elogios, não para glorificá-la sem o menor vislumbre de críticas e sem restrições, mas para render justa homenagem aos conterrâneos que prepararam, com sabe-

doria e honestidade, os sólidos alicerces da administração estadual. Alicerces que puderam resistir a muitos abalos e permitiram sustentar por longos anos a reputação de critério e de integridade moral dos governantes paulistas. Se a tolerância e o descortino de que deram provas houvessem prosseguido, como intransigente norma de ação do Partido Republicano, jamais o sentimento público se teria divorciado do poder e não teríamos assistido, como sucedeu mais tarde, ao retraimento de muitos cidadãos prestimosos em relação aos assuntos políticos.

*Jorge Tibiriçá, secretário da Agricultura
do governo Bernardino de Campos*

Nomeado para a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Jorge Tibiriçá, amigo íntimo de Bernardino de Campos e seu companheiro de propaganda republicana, era indicado para tal cargo, em sucessão a Alfredo Maia, porque satisfazia ao mesmo tempo os requisitos de confiança pessoal e de competência técnica necessários para o plano do Presidente.

Politicamente, Jorge pertencia à falange dos *puros*. O seu nome era uma bandeira de republicanismo autêntico. Como segundo governador de São Paulo, nomeado e demitido pelo Marechal Deodoro, havia dado as provas mais inequívocas de intransigência moral e doutrinária. Perfilhava, sem a menor quebra de atitudes, as teorias do propagandista a respeito do sistema republicano federativo e dos processos democráticos a adotar na formação de um eleitorado disciplinado e consciente e de uma opinião pública vigilante. Homem de partido, queria que os postulados republicanos se impusessem pela superiori-

dade dos métodos políticos e administrativos, e não como aparelho de opressão montado para abafar os direitos das correntes oposicionistas. Para Jorge a República devia vencer as últimas prevenções que acaso ainda subsistissem, pela adesão espontânea do povo através do pronunciamento de votos livres.

Técnicamente, Jorge Tibiriçá apresentava, além de uma fé de ofício bem honrosa de homem público, a preparação decorrente de sua formatura de engenheiro agrônomo e os resultados colhidos na profissão de lavrador, pois na sua fazenda de Ressaca, organizada com todo o capricho, experimentava êle incansavelmente todos os meios para aumentar os rendimentos e a qualidade das culturas e criar um padrão de propriedade agrícola em condições de enfrentar as crises que tão frequentemente assaltavam a nossa classe agrária.

A testa da Secretaria que talvez proporcionasse as maiores oportunidades para concretizar um amplo programa de reformas e prestar ajuda às riquezas essenciais de São Paulo, Jorge Tibiriçá, que pouco antes recusara um lugar no ministério de Floriano e resignara o mandato senatorial e o lugar de vice-presidente do Senado, preparou-se para coadjuvar com entusiasmo a administração de Bernardino.

Da mesma forma que nos domínios do ensino e da higiene, tudo estava praticamente por criar no setor que lhe estava confiado. Dado o brusco e, por assim dizer, impetuoso e avassalante progresso do Estado, as benfeitorias materiais existentes mostravam-se obsoletas e mesquinhas para atender aos crescentes reclamos em prol das necessidades públicas. Os próprios do Estado, escolas, obras de abastecimento de águas e instalações para imigrantes deixados pela monarquia destinavam-se a uma

província de 1.220.000 almas aproximadamente e a uma Capital de pouco mais de 50.000 habitantes.

Em face de serviços públicos correspondentes a essas cifras e quando se anunciava um aumento demográfico capaz de duplicar a população em um decênio, era preciso agir sem demora, com vistas largas e espírito de previsão. Períodos dessa ordem exigem administradores dotados de fôrça de vontade e, o que é sumamente importante, espírito de sacrifício. São Paulo, felizmente, os possuiu nessa quadra, dispostos a servir ao Estado com o ânimo e o ardor que lhes provinham das convicções republicanas.

Um dos atos mais importantes da Secretaria a cargo de Tibiriçá foi a organização do Serviço de Águas e Esgotos.

Em capítulos anteriores vimos quanto a Paulicéia soffrera no correr do século os efeitos da falta de água, lacuna que dava causa ao aparecimento anual de epidemias de tifo, uma vez que milhares de habitantes se suprimam, no Tamandateí e nos córregos, de um líquido poluído.

As canalizações para alimentar chafarizes não se compreendiam mais, assim que a cidade ultrapassou um certo nível demográfico. E os poços representavam continua ameaça de infecções devido à ausência de fossas sanitárias. Aceitar que a Capital do Estado ampliassse a sua área, sem dotá-la do adequado aparelhamento hidráulico, seria confundir progresso com o simples aumento das dimensões urbanas, aumento que apenas traria a multiplicação dos encargos e das dificuldades a enfrentar, no dia em que se cogitasse planear uma obra racional no meio de um corpo desenvolvido ao acaso e sem nexos orgânico entre as partes.

Dessa parte da administração que coube a Jorge Tibiriçá, dirá Bernardino de Campos na mensagem de 1896: “A parte econômica da administração, que corre pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, teve o necessário impulso correspondente à grandeza e à importância destes serviços.

Funcionaram regularmente, sendo algumas reorganizadas, a Superintendência de Obras Públicas, a Inspeção de Terras, Colonização e Imigração, a Comissão Geográfica e Geológica, tendo sido criada a Comissão de Saneamento, composta de engenheiros encarregados de serviços sanitários. São notabilíssimos os trabalhos a cargo das repartições técnicas, pela sua beleza, perfeita execução e completo êxito e aproveitamento”.

Consignou o governo a grande despesa, que aumentou a dívida fundada externa, feita para executar a encampação dos bens da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos de São Paulo.

O Secretário Tibiriçá foi positivamente incansável. Jamais se limitou a despachar ou a examinar simplesmente os papéis referentes a tão variados assuntos e que lhe vinham ter às mãos, instruídos com volumosos maços de documentos. Como homem detentor de uma formação técnica e inclinado naturalmente para as questões de engenharia, Tibiriçá estudava pacientemente os planos e projetos apresentados e conversava detidamente com os funcionários responsáveis. Tão pouco se restringia êle a seguir o trânsito dêsses autos através das repartições burocráticas. Tratando-se de obras de grande urgência, insistia para que fôsem levadas a térmo nos prazos previstos e sem entraves de papelórios e chicanas de puro formalismo. Aliás, a opinião pública se interessava grandemente pelas obras em execução, e apesar de cri-

ticas e reflexões insertas nos jornais o consenso unânime era que se concretizassem quanto antes, a fim de gratificar a população com dádivas de conforto e de satisfação material sem as quais se tornaria penosa a vida paulistana.

O chefe do governo mencionou a presteza com que eram efetuadas tantas obras, custosas e fundamentais, como as realizadas na Serra da Cantareira para o abastecimento de água. Elogiou os trabalhos e a dedicação e esforços do digno Secretário das Obras Públicas para doar à Capital “serviços de alta monta instantaneamente reclamados para a normalidade da vida”.

Êsses serviços de alta monta foram mesmo prestados segundo as regras da boa administração e do que se convencionou denominar mais tarde “eficiência”, pois o objetivo era ganhar tempo sem perder dinheiro e ativar os trabalhos sem incorrer no êrro dos improvisos e das empreitadas feitas com precipitação e açodamento, o que ordinariamente resulta em desperdícios e demolição do que está feito.

Concorrentemente com a campanha de higiene e as medidas tomadas para proteger a saúde pública, as obras de abastecimento de água, bastante vultosas para a época, tiveram que vencer as dificuldades inerentes à nossa topografia. E, como consta dos projetos, incluíram grande número de tarefas para construir e localizar as galerias de drenagem, extensas e profundas, e os quilômetros e quilômetros de encanamentos necessários para fazer as ligações mestras e os ramais que comunicavam com diversos reservatórios.

Era um compromisso que São Paulo tinha consigo mesmo. Prova decisiva de sua capacidade para salvar a saúde dos habitantes e traçar os lineamentos

essenciais de uma cidade, em que os observadores argutos já pressentiam as palpitações da futura grande metrópole da América Latina.

As obras, uma vez atacadas, prosseguiram sem interrupções, seja as de natureza técnica, seja as de ordem burocrática ou política. No setor técnico, Tibiriçá sempre apoiou as idéias e sugestões de engenheiros capazes e de absoluta probidade. Na parte administrativa, não era homem para tolerar demoras injustificáveis nem consentir que se paralisassem serviços por causa de minúsculos pormenores na interpretação de um regulamento ou de um parágrafo. Sob a sua direção, os departamentos burocráticos funcionavam em favor do povo e não para ajuntar papéis e dar trabalho aos protocolos, aos grampos e aos carimbos.

Administrador que não se contentava, como vemos, em assinar despachos e ofícios ou autorizar despesas, Tibiriçá foi o maior inspetor de todos os serviços. Não os ia visitar para obter notícias nos jornais e fazer constatar que a mobilidade e os passeios são sinais de préstimo e atividade. Tibiriçá não se locomovia para dar notas à reportagem e de mansinho cultivar a popularidade. Geralmente partia antemanhã sozinho ou acompanhado de um auxiliar para visitar os mananciais da Cantareira. Percorria depois os trechos em que se efetuavam as captações principais. A cavalo perlustrava os recantos da Serra onde labutavam centenas de operários e perfa-zia longos trajetos em lugares por vêzes de acesso difícil. Idênticas inspeções realizava às obras dos edifícios, complemento necessário para alojar uma administração que já não cabia nos pardieiros tristes e incômodos onde os funcionários nem podiam encontrar estímulo para produzir. O secretário em visita de inspeção não era

um homem público a impor a autoridade de sua hierarquia e mostrar que o govêrno estava à postos para servir de fiscal. Tibiriçá nas inspeções era um técnico a cooperar com os que lidavam diretamente na execução dos projetos subscritos pelo administrador.

Torna-se claro que tais métodos, praticados em silêncio e fora de quaisquer intuitos de propaganda própria, muito contribuíram para apressar a modernização de São Paulo, modernização com o fito de adaptar a cidade à sua missão civilizadora e não de esboçar embelezamentos de fachada.

Onde a obra de Jorge Tibiriçá, como Secretário dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas se encontra meticulosamente exposta, é nos relatórios por êle apresentados ao "Cidadão dr. Presidente do Estado".

Êsses relatórios, que um especialista certamente compulará com grande fruto, principalmente nos capítulos técnicos, constituem um excelente repositório de fatos e dados para avaliar o esforço de reerguimento material então procedido em São Paulo.

São vários volumes em que o conteúdo já se reflete na qualidade e na caprichada fatura gráfica. Nenhuma administração posterior os apresentou mais completos, mais ilustrados de mapas, diagramas e estatísticas, pelos quais se afere a natureza de obras monumentais, entregues a profissionais competentes, e que já englobavam, além das citadas para o abastecimento de água, a canalização e retificação do Tamanduateí e do Tietê, para impedir o extravasamento das águas e o alagamento da parte baixa da cidade, bem como a canalização e cobertura do Anhangabaú.

O técnico que desejar reconstituir a história do saneamento do Estado poderá colhêr nesses trabalhos in-

formações completas, quer relativamente aos planos, quer na parte concernente aos orçamentos e contratos celebrados.

Na mensagem de 1894 refere o governo: “A despesa relativa aos serviços extraordinários da Secretaria da Agricultura e aos determinados por leis especiais, sem dotação no orçamento, custeada pelos créditos deixados à faculdade da administração, elevou-se à importante cifra de 17.930:734\$000.

Entre os encargos dessa natureza destacam-se, pelo volume de seus algarismos: o serviço de desenvolvimento da rede de esgotos e o abastecimento de água à Capital, na importância de 6.231:072\$000; o saneamento do Estado na importância de 2.658:501\$000; o serviço de introdução de imigrantes, na de 5.994:474\$000”.

As obras da Cantareira foram de tal forma ampliadas que, segundo consta da mensagem do governo de 1896, o fornecimento de água à Capital elevou-se de 3.500.000 litros diários a 31.200.000, tendo o Estado adquirido tôdas as nascentes dos mananciais e as matas circundantes, e construído sólidas reprêsas, aquedutos, reservatórios e mais duas linhas de encanamentos de ferro da Serra para a cidade. Falava o presidente “na enormidade do sacrifício que essas obras gigantescas impõem ao erário público”, tanto mais que a queda de câmbio obrigou a despesas suplementares, levando-se em conta os empréstimos externos contratados em libras, como o da Companhia Cantareira e Esgotos, cuja responsabilidade fôra assumida pelo Estado e correspondente a £ 488.000.

Nos citados relatórios do secretário Jorge Tibiriçá, aos quais estão anexos os dos principais chefes de Comissões e Serviços, encontram-se fartos e pormenorizados elementos para ajuizar do valor de um governo que le-

vantou sem dúvida tôdas as fôrças vitais da coletividade paulistana. No tocante ao saneamento, foi concluído um programa que ergueu barreiras quase intransponíveis, não só contra a febre amarela, como contra outras moléstias traiçoeiras que penetravam no Estado por intermédio de navios ou imigrantes contaminados.

Em Santos, o plano do engenheiro americano Fuertes, especialmente contratado para estudar o saneamento local, foi secundado por um pugilo de cientistas nacionais de comprovada capacidade. Todo êsse esforço foi devidamente auxiliado pelo Departamento de Higiene, graças à organização dos Institutos Bacteriológico e Vacinogênico, ao Hospital do Isolamento, ao Desinfetório Central e outros órgãos para classificar e combater as enfermidades e as invasões mórbidas.

Ainda pelas informações contidas nas mensagens presidenciais e nos relatórios de Tibiriçá, verifica-se o alcance dado ao ensino agrônômico. O antigo estudante da escola de Hohenheim não regateou esforços para estimular a formação de técnicos aptos a orientar o nosso desenvolvimento agro-industrial. Os cursos de Agronomia da Escola Politécnica, Escola Prática de Piracicaba e Instituto Agrônômico de Campinas tornar-se-ão em breve centros de observações e experiências necessárias ao aperfeiçoamento dos nossos processos agrícolas.

Nas contribuições fornecidas ao Secretário da Agricultura pelos altos funcionários e diretores da Superintendência de Obras Públicas, da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração e da Comissão Geográfica e Geológica, figuram dados, cifras e comentários atinentes aos diversos projetos, estudados e realizados, para melhorar os próprios estaduais e incrementar o desenvolvimento do território paulista.

Numa Capital ainda muito pobre em edifícios públicos de certa imponência, construíram-se, entre outros, os palácios da Polícia e da Agricultura, de linhas sóbrias e clássicas, para abrigar serviços de maneira condigna e estimular o levantamento de prédios de melhor aspecto arquitetônico.

Será o início de uma reforma benéfica na estética da Capital, principalmente encabeçada pelo engenheiro Ramos de Azevedo, grande amigo de Tibiriçá e formado na Bélgica.

Na Viação Pública as cogitações relativas às estradas de rodagem não se esqueceram de um projeto para ligar Salto Grande à margem esquerda do Rio Paraná, nas fronteiras de Mato Grosso. Estudou-se também uma estrada para ligar Jaboticabal ao pôrto de Tabuado no rio Paraná, bem como a junção da Capital ao rio São Lourenço e vale da Ribeira, idéia que tinha por objeto aproveitar para a colonização uma zona de excelentes terras de cultura pertencentes ao Estado e que, levada adiante, teria antecipado de muitos anos o intercâmbio entre o interior e o litoral, evitando que uma região riquíssima vegetasse mais de meio século em deplorável abandono.

Igualmente dependente da pasta da Agricultura, a Comissão Geográfica e Geológica procedia cuidadosamente ao levantamento da carta do Estado e coligia as mais úteis informações acêrca da constituição física do território paulista e de sua flora. Nessa comissão atuava o ilustre cientista americano Orville Derby, que há longos anos, desde a presidência provincial de João Alfredo, vinha se mostrando um dos estudiosos mais devotados e competentes da geologia brasileira.

É mister não omitir os nomes dos colaboradores de Jorge Tibiriçá, aos quais, nos seus citados relatórios, êle

é o primeiro a render justiça, assim como Bernardino de Campos reconhecia o valor e capacidade de seus auxiliares e chamava a atenção do Congresso para êles.

Na Comissão de Saneamento destaca-se o seu diretor, João Pereira Ferraz que, juntamente com Teodoro Sampaio e Vital Brazil, desempenharam-se da missão relativa ao saneamento do interior do Estado, tão assolado pelas epidemias como Santos. Leandro Dupré ocupou com zêlo e proficuidade o lugar de Diretor da Inspeção de Terras, Colonização e Imigração. Léon Morrimont dirigiu com diligência as experiências agrônômicas na Fazenda de São João da Montanha e Miguel Monteiro de Godói, diretor-geral da Secretaria da Agricultura, mostrou-se um chefe expedito e ativo, graças a cujos esforços a colaboração burocrática foi sempre utilíssima e rendosa.

As questões capitais que tanto preocuparam o governo nesse período de mudanças e realizações rápidas foram debatidas na imprensa por espíritos competentes, cujas críticas e conselhos muito concorreram para prestigiar e firmar as diretrizes da administração pública. Entre êsses colaboradores extragovernamentais cabe citar o engenheiro Adolfo Pinto, que analisou e atacou vivamente a concessão das Docas de Santos, tachando-a de espoliação a São Paulo e beneficiária, pelo contrato de 12 de junho de 1888, de uma doação de favores para o prazo de 99 anos. O engenheiro J. W. da Gama Cockrane expôs, por sua vez, com pleno conhecimento de causa, diversos assuntos referentes ao programa do saneamento em Santos e no interior.

Recapitemos a ação administrativa de Jorge Tibiriçá nos dois anos em que ocupou a pasta da Agricultura, servindo-nos do resumo inserto na cronologia de José Jacinto Ribeiro:

“Dentro de dois anos, fêz executar a captação de muitos mananciais, deixando a cidade com fornecimento superior a vinte milhões de litros de água em 24 horas; desenvolveu consideravelmente a rede de esgotos; deixou drenado o bairro do Bom Retiro e parte do de Santa Ifigênia; retificou em parte os rios Tietê e Tamanduateí; mandou proceder à drenagem superficial de São Paulo e Santos; iniciou o serviço de saneamento de Campinas.

Começou a construção dos edifícios escolares, mandando construir os da Luz, de Jundiaí e de Campinas. Determinou a edificação dos atuais palácios da Secretaria da Agricultura, Repartição da Polícia e Hospital Militar e deu andamento a outras obras importantes que achou iniciadas. Mandou estudar o traçado da estrada de ferro que deve ligar São Paulo ao vale da Ribeira, e o da estrada de rodagem para o pôrto de Tabuado, no rio Paraná”.

Tendo deixado o cargo em 1895, foi Tibiriçá substituído por Teodoro de Carvalho, que servira como chefe de Polícia do govêrno Bernardino durante todo o período da revolta. Largando a administração, Tibiriçá foi eleito senador na vaga do dr. Paulo de Queiroz.

Vimos quanto foi operoso e fecundo o govêrno Bernardino de Campos. E êsse fato cresce muito de valor, se nos lembrarmos que de 1893 em diante todo o trabalho que tentamos levemente recapitular foi empreendido dentro de uma atmosfera de lutas e às vêzes de sangrentos encontros com os revolucionários, tanto os da Marinha como os federalistas do sul.

São Paulo trabalhou entre dois fogos, obrigado a proteger o litoral contra as investidas da esquadra revoltada de Custódio de Melo e Saldanha da Gama e coa-

gido a guarnecer as fronteiras meridionais para obstar ao avanço das colunas de Gumercindo Saraiva que chegaram até as divisas do Estado em Itararé e só recuaram depois de detidas pela heróica resistência da Lapa, no Paraná.

Ao mesmo tempo que trabalhava para o saneamento, para a expansão da agricultura e para a fixação de centenas de milhares de imigrantes, despendia o Estado grandes importâncias na defesa da República e punha tôda a sua fôrça pública e muitos batalhões de voluntários ao serviço da legalidade florianista.

De fato, a 4 de março de 1893, depois de receber expressiva manifestação popular, o govêrno convocava extraordinariamente o Congresso, a fim de que pudesse decretar e oferecer auxílio ao govêrno da União para repelir o "invasor" das fronteiras sulistas. Aos populares que o aclamavam declarou Bernardino: "Na eventualidade gratuita de triunfar o movimento restaurador, procurai o meu cadáver entre as ruínas acumuladas das instituições republicanas".

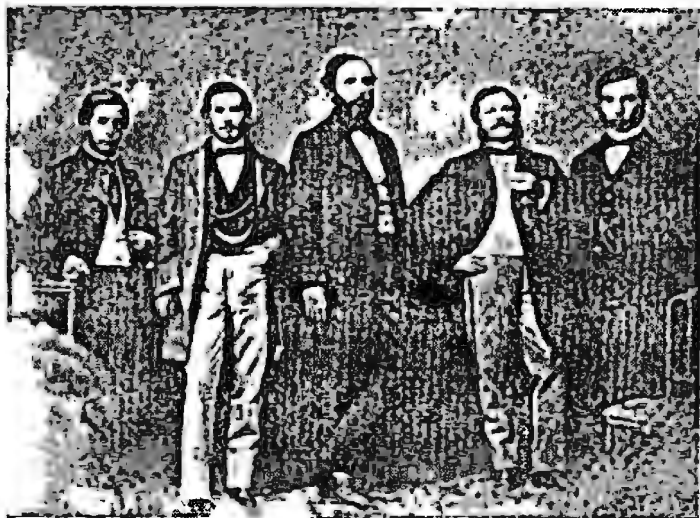
Na mensagem enviada ao Congresso no dia 8 do mesmo mês, avisava o presidente: "Os acontecimentos ultimamente ocorridos no Rio Grande do Sul comoveram profundamente o povo de São Paulo, cujo patriotismo e amor às instituições se magoaram diante da invasão do território nacional e do ataque ao regime político vigente".

A 13 de março era aprovado o decreto que autorizava o govêrno do Estado a prestar ao da União os auxílios que fôssem necessários para manter a integridade da pátria e a instituição da república federal, promovendo também todos os meios de defesa necessários no Estado.

O governo de Floriano Peixoto encontrou o seu principal ponto de apoio, não somente militar como financeiro, no Estado de São Paulo, cujos saldos de exportação salvaram e alimentaram a arrecadação federal.

Milhares de contos foram gastos para ajudar o governo da União e durante muitos anos o Estado consignou no seu ativo o crédito dos adiantamentos feitos para equipar tropas e adquirir armamentos destinados ao poder central.

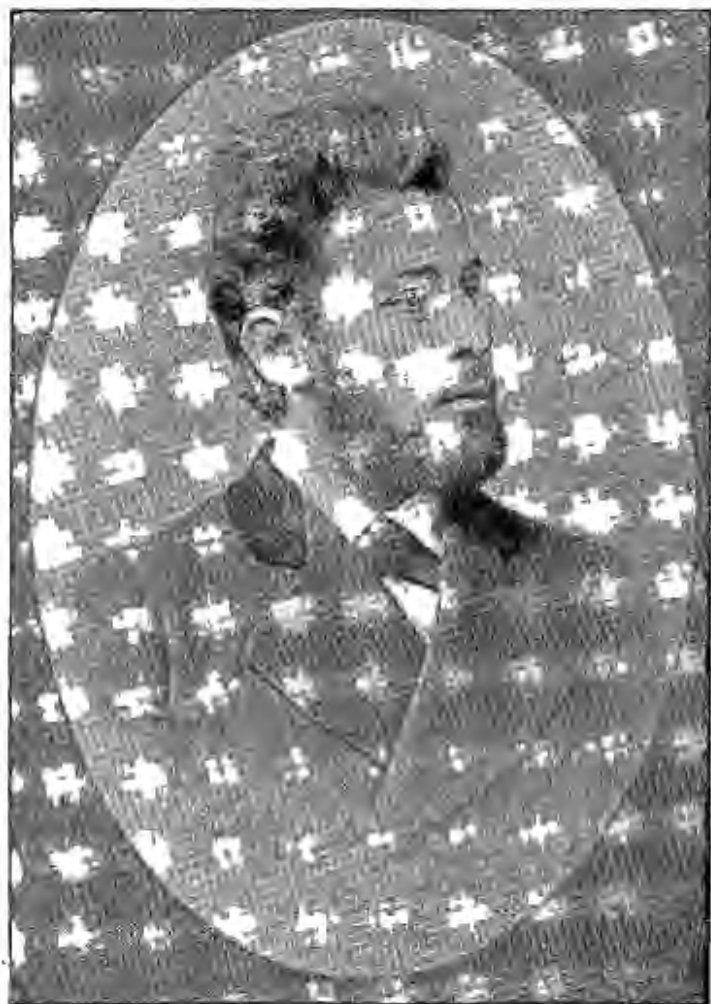
Essa dívida permaneceu suspensa durante muitos exercícios nos balanços do Estado, por ser de cobrança difficilima. Mas servia para atestar o papel primordial de São Paulo na defesa da legalidade e da república.



Paulistas em Paris em 1858. No centro da foto João Tibiriçá Piratininga. Ao lado direito, o Barão de Piracicaba e Luís Teixeira Pinto. Ao lado esquerdo, dr. Francisco Eugenio Pacheco e Silva e dr. Joaquim de Paula Sousa.



Foto tirada em Paris em 1856, vendo-se o pequeno Jorge Tibiriçá na roda da mãe e do pai, sua mãe Pauline Ebellé,



Jorge Tibiriçá quando estudante da Universidade de Zurich, em 1875.



João Tibiriçá Piratininga, republicano histórico, pai de Jorge Tibiriçá. Quadro do pintor Lotis Guédy executado em 1885.